

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Pós-Graduação em História  
Mestrado em História

Pedro Henrique Leão Coelho

**Terra e trabalho no Sul de Minas: produção de alimentos e mercado  
interno no século XIX**

Juiz de Fora  
2015

**Pedro Henrique Leão Coelho**

**Terra e trabalho no Sul de Minas: produção de alimentos e mercado interno no século XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de mestre em História. Linha de Pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Ribeiro de Oliveira

Juiz de Fora  
2015

## **Agradecimentos**

Mesmo aparecendo no início do texto, o agradecimento foi a última parte escrita desse trabalho. Não pelo descaso, mas pela dificuldade em ter de colocar tantos sentimentos de obrigados em poucas palavras.

Esse trabalho não foi fruto apenas do período da pós-graduação, mas do que considero como “longa-duração” em uma vida ainda breve. Desde meados da graduação as ideias contidas nesse trabalho foram discutidas e rediscutidas, umas abandonadas e outras adicionadas mediante meu contato com pessoas tão maravilhosas dessa trajetória.

Sendo assim, nada mais justo do que começar agradecendo aos meus pais e minha irmã. Janinho, Mirian e Paula, assim como todos os outros familiares, pelo apoio incondicional que deram a esse trabalho. Muitas vezes, sem nem mesmo entenderem certos assuntos que eu estava apresentando em nossas conversas, sempre se mantiveram atentos e interessados em cada fala – principalmente naqueles resumos de livros e mais livros em uma fala de alguns segundos.

Aos amigos de lavras tenho muito a agradecer por serem fundamentais nos momentos de alegria e por ajudarem a distrair a cabeça quando o texto parecia não avançar. Aos jovens e infinitos amigos do curso de história, Mariana, Clara, Thiago, Paulinha, Mariane, Manu, Laiz, Marcelo e Dievani agradeço não só pelas companhias em várias tardes de café, várias mesas de bar, mas sobretudo por apontar outros caminhos quando o texto também parecia não avançar.

Aos meus amigos de república portuguesa Malta Fixe, Mateus, Felipe, Quaresma, Mari, Fábio e Lauren, como os de Juiz de Fora, Fabrício e Babi, por terem se tornado irmão de uma vida, a quem compartilhamos não só de ideias de trabalhos, mas aprendizados para toda a vida.

Aos amigos da Melancia, Cláudia, Virna, Vitor, Gaspa, Riva, Mara Le e Lu, por conseguirem manter o combinado de nunca tratar de assuntos acadêmicos em mesa de bar.

Agradeço a Ana Paula, cativa das coisas do coração. Presente não só nos momentos de alegria, mas sempre muito próxima nos momentos de tensão. Um obrigado em forma de desculpa, por nunca reclamar de acordar para responder as mensagens durante as madrugadas, e sempre responder com um ensolarado “bom dia”.

A Raphaela do Centro de Memória do Sul de Minas em Campanha, por ter facilitado as horas passadas no arquivo, e permitido que a documentação para a realização desse trabalho fosse coletada.

Por fim gostaria de agradecer aos integrantes da banca de qualificação. Ao Professor Roberto Guedes que com muita simpatia apresentou críticas e sugestões que contribuíram com o avanço desse trabalho. A Professora Carla Almeida, não só pelos comentários construtivos e pertinente a pesquisa, mas por ajudar a solucionar várias outras dúvidas entre “gritos” no corredor.

A minha orientadora Mônica Ribeiro, que desde os anos iniciais da graduação vem sendo um grande amiga, dispondo do seu tempo para ajudar ao máximo que essa pesquisa se concluísse com rigor e competência.

Durante esta pesquisa fui bolsista Capes, o que possibilitou minha manutenção e dedicação exclusiva.

## **Resumo**

Esse trabalho consiste em um esforço inicial de analisar o comportamento economia de mercado interno nos meados do século XIX, no Sul de Minas, utilizando a documentação referente a Lavras, entre os anos de 1831 a 1868 – período de início das leis anti-tráfico de escravos.

Através de uma análise sistemática dos inventários post-mortem, utilizados como a principal fonte para essa pesquisa, e o seu cruzamento com os registros paroquiais de terras de mapas de população, procura-se comparar a importância dos atribuídos aos escravos e a terra nos períodos anteriores e posteriores as leis. Na tentativa de perceber se o fim do tráfico negreiro permitiu a existência de investimentos em outras atividades econômicas. E se a terra assumia uma dupla importância, atuando como fator de reprodução da economia de alimentos e como reserva de valor, podendo ser vendida ou hipotecada em caso de dificuldades.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO 1 – MERCADO INTERNO COLONIAL E AS MINAS GERAIS.....	18
1.1 - A historiografia até a década de 1970 .....	20
1.2 - Lavras do Funil, passagens do século XVIII ao XIX.....	46
CAPÍTULO 2: LAVRAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX .....	57
2.1 - Inventários e o universo amostral .....	58
2.2 - Demografia populacional mineira .....	63
2.3 - Estrutura da posse de escravos .....	66
2.4 - Composição da riqueza lavrense .....	73
2.5 - Produção rural, agricultura e pecuária .....	85
2.6 - Mão de obra escrava .....	92
CAPÍTULO 3: FIM DO TRÁFICO E AS TERRAS DO SUL DE MINAS .....	113
3.1 - O Fim do Tráfico Africano para o Brasil (perspectiva historiográfica) .....	113
3.2 - Historiografia e o debate sobre a legislação de terras .....	122
3.3 - Uma comprovação necessária: a perspectiva das fontes .....	131
3.4 - Comparações de riqueza .....	142
3.5 - Quatro décadas de escravidão .....	164
3.6 - O Perfil dos Escravos .....	171
CONCLUSÃO .....	182
BIBLIOGRAFIA .....	184

## Lista de Quadros

Quadro 1: Minas – população das comarcas entre 1776 e 1835.....	54
Quadro 2: População de livres e escravos em termos da Comarca do Rio das Mortes 1831.....	64
Quadro 3: Participação cativa mineira segundo regiões por décadas (%)......	65
Quadro 4: Estrutura de posse de escravos de Lavras durante os anos de 1832 a 1848.....	67
Quadro 5: Composição da riqueza dos proprietários escravistas da Vila de Lavras de 1832 a 1848.....	75
Quadro 6: Distribuição de inventários por tamanho de monte-mor 1832 a 1848.....	80
Quadro 7: Relação dos tipos de propriedade como urbanos ou rurais.....	85
Quadro 8: Vocação produtiva por tamanho de plantel escravista.....	89
Quadro 9: Menções aos tipos de propriedades e terrenos nos inventários.....	91
Quadro 10: Origens dos escravos nos inventários de 1832 a 1848.....	94
Quadro 11: Sexo dos escravos nos inventários entre 1832 a 1848.....	100
Quadro 12: Sexo dos escravos de origem Africana nos inventários.....	102
Quadro 13: Sexo dos escravos crioulos nos inventários.....	102
Quadro 14: Idade dos escravos nos inventários de Lavras 1832 a 1848.....	103
Quadro 15: Idade dos africanos registrados nos inventários.....	104
Quadro 16: Idade dos crioulos registrados nos inventários.....	104
Quadro 17: Relação dos credores por categorias de valores de empréstimos.....	108
Quadro 18: Principais credores de acordo com valor.....	110
Quadro 19: Principais ativos de riqueza, 1850 a 1860.....	133
Quadro 20: Distribuição de riqueza por categorias de plantel 1850 a 1868.....	136
Quadro 21: Participação dos proprietários em cada tipo de ativo.....	140
Quadro 22: Formas de aquisição de Terras nos Registros.....	148
Quadro 23: Crescimento da população escrava por província6 1819 e 1872.....	154
Quadro 24: Estrutura de posse de escravos de Lavras durante os anos de 1850 a 1868.....	166
Quadro 25: Escravos por origem 1850 a 1868.....	172
Quadro 26: Relação entre sexo e origem dos escravos 1850 a 1868.....	176
Quadro 27: Faixa de idade dos escravos por décadas 1850 a 1868.....	179

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1: Participação dos principais ativos na composição de riqueza por período.....	77
Gráfico 2: Número de escravos nos anos anteriores a lei de fim do tráfico.....	119
Gráfico 3: Principais ativos por décadas 1832 a 1868.....	143
Gráfico 4: Preço dos escravos homem por biênio 1832 a 1868.....	151
Gráfico 5: Proprietários de escravos por tamanho de plantel 1832 a 1868.....	168
Gráfico 6: Total de escravos por tamanho de plantel 1832 a 1868.....	170
Gráfico 7: Origens dos escravos entre 1832 a 1868.....	170
Gráfico 8: Sexo dos escravos entre 1832 a 1868.....	177

## Introdução

Como o título da pesquisa já informa, esse trabalho consiste em analisar o comportamento economia de mercado interno nos meados do século XIX, no Sul de Minas, utilizando a documentação referente a Lavras, presente no Centro de Memória do Sul de Minas em Campanha e no Arquivo Público Mineiro.

Utilizamos como marco temporal da pesquisa os anos que vão de 1831 a 1868, período marcado pelo início da legislação que combatia o tráfico atlântico de escravos – ainda que somente a partir de 1850 tal medida passasse a ser respeitada – e por permitir um estudo de longa duração. Durante essas quase quatro décadas, podemos observar o crescimento populacional e desenvolvimento econômico, até a data limite da qual temos documentos disponíveis para consulta no citado arquivo.

Temos como objetivos principais analisar os impactos do fim do tráfico negreiro e os efeitos da lei de terras sobre a região, ambos de 1850, uma vez que são questões muito pouco estudadas para o Sul de Minas.

Somente a partir da década de 1970 foi que se começou a repensar as lógicas de produção voltadas para atender o mercado interno. Com a difusão dos programas de pós-graduação novos trabalhos passaram a focar nas características regionais trazendo novos espaços de estudos. Isso permitiu que a região do Sul de Minas, por muito tempo tratada como marginal por uma historiografia que priorizava as áreas agroexportadoras, ganhasse cada vez mais importância. Por outro lado, posteriormente, esses estudos se concentraram mais no século XVIII e primeira metade do século XIX, focando sempre o papel de região abastecedora da corte. E como se comportou essa região após esse período? Como foram os impactos das transformações do ano de 1850, marcado pelo fim do tráfico negreiro e criação da Lei de Terras?

Nesse sentido, nossa pesquisa procura responder estas questões a partir do estudo das vilas localizadas nessa região durante o século XIX. Através de um exaustivo levantamento de fontes, foi localizada uma série de inventários post-mortem, pertencentes ao Centro de Memória do Sul de Minas, na cidade de Campanha, que dizem respeito aos moradores da vila de Lavras do Funil e de seus distritos. Diante da descoberta desses documentos e da leitura dos demais trabalhos acerca dessa temática, pudemos levantar questões que permitem comparar o

caso de Lavras com as demais freguesias do Sul de Minas e analisar questões ainda lacunares para a compreensão do comportamento socioeconômico no período em foco.

A análise inicial das fontes permitiu que observássemos o caráter agropecuário da vila, uma vez que a presença de lavradores e roceiros foi marcante. A presença de numerosos fogos se dedicando ao plantio de alimentos e criação de animais, com diferentes vínculos com o mercado, nos permite, através da comparação com as demais freguesias da Comarca do Rio das Mortes, apontar a vila de Lavras do Funil como uma importante região de economia de alimentos.

Sobretudo após a instalação da família real na colônia, no início do século XIX, quando o Rio de Janeiro se tornou o principal consumidor desses produtos, o que levou a uma nova onda de concessões de sesmarias para o povoamento e cultivo de roças de alimentos.

Assim como nas demais regiões do sul de Minas, a presença da escravidão foi marcadamente notada, uma vez que se observa uma alta porcentagem de escravos no número total de habitantes. Percebemos difusão da propriedade escrava, distribuída, sobretudo, entre os pequenos proprietários, de até três cativos, que os utilizavam como mão-de-obra complementar ao trabalho familiar. Havia a presença concomitante de grandes e médios proprietários, responsáveis pela maior parcela do número total de cativos. O que esses dados têm nos apontado, é que a região não era ocupada apenas por proprietários de baixos estratos sociais.

As atividades econômicas praticadas em Lavras do Funil, essencialmente aquelas ligadas à agricultura e a pecuária, possibilitaram o enriquecimento de alguns proprietários, apresentando uma estrutura hierarquizada típica das áreas produtoras de alimentos mais consolidadas, como São João Del Rei, por exemplo.

Essa estrutura agrária, muito semelhante as demais encontradas nos trabalhos a respeito do Sul de Minas, nos fez questionar a respeito das mudanças sofridas a partir da segunda metade do século XIX e que não receberam devida atenção pelos historiadores. O fim do tráfico deu início a transformações que continuaram a refletir sobre a região no decorrer do período, com a implantação de medidas que gradativamente viriam por fim ao trabalho escravo.<sup>1</sup> Seus efeitos logo foram sentidos, especialmente no aumento considerável do preço dos cativos, consequência da diminuição no volume de escravos que passaram a desembarcar na costa brasileira devido à constante fiscalização inglesa. A grande mudança processada era

---

<sup>1</sup> SOUZA, Sônia Maria. ALÉM DOS CAFEZAIS: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora - Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado: UFF, 1998

que reprodução da mão-de-obra não poderia mais ser feita através da introdução de novos braços do outro lado do Atlântico como anteriormente. Para atender à demanda e para que o regime escravista continuasse a existir como sustentáculo da sociedade brasileira, restavam aos proprietários duas medidas a partir de então: um maior investimento na reprodução natural e/ou no tráfico interno de cativos<sup>2</sup>.

Sobre a Lei de Terras, temos o projeto de lei aprovado no senado (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850). Nos seus artigos iniciais, a lei proibia a aquisição de terras devolutas por outro meio que não a compra e estabelecia uma nova definição para o conceito de terras devolutas<sup>3</sup>. O objetivo da lei era justamente, além de regularizar a propriedade daqueles terrenos que já estavam ocupados, determinar às normas de acesso as terras devolutas, daquela data em diante. A lei deveria constituir um marco na história da apropriação territorial: os terrenos já ocupados até 1850 haviam se beneficiado de normas e costumes que a lei estava dando por encerradas, as concessões gratuitas, mas condicionais de sesmarias e posse “mansa e pacífica”. A lei previa a regularização dessa forma de ocupação, determinando as condições dentre das quais os possuidores se transformariam em propriedade. Por outro lado, determinada que daquela data em diante as terras devolutas só poderiam ser adquiridas pela compra, que a mesma lei autorizava o governo a promover e regulamentar. Torna-se muito importante, portanto analisar como a lei pretendia, por meio de seus dispositivos, funcionar como marco divisório entre duas épocas.

Contudo, o uso dessa documentação deve ser feito com muito cuidado, como nos mostra Márcia Motta, no seu trabalho, “Nas fronteiras do poder: conflito de Terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX”. A autora demonstra como os Registros Paroquiais não podem ser vistos como um retrato da estrutura fundiária de cada região. Nem tão pouco seus dados são meros reflexos de uma realidade estatística. É preciso considerá-lo como resultado de um processo bastante complexo. M<sup>a</sup> Yedda Linhares e F. Carlos Teixeira apontaram a mesma preocupação, apontando que o tratamento técnico do registro é muito problemático. Ainda assim, muito dos historiadores optaram por quantificar os dados de uma

---

<sup>2</sup> FLAUSINO, Camila Carolina. Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana (1850-1886). Dissertação de Mestrado, UFJF: Juiz de Fora, 2006.

<sup>3</sup> SILVA, L. O. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850, Campinas: UNICAMP, 1996.

região pesquisada, o que os levou a conclusões, se não invalidadas, muito pouco expressivas da dinâmica do acesso a Terra<sup>4</sup>.

Obviamente, esse procedimento não invalida as conclusões acerca do processo de concentração fundiária, na medida em que o pesquisador generaliza a metodologia para todos os declarantes dos registros de terras de uma localidade. Desta forma, é possível encontrar as maiores fazendas do local em tela, a relação entre o número de fazendas e outras de apropriação, como sítios e chácaras. Entretanto, muitos historiadores, ao estudarem uma determinada região, quantificaram os dados daqueles que declararam a forma de aquisição nos registros paroquiais e generalizam, a partir daí, suas conclusões<sup>5</sup>.

Hebe Mattos, ao analisar a apropriação fundiária do município de Capivary, no Rio de Janeiro, através da análise desses registros, demonstrou a existência de um incipiente mercado de terras antes mesmo da promulgação da lei. Uma vez que uma série de declarantes afirmaram terem adquirido suas terras através da compra. Outro dado importante apresentado pela autora diz respeito à formação de áreas rurais mais consolidadas, onde os declarantes haviam recebidos suas terras pela doação de sesmarias. E também as novas zonas de expansão de fronteira, onde posseiros e compradores de terras declaravam suas propriedades<sup>6</sup>.

Dentre esses documentos citados, nossa principal fonte é composta pelos inventários *post-mortem* da vila de Lavras do Funil, presentes no Centro Cultural de Memória do Sul de Minas, localizados atualmente na cidade de Campanha.

Para a totalidade do nosso período em estudo – 1831 a 1868 – foram registrados 321 inventários *post-mortem* no Centro de Memória do Sul de Minas, localizado na cidade de Campanha. Nossa tentativa inicial procurou dar conta da coleta da totalidade das fontes, mas devido à quantidade de tempo hábil para a realização da pesquisa, somadas com uma série de dificuldades no acesso a esses documentos, foi necessário a elaboração de uma amostragem que se torna viável a pesquisa dentro do tempo proposto. Optamos assim por selecionar a totalidade dos inventários de todos os anos pares dentro da periodização. Tal escolha nos permite acompanhar uma série longa de anos e não compromete a representação do universo de fontes – uma vez que o número de inventários coletados diminui de 321 para 180

---

<sup>4</sup> MOTTA, Márcia Mendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de Terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1996.

<sup>5</sup> *Ibidem*, pp. 256

<sup>6</sup> MATTOS, Hebe M. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

inventários – mantendo uma porcentagem de 60% do total de documentos existentes para a região no período. Para além de permitir que a pesquisa possa ser concluída, essa forma de amostragem mantém um importante equilíbrio para o nosso objetivo - primordialmente pensando em analisar o impacto do fim do tráfico no ano de 1850 para uma região produtora de alimento - uma vez que são nove datas coletadas para a primeira metade - 1832; 1834; 1836; 1838; 1840; 1842; 1844; 1846 e 1848 - e mais 10 para a segunda metade do século XIX - 1850; 1852; 1854; 1856; 1858; 1860; 1862; 1864; 1866 e 1868. Não só a quantidade de anos selecionados nos é importante, mas a soma da quantidade de inventários entre as duas metades também se mantém próxima uma da outra - foram encontrados 82 inventários durante o intervalo de 1832 a 1848; e mais 98 inventários para 1850 a 1868 - não havendo, portanto uma discrepância muito grande entre o número de documentos coletados nos períodos anteriores ou posteriores ao ano de 1850, que fossem capazes de gerar alterações significativas nas conclusões desse trabalho.

Esses documentos nos forneceram não somente as inversões produtivas de cada unidade, mas também seus bens móveis e imóveis, traduzindo traços da cultura material das propriedades. A descrição dos bens móveis constitui um indicador do padrão de vida, da riqueza dos indivíduos e da maneira como esta se distribuía individualmente. Os utensílios domésticos permitem aferir sobre a rusticidade e riqueza, devido à presença de certos bens de consumos; as atividades profissionais desempenhadas também ficam claras ao observarmos a utilização de certas ferramentas, principalmente aquelas ligadas a atividades agropecuárias, como enxadas, foices, facão e atividades artesanais.

Em seguida descreve-se a relação dos animais, separados como gado vacum, novilho, porco e cavalari. Além da quantidade e valor, também é descrito quantas eram as crias que acabaram de nascer, e quantos animais estavam com barriga. Essa categoria foi analisada com bastante cuidado, uma vez que os investimentos em pecuária foram de grande importância para a região, e a distribuição desse ativo na participação da riqueza é um dos indicadores da estrutura produtiva da localidade.

A categoria dos escravos recebeu uma importante atenção. Foram descritos com nome, idade, estado conjugal, origem, profissão, nome do cônjuge caso houvesse, estado de saúde e em alguns casos o nome dos pais. A análise sistemática dessa categoria nos servirá para perceber como a vila estrutura suas unidades produtivas e também uma das questões centrais do trabalho, de tentar perceber qual foi o impacto do fim do tráfico para região. Através desses

dados podemos perceber se as pequenas e médias propriedades estão revendendo seus escravos os grandes produtores, uma vez possuem maior capacidade de compra.

Os bens de raiz, ou imóveis, engloba propriedades rurais (seja fazendas ou sítios ou até mesmo terras não ocupadas) e propriedades dentro da freguesia, como casas ou pontos de comércio. Já a categoria roça/colheita era essencial para tentarmos perceber em que tipo de produção agrária estava envolvida a vila. Assim como para a categoria dos animais, procuramos demonstrar como a participação desse ativo pode ter contribuído para um maior investimento dos recursos, seja na compra de novos escravos, imóveis ou até mesmo a possibilidade de realizar empréstimos.

E por último, a presença das dívidas ativas, com o nome do devedor, local, tipo de operação e valor. Isso nos permite verificar se o padrão analisado por Alcir Lenharo se mantém. Com a presença de unidades produtivas conjugadas com agentes comerciais, os tropeiros, na qual encontramos a produção de gêneros aliadas a comercialização. Ou se existia setores mercantis separados dos que realmente produziam. A presença dessas dívidas permitiu verificar se a vila possuía linhas de créditos internas ou estavam buscando linhas de financiamento externas, abastecendo as unidades de dinheiro.

Analisando a documentação recorrente, demonstramos o caráter agropecuário dessa região, com a presença de roças de alimentos e criação de gado. A pobreza de algumas propriedades foi marcante, mesmo com a presença de escravos entre os seus bens. Isso nos permitiu comparar como os traços escravistas se comportaram ao longo das quatro décadas de estudo. Isso nos permitiu entender como essas unidades responderam à crise da escravidão, seja através da reprodução natural, tráfico interprovincial ou intraprovincial, ou mesmo revendendo seus cativos no mercado.

Através do Registro Paroquial de Terras, já digitalizado pelo Arquivo Público Mineiro, localizamos para a vila de Lavras um total de 591 registros, o que nos permite ter uma visão geral do comportamento do sistema de propriedade. Os registros paroquiais de terra também serão cruzados aos inventários, para que possa ser analisado o impacto do fim tráfico em relação à terra, uma vez que a legislação buscava criar as condições para o surgimento de um mercado de trabalho livre para a grande lavoura e aumentar os índices de mercantilização das terras com vista a que viessem substituir a renda capitalizada no escravo<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> MATTOS, Hebe M. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Em termos de aplicação teórica/metodológica, utilizamos uma abordagem predominantemente quantitativa, definimos seu critério através do “campo de observação”. De forma muito bem apresentada por José D'Assunção Barros, a *História Quantitativa* pretende observar da realidade aquilo que está atravessado pela noção do “número”, da “quantidade”, de valores a serem medidos. As técnicas a serem utilizadas pela abordagem quantitativa serão estatísticas, ou baseadas na síntese de dados através de gráficos diversos e de curvas de variação a serem observadas de acordo com eixos de abscissas e coordenadas<sup>8</sup>. Para realizar nosso objetivo de apresentar o dinamismo dessa região, e sua capacidade de reinvestimentos dos seus ganhos na própria produção. Uma reflexão quantitativa sobre tal documentação permitiu demonstrar a existência de unidades produtivas com diferentes vínculos ao mercado. Proprietários capazes de adquirir grandes quantidades de mão de obra escrava via tráfico conjugando os mesmo espaços de pequenos proprietários dependentes da reprodução natural, bem como unidades que contam apenas com o trabalho familiar.

Pela proposta de avaliar um problema, tentamos contornar um problema que Barros apresenta como incidentes nos novos trabalhos sobre história quantitativa – sobretudo pela insuficiência de dados coletados – de acabarem por realizar uma história meramente descritiva. Para o autor, se a História Quantitativa se resumir a uma exposição de quantidades, de informações numéricas, sejam estas relativas à população ou à economia, terminará por se constituir meramente em uma História Descritiva, não-problematizada<sup>9</sup>.

Como a intenção desse trabalho é também de servir de exercício para a aplicação de métodos e práticas recorrentes na historiografia atual, nos arriscamos na empreitada de tentar resgatar algumas experiências individuais. No seu texto sobre os usos da biografia, Giovanni Levi chama a atenção sobre as formas de se utilizar a chamada “biografia modal, ou prosopografia”<sup>10</sup>. Nessa ótica, as biografias individuais só despertam interesse quando ilustram os comportamentos ou as aparências ligadas as condições sociais estatisticamente mais frequente. Portanto não se trata de biografias verídicas, porém mais precisamente de uma utilização de dados biográficos para fins prosopográficos. Os elementos biográficos que constam das prosopografias só são considerados historicamente relevantes quando tem alcance geral. No fundo, a relação entre habitus de grupo e habitus individual estabelecida por

---

<sup>8</sup> BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

<sup>9</sup> BARROS, José D'Assunção. *Opt Cit.*

<sup>10</sup> LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. *Usos e abusos da história oral*. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Bourdieu remete a seleção entre o que é comum e mensurável, “o estilo próprio de uma época ou de uma classe”, e o que diz respeito a “singularidade das trajetórias sociais”<sup>11</sup>.

Bourdieu levanta tanto a questão do determinismo quanto a da escolha consciente, mas a escolha consciente é antes constatada do que definida e a ênfase parece recair mais nos aspectos deterministas e inconscientes, nas estratégias que não são fruto “de uma verdadeira intenção estratégica”<sup>12</sup>. Esse tipo de biografia “modal”, porquanto as biografias individuais só servem para ilustrar formas típicas de comportamento ou status, apresenta muitas analogias com a prosopografia: na verdade, a biografia não é, nesse caso, a de uma pessoa singular e sim a de um indivíduo que concentra todas as características de um grupo.

Partindo, portanto da análise dos 180 inventários, e dos citados 591 registros de terras, pretendemos observar através da comparação dos dados anteriores e posteriores a 1850, analisar se a terra assumia assim dupla importância, atuando como fator de reprodução da economia de alimentos e como reserva de valor, podendo ser vendida ou hipotecada em caso de dificuldades.

Dessa forma, pesquisas sobre o impacto do fim do tráfico e da criação de lei de terras ainda não foram realizadas para pequenas regiões que se dedicavam ao cultivo de alimentos e criação de animais. Essas medidas de capitalização da terra, em contraste com a rusticidade e pobreza da vila de Lavras do Funil, nos leva a questionar as formas como o trabalho escravo era empregado: os pequenos e médios proprietários venderam seus escravos para a aquisição de novas terras? Ou, o uso da mão-de-obra escrava no trabalho agropecuário era mais valioso que seu preço líquido? Estas são questões em aberto, cujo presente projeto busca responder.

Para o desenvolvimento desse estudo, procuramos levantar logo no primeiro capítulo o apontamento de alguns dos trabalhos historiográficos a respeito da temática do mercado interno não só no Brasil, mas também para o caso argentino. Para além desses pontos, foi fundamental o enfoque em pesquisas que discutiam o caráter da economia mineira durante os séculos XVIII e XIX. Tais trabalhos norteiam essa pesquisa ao utilizarem abordagens quantitativas; serial e demográfica em suas metodologias. Ainda na primeira parte, apresentamos da nossa localidade de estudo no que diz respeito a sua geografia e ocupação.

No segundo capítulo do trabalho abordamos os anos anteriores a 1850, na tentativa de apresentar o comportamento socioeconômico da região através das análises de seus

---

<sup>11</sup> LEVI, Giovanni. Opt cit. 174

<sup>12</sup> LEVI, Giovanni. Opt cit. 115

inventários. Procuramos apontar seu caráter agropecuário, e demonstrar como os diferentes proprietários investiam seus ganhos. Além dessa questão, iniciamos também uma apresentação da demografia escrava, buscando entender quais eram as principais características dessa mão de obra. Por utilizarmos uma abordagem de longa duração, tal capítulo permite iniciarmos o estudo comparativo entre o a primeira metade do século XIX com a segunda, visando com isso não apenas um estudo de cunho regional, mas sim, que possa servir de modelo para outros trabalhos do período e tema.

Por ultimo, temos no terceiro capítulo os dados relativos à segunda metade do século XIX. Iniciamos com uma discussão em torno do debate historiográfico que perpassa as discussões sobre a Lei Eusébio de Queiroz e Lei de Terras, bem como uma apresentação dos contextos históricos em que ambas foram propostas. Seguindo as análises iniciadas no capítulo anterior, mantemos o uso dos inventários para concluir a comparação dos seus dados nas quatro décadas de estudos e concluirmos como tais promulgações das leis foram sentidas pelos seus indivíduos e estruturas produtivas.

## Capítulo 1 – Mercado interno colonial e as Minas Gerais

Desde os primeiros anos da colonização, o sonho de descobrir o eldorado no Brasil se manifestava nas ações políticas da Coroa Portuguesa e de seus súditos. As riquezas extraídas das terras coloniais espanholas na América despertavam a ambição e a esperança de que na porção portuguesa - próximas das prósperas minas da região andina de Potosí - se encontrasse também os tão sonhados metais preciosos. Com o decorrer dos anos de colonização, a ânsia por descobrir tais metais preciosos nunca fora abandonada e os incentivos da Coroa para que os colonos persistissem nessa tarefa era contínuo. A princípio, o litoral brasileiro não ofereceu tais terras minerais como se desejava, mas à medida que a colonização foi se efetivando e a interiorização do continente acontecendo, esse ideal foi ficando mais próximo:

*O governo metropolitano nunca perdera as esperanças de encontrar metais preciosos nas terras da América. Esta esperança era alimentada pelas lendas sedutoras da cidade de Manoa, das Serras das Esmeraldas e de Sabarabuçu. E para dar uma base mais concreta a essa esperança, havia o exemplo das minas de Espanha, em terras contíguas às do Brasil<sup>13</sup>.*

Já havia quase dois séculos de colonização, quando a convicção de que a colônia devia possuir metais preciosos deixou de ser um contexto vislumbrado e se materializou. No final do século XVII, os colonos chegariam às regiões centrais da futura Capitania das Minas e encontrariam as riquezas minerais em expressiva quantidade. A notícia dessa descoberta logo chegaria a Corte e ao restante da colônia, provocando uma euforia geral no Império Português.

Com isso, a história de Minas Gerais se confunde, em sua origem, com a história das catas de ouro e a faiscação dos diamantes, como fruto do privilégio que a geografia da região ofereceria para a extração desses metais nos córregos e nas minas que cortavam toda aquela região montanhosa.

Ainda no primeiro século da colonização, a tentativa de penetrar naquela região promoveu várias entradas: pelo norte, vindos da Bahia; pelo leste, do Espírito Santo; e pelo sul, através do Rio de Janeiro e de São Paulo. De qualquer forma, nenhum povoamento efetivo

---

<sup>13</sup> ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990. p. 37.

havia sido produzido a partir daquelas excursões naquele momento.

Esses primeiros desbravadores encontraram situações extremas de sobrevivência, lidando com as adversidades, como o confronto com os indígenas, as doenças, a fome e o desconhecimento do território. Entretanto, as informações desconstruídas sobre as possibilidades de terras minerais naquela região central de Minas foram ficando cada vez mais evidentes, o que estimulava ainda mais esses aventureiros.

A partir de 1674, o movimento de povoamento da região foi frequente, sendo fundados os primeiros núcleos de aldeamento e feitas às aberturas de caminhos, com roças e paragens. Mas, foi somente na última década do século XVII que a corrida pelo ouro desencadeou também um processo de povoamento mais efetivo na região, principalmente a partir do primeiro relato oficial da descoberta aurífera por Antonio Rodrigues Arzão nos sertões do Rio Casca (1692)<sup>14</sup>.

Essa corrida desencadeada em busca do eldorado prometido fez surgir em pouco tempo um esforço de uma população que abria picadas e caminhos, construía casas e roças e procuravam se instalar nos complexos auríferos e ao longo desse percurso. Foi dessa forma que se viu surgir os primeiros povoados, que em pouco tempo, se transformaram nas primeiras vilas daquela região, como Vila do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e São José Del Rei.

Para dar condições de sobrevivência àquelas pessoas, as vilas recebiam produtos de todos os gêneros vindos de outras partes da colônia e até mesmo da metrópole. Além disso, para abastecer toda aquela população foi necessário criar uma estrutura de produção de alimentos ao redor dos núcleos auríferos e uma rede comercial que se estendia pelos caminhos e terras que ligavam aquela região até os portos do Rio de Janeiro e também de outras capitanias. Logo, essas roças e paragens das Minas passaram não só a contribuir para o sustento de seus povoados, mas também a escoar parte da produção agropecuária para lugares cada vez mais longínquos, o que iniciaria a gestação de um promissor mercado de abastecimento mineiro, que se desenvolveria ao longo do século XVIII e principalmente no XIX.

A respeito da Capitania das Minas, dois momentos historiográficos distintos contribuíram para interpretações que procuraram reconstruir o cenário econômico mineiro entre o declínio do ouro do século XVIII e acomodação produtiva que iria até o século XIX.

---

<sup>14</sup> Sobre os primeiros anos da ocupação no território mineiro, ver: ZEMELLA, Mafalda. op cit. p.39; VASCONCELLOS, Diogo. *História antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. pp.141-161.

Nesse sentido, torna-se importante traçar um panorama sobre a trajetória da historiografia sobre Minas Gerais.

### **1.1 – A historiografia até a década de 1970.**

O final do século XIX trouxe à luz teorias que repercutiram sobre a intelectualidade no Brasil. A teoria do evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo começaram a ser difundidos nos trabalhos no país a partir daquele momento. No campo da pesquisa histórica, a contribuição de Capistrano de Abreu foi fundamental para a constituição da disciplina como um locus de estudo, pautando-se por um método científico, um objeto e uma escritura próprios.

No caso que nos interessa, Capistrano de Abreu inauguraria uma percepção sobre a História do Brasil Colônia. Capistrano procurou chamar a atenção para a necessidade de um olhar voltado para o interior de nossa história, da sociedade colonial e de seu funcionamento. Representante de um grupo que procurava um método científico fundado na prova documental consistente e em procedimentos capazes de garantir objetividade por parte do historiador, Capistrano buscava uma história da identidade nacional de um povo; de sua “brasilidade”<sup>15</sup>.

Especificamente para o caso de Minas Gerais, as pioneiras “Efemérides Mineiras” (1897) e a Revista do Arquivo Público Mineiro, sob a direção de Xavier da Veiga até 1900, buscavam um cuidado com a narração e a cronologia, não esquecendo o forte teor das ações políticas em seus textos. Da mesma forma, aquele início de século traria as contribuições de Diogo de Vasconcelos com a narrativa sobre Minas Gerais, desde sua formação fundamentada na erudição, no factual, no zelo com as fontes e com as memórias de seus pares<sup>16</sup>. O intuito dessas produções era a construção de uma identidade cultural estadual, de uma “mineiridade, de certa forma presumida necessária ao esforço político empreendido pelo estado para se impor na Federação”<sup>17</sup>.

Na primeira metade do século XX, surgiu uma concomitância de trabalhos que, por

---

<sup>15</sup> ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e estudos (crítica e História)*. 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976; ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial; 1500-1800*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976

<sup>16</sup> VASCONCELOS, Diogo. *História média de Minas Gerais*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974

<sup>17</sup> Ângelo Carrara faz uma boa síntese desse período historiográfico, na obra: CARRARA, Angelo. op.cit. pp.13-16.

muito tempo, insistiram na percepção de uma decadência econômica para a Capitania das Minas, logo após o período do auge minerador. Não conseguiria nem mesmo vincular qualquer relação de uma produção voltada ao abastecimento e para a mercantilização, nem mesmo durante a ascensão da extração aurífera.

Foi a partir da década de 1970, do mesmo século, que uma nova linha interpretativa passaria a vislumbrar outro posicionamento econômico para a capitania. Amparado por uma nova metodologia e uma pesquisa massiva com as fontes, esse novo ramo historiográfico passou a criticar e a colocar à prova as velhas posições. Por isso, torna-se importante traçar a trajetória da historiografia sobre Minas Gerais para alinhá-la, mais tarde, com o objeto de estudo em questão nessa pesquisa.

O século XX assistiu, já em suas primeiras décadas, um processo quase que heróico de alguns estudiosos que se aventuraram em trazer uma sistematização e orientação metodológica ao trabalho de pesquisa histórica no Brasil. O passado de nosso país seria revisitado a partir de um contato mais direto com as fontes, que receberiam maior atenção e seriam cada vez melhor aproveitadas pelos pesquisadores.

Os anos de 1930 viram surgir no plano intelectual, em meio a grandes inquietações na vida política e social do país, várias obras de caráter histórico, que tinham em comum a preocupação de repensar as tradicionais explicações sobre a sociedade brasileira e seu passado.

Para esta linha interpretativa, grosso modo, a ausência de um produto dominante entre os ciclos do ouro e do café em Minas marcaria um momento de decadência e estagnação da economia. Acreditavam esses pesquisadores que qualquer vínculo entre exportação e escravidão após a queda da produção aurífera, ao fim do século XVIII, seria impossível, já que Minas não teve capacidade de reverter à crise do ouro e se manter com outro tipo de produção, que gerasse riquezas para a capitania e que mantivesse um mercado de produção interna.

Em 1937, Roberto Simonsen apresentaria em sua obra, “História Econômica do Brasil”, a noção de que a economia brasileira teria sofrido uma sucessão de “ciclos”, cujos elementos produtivos teriam sido o açúcar, a mineração e o café. Para o autor, a decadência do ouro em Minas deixou a capitania em pleno declínio produtivo, já que na estrutura colonial brasileira somente uma produção baseada na exportação poderia realizar lucros. Sendo assim, Simonsen desconsiderou qualquer possibilidade das produções agropecuárias, por exemplo, de gerir desenvolvimento econômico significativo e afirmou a existência de um vazio produtivo entre os ciclos do ouro e do café:

*Cessada a mineração, mergulhou o Centro-Sul na sua primeira grande crise por falta de uma produção rica e exportável, numa organização social em que o atraso de seus habitantes, a falta de aparelhamentos técnicos e a alta proporção da população escrava não permitiam um comércio interno suficientemente rico para o seu progresso*<sup>18</sup>.

Tempos depois, uma nova percepção da econômica colonial surgiria com Caio Prado Junior. Segundo Ângelo Carrara, os estudos de Caio Prado e Celso Furtado se distanciariam de Simonsen, contudo sem anular as idéias de ciclos, mas dando um novo “sentido” a elas, ou seja, “Caio Prado substituiu o primeiro plano ocupado pelos ciclos econômicos de Roberto Simonsen pelo sentido da colonização”.

Em a “Formação do Brasil Contemporâneo”, Prado considerou importante entender o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX, como um momento crucial para se compreender o Brasil contemporâneo e caracterizar o que foi o período colonial<sup>16</sup>. Nessa mesma obra, Caio Prado apresentou um panorama estrutural acerca da economia colonial brasileira, interligando um “sentido histórico”, a uma produção de excedentes voltada para o mercado externo e aos interesses metropolitanos.

A estrutura da economia mineira no século XVIII é, dessa forma, foco especial das análises que tentam desvendar os ritmos da formação econômica do Brasil. Segundo Caio Prado Júnior, o ouro mineiro se inseria no conjunto de produtos fornecidos à metrópole. Integrava-se ao *sentido da colonização*, sendo durante mais de meio século um dos grandes geradores de riqueza para a economia européia. Para a perspectiva, também externalista, de Fernando Novais, o produto atendia ao mecanismo do chamado *exclusivo metropolitano*. Dessa forma, toda a produção de gêneros alimentícios da região tinha a função de assegurar a subsistência de uma grande massa de pessoas que viviam em torno da economia da mineração direta ou indiretamente, sem gerar excedentes significativos<sup>19</sup>. Coerente com a visão clássica foi a afirmação de decadência dessa região defendida por Celso Furtado. Segundo ele, o decréscimo da extração aurífera gerou um contingente de escravos “semi-ociosos”, o que

---

<sup>18</sup> SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília:INL, 1977. p.294.

<sup>19</sup> NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1984.

facilitou a decolagem da economia cafeeira no Vale do Paraíba e o Oeste paulista. Encerrando o ciclo de um produto exportador, a mão-de-obra disponível não teria outro fim senão empregar-se na produção comercializada com o mercado externo<sup>20</sup>.

Wilson Cano também enfatizou a incapacidade da agricultura e das atividades de transformação de gerarem um complexo econômico devido ao seu baixo potencial de acumulação. Segundo o autor, embora a mineração tivesse gerado um grande excedente, a economia mineira só teria retido localmente uma ínfima parcela do mesmo, e que tiveram como principais fatores de desestímulo ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e manufatureiras aos altos custos da mão de obra (problema enfrentado também pela atividade principal) e por outro lado, o de os altos custos dos transportes que, ao mesmo tempo em que incentivavam a produção interna, também fechavam as possibilidades de comercialização com mercados mais significativos<sup>21</sup>.

Com a "depressão" da mineração e a conseqüente transferência de mão de obra para esse tipo de produção estaria criado um paradoxo: apesar da possibilidade do aumento da oferta dos produtos agropastoris e manufatureiros, a demanda teria se retraído, não havendo, portanto, para quem produzir. Nesse sentido os escravos teriam se tornados inúteis e passariam a ser subutilizados, em uma economia em fase de desagregação<sup>22</sup>.

No que diz respeito a Minas Gerais, deve ser destacado o clássico trabalho de Mafalda Zemella que centraliza a abordagem sobre o abastecimento da Capitania de Minas Gerais durante o período da mineração. De certa forma, esta autora acaba por reproduzir a idéia presente na tendência historiográfica que não consegue vislumbrar a possibilidade de existência de uma produção agropecuária mais dinâmica para o mercado interno na região das minas, durante o auge do período minerador<sup>23</sup>. Para Zemella, neste período havia uma carência de todo tipo de produtos, sendo a Capitania de Minas Gerais abastecida, principalmente, pelos mercados de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia e da Europa. Para a autora, todas as atenções estavam voltadas para as atividades mineradoras, e o produtor de alimentos, por não dispor de recursos suficientes, se via impossibilitado de concorrer com os mineradores pela

---

<sup>20</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

<sup>21</sup> CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983, p. 17.

<sup>22</sup> *Idebem*, pp 41

<sup>23</sup> ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951.

mão-de-obra escrava.

*A extração aurífera era absorvente. Enquanto a produção do ouro foi abundante, não houve margem para o aparecimento de uma agricultura ponderável ou de uma pecuária intensiva. A agricultura no apogeu do ouro não poderia desenvolver-se, porque não podia disputar com as minas na compra de escravos. O minerador pagava pelo negro, preços que o roceiro não alcançava<sup>24</sup>.*

Ainda de acordo com Zemella, a implantação de uma produção agrícola e de uma pecuária mais dinâmica só se tornou possível com a decadência das atividades mineradoras, e assumiu tal importância que passou a abastecer não apenas os habitantes da Capitania, mas a suprir mercados como o do Rio de Janeiro. Além da crise da mineração, outros fatores que contribuíram para a prática da agricultura foram a alta dos preços dos gêneros alimentícios, o menor desgaste dos escravos – diminuindo a necessidade de reposição de mão-de-obra –, o menor custo e a maior segurança deste empreendimento<sup>25</sup>.

O viés metropolitano da interpretação dos ritmos da economia colonial foi questionado a partir das teses de Ciro Flamarion e Jacob Gorender. Esses dois autores elaboraram o conceito de *modo de produção escravista colonial*, subsidiário, porém, dissociado do chamado *modo de produção capitalista*<sup>26</sup>. As influências desse debate na História Regional foram salientadas por Paiva.

*Este debate marcou profundamente os inúmeros trabalhos acadêmicos que surgiram a partir do início dos anos oitenta. As assim chamadas sociedades 'coloniais' passaram a ser objetos de grande interesse acadêmico e deram origem a importantes pesquisas que retomaram como objeto de investigação diferentes regiões do país, quer*

---

<sup>27</sup> <sup>24</sup> Idem. *Op. cit.*, p. 211.

<sup>25</sup> Idem. *Op. cit.*, p. 215-218.

<sup>26</sup> O debate no âmbito teórico cercou o conceito de modo de produção, que para Ciro Cardoso, deve passar pela articulação historicamente dada entre as forças produtivas e as relações de produção. A proposição para o sistema escravista da América Portuguesa baseia-se na utilização estrutural da mão-de-obra escrava na reprodução da economia colonial

*sejam províncias quer sejam áreas específicas dentro destas províncias*<sup>27</sup>.

Não se resumindo somente ao caso brasileiro, a revisão de antigos pressupostos a respeito da história agrária também floresceu pela América latina. Escolhemos como exemplo o caso Argentino, uma vez que o debate acerca dos bens voltados para exportação sempre receberam muito destaque, e sua renovação historiográfica ao estudar o mercado interno colonial com a utilização de novos instrumentos de pesquisas, metodologias e fontes se aproximou muito do nosso caso<sup>28</sup>.

No caso argentino, assim como no Brasil, havia uma grande necessidade de se revisar a história rural, em um questionamento radical do modo de se interpretar o funcionamento da economia colonial. Os historiadores foram obrigados a partir de então, a prestar uma atenção especial acerca do mercado interno e o papel que certos polos econômicos do território americano haviam julgado em conformação com os da economia regional.

Esta atenção aos mercados locais permitiu colocar em análise uma visão que desde os tempos coloniais só se prestavam a importância das exportações bens pecuários, demonstrando a presença não só dos cereais, hortaliças e carnes, mas também do resgate dos seus produtores, do papel da família, camponeses e estancieiros<sup>29</sup>.

Se até então, os historiadores que se interessavam na economia colonial só se preocupavam em buscar essencialmente os dados sobre o comércio exterior, que supunham que sua evolução era um indicador suficiente do comportamento do conjunto econômico regional, passaram a procurar outras fontes que pudessem dar conta de fenômenos não necessariamente vinculados à exportação, mas sim, relacionados à economia e sociedade local.

Um dos pontos levantados seria a respeito da mão de obra nas fazendas rio-platense, tema que se encontrava em meio a uma interpretação tradicional sobre a economia agrária argentina e havia servido de sustento para pensar as origens da história “pampeana”, e que nesse novo momento historiográfico passaram a ser abordados por novas metodologias e fontes, de formas cada vez mais sistemáticas.

---

<sup>27</sup> PAIVA, Clotilde A. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. 1996. Tese (Doutorado de História) USP, São Paulo, 1996. Pp. 8

<sup>28</sup> FRADKIN, Raúl; GELMAN, Jorge. Recorridos y desafíos de una historiografía. Escalas de observación y fuentes en la historia rural rioplatense. In. BRAGONI, Beatriz. Microanálisis: ensayos de historiografía argentina. Buenos Aires: Prometeus Libros. 2004. Pp. 31

<sup>29</sup> *Ibidem*. Pp. 32

Além de repensarem as questões dos trabalhadores, surgiram também novas perguntas sobre a identidade do colono rural com a figura do “gaucho”, que os historiadores logo trataram de resgatar novos atores e fenômenos como explicação. Repensaram a lógica “empresarial” das fazendas e seus proprietários – vistos até então como arcaicos – e demonstraram seu caráter bastante ativo, que buscavam aproveitar as oportunidades que os mercados particulares da época criavam<sup>30</sup>.

De todo modo, o modelo centrado na existência de algo que se espera chamar de Mercado Interno Colonial, e que vinha a questionar as formas de pensamento anteriores a respeito da economia colonial, também tinha de contornar algumas dificuldades. A onda de estudos que de alguma maneira desencadeou a revisão proposta por Assadourian demonstrou que nem mesmo com novas fontes e temas permitia dar conta totalmente das realidades regionais argentinas, e da complexidade social que se constatava em cada caso. Seria necessário ir às regiões mistas para poder explicar os comportamentos locais e não somente se limitar a descrever a relação dessas com o polo de Buenos Aires<sup>31</sup>.

Essa identificação das localidades e regionalização dos estudos agrários veio também acompanhada com uma troca de paradigma sociológicos, dando início a um abandono das visões demasiadamente deterministas do comportamento social. Passando a observar cada vez mais as ações e práticas individuais e coletivas, aumentando as margens de atuação e liberdade dos agentes em relação ao curso geral da história. Somente esta nova perspectiva poderia ajudar a dar conta da extrema diversidade de situações que os estudiosos regionais podiam encontrar.

No caso da história rural rio-platense, apesar de certos fatores atuarem de maneira bastante geral em todo o território, os estudos microscópicos passaram a revelar que as respostas eram muito mais diversas, às vezes até em casos cujas distâncias não eram tão longas<sup>32</sup>.

Em seguida, a perspectiva regional acompanhou ainda uma mudança de escala, que permitiu a passagem de uma visão estrutural do funcionamento da sociedade, para uma visão que permitia uma maior liberdade de ação dos seus atores coletivos e individuais. Estes podiam incidir, às vezes de maneira decisiva, na conformação geral de uma sociedade. Dessa

---

<sup>30</sup> *Ibidem*. Pp. 33

<sup>31</sup> *Ibidem*. Pp. 34

<sup>32</sup> *Ibidem*. Pp. 35

forma, somente os estudos detalhados das diferentes realidades históricas podiam dar conta das mesmas, e os modelos só teriam sentido como ferramentas para abordar esses estudos mais específicos, mas que não podiam explicar essas mesmas realidades, que se entendiam como a combinação original de uma serie de fatores e ações coletivas e individuais, que podiam ter lógicas que poderiam pensar desde certos modelos sociológicos, econômicos, antropológicos, mas que se combinavam de maneira diferente e incluíam princípios de liberdade limitada, que faziam poucos previsíveis e originais os resultados.

Estes estudos salientaram que uma parte significativa do trabalho regular das mesmas, recaia sobre uma população escrava. A esta se somavam peões livres que permaneciam nas grandes estâncias por longos períodos, bem como muitos outros trabalhadores, também livres, que entravam e saiam do emprego constantemente. Já a abundante presença de trabalhadores escravos colocaria em evidencia a existência de uma atividade agrícola capitalizada por um lado, e simultaneamente, as dificuldades que certos senhores possuíam para obter uma mão de obra barata entre a população local, que crescia vertiginosamente ao final do período colonial<sup>33</sup>.

Os estudos microanalíticos revelaram, por exemplo, ao estudarem as fontes administrativas da região de Colônia, na Banda Oriental Argentina, a existência de uma população composta majoritariamente por produtores independentes, ou mesmo alguns proprietários de terras, como uma população de ocupantes informal de terras renegadas ou pertencentes a algum outro grande senhor que não as necessitasse para tirar seus sustentos. A utilização da ocupação desse solo serviria como uma forma de complemento da produção familiar, sobretudo naquelas de caráter mais humilde ou em momentos de dificuldade e/ou crise econômica.

Já com o estudo das listas nominativas, os historiadores constataram que os modelos de funcionamento econômico permitiam supor, como por exemplo, a presença de residentes instalados as margens de uma grande propriedade como trabalhadores assalariados temporários, que ajudavam na produção de maneira independente das colheitas agrárias e da criação de animais<sup>34</sup>.

As mesmas listas também apontaram a presença de trabalhadores recém chegados, vindos, sobretudo de regiões menos favorecidas do interior. Dos que vinham, os homens ainda

---

<sup>33</sup> Ibidem. Pp. 36

<sup>34</sup> Ibidem. Pp. 37

em idade juvenis eram os que se mostravam mais dispostos ao trabalho nas estâncias como mão de obra relativamente estável, carecendo das alternativas de independência que os trabalhadores mais velhos já possuíam e sem seus recurtos familiares que eram suas condições prévias.

Essa renovação metodológica e temática passou a demonstrar também os processos de mobilidade geográfica e social. Seja dos trabalhadores que imigravam para trabalhar nas propriedades, que circulavam e podiam discutir as condições de serviço com seus empregadores; indivíduos que se utilizavam de estratégias de matrimônio para se inserirem em redes relacionais que possibilitassem iniciar algum ofício autônomo para atender as pequenas e médias propriedades.

Esse estudo sistemático da população, da sua composição e dinâmica, trouxe outra importante modificação nas formas de se pensar a história rural argentina. Em primeiro lugar, a constatação de uma intensa mobilidade espacial, inter e intrarregional, corroía a imagem fortemente estática e rígida da sociedade que foi construído anteriormente. Colocou-se em evidência a forte articulação entre as diferenças regionais, e em especial, o intenso processo migratório que unia a todas as regiões e sustentava a atividade da região do rio do Prata. Da mesma maneira, se fez evidente a dificuldade de se pensar a história do “campesinato interiorano” sem estar relacionada com o litoral, que às vezes permitia a população argentina à utilização de estratégias reprodutivas que incluíam as migrações temporárias ou permanentes de parte das famílias<sup>35</sup>.

Essa aproximação com os estudos de mobilidade geográfica e social permitiu também revisar a posição dos escravos nesta sociedade, uma vez que tiveram grande importância para estabilizar a mão de obra nas médias e grandes propriedades, permitiram colocar em discussão todo o status do sistema escravista.

Como muitos trabalhos apontaram, a presença dos escravos argentinos era considerada o núcleo estável de trabalho nas grandes empresas agrícolas, o que acabou gerando até mesmo o recrutamento de indivíduos não livres para a ocupação de cargos de hierarquia mais altas dentro das propriedades. A maioria dos postos de capatazes de uma estância recaía a funções da população escrava, e ainda em alguns casos, a própria direção geral de algum tipo de produto ficava as suas mercês. Sobre os escravos capatazes, possuíam sob sua “tutela” não só a direção de outros escravos, mas também de peões livres que eram contratados para trabalhos

---

<sup>35</sup> Ibidem. Pp. 38

temporários. Segundo os autores, não é difícil imaginar as dificuldades e os paradoxos desse tipo de relação, e simultaneamente, a capacidade de ação que esta situação favorecia entre as populações escravas, a ponto de colocar em questão alguns aspectos da própria questão do sujeito jurídico próprio da escravidão<sup>36</sup>.

Muitos escravos conseguiam dessa maneira, incentivos muito mais próximos do universo dos trabalhadores livres – como salários, acesso à parcela de terras para uso próprio, etc – assim como forçar que o que alguns autores chamam de “limites de cor” da escravidão. A opção de matrimônio entre alguns escravos com mulheres livres – que os dariam filhos livres – ou às vezes conseguiam gerar acúmulos suficientes para lhes comprar a própria liberdade e integrarem a população camponesa mestiça da região<sup>37</sup>.

Dessa forma, uma aproximação menos determinista e mais atenta às realidades locais e a ação de pessoas e grupos, permitiu revisar temas como o de mão de obra, e no caso da escravidão, verificar os aspectos de negociação e resistência que eles mesmos utilizaram para discutir suas condições de vida e rigidez do status jurídico que os condenavam a serem considerados como objetos. Além disso, alguns estudos também procuraram detectar as expectativas sociais e individuais de alguns escravos, e seus esforços cotidianos para melhorarem suas condições<sup>38</sup>.

Para Cristian Aguirre a historiografia já é consciente que a soma dessas ações possuíram um papel de destaque para o fim da escravidão rio-platense. Apesar de ter sido também influenciadas por movimentos internacionais anti-tráficos e por correntes ideológicas que infligiram certos setores da elite, tiveram como atores centrais as realidades locais, as conjunturas políticas e também a intervenção dos próprios escravos que puderam perceber tais acontecimentos e atuarem<sup>39</sup>.

Assim como a questão do trabalho escravo, também se observou uma evolução acerca dos estudos sobre as formas de trabalho livre. Os modelos macroeconômicos previam um reforço da recriação de tal sistema, através da combinação entre abundância de terra fértil, escassez de trabalhadores escravo e a existência de uma demanda internacional para os

---

<sup>36</sup> Ver SCOTT, R. Defining the boundaries of freedom in the world of cane: Cuba, Brazil and Louisiana after emancipations. *American Historical Review*, 99, 1, 1994. Pp 70-102

<sup>37</sup> Ver PERRI, G. L. Los esclavos en el Buenos Aires tardocolonial. Una aproximación a través de los expedientes judiciales. In AAVV. *La fuente judicial en la construcción de la memoria*. Buenos Aires, UNMdP, 1999.

<sup>38</sup> AGUIRRE, C. Agentes de su propia libertad. Los esclavos de Lima y la desintegración de la esclavitud. 1821-1854. Lima, PUCP, Fondo Editorial, 1995.

<sup>39</sup> FRADKIN, R. GELMAN, J. *Opt cit.* pp 40

produtos de origem regional. Esse modelo se verifica na vontade dos grandes empresários da primeira metade do século XIX em Buenos Aires, por permitir à adoção de trabalhadores livres em substituição a escravidão africana – esta, muito debilitada pelas dificuldades no trato e questionada pelas ideologias predominantes. Aliado a isso, as ações dos próprios trabalhadores livres, que souberam aproveitar as brechas que as próprias crises políticas provocaram e nas condições que o mercado favorecia, permitindo maior assimilação do trabalho assalariado.

Contudo, esta diferença na forma de se abordar o objeto de estudo, apresentaram importantes diferenças entre as regiões do Rio da Prata. A combinação de diversos fatores, sobretudo na micro-escala, também fazia com que os sujeitos muitos semelhantes tivessem maiores ou menores possibilidades de ações para modificarem suas realidades<sup>40</sup>. Um exemplo disso foi o trabalho de Saguier, a respeito das alforrias de escravos de escravos em Buenos Aires, que eram muito mais frequentes entre os urbanos do que os escravos rurais; e também muito mais frequentes entre os escravos nascidos no Rio da Prata do que os de origem africana. As respostas explicativas para esses dados estatísticos se vinculavam as distintas condições de vida e trabalho nas cidades e no campo – a maior proximidade cultural dos escravos urbanos com o mundo dos brancos, que outorgava maiores margens de independência a estes escravos que, em vários casos, realizavam atividades autônomas e revertia parte dos seus ganhos aos seus senhores – e em relação aos escravos já nascidos na América, significava também uma maior capacidade de interpretação das possibilidades de ação, sobretudo, de uma possibilidade maior da proximidade cultural com o universo de seus senhores<sup>41</sup>.

Outro caso interessante das possibilidades que essas novas vias metodológicas/temáticas tiveram no caso argentino foi o estudo de José Mateo, que se propôs a analisar com bastante detalhe o universo dos agricultores nas proximidades de Buenos Aires no início do século XIX. Fazendo uma intensiva leitura das fontes por um lado e utilizando de algumas noções demográficas por outro, o autor apontou os principais dados vitais sobre esse grupo social; seus ritmos de migração através do estabelecimento de laços matrimoniais em diferentes localidades por onde essa população se deslocava e os locais de nascimento de seus filhos antes de chegarem ao vilarejo de Lobos. Mateo também estudou as estruturas econômicas, as formas de exploração da terra e por fim um uso original dos registros

---

<sup>40</sup> *Ibidem*. Pp. 40

<sup>41</sup> SAGUIER, E. La naturaleza de la esclavitud urbana colonial. El caso de Buenos Aires en el siglo XVIII. *Revista Paraguaya de Sociología*, 1985. Pp. 45-54

paroquiais que haviam sido utilizados na produção de trabalhos clássicos a respeito de dados vitais – natalidade, nupcialidade e mortalidade – para entender o uso do compadrio como forma de estabelecimento de laços não-cosanguíneos<sup>42</sup>.

Desses estudos surgiu uma imagem da sociedade local que está muito longe de se organizarem em conjuntos que abrangem setores sociais diferenciados, rígidos horizontalmente. Ao contrário desse modelo, Mateo apresentou densas redes organizadas ao redor de alguns nós que abrangem e articulam os indivíduos de maneira vertical, perpassando desde grandes proprietários e importantes comerciantes, até entre modestos trabalhadores rurais; que por sua vez se ligam a outras redes de características similares. Estas redes, que dificilmente se “tocavam” umas as outras, permitiu se iniciar o pensamento em torno dos muitos aspectos dos comportamentos dos sujeitos sociais, que, desde uma visão simplista e classista de se pensar a história dos sujeitos argentinos, procuravam formas de serem explicadas. Mesmo a descoberta desse tipo de organização social permitia pensar questões que transcendiam as formas de organização social e o desenvolvimento da luta política durante a primeira metade do século XIX, quando já se haviam enfraquecidos muitas das antigas certezas legais e políticas.

Como se pode perceber, esse tipo de abordagem não só ajudou a compreender melhor e complementar a visão do passado agrário argentino do ponto de vista econômico, demográfico e social, além de dar início ao questionamento de certas abordagens sobre o próprio avanço das lutas políticas do início do século XIX. Um dos temas que imediatamente se discutiu possui relação com o estabelecimento das lideranças sociais e políticas no mundo rural argentino. Do qual se tem uma relação direta com um dos temas centrais da historiografia da primeira metade do dito século: a questão dos caudilhos e o caudilhismo como forma de relação social.

Assim como ocorreu com nos estudos a respeito da história agrária na Argentina, há alguns anos que temas como produção de alimentos e mercado interno vem ganhando novos enfoques na historiografia nacional brasileira. A produção de alimentos, por exemplo, já não é mais tratada como uma economia marginal ou como um mero apêndice do setor exportador. Um bom exemplo desse esforço é o livro intitulado “*História da Agricultura Brasileira*”, de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, que foi pioneiro neste sentido. Buscando aprofundar a visão sobre economia de subsistência, estes autores romperam com a

---

<sup>42</sup> MATEO, Jose. Poblacion, parentesco y red social en la frontera. Lobos en el siglo XIX. Mar del Plata, GIHRR, UNMdP, 2001.

noção de latifúndios auto-suficientes e lançaram as bases para o estudo das atividades voltadas para a produção de alimentos<sup>43</sup>.

Francisco Carlos Teixeira da Silva, em tese de doutoramento, ao analisar as crises de abastecimento durante o período colonial, critica os estudos que caracterizam a produção de alimentos como uma economia natural e afirma que este setor se desenvolveu a partir do escravismo e vinculado ao mercado<sup>44</sup>.

Aceitando o desafio lançado pelos autores acima, importantes estudos privilegiaram a província fluminense como espaço de análise. Destacamos os trabalhos de João Fragoso e Hebe Maria Mattos, os quais demonstram a força da produção de alimentos. João Fragoso, em estudo sobre as hierarquias de fortuna no Rio de Janeiro, critica a noção de uma economia colonial vinculada à conjuntura internacional e desprovida de um mercado interno. Este autor comprova a existência de tal mercado ao constatar que nem todas as unidades produtivas eram totalmente auto-suficientes, havendo, portanto a necessidade de recorrerem ao mercado para adquirirem seus alimentos básicos. Para responder a essa demanda, existiam as propriedades que se dedicavam à produção de mantimentos, além de áreas que se especializavam neste setor<sup>45</sup>. Segundo Fragoso, a eficiência do mercado interno também se evidenciava pela utilização da mão-de-obra escrava nas unidades produtoras de alimentos, onde, apesar da predominância de propriedades com pequenos plantéis de escravos, existiam algumas com plantéis com até 20 cativos. Tal fato indicava que o setor voltado para a produção de alimentos não era formado apenas pela pequena produção familiar, mas também por “*empresas escravistas*”, demonstrando com isso a sua capacidade de acumulação<sup>46</sup>.

---

<sup>43</sup> LINHARES, Maria Yedda L. & SILVA, Francisco C. T. da. *História da Agricultura Brasileira: debates e controvérsias*. Consideramos este trabalho de extrema importância, uma vez que, além de lançar as bases para o estudo da agricultura, fornece, principalmente para o historiador iniciante, os instrumentos teórico-metodológicos para tal empreendimento. Ver também LINHARES, Maria Yedda L. *Historia do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*.

<sup>44</sup> SILVA, Francisco C. T. da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia*. (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790), p. 59, 122-275. Especialmente no capítulo 5, o autor relaciona as áreas das capitanias de Salvador e Rio de Janeiro que se dedicavam à produção de alimentos com o objetivo de abastecer os mercados regionais.

<sup>45</sup> FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, p. 76-93.

<sup>46</sup> Idem. *Op. cit.*, p. 103-104. Fragoso dedica principalmente o capítulo 2 de sua obra à questão da diversificação econômica, enfocando a presença de uma produção de alimentos, visando o mercado interno, nas regiões do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ver também FRAGOSO, João L. R. & FLORENTINO, Manoel. *Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)*, p. 61-67.

Hebe Maria Mattos, ao estudar o município de Capivary, também constata a importância da produção de alimentos, que inclusive chegava a ser mais importante comercialmente para a economia local do que o setor agroexportador, representado pelo café. Para a autora, o fato de prevalecer no município às pequenas e médias unidades, ao lado de limitações naturais (clima, altitude, etc.) contribuiu para que a produção cafeeira não se desenvolvesse da mesma forma que a produção do Vale do Paraíba Fluminense. Além disso, as restrições impostas ao mercado do café e a alta dos preços dos gêneros alimentícios, levou a região a diversificar sua produção. Deste modo, enquanto a economia cafeeira sofria limites em sua produção e comercialização, houve um crescimento do setor produtor de alimentos, representado principalmente pela farinha de mandioca, que era produzida em larga escala, com vistas ao abastecimento do mercado regional<sup>47</sup>.

Outro trabalho digno de menção para a província do Rio de Janeiro é o de Larissa V. Brown, que centraliza sua abordagem nas últimas décadas do período colonial. Através de uma análise bastante abrangente, esta autora demonstra a existência de um dinâmico mercado interno, sendo a cidade do Rio de Janeiro apresentada como um entreposto comercial. Ao mesmo tempo em que para lá convergiam à produção (principalmente mantimentos e gado) de suas freguesias e de várias partes do país, a região atuava como redistribuidora de mercadorias, especialmente as manufaturadas e importadas. Esta autora relaciona o crescimento do setor voltado para o mercado interno à expansão do setor exportador e à crescente demanda verificada no Rio de Janeiro, especialmente após a chegada da corte portuguesa e a abertura dos portos em 1808<sup>48</sup>.

Para outras regiões do país, temos, por exemplo, o trabalho de Stuart Schwartz que estuda a província da Bahia. Para o autor, a despeito da presença dos grandes engenhos nesta região, o nível de concentração de escravos era bastante pequeno. A partir disto, o autor questiona o conceito geral até então prevalecente sobre a estrutura de posse de escravos no Brasil em fins do período colonial, demonstrando que, na realidade, o que predominava eram os pequenos plantéis que englobavam em média 5 cativos. Este autor relaciona a pequena posse de escravos com a produção de alimentos (uma vez que os grandes engenhos

---

<sup>47</sup> MATTOS, Hebe M. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*, p. 18-20 e 53-57. Ver também da mesma autora “Mercado interno, trabalho livre e escravidão: a agricultura de alimentos na Província Fluminense na segunda metade do século XIX.” In: *Revista Rio de Janeiro*, p. 87-95.

<sup>48</sup> BROWN, Larissa V. *Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterlands (1790-1822)*. Ver especialmente os capítulos 4 e 6. Conforme a autora, além da produção de suas freguesias, a cidade do Rio de Janeiro era abastecida por mercadorias vindas de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Sul do país.

demandavam uma maior concentração) e demonstra que essa atividade foi importante, principalmente em regiões do Recôncavo baiano, com produção de farinha de mandioca para os mercados locais<sup>49</sup>.

Em estudo posterior, já fazendo um balanço de toda a pesquisa produzida sobre o tema, Schwartz aborda a produção de alimentos no Brasil Colônia de forma mais direta, argumentando que não mais se sustentam abordagens que tratem a economia de exportação e o abastecimento interno como dicotomias. Para ele, estes dois setores estão intimamente interligados, sendo, portanto, “as duas faces da mesma moeda”. Dessa forma, em muitos casos, o crescimento da economia de exportação era acompanhado pelo do setor produtor de alimentos, uma vez que se expandiam as possibilidades de mercado para o mesmo<sup>50</sup>.

Novamente em relação a Minas Gerais, o debate se deu no tocante à decadência da economia da capitania. O seu objetivo foi refutar as proposições de que o declínio do ouro e dos diamantes desarticulou a sociedade e a economia mineiras, atrofiando ou mesmo eliminando as relações internas e provocando inclusive queda populacional.

Foram abordados assuntos que, até recentemente, pouco haviam ocupado a atenção dos estudiosos, - como o sistema escravista mineiro no século XIX, as unidades produtivas rurais voltadas para a produção de gêneros para o mercado interno, a camada dos pequenos proprietários livres etc.-, foram privilegiados em abordagens que trouxeram de volta o interesse por temas e/ou pelos métodos da História econômica.

Contrariando a idéia de decadência e de uma economia com *baixo potencial de acumulação* as abordagens regionais tem consolidado a proposição de que a economia mineira, a partir da segunda metade do século XVIII, entrou em um processo de modificação de sua principal atividade. A queda da extração aurífera não acarretou contração econômica, como afirmava a visão tradicional, mas sim uma transição da *atividade nuclear* anterior, a mineração, para um diversificado complexo de produção de alimentos, atividades artesanais e um vigoroso comércio<sup>51</sup>.

Enquanto ocorria o auge da mineração na primeira metade dos setecentos emergiam as bases das futuras estruturas sociais e econômicas de Minas. A produção de carnes, derivados

---

<sup>49</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*, p. 357-373.

<sup>50</sup> Idem. “Peasants and slavery: feeding Brazil in the late colonial period.” In: *Slaves, peasants, and rebels: reconsidering Brazilian slavery*, p. 66 e 76-78.

<sup>51</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. Opt cit. 1996

da cana-de-açúcar e do leite, milho entre outros alimentos cresceu a partir das necessidades de abastecimento, oferecendo importantes oportunidades comerciais.

Um dos estudos pioneiros a respeito da importância produção de alimentos voltada para o mercado, no período escravista foi realizado por Alcir Lenharo<sup>52</sup>. Neste trabalho, o autor analisa o papel do Sul de Minas no abastecimento do mercado do Rio de Janeiro, que fornecia a esta p raça, principalmente, gado e mantimentos. A partir de um enfoque político, o autor aborda a formação de uma parcela social, proveniente deste setor de produção de alimentos, que se projetou social e politicamente tanto em nível regional, como na própria Corte. Lenharo concede tamanha importância a esta atividade, que considera que os recursos oriundos de sua mercantilização possibilitaram a colonização do Vale do Paraíba Fluminense, bem como a expansão da economia cafeeira<sup>53</sup>.

Outra importante publicação do setor mercantil de subsistência em Minas Gerais foi o embate da argumentação clássica de Zemella feita por Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis. Percebendo que as teses que negam ou minimizam o papel das produções de subsistência estão perpassadas por uma visão metropolitana da colônia, onde o que importa são as atividades capazes de gerar dividendos para a metrópole. Os defensores dessa linha interpretativa esquecem que para a realização dos interesses metropolitanos na colônia foi necessária à montagem de toda uma estrutura que, para funcionar plenamente, exigia a presença de algumas atividades essenciais responsáveis pela sua própria reprodução.

Assim, os autores buscaram comprovar que a atividade agrícola estava longe de ser insignificante ou ausente da região das minas, durante o auge da atividade mineradora. Através da análise de cartas de sesmarias, foram capazes de detectar a presença de roças nessa região, ao contrário dos que só admitem a presença da agricultura com o declínio da mineração, eles sustentaram que ela não apenas se desenvolveu desde o início das atividades mineradoras, como desde cedo apresentou um caráter mercantil e escravista, dado o grande número de cativos que os donatários possuíam<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. A obra foi publicada originalmente em 1979 pela Editora Símbolo e em 1993 foi reeditada pela Biblioteca Carioca.

<sup>53</sup> Idem. *Op. cit.*, p. 23. Especialmente no capítulo 5, o autor aborda a “projeção social e política dos ‘sitiantes’ e tropeiros”. Em relação à intensificação de um mercado consumidor na Corte.

<sup>54</sup> GUIMARÃES, Carlos M. & REIS, Liana M. “Minas Gerai s: agricultura e escravidão (1700-1750).” In: *Anais do IV Encontro Estadual de História*, p. 10-21. Kenneth Maxwell também concorda com a existência de uma economia agro-pastoril na região das minas, ao afirmar que a existência de uma economia, não excluía a presença da outra. MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa*. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal. 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995. pp.110.

A infertilidade do solo é outra alegação também muito utilizada para se negar à existência ou a importância da agricultura na região embora sem admitir que toda a região das minas fosse fértil, Guimarães e Reis acreditam que também a afirmação anterior não é totalmente condizente com a realidade. Para eles, é preciso considerar dois aspectos da questão: primeiro, que a agricultura que ali se desenvolveu estava inteiramente adaptada ao relevo e às condições de fertilidade existentes; segundo, que sempre se poderiam achar terras propícias ao cultivo mesmo junto à lavra, já que, naquela região, não há homogeneidade na formação do terreno<sup>55</sup>.

Outro estudo que combateu a ideia de que, com o declínio da extração aurífera, Minas caminhou para a decadência econômica. É o trabalho de Amilcar Martins Filho e Roberto Borges Martins, ao apontar que esta província era possuidora da maior população escrava do país, com uma economia voltada para o mercado interno e com baixo grau de mercantilização. Esse grande número de escravos não era nem remanescente da economia do ouro nem fruto da procriação natural, mas antes, originado de importações recentes, não induzidas pela mineração<sup>56</sup>.

Para Martins, a maior parte dos historiadores poderia até concordar que a grande evolução da população escrava no século XIX em Minas não se devia a impulsos da atividade mineradora. No entanto, equivocadamente, atribuiriam tal crescimento à economia cafeeira, que para os autores, exerceu um impacto limitado sobre o restante de sua economia, cujas características principais eram a diversificação e a auto-suficiência.

Era esta auto-suficiência, desfrutada pela província mineira, que fazia com que se reduzisse a necessidade de importação de mercadorias, com isso liberando recursos para manter a importação de escravos<sup>57</sup>. De acordo com os Martins, este apego de Minas Gerais à escravidão se explicava, principalmente, pela disponibilidade de terras livres em Minas Gerais, o que impossibilitaria a formação de um mercado de trabalho livre, uma vez que, podendo ter um pedaço de terra própria, nenhum homem livre se sujeitaria a trabalhar para outrem. Não restaria outra saída para aqueles que não estavam dispostos a trabalhar para ganhar a vida

---

<sup>55</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de história*. Belo Horizonte, n.2, jun.1986.

<sup>56</sup> MARTINS, Roberto Boges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.

<sup>57</sup> MARTINS FILHO, Amilcar & MARTINS, Roberto B. "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited". In: *Hispanic American Historical Review*, p. 539, 542, 556-565.

senão se apegar ao trabalho forçado<sup>58</sup>.

A grande presença de escravos na província mineira também é demonstrada por Manolo Florentino, que, ao estudar o tráfico de escravos, diz que Minas, com uma economia voltada para o abastecimento interno e onde prevaleciam proprietários de pequenos e médios plantéis, era um dos centros que mais demandava escravos, chegando a absorver de 40% a 60% dos cativos provenientes do Rio de Janeiro. Para este autor, o fato de Minas Gerais possuir esse grande contingente de mão de obra escrava, superando inclusive Rio de Janeiro e Bahia, consideradas tradicionais zonas agroexportadoras, deve-se em parte ao dinamismo de sua economia de abastecimento interno<sup>59</sup>.

Foi justamente em torno da questão da capacidade das unidades produtivas de baixa monetarização que Francisco Vidal Luna e Wilson Cano questionaram como uma economia pouco mercantilizada como a de Minas foi capaz de adquirir os capitais necessários para a importação desses cativos. Luna e Cano acreditam que o grande aumento do número da massa escrava verificado não teria sido o resultado de novas importações, mas de uma "produção de escravos" no interior da província. Baseando-se em pesquisas realizadas por Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, destacam a redução sistemática do número africanos na massa escrava de Minas Gerais em relação aos nascidos no Brasil<sup>60</sup>.

Essa "produção de escravos" teria se tornado possível com a "decadência do ciclo da mineração" e a passagem para uma economia de subsistência pouco mercantilizada, em que os níveis de exploração do trabalhador escravo seriam mais brandos, permitindo, assim, um aumento das taxas de reprodução<sup>61</sup>.

O fato dos Martins relacionarem a população escrava de Minas a uma economia de subsistência, pouco mercantilizada, não deixou de provocar polêmicas. Robert Slenes, ao utilizar o mesmo argumento de Luna e Cano: de onde se originavam os recursos para a importação de escravos, se a economia da província mineira não era voltada para a exportação, nem tão mercantilizada como a do resto do país, como afirmam os Martins<sup>62</sup>? O

---

<sup>58</sup> Idem. *Op. cit.*, p. 566.

<sup>59</sup> Idem. *Op. cit.*, p. 566.

<sup>60</sup> LUNA, Francisco V.; CANO, Wilson. "A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX) – uma hipótese". In: Economia Escravista em Minas Gerais. Cadernos IFCH/UNICAMP n° 10, outubro/1983. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1983. p. 7

<sup>61</sup> LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. *Op. cit.*

<sup>62</sup> SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cadernos ICHF/UNICAMP, n.17, 1985. Pp. 451.

próprio Slenes responde a esta pergunta, ao considerar que estes autores subestimam a importância do setor exportador de Minas. Além da Corte constituir-se em um potente mercado para os produtos mineiros, a expansão cafeeira da Zona da Mata e do Vale do Paraíba Fluminense teria gerado “efeitos multiplicadores” na província, através de um mercado exportador de gado, queijo, toucinho, algodão e outros produtos. Esta produção gerava renda monetária capaz de incentivar a procura de escravos<sup>63</sup>.

Para Slenes,

*Minas não teria importado tantos escravos - de fato, não poderia ter importado - se não tivesse tido uma economia de mercado bastante grande; e essa economia por sua vez, não teria alcançado as proporções que teve se não fosse pelo setor exportador da província*<sup>64</sup>.

Nesse sentido, a criação de animais – principalmente os porcos - propiciava o estabelecimento de uma agricultura ativa de grande importância enquanto empregadora de mão-de-obra e participante da economia monetarizada, que os Martins não conseguem perceber nos dados sobre as exportações com que trabalham.

Slenes chama também a atenção para o fato de que, nem abundância de terras, nem ligações do setor interno com o externo da economia, nem um mercado interno vigoroso e monetarizado seriam capazes de explicar a existência de um sistema escravista tão florescente quanto o de Minas, se não houvesse uma oferta de mão de obra escrava disponível como a do período.

Douglas Cole Libby lança nova luz sobre a economia mineira do século XIX<sup>77</sup>. Tomando posição no debate suscitado pelos trabalhos dos Martins, Libby considera atraentes as argumentações de Slenes e acrescenta que as atividades de transformação, objetos de seu estudo, ocupavam um lugar de destaque naqueles "setores dinâmicos", principalmente porque liberavam a província de gastos com a importação de alguns produtos essenciais ao seu funcionamento, entre os quais estariam os artigos têxteis e siderúrgicos<sup>65</sup>.

O autor vê com desconfiança as conclusões dos Martins sobre a teoria de Wakefield

---

<sup>63</sup> Idem. *Op. cit.* Ver especialmente pp. 453, 458, 480-481 e 488.

<sup>64</sup> Idem. *Op. cit.*, Pp. 486.

<sup>65</sup> LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais do século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

como fator explicativo do apego da província à escravidão. Afinal, o próprio surgimento do escravismo em Minas se deveu à economia mineradora e, neste sentido, esse apego não dependeria só da abundância de terras livres, mas também de todo um contexto histórico de evolução do regime escravista na região.

Embora não concordando com a noção de desintegração total da economia mineira apontada por Celso Furtado, Libby acha que é válido recuperar as análises deste autor sobre a capacidade de resistência às crises das estruturas econômicas escravistas (no caso, as *plantations* açucareiras) e repensá-las para entender a economia mineira. Diz Furtado que, em épocas de crise, a grande unidade escravista teria condições de se voltar para atividades de autoconsumo, evitando a sua desestruturação e propiciando a manutenção da força de trabalho escrava. Com isso, poderiam permanecer inalteradas aquelas estruturas produtivas por algum tempo. Libby sugere que, tendo Minas passado por um processo semelhante, seria pertinente pensá-lo em termos de uma economia de "acomodação evolutiva", cujas características singulares residem no fato das dificuldades de se encontrar outro produto exportável capaz de substituir o ouro e os diamantes. Consequentemente:

(...) a diversificação da economia mineira e a importância do setor de agricultura de subsistência mercantilizada ou não, bem como o desenvolvimento de uma indústria, constituem não uma mera resposta à independência econômica do campesinato, como quer Martins. Antes significa uma reação secular específica da organização econômica e social escravista de Minas à crise que lhe tirou a razão de ser original<sup>78</sup>.

Outro importante estudo abrangendo este período é o trabalho de Carla Almeida, que analisa a região de Mariana. A autora vem oferecendo as pesquisas mais enfáticas no objetivo de criticar as afirmações da impossibilidade de concomitância da atividade mineradora setecentista com a produção voltada para o abastecimento comercial interno, além de criticar a ideia de decadência econômica. Sua dissertação de mestrado apresentou pesquisa que abrange o longo período (1750-1850 em Mariana) e comportou o auge minerador, o período de articulação interna da economia mineira e de *acomodação evolutiva*.

Segundo Almeida, desde o auge minerador até o século XIX, a economia mineira manteve sua base sistêmica: a utilização da mão de obra escrava; constante incorporação de

terras; a diversificação das atividades produtivas; autonomia em relação aos mercados externos; capital mercantil mais lucrativo que o capital produtivo e profunda hierarquização social. Dessa forma, não houve mudança estrutural, mas sim um processo de fortalecimento de um tipo de estrutura produtiva peculiar já existente desde os primórdios da colonização<sup>66</sup>.

Em termos da discussão teórica proposta sobre a natureza do *sistema colonial*, o mais importante foi a demonstração de que no período considerado de vínculo máximo entre a economia metropolitana e a colônia (período do auge minerador) os ganhos havidos nas atividades voltadas para o mercado interno superaram os lucros obtidos com as atividades de exportação<sup>67</sup>. Tais afirmações iriam de encontro com o que foi proposto por Kenneth Maxwell ao relativizar a existência de uma decadência mineira após o auge minerador, ao demonstrar que, com a crise da mineração, teria havido um deslocamento das atividades econômicas para o setor agrícola, cuja produção visava não apenas abastecer a capitania, como também a outras vizinhas<sup>68</sup>.

Em tese de doutoramento Carla Almeida revela o universo dos *Homens Bons* de Minas Gerais do período colonial. A análise de inventários das comarcas do Rio das Mortes e de Vila Rica demonstrou que as atividades comerciais e as unidades produtivas mistas eram as mais lucrativas. A autora destacou mais uma vez a capacidade de acumulação das atividades voltadas para mercado interno e a consequente diferenciação social provocada.

As características gerais dos afortunados mineiros seriam, a origem portuguesa, a propriedade de terras e escravos, a endogamia, como manutenção e reprodução do *status* social e da riqueza, a preservação do patrimônio familiar, através de diversos mecanismos, e o destaque social adquirido com cargos, postos oficiais e patentes alcançados pelo acesso às mercês. Dessa forma, além do capital acumulado com as atividades mistas (comércio, agropecuária e mineração), a economia interna teria gerado uma profunda hierarquia baseada em valores aristocráticos<sup>69</sup> (ALMEIDA, 2001).

O Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais também tem produzido alguns resultados no que concerne à questão da produção de alimentos e do mercado interno. Neste sentido, temos os estudos empreendidos por Francisco de

---

<sup>66</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994. p. 34 e 77.

<sup>67</sup> Idem. *Op. cit.*, p. 193-196.

<sup>68</sup> MAXWELL, Kenneth R. *Op. cit.*, p. 110-112.

<sup>69</sup> ALMEIDA, Carla M. C. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001.

Andrade e Claudia Chaves. Francisco Andrade trabalhando com documentos como listas nominativas de população e inventários *post-mortem*, procura analisar a região de Mariana, na primeira metade do século XIX, elegendo como objeto de estudo algumas de suas freguesias. A partir destes documentos, o autor procura estudar a composição sócio-econômica dos seus habitantes, bem como a estrutura de suas unidades produtivas. A diversificação das atividades produtivas da região foi percebida pelo autor em quase todas as freguesias, especialmente nas que predominaram as atividades agropecuárias. Tal diversificação se concretizava na “*articulação entre a fiação e agricultura*”<sup>70</sup>.

Claudia Chaves utilizando-se de documentos fiscais faz um estudo sobre o mercado interno da província mineira, durante a segunda metade do século XVIII. Procurando enfatizar o papel dos comerciantes, a autora os classifica como fixos – os donos das várias vendas e ranchos espalhados pela província – e itinerantes, aqueles que trafegavam de uma região para outra com suas tropas carregadas. É sobre estes últimos que recai a maior parte de seu estudo. Através da análise do movimento dos tropeiros que passavam pelos diversos registros da província, a autora chega à conclusão que não havia uma especialização da atividade mercantil, o que pôde ser comprovado pela presença de uma grande quantidade de pequenos negociantes, com carga diversificada, e pela eventualidade de suas atuações, demonstrada pelo reduzido número de vezes que passavam por estes registros. Para Chaves, a não especialização deste comércio era uma estratégia que visava compensar um empreendimento instável e de alto risco. O monopólio na atividade mercantil também foi percebido, sendo exercido pelos negociantes ligados à pecuária.

Vimos com Lenharo que o setor mercantil da produção de alimentos em Minas Gerais teve papel importante na implantação da economia cafeeira. Monica Oliveira compartilha do mesmo raciocínio e avança na análise, ao demonstrar o processo de expansão da fronteira agrícola e a acumulação promovida pelos circuitos mercantis, envolvendo as regiões das minas, Zona da Mata<sup>71</sup> bem como o Sul da Capitania em direção a Corte do Rio de Janeiro,

---

<sup>70</sup> ANDRADE, Francisco E. A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1995. CHAVES, Claudia Maria das Graças. Perfeitos Negociantes. Mercadores das Minas Setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

<sup>71</sup> Em relação à região da Zona da Mata mineira, outros estudos têm sido desenvolvidos. É o caso, por exemplo, de CARRARA, Angelo A. *A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuidade (1839-1909)*, que trabalha a hipótese de que a região se subdividia em três sub-regiões: Sul, Central e Norte, sendo que a sub-região Central, formada pelos municípios de Rio Pomba, Ubá, Viçosa e Muriaé tinha como característica uma estrutura fundiária parcelada, com reduzida mão-de-obra escrava e uma acentuada diversificação das atividades econômicas. Já a parte Sul, formada por Juiz de Fora, Leopoldina e Mar de Espanha era marcada pelo latifúndio

gerando crescimento e fortalecimento de uma elite mercantil.

Ao buscar a origem da acumulação prévia de capitais que viriam a financiar o sistema cafeeiro, Oliveira estuda a expansão da fronteira agrícola, bem como a ocupação e das redes de povoamento das Vertentes, a fim de demonstrar como o núcleo agrário exportador sediado na Mata reuniu as condições necessárias para formar e reter capitais internamente – sobretudo os provenientes das unidades agropecuárias – constituindo-se na principal região produtora da Província<sup>72</sup>.

Portanto, a implantação da cafeicultura da Zona da Mata Mineira, longe de depender de um avanço da fronteira ocidental da cafeicultura fluminense e tornar-se uma mera extensão do sistema agrário lá adotado, possuiu um ritmo próprio, reflexo de amplo movimento interno para a província mineira.

Mônica parte do pressuposto de que a origem da acumulação prévia de capitais, que proporcionou a montagem do sistema agrário-cafeicultor em questão, deu-se a partir de inversões de capitais de comerciantes do próprio interior mineiro, responsável pelas redes de abastecimento do Centro-Sul. Assim, o estudo da Vertente-Mantiqueira propicia-nos o mapeamento do trânsito dos grupos sociais e dos capitais sobre as fronteiras, bem como a integração entre diferentes regiões mineiras, o que a levou a questionar a lógica do “mosaico mineiro” – quer promoveria a ideia de perda de importância econômica e política, explicada a partir de uma desintegração entre suas partes e sub-regiões<sup>73</sup>.

A partir do ano 2000, sobretudo com a abertura de um número cada vez maior de Programas de Pós Graduação, acentuaram-se a produção de trabalhos direcionados ao estudo das regiões das Vertentes e do Sul da Capitania de Minas Gerais.

Um dos mais notáveis é a tese de doutoramento de Afonso Alencastro sobre São João Del Rei durante o século XIX, que possibilitou uma melhor compreensão dos circuitos comerciais internos que percorriam e alimentavam as economias escravistas da região das Vertentes. Comprovou a relação entre a elite mercantil de São João, formada por grupos de produtores e empresários locais, com a Praça do Rio de Janeiro, formando significativas redes

---

monocultor cafeeiro e pela utilização de intensa mão-de-obra escrava.

<sup>72</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

<sup>73</sup> *Ibidem*

relacionais durante o século XIX<sup>74</sup>. Utilizando-se, sobretudo da análise de inventários, o autor observou a presença de pequenas e médias propriedades em coexistência com unidades de grandes senhores escravistas e importantes comerciantes. Com fazendas que reuniam terras de cultura, pastos, capoeiras e diversas benfeitorias, bem como a presença de matas virgens – e instrumentos de trabalho extremamente rudimentares e de mínimo valor –, levou-o a considerar que esta agricultura de alimentos pressupunha, para sua reprodução, a disponibilidade de terras para pousio, como a principal alternativa para a produção agrícola. Quase a totalidade dos inventários levantados sinalizou para essa direção. Além disso, o autor comprovou ainda que a presença de rebanhos era claramente significativa, sugerindo o perfil de unidades mais voltadas para a pecuária, com uma mínima produção de alimentos, dirigidas para o consumo interno da unidade<sup>75</sup>.

Sobre as pesquisas especificamente sobre a economia do Sul de Minas, temos os trabalhos de Marcos Andrade ao realizar importantes considerações acerca da formação e expansão da Vila de Campanha da Princesa e seu termo. O autor apresentou dados gerais sobre a estrutura social e demográfica da região e demonstrou que todas as unidades produtivas, escravistas ou não, estavam diretamente ligadas ao plantio, colheita de alimentos ou criação animal. As evidências encontradas foram de que todos os segmentos estavam envolvidos em atividades ligadas à produção de gêneros para o consumo e para o abastecimento interno, com destaque reiterado para a comercialização de gado, porcos e fumo, com destino certo: a praça mercantil carioca. O autor procurou apresentar um pouco do funcionamento das grandes unidades escravistas, as opções de investimentos dos grandes proprietários e a origem de suas fortunas com a intenção de demonstrar como a Vila de Campanha passou a se destacar, principalmente a partir da primeira metade do século XIX, o potencial desse setor econômico voltado para o abastecimento interno<sup>76</sup>.

Em um grupo de dissertações recentemente defendidas no próprio PPG-História UFJF, encontramos a pesquisa de Juliano Sobrinho. Ele enfatizou a formação e a estrutura da freguesia de Itajubá, indicando uma produção diversificada, a partir do consórcio entre a agropecuária e as atividades voltadas para a mercantilização. Dessa forma, o autor explorou a

---

<sup>74</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. A princesa do oeste e o mito da decadência de MG – São João Del Rei (1831- 1888). São Paulo: Annablume, 2002.

<sup>75</sup> Ibidem

<sup>76</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro, Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

composição dessas unidades produtivas, bem como as características de seus proprietários, apontando para a hierarquização social que alçaram com esse tipo de mercantilização<sup>77</sup>.

Em outro estudo sobre a escravidão da região, Leonara Delfino nos apresentou através de uma exaustiva análise de inventários, os aspectos da estrutura escravista de Pouso Alegre. Comprovou o envolvimento dessa força de trabalho em atividades voltadas para o abastecimento interno. A autora analisou o nível de capitalização da economia interna de subsistência e seu potencial em adquirir mão de obra cativa via importação e, concomitante, as possibilidades de reprodução natural da escravaria neste setor da economia. Sendo assim, características como altas razões de masculinidade e baixos índices de nupcialidade e natalidade – características definidas como padrão para regiões intrinsecamente interligadas ao tráfico-Atlântico – foram encontradas em uma região cuja produção econômica era voltada para a produção de gêneros alimentícios.<sup>78</sup>

A abordagem da propriedade e do trabalho na economia de Minas Gerais no século XIX é o principal esforço empreendido na dissertação de mestrado de Leonardo Braga Andrade defendido na UFMG. Segundo o autor, o perfil da economia mineira, onde predominou as atividades agropecuárias, manteve a estrutura escravista, porém também mostrou formas de organização do trabalho calcadas na mão de obra livre. O trabalho camponês é a principal delas e por isso está no centro da discussão proposta por Andrade. As unidades produtivas que utilizavam majoritariamente o trabalho livre ou um pequeno número de escravos se assemelhavam em suas características econômicas, demográficas e produtivas. Por outro lado, a pesquisa que teve como foco espacial o termo da cidade de Mariana, mostrou uma significativa capacidade de acumulação da elite escravista local, composta por fazendeiros, como na Freguesia Furquim, e de grandes comerciantes, como na vila sede do termo<sup>79</sup>.

Já o trabalho de João Lucas Rodrigues, procura analisar as trajetórias de escravos e libertos no decorrer do século XIX e primeira metade da centúria seguinte. Cruzando informações provenientes de fontes diversas, o autor procura entender a organização dos laços de parentesco de um mesmo grupo de escravos no passar das gerações, analisando a formação

---

<sup>77</sup> SOBRINHO, Juliano Custódio. Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850. Tese de mestrado. Juiz de Fora, 2009.

<sup>78</sup> DELFINO, Leonara Lacerda. Demografia e escravidão no Sul de Minas: Aspectos precedentes à família escrava. Freguesia de São Bom Jesus de Mártires (1810-1873). Tese de mestrado. Juiz de Fora, 2009.

<sup>79</sup> Andrade, Leandro Braga de. Senhor ou camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850. dissertação de mestrado. Belo Horizonte, 2007.

das uniões conjugais, as alianças tecidas mediante as relações de compadrio e, ainda, a estabilidade dos núcleos familiares ao longo dos anos. A pesquisa adentra o período da pós-abolição, examinando a formação, o desenvolvimento, bem como o processo de desestruturação de uma comunidade negra (Serra dos Pretos). Buscando analisar os percursos dos libertos e seus descendentes de modo a contemplar aspectos variados sobre suas experiências de liberdade, como o tecer das relações parentais e comunitárias, o estabelecimento de novas relações de trabalho, a organização de uma economia doméstica em suas próprias terras e ainda os desafios que tiveram que enfrentar para conduzir suas vidas conforme os significados que emprestaram à liberdade<sup>80</sup>.

Também defendido no PPG UFSJ, a dissertação de Ana Carolina de Resende da Costa procurou examinar as relações escravistas frente ao contexto da Comarca do Rio das Mortes na primeira metade do século XIX e se aproximar das condições de vida dos escravos que fugiram de seus proprietários. Através dos anúncios de escravos fugidos publicados no periódico *Astro de Minas* entre 1827 e 1839, Costa procura conhecer o perfil dos escravos fugidos que viviam na Comarca e busca informações sobre os seus senhores nas listas nominativas da década de 1830. Os resultados demonstram que a fuga foi praticada por um padrão bem discernido de escravos, formado por homens jovens e sem laços. Apesar disso, idosos e mulheres com crianças também optaram pela fuga, o que tornava difícil para os senhores prever que escravo fugiria. Além disso, a autora observa que senhores de pequenas e médias posses enfrentaram mais comumente a evasão de seus cativos, mas também existiram fugas nas grandes escravarias, sinalizando que este ato respondia a dificuldades no cotidiano das relações senhor-escravo<sup>81</sup>.

Carlos de Oliveira Malaquias discute a organização do trabalho nas pequenas unidades de produção familiar a partir da caracterização da força de trabalho presente nessas unidades e da estrutura ocupacional na qual ela era empregada. Toma-se como palco a paróquia de São José do Rio das Mortes durante as transformações ocorridas na passagem do século XVIII para o XIX no Brasil e em Minas. Percebendo que estratégias familiares de administração do domicílio e a diversificação produtiva eram as alternativas mais usuais de gestão da propriedade, reforçando as identidades entre unidade familiar e unidade produtiva nas

---

<sup>80</sup> RODRIGUES, João Lucas. Serra dos pretos: Trajetórias de famílias entre o Cativo e a Liberdade no Sul de Minas (1811 -1960). Dissertação de mestrado. São João del rei, 2013.

<sup>81</sup> COSTA, Ana Carolina de Resende da. Fuga dos Escravos Na Comarca Do Rio Das Mortes, Primeira Metade Do Século Xix. Dissertação de mestrado. São João del rei, 2013.

sociedades pré-capitalistas. Nesse sentido, a composição da mão de obra escrava das pequenas unidades no início do século XIX parece ajustada a uma lógica produtiva que aponta para a complementação do trabalho familiar, mas ao mesmo tempo demonstra que existiram dificuldades de acesso a escravos para os pequenos produtores no XIX<sup>82</sup>.

Por final temos o trabalho de Fábio Vieira, que pretende abordar a configuração das famílias escravas no termo da Vila de São José Del Rei (atual Tiradentes) no período de 1830 a 1850. Para, além disso, o autor também demonstra a estabilidade dos laços familiares entre os cativos. Busca perceber que o casamento é parte de um processo de socialização a que os escravos passavam no contexto da escravidão no Brasil do século XIX, em especial levando-se em conta a existência de muitos africanos e de muitos escravos nascidos no próprio Brasil nos plantéis da região. São mapeadas as estratégias de sobrevivência forjadas através do casamento entre mancípios. O mercado matrimonial via a reprodução de casamentos de africanos com outros africanos, ao passo que os “brasileiros” também se casavam com outros “brasileiros”, sem excluir das escolhas conjugais os casamentos mistos (africano com brasileiro). São apontados alguns questionamentos para esse perfil são-joseense de formação familiar cativa<sup>83</sup>.

## **1.2 Lavras do Funil, passagens do século XVIII ao XIX**

Desde o início da ocupação da América Portuguesa as expectativas de se encontrar ouro e prata, tal como na América Espanhola, atormentavam as autoridades portuguesas. A coroa portuguesa realizava expedições regulares com a finalidade do descobrimento dos metais preciosos, mas somente um século e meio depois e diante da conjuntura econômica desfavorável em que se encontrava, ela intensificou o processo de interiorização da América Portuguesa na esperança de resolver seus problemas.

Solicitou empenho dos principais sertanistas paulistas, o que mais tarde custou a estes a denúncia de que a exploração do ouro em muito antecedeu a divulgação da notícia às autoridades<sup>1</sup>. Assim, no contexto das bandeiras de ocupação iniciadas por Fernão Dias Paes no

---

<sup>82</sup> MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Trabalho, Família E Escravidão: Pequenos Produtores De São José Do Rio Das Mortes, De Fins Do Século Xviii A Meados Do Xix. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, 2010.

<sup>83</sup> PINTO, Fábio Carlos Vieira. Família Escrava Em São José Del Rei: Aspectos Demográficos E Identitários (1830-1850). Dissertação de Mestrado. São João del rei, 2010.

território mineiro nas últimas décadas do século XVII, o ouro é dado como oficialmente descoberto.

Estes descobertos levaram a uma intensa movimentação de pessoas no espaço das minas, levando a um processo de ocupação e urbanização ainda não vivenciadas na América Portuguesa. As atuais cidades de Mariana, Ouro Preto, São José e São João Del Rei foram fundadas e, no seu entorno, vasta região foi ocupada gerando a formação de numerosos povoados. A corrida do ouro levou uma série de sertanistas para a região e no seu rastro, indivíduos de todas as condições: ilustres homens do reino, imigrantes pobres do noroeste português, baianos, fluminenses e, principalmente, paulistas de toda ordem<sup>84</sup>.

A presença de tropas paulistas comandadas por Amador Bueno da Veiga, neto do grande bandeirante Amador Bueno da Silva, aclamado “Rei de São Paulo” em 1641, e seu grupo de refugiados da invasão do Rio das Mortes após a consumação da Guerra dos Emboabas, levaram os a explorar diferentes regiões minerais, entre elas a que compreendia a *Colina do Funil*, cujo início das pesquisas se deu na Serra das Carrancas, nas nascentes do Rio Capivary. A tropa de Amador Bueno da Veiga instalada na passagem do caminho velho próximo ao dito rio, recebeu dos passantes do aludido caminho a denominação de “Guarda da Coruja” em razão de permanecerem dia e noite vigiando a citada passagem, dando origem ao lugar conhecido como “coruja”, onde em seguida foi construída a antiga capela de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira do Rio Grande, que dariam origem ao distrito de Rosário de Lavras<sup>85</sup>.

Com o intenso afluxo de pessoas para os descobertos auríferos os negócios ligados ao abastecimento de gêneros tornaram-se altamente lucrativos. Este movimentava as concessões de sesmarias, valorizava as terras nas quais podiam ser cultivadas roças, criados porcos e vacas além de fornecerem importantes rendimentos advindos do controle dos direitos de entradas e travessia de rios<sup>86</sup>.

---

<sup>84</sup> Magalhães Godinho ressalta a quantidade de ouro enviada do Brasil para o reino ainda em 1703 era maior do que todo o ouro conseguido por Portugal na Mina e na Guiné durante todo o século XVI. GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro, 1670-. 1770. In: *Ensaio II*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1968.

<sup>85</sup> LIMA, Jacy de Souza. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Carrancas e sua história. São Paulo, Ed. Loyola. 1968.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Monica R. Senhores, roceiros e camponeses: apontamentos para uma história das comunidades rurais dos setecentos coloniais.. In: ECHEVERRI, Adriana. A. M. ; FLORENTINO, Manolo; VALENCIA, Eduardo.C.. (Org.). Impérios Ibéricos en Comarcas Americanas: Estúdios Regionales de Historia Colonial Brasileira y Neograndina. 1ed. Bogotá: Universidad Del Rosário Editorial, 2008

Em 1720, surgiram as descobertas da *Colina do Funil* de novos vieiros de ouro, atraindo muitos mineradores das Gerais, As catas, betas e gupiaras comumente apontadas na mineração dessa zona, referiam-se aos ribeiros do Charquinho, Matadouro e Vermelho. O *Ribeirão Vermelho* apresentou-se como o principal núcleo de produção das *Lavras do Funil* comportando-se notavelmente a mais importante lavra, denominada de “Real Grandeza”, que surgiu nas mediações do Madeira, de onde se acredita ter surgido também uma primitiva povoação<sup>87</sup>. Porém, a expressão *faisqueira*, era bastante comum e habitualmente empregada a qualquer riacho, especialmente ribeirão, além de sobras de terras mineiras já exploradas que, pelo baixo teor aurífero, não compensava trabalho de vulto, mas permitia o sustento individual de mineradores isolados, em todas as extensões e afluentes.

As explorações auríferas das localidades próximas das redondezas da *Colina do Funil* eram fiscalizadas, ainda que em opinião contrária aos reinóis, por paulistas em razão dos serviços prestados a Coroa que, paradoxalmente, se mantiveram por garantias régias ocupando relativos cargos na Capitania de Minas Gerais. Como característica, o ouro, possivelmente, seria aquele encontrado nos depósitos aluviais, sob a forma de grãos ou folhetas no leito dos ribeirões e em suas barrancas.

A sua produção, naturalmente, esgotou-se rapidamente ao longo de poucos anos, e não provocou grandes repercussões nos balanços das contas do ouro, mas, tão logo promoveu uma economia sólida para o início de uma nova atividade em ascensão: a agropecuária.

Na verdade, à medida que decrescia a rendimento das lavras, ganhava em importância a agropecuária, ampliando as áreas de cultivo e criação de gado. A vinculação entre exploração do ouro e os negócios de roças e criação de gado eram não apenas concomitantes, eram complementares e vitais para a constituição do projeto de ocupação e exploração da metrópole na nova fronteira aberta pelos sertanistas e descobridores na região das minas. Paralelamente, os novos descobertos provocaram um significativo impacto sobre a concessão régia de mercês. As estratégias bem sucedidas dos paulistas logo lhes possibilitaram a condição de conquistadores e de primeiros descobridores e estes passaram a pleitear todo tipo de benefícios. Sesmarias, postos militares, concessões de contratos e títulos de prestígio como a do hábito da Ordem de Cristo, muitas honras militares e até a alguns a condição de fidalgos da casa Real. As mercês eram distribuídas pela Coroa aqueles que comprovassem sua reputação e a prestação de

---

<sup>87</sup> VILELA, Moacir Salviano. A formação histórica dos Campos de Sant’Ana das Lavras do Funil. Lavras. Editora Indi, 2007. Pp. 32

bons e fiéis serviços. Sertanistas e descobridores tornaram-se não só aliados do projeto de exploração metropolitana, como também ricos mineradores e grandes proprietários de terras.

Até o ano de 1737, os pousos de bandeiras e ranchos serviam ao fluxo temporário de bandeirantes, mineradores, tropeiros, viandantes, entre outros, que demandavam pelo sul, apenas configuravam o roteiro das minas. A partir desta data a qual tomamos como “data referencial” é que novas expectativas surgiram em proveito do arraial que se formava. Entre os primeiros nomes que figuravam no primitivo povoamento dessa zona, estão o Capitão Manoel Garcia Velho, morador do Rio Grande, autoridade fiscal na *Colina do Funil*, o Capitão Amador Bueno da Veiga e o Capitão Francisco Bueno da Fonseca<sup>88</sup>.

A seguir, temos a transcrição integral da carta de Sesmaria que demarcou legalmente a ocupação da região lavrense.

*“Martinho de Mendonça de Pina e de Proença ...*

*Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que tendo respeito a me representarem o capitão de cavalos Pedro da Silva de Miranda, Francisco Bueno da Fonseca, Salvador Jorge Bueno, Pascoal Leite Pais, Diogo Bueno e Manoel Francisco Xavier Bueno que eles suplicantes se achavam com grandes números de negros e sem terras, nem matos em que pudessem ocupar para se utilizarem, e a fazenda de Sua Majestade com o aumento dos reais dízimos; e porque tinham posses e feitorias há mais de sete anos no Funil do Rio Grande, Comarca do Rio das Mortes. E queriam por sesmarias as terras, e matas que compreende do dito Funil do Rio Grande correndo rio abaixo até a onde a tocinha um morro do mesmo rio, e neste em pouca distancia faz barra o ribeirão das faisqueiras que serão três léguas de cumprido desde o referido funil até a barra do ribeirão, e de testada até o campo que será uma légua e meia; e para poderem possuir as ditas terras com justo titulo me pediam lhes mandasse passar sua carta de sesmaria delas dentro das confrontações acima mencionadas e forma das ordens de S. Majestade aos suplicantes as referidas terras, e matos a léguas em quadre e não compreendam ambas as margens de algum rio navegável na forma das ultimas margens ordens do dito Senhor que só concede Sesmarias do sertão na forma acima dita; e esta mercê que faço aos suplicantes é salvo o direito régio, e prejuízo de terceiros que haja povoado, cultivado, e ocupado as ditas terras, ou delas tenham algum titulo que valioso seja ficando aos vizinhos com quem partem não somente reservados seus sítios mas as vertentes se*

---

<sup>88</sup>Ibdem, pp. 33

*queiram apropriar de demasia das terras em prejuízo desta mercê que faço aos suplicantes quer serão obrigados dentro de um ano que se contará da data desta a demarcar judicialmente as ditas terras, medindo-se as que lhe concedo, e faço mercê, e antes de fazer-se a demarcação serão notificados os vizinhos, e moradores que partirem com as ditas terras por oficiais competentes para alegarem o prejuízo que tiverem, e embargarem a demarcação judicialmente, se lhes prejudicar; e sem fazer a dita demarcação, e notificação, será de nenhum vigor esta sesmaria por ser justo que cada um possua o que lhe pertence e se evitem contendas, e prejuízos, e os suplicantes serão obrigados a provocar e cultivar e outrossim terão as ditas terras com condições de nelas pagarem, e deverem dízimos como se fossem possuídos por seculares, e faltando-se ao referido se julgarão por devolutas, e se darão a quem as denunciar, e os suplicantes não impedirão os caminhos, e serventias publicas que nos tais sítios houver: pelo que mando ao oficial a quem tocar de posse na forma desta minha concessão feita primeiro demarcação e notificação dos vizinhos como acima ordeno de que fará termo no livro das notas para a todo tempo constar dos limites desta sesmaria que por firmeza de tudo lhe mandei passar por mim assinado e selada com o selo de minhas armas que se cumprirá inteiramente como nela se contém registrando-se no livro de Secretaria deste governo e nas mais a que tocar:*

*Dada em Vila Rica a quinze de janeiro de mil setecentos e trinta e sete. O Secretário Martinho de Mendonça de Pina e de Proença<sup>89</sup>”.*

Com este documento temos a afirmação do que viria a ser a região urbana de Lavras, compreendendo a extensão que iria abaixo do Funil do Rio Grande, isto é, do estrangulamento do Rio Grande no sentido à foz do Ribeirão do Registro e Ribeirão Vermelho na margem esquerda do Rio Grande com légua e meia para o interior da propriedade, onde possivelmente poderia encontrar-se instalados um dos “registros de entrada” dessa zona.

Outro dado demonstrado por esse documento diz respeito à importância da regularização da ocupação do território setecentista, muito utilizada como forma política de incentivo a produção de gêneros alimentícios contra a escassez e fome dos habitantes.

O rápido crescimento populacional exigiu cada vez mais que as autoridades empreendessem uma política de concessão de terras para povoar o interior e fixar uma

---

<sup>89</sup> Rev. A.P.M., IV, 888; 10º Anuário Eclesiástico da Diocese de Campanha, 32 e 33

população que errava pelo território mineiro — muitas vezes ameaçando a ordem social —, a uma das maiores preocupação das autoridades era com a subsistência dos povos, que nos primeiros anos das Minas chegaram a desaparecer de determinadas localidades devido à falta de alimentos.

A importância dessa política para o abastecimento da Capitania foi destacada pelo desembargador Teixeira Coelho, que em 1780 definia as sesmarias como sendo “as porções das terras ou matos maninhos e bravos pertencentes a Sua Majestade que nunca foram lavrados, nem aproveitados e que se concedem a sesmeiros que os rompam, lavrem e semeiem para que haja abundância de mantimentos<sup>90</sup>”.

Com o objetivo de regularizar o abastecimento e fixar a população nos principais centros mineradores, Antônio de Albuquerque Coelho e Carvalho, de 1710 a 1713, concedeu 120 sesmarias aos seus moradores. Segundo Russel-Wood, o objetivo do governador era o de:

*“... fornecer produtos alimentícios a preços mais baixos, evitar a atividade dos contrabandistas, colonizar as regiões limítrofes e as de beira das estradas, assim como eliminar a situação de fome permanente, que marcou os primeiros tempos da mineração”<sup>91</sup>.*

A carta de sesmaria era um estímulo à produção porque legitimava a posse da terra. O suplicante passava a ser proprietário de um sítio ou fazenda com limites definidos, podendo até mesmo, posteriormente, vender sua propriedade no mercado<sup>92</sup>.

Produzir alimentos para o mercado interno, sobretudo naquele período inicial da corrida do ouro, foi uma alternativa interessante para aqueles que não se dedicavam à extração aurífera ou, até mesmo, para os mineradores e comerciantes que tinham interesse em diversificar suas atividades, aumentando, assim, as perspectivas de lucro. Segundo Russel-Wood, “... a própria natureza de uma comunidade mineradora oferecia tremendas oportunidades para a aquisição de

---

<sup>90</sup> TEIXEIRA COELHO, José João. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*. p. 246.

<sup>91</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Governo Local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. In: *Revista de História*, ano XXVIII, volume LV, São Paulo, 1977. pp. 34

<sup>92</sup> SILVA, Flávio Marcus da. *SUBSISTÊNCIA E PODER: A política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Pp. 132

riqueza, não somente através das empresas mineradoras e extrativas, mas também no abastecimento de gêneros alimentícios e mercadorias”.<sup>93</sup>

Os roceiros e sitiantes dos caminhos tiveram um papel muito importante na história colonial de Minas Gerais. Embora muitos tenham sido considerados inimigos da ordem por dificultarem a passagem dos viandantes, esses indivíduos, no geral, garantiam a subsistência dos passageiros que iam e voltavam para as Minas sem provisão suficiente nas bagagens, o que os tornava úteis aos olhos das autoridades. Por isso, era preciso estimular a implantação de núcleos produtivos nos caminhos mineiros e evitar qualquer forma de violência contra os seus donos<sup>94</sup>.

Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, a legislação sobre sesmarias na capitania de Minas Gerais não seguiu uma norma definida, variando de acordo com as circunstâncias. No geral, os moradores enviavam petições aos governadores, através das quais justificavam o pedido de legitimação da terra que ocupavam ou pediam novas terras para continuarem suas atividades de produção<sup>95</sup>.

A simples concessão de cartas de sesmaria, no entanto, não garantia, por si só, a continuidade do processo produtivo e o fluxo contínuo e estável de alimentos para os mercados consumidores, pois o interesse do produtor podia não corresponder às expectativas das autoridades e à demanda da população que habitava os centros urbanos.

Com relação aos núcleos produtivos que funcionavam como apêndices da atividade mineradora, voltados unicamente para o abastecimento da unidade escravista a qual pertenciam, o estímulo à produção, além da concessão da carta, era desnecessário. O mineiro, sobretudo aquele que possuía um número maior de escravos, geralmente plantava sua roça de mantimentos para o sustento dos cativos, principalmente quando as lavras se localizavam em regiões de difícil acesso. Nesse caso, a roça era parte integrante da unidade escravista, sem a qual a extração aurífera seria praticamente impossível<sup>96</sup>.

Em outras propriedades, os mineiros produziam um excedente de mantimentos que era comercializado nas vilas e arraiais, o que não significava uma dependência em relação ao mercado de víveres, pois o interesse principal de seus proprietários era a atividade mineradora.

---

<sup>93</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. Opt cit. Pp. 41.

<sup>94</sup> SILVA, Flávio Marcus da. Opt cit. Pp. 135

<sup>95</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. vol. 1. Belo Horizonte: Ed. Comunicações. Pp. 234.

<sup>96</sup> SILVA, Flávio Marcus da. Opt cit. Pp. 137

Havia, no entanto, as unidades escravistas voltadas exclusivamente para a mineração e que dependiam, para a subsistência da mão-de-obra, dos mantimentos que eram comercializados pelos roceiros, geralmente dedicados unicamente aos labores da roça.

Assim, a concessões formais de Sesmarias, aliadas a proximidade com o Caminho Novo, traduzia-se em novas oportunidades para os negócios ligados ao abastecimento de gêneros, fixação nas áreas, montagem das primeiras unidades de produção de alimentos, criação de gado e daí o registro das sesmarias recebidas<sup>97</sup>.

Deste modo, percebe-se que em vista dessa diminuição da extração, os primeiros a estabelecer plantações formais em torno das lavras, foram alguns desses senhores de escravos com certo recurso, que forçados pela diminuição dos ganhos com a mineração, passaram a direcionar uma parte considerável dos seus braços de trabalhos para o trabalho na roça e criação de animais. Em suas propriedades mistas, plantavam para o auto consumo, de seus familiares e escravarias, e havendo sobra, recorriam ao mercado.

Se a ocorrência na busca de ouro das *Lavras do Funil* não garantiu a ocupação do território da cidade de Lavras, por outro lado, definiu o averbamento daquelas primeiras famílias que iniciaram a ocupação formal e povoamento com a aplicação ponderada da agropecuária com distintos vínculos ao mercado<sup>98</sup>.

No decorrer dos anos, com o aumento significativo de moradores, atraídos pela expansão que as atividades agropecuárias desempenhavam, logo fizeram com que seus homens de mando local pleiteassem, junto ao rei de Portugal, a criação de uma nova paróquia, desmembrada da Nossa Senhora da Conceição de Carrancas. Com a inauguração da nova Capela de Sant'Ana, em 1760, e se tornando sede da freguesia, o arraial de Lavras do Funil cresceu e prosperou-se sobre os demais arraiais da região, principalmente pela situação vantajosa como a proximidade do caminho novo e ponto de cruzamento dos caminhos “Velho de São Paulo” e “Picada de Goiás”, e posteriormente, pelo caminho “Passa Vinte”<sup>99</sup>.

Encontramos em trabalhos demográficos a respeito das populações de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX a demonstração de como o fortalecimento das atividades agropecuárias e a dinamização do comércio foram alguns dos fatores que contribuíram para grandes

---

<sup>97</sup> Francisco Andrade ressalta as intenções dos sertanistas de se criar gado nos campos gerais, ocupando-o de forma a facilitar a cobrança de quintos, dízimos e contratos. Andrade, *Práticas de lucro*. p. 171. Para maior aprofundamento acerca dos sertões mineiros, ver: Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas D'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011

<sup>98</sup> VILELA, Moacir Salviano. *Opt Cit.* Pp. 33

<sup>99</sup> *Ibidem.* Pp 43

deslocamentos populacionais, sobretudo da região mineradora em direção a Comarca do Rio das Mortes.

**Quadro 1: Minas – população das comarcas entre 1776 e 1835**

Comarca*	População										
	1776-1	%	1776-2	%	1808	%	c.1820	%	1835	%	
Ouro Preto	78.618	24,59	78.618	23,00	72.286	16,69	71.796	13,02	84.376	12,14	
Sabará	99.576	31,14	99.576	29,13	135.920	31,39	142.840	25,91	189.785	27,32	
Serro Frio	58.794	18,39	80.894	23,66	69.974	16,16	99.919	18,12	106.112	15,27	
Rio das Mortes	82.781	25,89	82.781	24,21	154.869	35,76	236.819	42,95	314.495	45,27	
<b>Total</b>	<b>319.769</b>	<b>100,00</b>	<b>341.869</b>	<b>100,00</b>	<b>433.049</b>	<b>100,00</b>	<b>551.374</b>	<b>100,00</b>	<b>694.768</b>	<b>100,00</b>	
	crescimento anual										
	1776[1]-1808	1776[2]-1808	1808-1820	1820-1835	1776[1]-1835	1776[2]-1835					
Ouro Preto	-0,26	-0,26	-0,06	1,08	0,12	0,12					
Sabará	0,97	0,97	0,41	1,89	1,09	1,09					
Serro Frio	0,54	-0,45	2,97	0,40	1,00	0,46					
Rio das Mortes	1,96	1,96	3,54	1,89	2,26	2,26					
<b>Total</b>	<b>0,95</b>	<b>0,74</b>	<b>2,01</b>	<b>1,56</b>	<b>1,32</b>	<b>1,21</b>					

\* os dados vão dispostos nas 4 comarcas originais para preservar as possibilidades de comparação, sendo que as sub-divisões posteriormente estabelecidas encontram-se agregadas ou distribuídas no grupo original.

APUD: *RAPM*, Ouro Preto (II, vol. 3), 1897, p. 511; Raimundo José da Cunha MATOS, *Corografia...*, vol.1, pp. 89-216 e Maria do Carmo Salazar MARTINS, "Revisitando a província...", pp. 22-9; Laird W. BERGAD, *Slavery and the Demographic...*, pp.230-1.

Como aponta Alexandre Mendes Cunha, é o eixo sul do território que responde mais diretamente pelo crescimento da população mineira e pelos movimentos mais interessantes, sustentando altas taxas de crescimento ao longo de todo o período coberto pelos dados. A população da comarca do Rio das Mortes passa de 82.781 habitantes em 1776 (25,89% da população total da capitania) para 314.495 em 1835 (45,27%), o que marca taxas de crescimento anual bem acima da média da capitania/província. É bastante interessante verificar que o grande peso deste crescimento estaria localizado entre 1808 e 1820, exatamente no período em que se anota uma vigorosa expansão do setor de exportação de gêneros de abastecimento para a Praça do Rio de Janeiro a partir da transferência da Corte em 1808<sup>100</sup>.

Dessa forma, a Freguesia de Lavras do Funil acaba por desempenhar um papel de atrativo econômico dessa região – um dos responsáveis direto por esse crescimento demográfico, com base em um processo de dinamização de ocupação de suas áreas rurais e

<sup>100</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. Tese de Doutorado. Niterói, 2007.

avanço das atividades agropecuária – que teria como uma de suas marcas a atração de população livre forros de outras regiões, bem como a entrada de uma grande quantidade de escravos africanos, que será analisada mais adiante.

Já durante o século XIX a elevação da paróquia, a ampla concessão de sesmarias, oferecidas às antigas famílias, remanescentes do ouro, que ocuparam as margens do Rio Capivary, em virtude do crescimento regional ocasionado pelas propícias possibilidades de se fazer fortunas pela dedicação no negócio de víveres, fez com que em poucos anos, o povoado conseguisse reunir condições mínimas para pleitear ao governo da província, sua emancipação política, o que implicaria no seu desmembramento do termo de Campanha. Neste processo de expansão do povoado, o arraial elevou-se à vila, pela lei de 13 de outubro de 1831. Após o ato da edificação da Vila, e como as principais medidas sancionadas pela câmara de vereadores destacaram-se às relacionadas à infra-estrutura, tais como, a drenagem de lamaçais, canalização de água potável, criação de uma cadeia pública, um correio eficiente, além do levante do pelourinho no Largo da Matriz<sup>101</sup>.

Esta atração de pessoas em direção ao distrito do arraial se deve não só por abrigar em seu núcleo, o aparato político-administrativo da vila, (câmara municipal, guarda nacional, etc.), mas por exercer um papel participativo, enquanto praça comercial, na dinâmica mercantil de subsistência pelo engajamento que se fez toda extensão da Comarca do Rio das Mortes na política de abastecimento à Praça da Corte. Nesse sentido, embora o seu ritmo de crescimento estivesse acentuadamente atrelado aos ritmos da expansão agrária, é certo que, estas unidades não eram integralmente auto-suficientes, isto é, estava também subordinado ao movimento que se articulava entre vilarejo-fazenda, no que se refere ao abastecimento de suprimentos, que iam desde a mão-de-obra escrava até artigos como o sal, ou instrumentos de trabalho, movimento este que indicava uma relação de complementaridade destes dois espaços.

Abordamos aqui, uma síntese acerca dos principais trabalhos que abordaram a temática do mercado interno, não só o brasileiro, mas também com a experiência da América espanhola durante os séculos XVIII e XIX. Visamos aqui a província de Minas Gerais, marcada por um período de auge econômico – com as descobertas das minas de ouro e jazidas de diamantes – durante o século XVIII e sua necessidade de rearticular sua economia após a extinção de tais minerais. Apresentamos alguns dos principais estudos que comprovaram que o fim do ouro não

---

<sup>101</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

teria gerado um declínio da economia mineira, da qual através da produção de alimentos conseguiu manter seus rendimentos ativos. Por fim, a apresentação da localidade de Lavras do Funil, inserida nos caminhos do ouro e voltada para abastecer a região de gêneros alimentícios, como milho e mandioca e carnes.

Entraremos no capítulo seguinte com uma análise quantitativa do perfil agropecuário dessa vila, que marcou não só essa região, mas varias outras que também se dedicaram a abastecer o mercado interno.

## **CAPÍTULO 2: LAVRAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX**

Como já mencionado na introdução desta dissertação, o objetivo deste capítulo é o de analisar a composição da riqueza da Vila de Lavras durante os anos a partir de 1831 até 1850. Apresentando como os indivíduos, com algum tipo de posse de bens, investiram seus ganhos no período anterior ao fim do tráfico atlântico de escravos em 1850.

De início, chamamos a atenção para o fato de que a escolha dessa região não implica uma análise de história local, uma vez que o objetivo desta pesquisa é contribuir com o debate a respeito das regiões produtoras de alimentos voltadas para atender o mercado interno ou o autoconsumo. Busca-se, assim, que a análise da composição de riqueza dessas unidades produtivas possa servir de colaboração para uma melhor compreensão das estruturas socioeconômicas de demais regiões.

Focaremos nos anos anteriores a efetiva extinção do fim do tráfico pela lei Eusébio de Queiros, com o intuito de acompanhar o desempenho do setor produtivo da vila. Buscamos com isso apresentar suas capacidades de alocar riquezas em diferentes inversões econômicas, como na obtenção de mão de obra escrava; no plantio e cultivo da terra; na posse de imóveis; na criação de animais e na sua possibilidade de oferecer crédito e empréstimos.

A apresentação desses dados servirá para entendermos de forma bastante clara qual era o estado e a importância de cada uma dessas categorias num contexto ainda marcado pelo acesso facilitado ao trabalho escravo e pela ampla disponibilidade de terras. Além disso, as informações a respeito desses principais componentes de riqueza fornecerão as bases de análise, através do qual possamos compará-las, no capítulo seguinte, com o período posterior a Lei Eusébio de Queirós.

Antes de apresentarmos tais considerações a respeito do comportamento dessas inversões econômicas, propomos uma análise das metodologias e da utilização dos inventários como principais fontes para os estudos acerca da composição de riqueza.

Em relação à documentação, nós propomos a explicar a forma como foram realizados os procedimentos de escolha do universo amostral; quais eram os procedimentos de produção dessa fonte para o século XIX, uma vez que apenas uma pequena parte da população iniciava a abertura de avaliação dos seus bens; e como eram compostos tais inventários no que diz respeito ao seu conteúdo.

Para além da discussão sobre as fontes, procuramos apresentar alguns contornos demográficos da população da província de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX a fim de estabelecermos delimitações gerais a respeito do universo que estamos tratando. E

com isso, apresentarmos o papel desempenhando pela nossa localidade de estudo nesse contexto geral.

Após a passagem acerca da população mineira, entraremos nas análises dos dados a respeito das distribuições de faixa de plantéis escravistas no interior das unidades produtivas; o papel da riqueza e os principais ativos de investimentos na riqueza dos habitantes da vila; e o papel desempenhado por cada uma dos principais bens.

## 2.1 - Inventários e o universo amostral

Bastante comum entre esses estudos de composição de riqueza foram as práticas de análise de inventários *post-mortem*, mas, como nos chama atenção Zephyr Frank, as práticas metodológicas para esse tipo de fonte se mantiveram, de certa forma, pouco sistematizada, raramente se preocupando com as técnicas de prova no que diz respeito à confiabilidade dos seus achados.

No clássico estudo sobre a economia paulista da segunda metade do século XIX, Zélia Cardoso de Mello utiliza 746 inventários com o objetivo de demonstrar a pauperismo dos indivíduos dessa região nos séculos XVII e XVIII e que somente com o advento da cafeeicultura que São Paulo se integra na economia nacional. Apesar da grande contribuição desse trabalho, chamamos atenção para as imprecisões que a autora utiliza para com as documentações. Em primeiro lugar, seu universo de análise não se restringe a uma determinada categoria social, mas sim a todo um conjunto das categorias sociais componentes da sociedade que ela estudou e que apareceram nos inventários por ela analisados, aumentando, assim, a possibilidade de imprecisão. Outro ponto que destacamos é a escolha aleatória da autora no trato das fontes: “Fala-se da inclusão ou exclusão de inventários sem que se saibam quais os critérios de escolha ou como eles puderam afetar os resultados”. Citando uma passagem de Mello, “os inventários que apresentavam baixo nível de riqueza, isto é, de pessoas muito pobres ou sem diversificação de bens, não nos interessavam.”<sup>102</sup>.

Tal prática de escolha aleatória da documentação impede, portanto, uma classificação pautada em critérios qualitativos, ou seja, por atividades declaradas, o que seria problemático devido à falta de informação sobre tais atividades e também pela deficiência de precisar algumas categorias, ou ainda, como agrupá-las. Coube à autora delinear todo o grupo pesquisado e analisar conjuntamente suas atividades e residências, caracterizando-o de forma a identificar as atividades urbanas e rurais.

---

<sup>102</sup> MELLO, Zélia Maria Cardoso de, *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*, São Paulo: Hucitec, 1982.

Citamos inicialmente o trabalho de Zélia Mello para chamar atenção sobre as dificuldades em proceder com as comparações entre os estudos existentes, uma vez que existem grandes diversidades nas formas de classificação, escolhas de faixa do tamanho do patrimônio, taxas de amostragem e das periodizações.

Na tentativa de ser o menos impreciso possível diante dos desafios exigidos no trato da documentação, seguimos certas indicações propostas por Z. Frank<sup>103</sup>. Primeiramente, o universo amostral não se pode restringir a um único ano, uma vez que o número de inventários seria muito pouco abrangente para ser estatisticamente significativa e confiável. Em especial, porque grandes proprietários - um dos grupos no qual mais nos interessa - não falecem regularmente ano por ano; assim, a amostragem necessita cobrir um conjunto longo de anos para captar, tanto um número significativo de inventários, quanto um número razoável dos mais afortunados na região em questão<sup>104</sup>.

Para nosso período de estudos desse capítulo - 1832 a 1848 - foram registrados 82 inventários *post-mortem*, distribuídos entre os anos pares dos quais fazem parte nossa amostragem. Essa opção em trabalhar uma série de anos, com documentos disponíveis e regulares para toda a temporalidade, nos permitem adequar as sugestões propostas por Frank.

A questão da representatividade do número de indivíduos levantados nas fontes inventariadas em relação à população viva das localidades de estudo sempre foi um grande problema para os historiadores que se utilizam dessa documentação. Não é de hoje que os inventários são percebidos como pertencentes a uma pequena parcela da população, porque, na sua maioria, excluía praticamente todos os grupos sem uma quantidade expressiva de bens materiais ou posses.

Apesar da riqueza de suas informações, os inventários *post-mortem* constituem uma fonte de dado limitada. Sua elaboração não era obrigatória, sendo abertos apenas quando os que faleciam deixavam bens suficientes e/ou com herdeiros ainda em idade infantil<sup>105</sup>. Outra importante consideração a seu respeito seria a noção de que a morte é um acontecimento que alcança indivíduos em diferentes fases da vida. Distintos são os cabedais descritos e as situações em que são avaliados. No entanto, acredita-se que essas particularidades não

---

<sup>103</sup> FRANK, Zapher. Padrões de riqueza no sudeste do Brasil, 1815-1860. In\_ história econômica & história de empresas IX. Volume 2, 2006. Pp 8

<sup>104</sup> Ibidem. Pp 8

<sup>105</sup> Na amostragem considerada, notou-se que o conceito de bens suficientes foi um tanto quanto variável. Normalmente a existência de bens imóveis era suficiente para a abertura dos autos, mas foram encontrados casos em que o patrimônio era formado, por exemplo, por apenas alguns animais ou por somente bens móveis. Nessa situação, a partilha formal não era feita, para que as custas judiciais não comprometessem ainda mais a herança dos herdeiros.

diminuem em nada o potencial desses documentos como fonte de dados para o estudo desenvolvido.

Maria Araújo, ao estudar os caminhos da riqueza na sociedade paulista do oitocentos, apresenta uma boa descrição sobre a produção dos autos e seus usos. Do ponto de vista legislativo, o inventário *post-mortem* é um documento exigido pelo Estado, que relacionava os bens do indivíduo e formalizava sua partilha entre seus herdeiros e sucessores. O casamento pressupõe uma comunhão de bens, enquanto o falecimento dos cônjuges provocava o rompimento dessa comunhão a favor dos filhos. Nas sociedades mais avançadas, os inventários têm sido vistos como momento privilegiado de redistribuição da riqueza na sociedade. Os bens são, ao mesmo tempo, distribuídos entre herdeiros e para a sociedade em geral, já que os bens brutos são taxados segundo tabelas progressivas<sup>106</sup>.

A autora argumenta que a origem da legislação dos inventários no Brasil, no início do século XIX, orientava-se pelas antigas *Ordenações Filipinas*<sup>107</sup>. O alvará de 1809 estabeleceu no país o imposto em heranças e legados que não provinham de parentes ascendentes e descendentes. Dessa época em diante, o herdeiro ou legatário, por testamento, devia pagar a décima dos bens recebidos; o herdeiro, do falecido *ab intestado* (sem testamento), pagava a décima, se parente até o segundo grau, e a quinta parte, sendo parente fora do segundo. Pela Resolução de 1813, o Estado abolia as cartas de consciência (testamento em segredo), por serem formas de burlar os impostos dos legados<sup>108</sup>. A Resolução de 1869 estendeu a todas as operações de transmissão de bens a obrigação de pagamento de imposto, tanto para as heranças por testamento *ab intestado* e os legados, quanto para as doações *inter vivos*, ou seja, no século XIX o Estado começava a tributar os benefícios fortuitos – legados e heranças – mas as “heranças” naturais dos meeiros e as legítimas continuaram isentas de cobranças até 1880.

Eram considerados herdeiros forçados os parentes descendentes – filhos –, ou ascendentes – pais. O cônjuge em regime de comunhão de bens era meeiro: sua parte na herança era chamada de meia. A ordem de sucessão da outra metade era: descendentes, ascendentes, colaterais até o décimo grau e, por último, o cônjuge; na falta destes, ficava o Estado com os bens<sup>109</sup>.

A legislação de sucessão no Brasil estabelecia que deveria prevalecer o princípio da

---

<sup>106</sup> Esse conceito é ainda polêmico no Brasil; o imposto progressivo sobre heranças ainda é um projeto sem data para discussão.

<sup>107</sup> Ordenações filipinas (1603). Livros VI e V. Lisboa: Gulbekian, 1985.

<sup>108</sup> *Ibidem*, pp. 512

<sup>109</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860). São Paulo, 1980. Tese (Doutorado em História).

obrigatoriedade e igualdade da partilha entre os filhos, ou seja, os casados com filhos só podiam reservar para o testamento a terça dos seus bens reservados aos filhos, ficando estes com os dois terços restantes. Os filhos que tivessem recebido dotes deveriam descontar meio dote no ato da partilha por morte do pai ou mãe. Os filhos que recebessem adiantamentos, empréstimos, ou despesas especiais, deveriam descontá-las por ocasião da partilha.

Os filhos naturais só eram herdeiros se indicados em testamento ou reconhecidos em cartório. Os inventários indicaram que nenhuma viúva podia ser considerada meeira com o casamento no leito da morte por faltar a consumação, mesmo tendo os filhos legitimados por testamento.

O que nos leva novamente à situação da diminuta parcela da população que dava entrada na produção dos autos, uma vez que esses só eram obrigatórios em três casos: quando havia menores; quando o falecido, sem herdeiros forçados, morria *ab intestado* e quando, não tendo herdeiros, sua fortuna passava para as mãos do Estado<sup>110</sup>.

Como citamos anteriormente, foi de 190 o número de inventários coletados para o universo amostral do nosso período total de análise – sendo de 82 inventários para o período anterior a 1850. Levando-se em consideração que essa quantidade de documentos representa uma pequena parcela do número total da população da região, buscaremos focar neste capítulo a atenção sobre um determinado grupo social, não estendendo assim as conclusões dos dados aqui obtidos para toda a sociedade oitocentista de Lavras.

Na nossa documentação, temos o inventariante, normalmente o cônjuge, declarando-se perante o juiz e o escrivão o nome do falecido, data e local do falecimento. Em seguida, declarava o estado conjugal, o nome do cônjuge, a naturalidade, o nome dos pais e se havia testamento. Os herdeiros eram relacionados com nome, idade, estado conjugal e local da residência. O inventariante e os herdeiros maiores assinavam.

Passava então a justiça a designar dois avaliadores – os louvados – para proceder à avaliação dos bens. Normalmente era iniciada pela relação dos bens domésticos da casa de morada: todo objeto era apresentado com seu valor; separados pelos tipos de materiais – ouro, prata, cobre, estanho etc – tendo os objetos religiosos relacionados a parte – oratórios, imagens, castiçais, cálices – a roupa pessoal aparecia antes da roupa de cama, mesa e higiene; os estoques e as instalações das lojas, anexas a casa, vinham a seguir.

Em seguida, passava-se para a avaliação dos bens semoventes. Primeiro encontramos os animais, sendo avaliados segundo peso e idade. Logo após, apresentavam-se os escravos. Cada

---

<sup>110</sup> MATTOSO, Kátia de Queiroz. Bahia, século XIX. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. PP. 603

escravo era descrito com nome, idade, estado conjugal, origem, estado de saúde – caso não estivesse saudável. O critério de avaliação do escravo era parecido com o critério utilizado para os animais: valiam de acordo com a idade e o estado de saúde, pouco contando a especialização.

Por fim, vinham os bens de raiz, as casas de morada, os terrenos na cidade, fazendas e roças, bem como a propriedade das terras. As casas eram relacionadas por valor, sendo descritas a presença de quintal, a cobertura do telhado e, em alguns casos, as paredes, o número de janelas e portas e o nome dos vizinhos. A descrição das fazendas seguia uma lógica semelhante a da casa de morada, sendo apresentada, além dos vizinhos e da descrição das casas, a presença de roças, campos de criar, mata virgens, terras de cultura. Ademais, havia a descrição das benfeitorias, cozinha, quintal e senzala e curral.

As propriedades das outras localidades eram visitadas por dois avaliadores indicados pelo judiciário local e entravam como bens adicionais, sendo possível também distinguir o valor dos bens móveis – utensílios e ferramentas – dos bens imóveis – casas de morada, engenhos, terras e plantações. Vale observar que as plantações estavam incorporadas aos bens imóveis, mas as colheitas ficavam nos bens profissionais; além disso, em alguns inventários o inventariante descrevia os bens móveis e imóveis das fazendas com valor agregado, alegando que os bens rurais só tinham valor em conjunto.

Por último, descreviam as dívidas ativas, com nome do devedor, local, tipo de operação e valor, e a seguir eram relacionadas as dívidas passivas. Também eram relatados as quantias em dinheiro encontradas na casa e os rendimentos diversos.

As despesas de manutenção, enterro, missas, médicos, custos do inventário e do testamento ficavam no fim. A seção do orçamento era seguida pela seção da partilha: havendo consenso, o juiz convocava rapidamente dois peritos para calcular o monte bruto e o líquido da herança.

Na primeira seção, o inventariante declarava se o falecimento tinha testamento. Em caso positivo, o testamenteiro deveria ser transcrito antes das seções de avaliação dos bens. Os testamentos pouco influenciavam a primeira parte do inventário, na constituição do monte-mor e do monte-líquido, raras as vezes apareciam as contas dos testamenteiros para serem descontadas como despesas diversas do monte-mor. Entretanto, o testamento era fundamental para entender as contas finais e a partilha.

Os testamentos eram redigidos a partir de frases padronizadas por décadas. No primeiro parágrafo, o testador declarava sua fé, a seguir declarava sua naturalidade, o nome dos pais, o estado civil, o nome dos filhos e a razão do testamento. As declarações dos filhos naturais

invariavelmente vinham seguidas do arrependimento-padrão. Alguns testadores davam informações gerais sobre o espólio, por exemplo, o estado das dívidas, os imóveis possuídos, ou o local das cadernetas com créditos; em seguida, faziam as revelações, declaravam as particularidades dos filhos, o cônjuge, os parentes, etc., citavam três nomes para testamentários e iniciavam pedidos de funeral e dos legados a descontar-se da terça – para os casados com filhos – ou de total da herança – para os solteiros sem herdeiros forçados. Embora os testamentos indiquem as intenções em legar, as contas dos testamentos não são anexadas ao processo. Por fim, o testador, três testemunhas e o escrivão assinavam, ao passo que os analfabetos rogavam a outros que assinassem<sup>111</sup>.

Feita a apresentação da nossa principal documentação, é preciso ressaltar que os inventários obviamente nos dão conta da realidade de um indivíduo, e que, para entendermos a sociedade em que este está inserido agregamos as informações, quantificando-as. Os ativos constitutivos da fortuna destes indivíduos, quando agregados, dão-nos um olhar sobre as formas de acumulação e de constituição das fortunas no tempo, possibilitando-nos acompanhar as mudanças que influenciam na composição e na diversificação destas fortunas, refletindo, assim, uma parte da sociedade em que estavam inseridas e as modificações que esta estava sofrendo<sup>112</sup>.

## **2.2 - Demografia populacional mineira**

Nosso ponto de partida para analisar a composição dos dados foi o de estabelecer a diferenciação entre os inventários que registraram a presença de escravos e aqueles que não. A falta de um número maior de documentos a respeito dessa camada da população dificulta uma análise mais qualitativa, e, por isso, foi necessária a utilização da posse de escravos como o critério que representa a maior capacidade de acumulação desses indivíduos, mas sem deixar de termos em mente que a categorização de indivíduos enriquecidos ou empobrecidos vai muito além dos fatores econômicos<sup>113</sup>.

Dos nossos 82 inventários para o período de 1831 a 1848, foram registrados a posse de

---

<sup>111</sup> Araújo, Maria Lucília Viveiros de . Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006, pp. 63-65

<sup>112</sup> ALMICO, Rita de Cássia da S. Fortunas em Movimento: Um Estudo Sobre as Transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora/1870 – 1914. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia/Unicamp, 2001. PP 23

<sup>113</sup> DAUMARD, Adeline. Os burgueses e a burguesia na França. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Chama atenção para a utilização de determinação econômicas para as categorizações, e a dificuldade implícita em somente utilizá-las. Fatores como prestígio familiar, a ocupação de cargos políticos, administrativos, civis, e eclesiásticos, e o acesso a escolaridade devem ser levados em consideração para entendermos o contexto da riqueza durante o século XIX nas Minas Gerais.

escravos em 80% deles – 66 inventários – e ausentes em 20% - 16 inventários. Esse primeiro dado, além de apresentar nosso grupo de análise, vem demonstrar a forte presença escrava nessa região, confirmando os dados levantados pela historiografia mineira das décadas de 1970 e 1980 sobre a presença dos cativos em Minas Gerais.

Os avanços de pesquisas sobre a produção de alimento, e seus contornos demográficos, econômicos e sociais, ganharam uma maior atenção dos historiadores nas últimas décadas, como já tratamos no primeiro capítulo, mas gostaríamos de ressaltar a semelhança desse modelo do Sul de Minas em relação a regiões mais distantes geograficamente.

Na distribuição da população da Comarca do Rio das Mortes, realizada por Maria do Carmo Salazar Martins, podemos perceber a importância da mão de obra escrava para toda a região e em especial para a o termo de Lavras<sup>114</sup>. Para a elaboração desses dados, a autora utilizou mapas de população e listas nominativas.

#### **Quadro 2: População de livres e escravos em termos da Comarca do Rio das Mortes 1831**

Termo	Livres		Escravos		Total
	Nº	%	Nº	%	
Termo de S. João	12299	55,56%	9836	44,44%	22135
Termo de S. José	20324	59,52%	13825	40,48%	34149
Termo de Lavras	13596	59,73%	9168	40,27%	22764
Termo de Tamanduá	8927	69,04%	4004	30,96%	12931
<b>Comarca do Rio das Mortes</b>	<b>55146</b>	<b>59,95%</b>	<b>36833</b>	<b>40,05%</b>	<b>91979</b>

APUD MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas C. (orgs). *20 anos do Seminário sobre a economia mineira 1982-2000: coletânea de trabalhos*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. v.2-História econômica e demografia histórica. Para ver os distritos e vilas que compunham cada termo ver Quadro A.1 do anexo.

Os dados do quadro 2 demonstram que a localidade de Lavras possuía uma distribuição do número de livres – 59,7% – e de escravos – 40,2% - muito semelhantes àquelas encontradas para a Comarca do Rio das Mortes, respectivamente de 59,9% e 40%. Também semelhantes foram as porcentagens levantadas por Mônica Oliveira para o termo de Barbacena, que, utilizando-se também dos mapas de população do arquivo público mineiro, apresentou uma população livre arrolada no percentual de 53,3% e de 46,4% de escravos distribuídos por vinte e oito distritos<sup>115</sup>. Já para o termo de Campanha, nos mapas de população de 1833-35, Marcos

<sup>114</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas C. (org). *20 anos do Seminário sobre economia mineira 1982-2000; coletânea de trabalhos*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

<sup>115</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

Andrade localizou 69% de livres e 31% de escravos.

Esses números não são inéditos para a historiografia mineira, como mencionado anteriormente sobre o trabalho de Libby para toda a região do Sul de Minas. Douglas Libby rechaça uma antiga idéia corrente na historiografia de que os cativos de Minas Gerais teriam sido vendidos para áreas produtoras de café no Rio de Janeiro e São Paulo, citando a importância da pesquisa de Roberto Martins sobre o tráfico interprovincial em Minas. Utilizando-se de inúmeros Mapas de População, o autor demonstra a grande importância da escravidão para a província de Minas Gerais, e afasta quaisquer hipóteses de que o trabalho cativo teria se tornado residual ao conjunto socioeconômico mineiro, após a cessação do tráfico negreiro internacional<sup>116</sup>.

**Quadro 3: Participação cativa mineira segundo regiões por décadas (%)**

<b>Regioes e províncias</b>	<b>1831 – 1840</b>	<b>1854 – 1857</b>	<b>1872*</b>	<b>1872**</b>
<b>Metalúrgica – Mantiqueira</b>	36,48	26,81	14,63	19,03
<b>Mata</b>	36,77	38,75	28,33	25,30
<b>Sul</b>	31,99	31,44	23,88	20,52
<b>Oeste</b>	27,35	26,30	20,95	17,02
<b>Triângulo</b>	34,66	25,94	24,14	16,27
<b>Alto Paraíba</b>	30,84	20,77	17,90	16,54
<b>São Francisco</b>	24,05	7,63	8,95	8,39
<b>Paracatu</b>	23,31	19,21	19,36	7,69
<b>Jequitinhonha – Mucuri - Doce</b>	24,21	16,54	17,66	11,21
<b>Minas Gerais</b>	31,30	24,95	18,77	18,16

Fonte: LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, PP 47. Arquivo Público Mineiro, “Mapas de população”, 1831-1843.

\* Baseada em dados agregados de censos estimados realizados em meadas da década de 1850.

\*\* Baseada nos totais do Recenseamento de 1872. Dados corrigidos para Minas Gerais.

<sup>116</sup> LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988. Pp 46.

Interessa-nos, aqui, analisar os dados do autor para região do Sul de Minas, que juntamente com a região Oeste, Triângulo e Alto Paranaíba, possuíam uma porcentagem semelhante da presença escrava na população total, variando de 27,% a 36,7%. O Sul de Minas seria um caso que chama bastante atenção, pela sua dinâmica economia mercantil de subsistência baseada no trabalho escravo. Libby trata a região do Sul de Minas como um caráter único no Brasil, e questiona o porquê de a prática de uma agricultura relativamente dinâmica e próspera não tenderia a se espalhar para áreas vizinhas igualmente cruzadas pelos caminhos dos tropeiros, e dotadas de solos propícios a criação de gado leiteiro e corte e ao cultivo de cereais exportáveis. Entretanto, cada vez um número maior de pesquisas a respeito de regiões produtoras de alimentos voltadas para o abastecimento interno apresentam características semelhantes ao caso sul mineiro, não sendo, dessa forma, uma vocação exclusiva somente dessa localidade<sup>117</sup>.

Tais porcentagens de cativos registrados nas listas comprovaram mais uma vez a grande difusão da propriedade escrava para além dos limites das atividades agroexportadoras.

### **2.3 - Estrutura da posse de escravos**

Quando se trata de analisar o grupo de propeitários que registraram alguma posse de escravo, percebemos uma grande disseminação de sua posse. Em pesquisa pioneira, realizada por Francisco Vidal Luna, verifica-se que a composição da mão de obra escrava em 84,21% dos inventários de Mariana e em Vila Rica 82,30% dos proprietários tinham cinco escravos ou menos<sup>118</sup>, apresentando assim o quão altas eram a presença de cativos nos inventários.

Como nos coloca Marcos Andrade, para entendermos o funcionamento de uma sociedade pautada no trabalho escravo, é fundamental verificar como esta se estruturava em relação a suas posses de escravos. Ao utilizarmos os inventários como fonte para a elaboração desses dados e, por este ser um documento de parte privilegiada da população, a posse de cativos se apresentou muito mais frequente do que nos dados apresentados por Libby. Enquanto nas Listas Nominativas somente um terço da população os possuía, aqui temos 81% dos inventários registrando sua presença.

Utilizando os 82 inventários coletados para o período de 1832-1848 elaboramos o quadro a seguir sobre a estrutura de posse de escravos por tamanho de plantel de Lavras.

---

<sup>117</sup> LIBBY, Douglas. Opt Cit. PP

<sup>118</sup> LUNA, Francisco Vidal. "Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804)". In: COSTA, Iraci del Nero da (org). Brasil: História Econômica e Demográfica. São Paulo: IPE-USP, 1986, p.163.

Seguindo como base as divisões de categoria de posse elaboradas por outros trabalhos que tiveram como bases as unidades produtivas voltadas para o autoconsumo e abastecimento interno – sem deixar de considerar o teor dos nossos dados – estabelecemos faixas de plantel de pequenos, médios, grandes e muito grandes.

Através da realidade observada pela documentação, consideramos como pequenos proprietários aquela faixa de possuidores de um a cinco escravos, os médios possuem de seis a dez cativos, os grandes são aqueles com plantéis acima de dez escravos, mas que não passam de vinte, e os proprietários muito grandes foram os donos de escravarias acima de vinte cativos.

**Quadro 4: Estrutura de posse de escravos de Lavras durante os anos de 1832-1848**

Quantidade de escravos por tamanho de plantel	1832-1838			1840-1848		
	Total de proprietários	Total de Escravos	Média de escravos por proprietário	Total de proprietários	Total de Escravos	Média de escravos por proprietário
<b>1-5</b>	38%	16%	3,2	62%	16%	3,1
<b>6-10</b>	53%	46%	7	14%	8%	7,6
<b>11-20</b>	3%	5%	12	5%	5%	12,5
<b>21 ou mais</b>	6%	33%	38,5	19%	71%	46,5
<b>Total</b>	100%	100%	7,9	100%	100%	12,4

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1848.

De acordo com o quadro acima, observamos que diferente de muitos outros casos, onde os pequenos proprietários detentores de até 5 escravos sempre foram a maioria dos senhores, temos-os como o segundo grupo durante a década de 1830. Também notamos a diferença em relação ao controle das escravarias, na qual geralmente estão em posse dos grandes senhores de suas respectivas localidades. Temos nesse caso, o grupo que possuía de 6 a 10 escravos como a maioria dos proprietários e também detendo a maior parte dos escravos.

Para a década seguinte o quadro passou a apresentar dados muito mais semelhantes a outras regiões escravistas, sejam elas agroexportadoras ou não, com um grande número de pequenos proprietários detendo um pouca participação; enquanto alguns senhores concentrariam a posse da maior parte das almas cativas da região.

De maneira geral, o quadro esboçado até então nos mostra uma estrutura de posse concentrada na vila de Lavras, ou seja, ao mesmo tempo em que se percebe a existência de um grande grupo de proprietários com médias no entorno de 3 escravos para as duas décadas, nota-se a presença minoritária de grandes senhores, cada um detendo, em média, 38,5 e 45,6 escravos para as décadas de 1830 e 1840 respectivamente. Tais médias seriam muito semelhante às encontradas por Leonardo Campos para o termo de Barbacena, no qual os pequenos proprietários detinham 2,7 escravos, e os grandes, 37,2 cativos para os anos iniciais do século XIX<sup>119</sup>.

Analisando os dados de uma década para a outra, podemos observar um aumento significativo no número de pequenos proprietários, donos de até cinco escravos, passando de 36% na década de trinta, para 62% no decênio seguinte. Entretanto, mesmo com o dobro de aumento do número de pequenos senhores, suas quantidades de escravos se mantiveram na mesma porcentagem, em 16%, para ambas as décadas. Esses números podem indicar que, com o passar dos anos, difunde-se ainda mais a porção da população com acesso à mão de obra escrava, confirmando-se mais uma vez a capacidade das unidades produtivas com diferentes vínculos ao mercado, de acumularem e investirem seus ganhos em reprodução de mão de obra.

Uma outra hipótese, seria a de um empobrecimento dos setores médios, uma vez que representavam mais da metade de todos os proprietários entre os anos de 1832 a 1838 e possuía quase a metade dos escravos, com 46% da escravaria, e que, no período seguinte (de 1840 a 1848), sofreu uma redução significativa, representando somente 14% dos proprietários e contendo apenas 8% dos escravos.

O grupo que possuía plantéis com mais de dez escravos, mas que chegava até no máximo de vinte, não representava grande parte dos proprietários, com somente 3% e 5% dos senhores para as décadas de 30 e 40, respectivamente; sem grande volume também foram suas quantidades de escravos com 5% para ambas as décadas. Já o grupo dos grandes proprietários, com plantéis acima de vinte cativos, teve um aumento expressivo, tanto no número de senhores, como na quantidade de seus escravos. Para os anos de 1831-1838 eram somente de

---

<sup>119</sup> Campos, Leonardo França. “Escravidão E Família Escrava Em Uma Economia De Abastecimento” Termo De Barbacena, Século XIX. Dissertação De Mestrado. Juiz De Fora, 2011. Pp. 81. Resaltando que o autor utiliza os mesmo grupos de faixa de plantel, considerando como pequenos aqueles de posses de 1-3 e os grandes com mais de 20 escravos.

6% e passaram a ser em 1840-1848 de 19%, com o aumento expressivo das escravarias de 33% para consideráveis 71%.

Sendo assim, o acesso à propriedade escrava por um número maior de indivíduos conjugado com o aumento do número de senhores, que passaram a ser dono de grandes plantéis, leva-nos a pensar numa hipótese pertinente: se levarmos em consideração que a posse de cativos foi a forma crucial de riqueza disponível no Brasil colonial e imperial e, além disso, o tamanho da força de trabalho era o fator mais importante na determinação da riqueza de um domicílio<sup>120</sup>, embora o acesso à terra fosse imprescindível, é provável que a estrutura apresentada no período de 1832 a 1848 seja fruto do crescimento econômico, o que corrobora com a nossa hipótese de considerável desenvolvimento da região de Lavras neste período.

Em níveis de comparação com outras regiões próximas a Lavras, temos, através do trabalho de Juliano Custódio Sobrinho sobre Itajuba para os anos de 1875 até 1850, a quantidade de 41,6% de proprietários com até cinco escravos, detendo apenas 10% da quantidade total de escravos<sup>121</sup>. Para o termo de Barbacena, Leonardo Braga encontrou os pequenos proprietários representando 39,1% dos senhores de escravos, cujos cativos compunham 10,3% da totalidade dos escravos entre os anos de 1810 até 1832<sup>122</sup>. Do lado dos grandes proprietários, senhores de mais de vinte escravos, foram levantados para Itajuba 14% dos senhores com 46,6% dos escravos<sup>123</sup>; enquanto Barbacena registrou a quantia de 14,9% de proprietários com posses de 51,6%<sup>124</sup>.

Apesar de termos encontrado cifras um pouco diferentes para o universo de 1832 a 1848 – pequenos proprietários com 52% e 16% dos escravos; e os grandes com mais de vinte escravos 13,6% e 58% do total escravos –, podemos perceber que a estrutura de posse de escravos de Lavras estava, assim como o exemplo dessas duas localidades, disseminada entre muitos pequenos proprietários enquanto um grupo de poucos senhores concentrava em suas mãos a maior quantidade dos escravos. Para Florentino e Góes, o alto grau de concentração da propriedade escrava coloca-nos não só de frente a uma sociedade possuidora de escravos, mas, sobretudo, diante de uma sociedade escravista, definida como aquela na qual o principal objetivo da renda extraída ao trabalhador cativo é a reiteração da diferença socioeconômica

---

<sup>120</sup> LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 138.

<sup>121</sup> SOBRINHO, Juliano Custódio. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850*. Tese de mestrado. Juiz de Fora, 2009. Pp. 89

<sup>122</sup> CAMPOS, Leonardo. *Opt Cit.* Pp 82

<sup>123</sup> Sobrinho, Juliano Custódio. *Opt Cit.* Pp 89

<sup>124</sup> CAMPOS, Leonardo. *Opt Cit.* Pp 82

entre a elite escravocrata e todos os outros homens livres<sup>125</sup>.

Essa diferenciação socioeconômica nos fica bastante clara ao percebermos o valor da posse de escravos, em conjunto com o restante dos bens inventariados, como a hierarquia e o poder social de alguns indivíduos se expressam pelo patrimônio material que possuíam. O inventário de Rita Felícia de Andrade, aberto em 1848, juntamente com o do seu falecido marido, o Capitão Diogo Garcia de Andrada, tendo como inventariante Joaquim Tavares Coimbra, marido da herdeira dos bens do casal, Maria Candida de Santa Barbara, já que estes não tiveram filhos e a nomearam em testamento. O patrimônio construído ao longo de suas vidas foi calculado no montante de 65:891\$241 réis, deixados para sua mencionada afilhada. Dentre os bens da finada Rita, encontramos arrolados a quantia de impressionantes cem escravos, avaliados na totalidade de 25:220\$000 réis – o que representaria 38% do total da riqueza inventariada. Tal quantidade de mão de obra era claramente utilizada para a produção agropecuária, sendo que foram contabilizados 163 cabeças de gados, 50 porcos, 130 carneiros e mais 28 animais cavalares. Em termos de terras, apresentou-se uma série de fazendas com campos de criar e plantações de culturas, como, por exemplo, a Fazenda Cachoeirinha da Lage, nas proximidades da Vila de Lavras, com mais de 233 alqueires de plantações e 252 alqueires de campos de criação, avaliada em 14:700\$000 réis. Já a fazenda Rio Acima, no distrito de Madre Deus, também com terras, campos e matas virgens, foi avaliada em 10:825\$000 réis. Na soma dos valores dessas fazendas, com outras duas propriedades, obtém-se o total em terras de 28:320\$000 réis, ou 43% da riqueza de Rita Felícia de Andrade. Além das propriedades rurais, havia também imóveis urbanos, como duas casas de morada na vila de Lavras e mais duas casas de vivenda, que atingiam o valor de 3:450\$000 réis.

Ao contrário do que apareceu em outros inventários de grandes montantes – que será analisado melhor mais adiante – nos chamou atenção a baixa quantidade de dívidas ativas e passiva deixada por Rita de Andrade. Com empréstimos realizados a apenas onze pessoas, a maior quantia foi feita ao Capitão Antonio Joaquim Machado e atingiu apenas 723\$000, e que, na soma com as demais, chega-se a 1:941\$000 réis a serem recebidos, o que corresponde a apenas 3% do monte-mor<sup>126</sup>.

Do outro lado da categoria de posse de escravo, temos o pequeno proprietário José de Anchieta Pereira, inventariado por casado com Albina Maria de Jesus e falecido em 1846, deixou no seu inventário a quantia de quatro escravos, o crioulo Francisco de 24 anos e o

---

<sup>125</sup> FLORENTINO, Manolo & GÓES. José Roberto. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1997. PP.55

<sup>126</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Rita Felícia de Andrade, cx. nº 81. (1848)

africano de nação Congo Manoel de 58 e duas crioulas, Silvana e Rita de 18 e 20 respectivamente. Possuía 24 alqueires de arroz, uma roça de feijão, e uma de milho, bem como mais 17 alqueires de campos. Sua casa era humilde, coberta de telha, mas com um amplo terreiro com paiol e benfeitoria<sup>127</sup>.

Para além das plantações, contava ainda com a presença de alguns animais, como 22 porcos, 6 bois e 2 cavalos, sendo um bastante velho. Não teve, na hora de sua morte, o aparecimento de nenhuma cobrança de dívidas passadas, nem chegou a cobrar de ninguém. A presença do herdeiro Silvério Pereira, de 18 anos, e a posse desse pequeno plantel vêm reforçar uma idéia apresentada por Mônica Oliveira, ao analisar os proprietários de até cinco escravos para Barbacena, de que esses números sugerem um indicativo da associação de trabalho escravo com trabalho familiar nas unidades produtivas<sup>128</sup>. No entanto, em tais propriedades confirmou-se que os investimentos, apesar de modestos, eram preferivelmente destinados à compra de escravos e terras, demonstrando a difusão de posse de cativos em diferentes segmentos sociais<sup>129</sup>. No caso de José Pereira, os ativos terras e escravos correspondem respectivamente a 16% e 61% dos 3:749\$802 réis registrados no seu monte-mor, valores que confirmam as indicações de Oliveira.

Como os inventários demonstraram, a posse de escravos era amplamente difundida entre os proprietários, embora não fosse privilégio de toda a população, como já chamamos atenção anteriormente. O inventário de Joaquim José Fernandes Bernardes, também de 1846 e inventariado por sua mulher, Maria Ignácia Rufina, não possuía nenhum escravo. Com seus sete herdeiros, dos quais eram somente de maior de idade seu filho Francisco José Fernandes Bernardes e sua filha Joana Francisca Rufina, casada com Manoel José de Carvalho, conseguiu, através de uma mão de obra familiar, vincular-se a mercados próximos ou locais. Mesmo com a ausência dos escravos, e possivelmente produzindo para o autoconsumo e vendendo seu excedente, conseguiu manter uma pequena chácara nas proximidades de Lavras, com campos de criar onde matinha suas sete cabeças de gados e algumas éguas, bem como uma pequena roça de alimento na parte das suas terras da fazenda Serra de Painas. Sem a presença dos cativos, a propriedade de terra passa a ser o ativo mais valioso do inventário, correspondendo a 47% do monte-mor de 849\$660 réis; em seguida, os citados animais valendo 23%, ou 192\$000 réis, e por último uma única dívida ativa feita a José Pedro de Carvalho no valor de 164\$000 réis, representando 16%<sup>130</sup>.

---

<sup>127</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de José de Anchieta Pereira, cx. n° 72. (1846)

<sup>128</sup> Oliveira, Mônica. Op.cit, pp.146

<sup>129</sup> Ibidem. PP. 147

<sup>130</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Joaquim José Fernandes Bernardes, cx. n° 72. (1846)

A partir desses exemplos, percebemos a disparidade social que se encontrava entre os indivíduos daquela sociedade, sendo possível averiguar tal fato pelos padrões de fortuna arrolados em seus inventários. Claro que procuramos trabalhar com casos em situações de extremo, de uma sociedade que tinha diversos padrões de renda. Além disso, não podemos nos esquecer de indivíduos que sequer tinham bens para serem arrolados e que, assim, estavam à margem dessa sociedade.

Utilizamos esses dados para reforçar os argumentos do importante papel desempenhado pelas unidades produtivas que se dedicavam à produção de alimento, com diferentes vínculos ao mercado, movidas pela mesma necessidade de venderem seus produtos no mercado. Para demonstrar como essa região foi capaz de gerar ganhos e reinvestir no aumento da produção, temos como fio condutor o aumento na demanda por gêneros alimentícios, ocasionado principalmente pelo crescimento da população dos centros urbanos. Para fazer frente a esta demanda, era necessária, além de fontes produtoras, a montagem de uma estrutura capaz de facilitar e garantir este abastecimento. Temos, assim, a interferência do poder público na questão do abastecimento, ao tomar diversas medidas na tentativa de estimular a produção desses gêneros alimentícios e evitar graves crises generalizadas de fome<sup>131</sup>.

No tocante à política de abastecimento, a preocupação do governo provincial com a diversificação das atividades produtivas se evidenciou com o incentivo de novos cultivos, quando enviou amostras de sementes de produtos como trigo, algodão e tabaco para serem distribuídas entre os agricultores da região<sup>132</sup>. E também na tomada de decisões relacionadas com a isenção de recrutamento para tropeiros, condutores de gado e mantimentos para a Corte e até mesmo para agricultores mineiros.

Apesar da resistência em cumprir as determinações régias por parte de proprietários, que alegavam que a produção desses gêneros (principalmente da mandioca) não era uma atividade tão lucrativa como a venda de produtos para a exportação, foram medidas que beneficiaram a produção do Sul de Minas. A grande concentração de terras disponíveis, a possibilidade de uso do trabalho escravo, ou a própria mão de obra familiar, faziam com que não houvesse uma preocupação em se utilizarem técnicas de recuperação do solo, como o uso de arados e fertilizantes que encareciam a produção.

As terras e a força de trabalho disponível, uma legislação que incentivava a produção de gêneros e a demanda do consumo acabaram por direcionar a lógica econômica da maioria das

---

<sup>131</sup> SOUZA, Sônia Maria. ALÉM DOS CAFEZAIS: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora - Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado: UFF, 1998.

<sup>132</sup>Ibidem. Pp 62

comunidades dessa região para esse tipo de produção. Desse modo, através da análise dos dados inventariados, não se busca um retrato completo, e sim de uma seleção de informações que nos ajudará a compreender um pouco melhor a dinâmica do comportamento socioeconômico das unidades escravistas da Vila de Lavras, vista através dos seus investimentos de riqueza.

#### **2.4 - Composição da Riqueza Lavrense**

Buscamos, ao estudar a composição das fortunas da vila de Lavras, classificá-las de modo a distinguirmos seus níveis de investimentos e principais ativos, bem como verificarmos como essas riquezas se distribuíam entre os diferentes grupos de senhores de escravos, segundo os tamanhos de seus plantéis. Interessa-nos também saber de que se compõe essa fortuna e como se comporta ao longo do tempo, visto que alguns dos seus componentes perdem força e passam a ser substituídos por outros que se tornam mais interessantes no que se refere a investimento. E, finalmente, procuramos observar o peso de cada componente na fortuna de indivíduos de diferentes categorias socioeconômica, distintas umas das outras pela posse do número de escravos.

Dessa forma, ao analisarmos a relação da composição da riqueza para o período de estudo nos nossos inventários, conseguimos estabelecer um panorama de como se estruturava o universo material e de riqueza do grupo de senhores de escravos. Lembramos, entretanto, de que utilizando esse corpo documental, não estamos nos propondo a dar conta de toda a sociedade, mas sim de um grupo determinado.

Elaboramos assim o quadro 5 que apresenta em porcentagens e por períodos, as classificações de bens que apareceram nos inventários. Contudo, foi necessário realizar algumas junções ou separações dos bens que foram registrados nos inventários a fim de podermos categorizar nosso quadro de forma clara.

O primeiro item a que chamamos atenção é “terras”: nesse caso, foi necessário realizar o agrupamento daquilo que aparecia nos inventários como “terras de cultura”, “campos de criar”, “matas virgens”, bem como “parte em terras”, “fazendas de cultura” ou “roças”. Isso foi necessário porque foram raramente separadas na produção do inventário. Citamos o inventário de Maria Antonia de Jesus, inventariado por seu marido Joaquim José de Espindola no ano de 1836, que apresentou na descrição dos seus bens imóveis uma fazenda que era composta de terras de cultura e campos de criar, bem como o registro de posse de pequenas roças de milho, de feijão e arroz. A fazenda não teve especificado qual era o valor de cada uma de suas partes,

sendo apresentada no total de 2:080\$000 réis; já as três pequenas roças, tiveram seus valores em 20\$000 réis a de milho, 3\$200 réis a de feijão e 10\$000 réis a de arroz<sup>34</sup>. Como até mesmo a apresentação de roças em separado não foi algo muito comum, optamos por tratar essas classificações como “terras”<sup>133</sup>. Assim, o inventário de Maria Antonia de Jesus registrou nessa categoria o montante de 2:113\$200 réis, equivalente a 53% do total de sua riqueza.

Passível de separação nas nossas categorias foi à relação de “casas” com as “terras”. Os imóveis registrados nos inventários como “casa de morada”, “casas de vivenda” e “casa em fazenda” foram arrolados separadamente dos demais imóveis, sendo possível de tratá-los como uma categoria a parte, o que permite também a verificação de diferentes propriedades urbanas e rurais, bem como a existência de habitações em outras localidades.

A categoria “dinheiro” representa aqui as quantias de espécie em “notas” e “moedas”, bem como objetos cunhados a “ouro” e “prata” – apresentados nos inventários antes até dos objetos da morada – mesmo podendo ser descritos “relógios”, “crucifixos” ou até ainda “esporas de prata”.

Os “animais” receberam uma grande atenção nas descrições dos inventários. Separados em gado vacum, cavalariço, suínos e caprinos, as descrições variaram para cada um deles dependendo de situações como: presença de filhotes – sobretudo para as vacas –, idade, qualidade do animal, sexo, cor e capacidade de reprodução – em especial para os porcos. A presença de cavalos velhos, potros, garrotes, vaca prenha ou com filhote, bezerros novos e bezerros de mais idade, porcos capados, leitões e cabras foram alguns dos diferentes tipos de animais e diferentes valores presentes. Ainda que bem detalhados, agrupamos todos eles em uma única categoria na tentativa de percebermos a importância desse ativo na composição da riqueza das unidades escravistas.

Em “escravos”, foram computados todos aqueles cativos apresentados por seus senhores, no qual daremos mais atenção ao tratarmos da utilização da mão de obra. Na categoria de “dívidas ativas” foram somados todos os valores apresentados como em débito ao falecido no momento da produção do documento. Por último temos o “monte-mor”, como a soma do total da riqueza inventariada, sem a diminuição do pagamento de dívidas ou dos custos da produção dos inventários. A relação das dívidas, ativas e passivas, também será analisada posteriormente, ao levantarmos a questão da disponibilidade do crédito e das relações entre os valores de empréstimos.

Por último, um outro dado que os inventários nos informa diz respeito aos objetos de uso pessoal e utensílio doméstico. Por se tratarem de itens de pouquíssimo valor, obtivemos por

---

<sup>133</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Maria Antonia de Jesus, cx. nº 35. (1836)

não utilizá-los nas nossas análises uma vez que seus valores mal geraram representação percentual e por não ser uma das intenções dessa pesquisa entrar em detalhes sobre os estudos de cultura material.

Em relação aos valores do quadro, optamos por apresentar as somas dos montantes em réis, e sua equivalência percentual, uma vez que nosso objetivo principal consiste em verificar a importância dos ativos na composição das fortunas e não propriamente os valores nominais. Além disso, dividimos o quadro em duas décadas que abarcam nosso período, 1830' e 40' do século XIX, bem como os dados desses dois períodos agregados. Assim, poderemos verificar as permanências e transformações das posses dos bens para cada intervalo de décadas.

Elaboramos o quadro a seguir com a análise dos 81<sup>134</sup> indivíduos que registraram a posse de algum tipo de bens para o período:

**Quadro 5: Composição da riqueza dos proprietários escravistas da Vila de Lavras de 1832 a 1848**

<b>Entrada</b>	<b>1832-1838</b>		<b>1840-1848</b>	
<b>Casas</b>	6:106\$000	5%	20:356\$400	5%
<b>Terras</b>	23:944\$000	19%	161:169\$800	41%
<b>Dinheiro</b>	3:089\$048	2%	13:245\$720	3%
<b>Animais</b>	7:118\$460	6%	17:940\$000	5%
<b>Escravos</b>	70:147\$000	55%	164:101\$000	42%
<b>Dívidas Ativas</b>	16:376\$774	13%	16:356\$840	4%
<b>Monte-Mor</b>	126:781\$300	100%	393:169\$760	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de Lavras de 1832 a 1848. CEMEC – Campanha.

Ao observarmos a amostragem do período, de 1832 a 1848, o primeiro dado que nos chama atenção é a disparidade dos valores encontrados nos investimentos escravos/terras em relação aos demais bens. O primeiro deles, os escravos, correspondia a 45% do total de toda a riqueza inventariada, enquanto as terras somavam outros 36%. Juntos, equivaliam a 81% de

<sup>134</sup> Retiramos o inventário de Maria Esmérica Candida Teixeira para não alterar os dados

tudo aquilo que foi avaliado para o período. O terceiro ativo mais valioso na composição dos valores foram as dívidas ativas; entretanto, é importante ressaltar que dos 32:733\$614 réis desse composto, foi deixado de fora o inventário pertencente a Maria Esméria Candida Teixeira, uma vez que suas dívidas somam 36:302\$000 réis e alterariam consideravelmente os dados. Assim, optamos por analisá-la em separado.

Inventariada em 1836 por seu segundo filho, o Comendador Francisco José Teixeira e Souza, Dona Maria era viúva de Manoel Antonio Teixeira, que falecera em 1819. Mãe de mais três filhos, o Sargento-Mor Antonio José Teixeira e Souza; José Antonio Teixeira e Maria Isabel Teixeira; Dona Maria deixou para seus herdeiros o já mencionado montante em dívidas ativas, que chegavam a ser 55% do valor total dos seus bens, mais 20:220\$000 réis, ou 31%, nos seus trinta e oito escravos além da fazenda Santa Rosa no distrito de Rosário e uma casa na vila de Lavras – a fazenda avaliada em 1:040\$000 e a casa 3:000\$000 –, representando, respectivamente, 2% e 5% de sua riqueza. Em relação a toda a pobreza observada para o período, os 65:812\$000 réis do seu inventário e uma significativa quantidade de escravos, coloca Maria Esméria Candida Teixeira como uma importante proprietária da Vila de Lavras<sup>135</sup>.

Ao utilizarmos esse exemplo, queremos chamar atenção para a distorção que o montante do valor das suas dívidas causaria no cálculo do total das riquezas inventariadas. Ao optarmos por analisar separadamente seus valores, a categoria “dívidas ativas” recebeu um valor de 6% da riqueza, mas que, certamente, teria sido bem maior caso Dona Maria fosse acrescida.

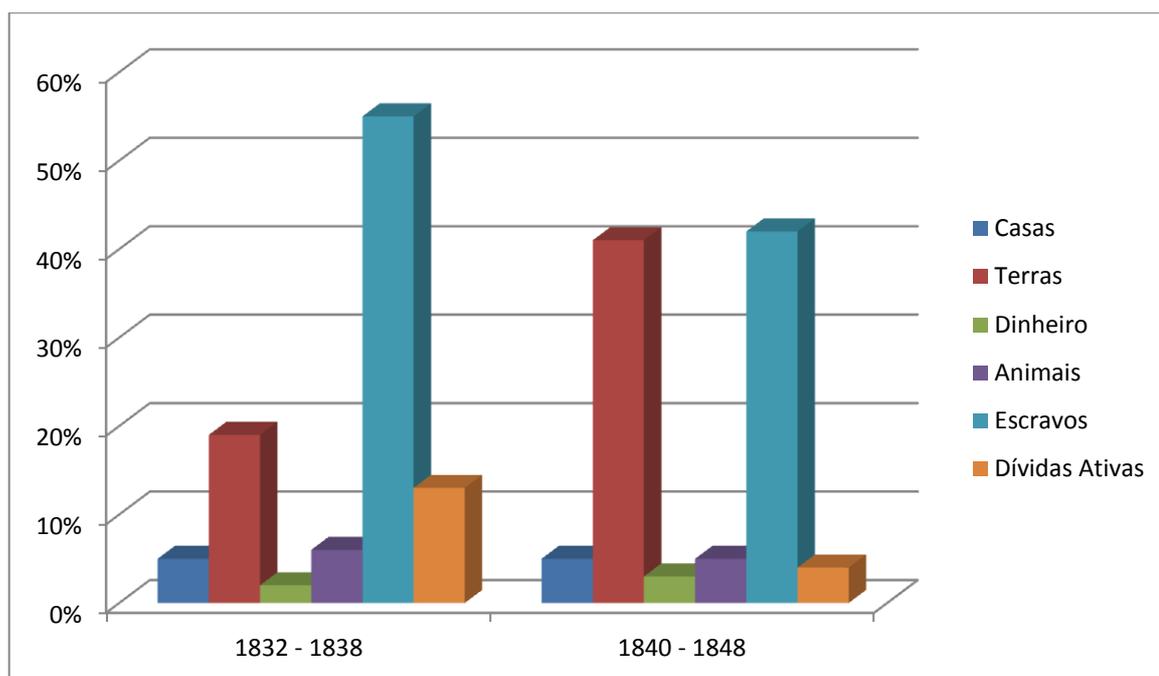
Os bens “casas” e “animais” obtiveram os mesmos valores de 5% cada e, por último, com 3% do total da composição da riqueza, vêm “dinheiros”.

A análise dos valores absolutos dos quatro principais montantes de riqueza, entre os dois recortes cronológicos diferentes, permite comparações esclarecedoras.

### **Gráfico 1: Participação dos principais ativos na composição de riqueza por período**

---

<sup>135</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Maria Esmeria Candida Teixeira , cx. nº 35. (1836)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de Lavras de 1832 a 1848. CEMEC – Campanha.

Comparando os dois períodos, percebemos como os investimentos em escravos permaneceram como a principal categoria de investimento durante as duas décadas: 55% e 42%, em 1830 e 1840, respectivamente. Com um grande aumento participativo, temos "terra" passando de apenas 19% para expressivos 41% de uma década para a outra; ao tempo que temos uma redução da participação das dívidas ativas de 13%<sup>136</sup> para somente 4%. Podemos muito bem relacionar o aumento direto da porcentagem de terras com a redução das dívidas, uma vez que tais mudanças podem corresponder em transferências de capitais de uma para a outra. Se na década de 1840 encontramos indivíduos com menos capitais circulando em crédito na praça, os dados sugerem que varios desses “capitais flutuantes” passaram a dar lugar a um investimento mais seguro como a posse de terras. Podemos supor que este seria o início de um processo de valorização do solo, e por consequente de aumento da produção agrícola da região. O grande crescimento populacional registrado nos meados do século XIX – apresentados no quadro \_ - vem a confirmar o peso adquirido pelo mercado local atendendo tanto a população do entorno rural e urbano lavrense, como também permitindo que seus produtos atingissem até mesmo regiões mais distantes da província – ainda que em menor volume.

As demais categorias, como "animais", "casas" e "dinheiro", além de ficarem muito próximas umas das outras, mantiveram-se sem grandes variações no decorrer do período:

<sup>136</sup> Importante lembrar que o inventário de Maria Esméria Cândida Teixeira foi retirado do gráfico por representar um valor que levaria a distorção dos dados.

"animais" com 6% e 5%; "casas" também com 5% para ambos os períodos e "dinheiro" com 2% e 3% dos total dos ativos.

Os dados sobre a composição da riqueza dos inventariados em Lavras vêm reforçar alguns pontos levantados por Zaphyr Frank no seu estudo comparativo entre a comarca dos Rios das Mortes – especificamente São João/São José – o Rio de Janeiro e São Paulo. Para o autor, o crescimento da economia no Sudeste durante a primeira metade do século XIX vai conduzir mudanças significativas entre as localidades estudadas por ele. O primeiro ponto diz respeito ao papel dos imóveis, que perfazia a maior parte da riqueza carioca durante 1810 até 1850, explicado devido ao processo de valorização desse ativo muito empurrado pelo processo de urbanização e expansão cafeeira no interior da província do Rio de Janeiro, ampliando as riquezas dos fazendeiros residentes na capital. Para as regiões interioranas de Minas Gerais, onde essa urbanização teve menos força a maioria dos inventários possuíam propriedades rurais, e sofreram menos o *boom* da expansão cafeeira e com isso uma menor oportunidade de valorização desse tipo de imóveis para a região da comarca do Rio das Mortes<sup>137</sup>.

Sobre os escravos, estes constituíam uma importante fonte de riqueza ao longo de toda a primeira metade do século XIX no sudeste brasileiro. Ao analisar a participação desse ativo nos montantes daqueles indivíduos detentores de riqueza, Frank apresentou diferenças significativas nas posses de escravos, sobretudo para os patrimônios medianos, e presença muito mais nítida nos inventários mineiros do interior do que os arrolados nas documentações dos cariocas residentes na capital do Império. Em São João e São José – assim como nos nossos dados levantados para Lavras – a escravidão foi uma categoria de riqueza mais destacada que na praça carioca. Afonso Alencastro apresentou, nas suas amostragens para as duas localidades mineiras até 1850, que os escravos perfaziam 43% da soma bruta da riqueza inventariada, um valor extremamente próximo aos 45% do período de 1832 a 1848. Já para São Paulo, Frank encontrou 39% da riqueza em escravos, enquanto na amostragem de Renato Leite Marcondes, para Lorena, em São Paulo, no intervalo de 1832-1849, os cativos compunham 36% dos montes-mores<sup>138</sup>. Já para o Rio de Janeiro, o peso dos escravos foi menor, e sua participação sofreu diminuição entre 1820 e a década de 1850, atingindo apenas 14% da riqueza bruta total nos anos 50, ainda que sua presença tenha sido encontrada em 78% dos inventários. Isso demonstra que, ainda assim, os escravos continuavam como uma peça importante para as parcelas dos detentores de riqueza cariocas.

---

<sup>137</sup> FRANK, Zaphyr. Opt Cit. Pp. 30

<sup>138</sup> MARCONDES, Renato Leite. A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: Stiliano, 1988. PP. 171

No que diz respeito aos animais, as posses encontradas para Itajubá e Campanha foram particularmente marcantes. Seguindo a reputação de Minas Gerais como a grande produtora de laticínios, toucinho e gado de corte do Sudeste, não chega a surpreender a proporção da sua participação da riqueza total para os anos anteriores a 1850. Registrando os valores de 7% e 5% para as duas localidades, e 5% do montante para Lavras, Afonso Alencastro alerta para a diminuição da sua importância na praça de São João e São José até 1850, ainda que se mantenha numa categoria muito acima daquelas encontradas para o Rio de Janeiro. Alencastro atribui ao caso singular de São João o caráter dessa mudança. Esse centro urbano, ao começar a se especializar no comércio e no crédito, permitiu que os novos investimentos fossem sendo canalizados para a constituição de redes de comércio em vez de atividades pastoris e daí os motivos para a economia pastoril permanecer mais ou menos do mesmo tamanho ao longo de todo o período. São João, em particular, voltou-se para as oportunidades lucrativas oferecidas pelo comércio com a vasta interligação da Província de Minas e a produção voltada para o mercado local<sup>139</sup>.

Com perfil menos voltado para o comércio, como São João, os habitantes da vila de Lavras pareceram direcionar seus esforços para a produção, ainda que alguns indivíduos tenham se ligado às práticas comerciais.

Sobre a questão da presença de dinheiro em espécie, era previsível que tivessem muito mais importância na capital do Império do que nas Minas. Nos períodos analisados por Frank para o Rio de Janeiro, o intervalo de 1815 a 1825 registrou 11,2% da riqueza nesses bens e durante 1850 a 1860 o valor semelhante de 10,4% em dinheiro<sup>140</sup>. No caso das Minas, uma das explicações para uma certa baixa monetarização encontrada nas fontes - mais especificamente Lavras registrou 3% da riqueza nesse tipo de bem - pode ser vinculada à contínua importância dos instrumentos de créditos e débitos. Esses financiamentos informais de créditos são considerados pela historiografia alguns dos instrumentos que permitiam certo crescimento da economia do Sudeste, sem o benefício da ampla circulação de meios de trocas ou dos modernos bancos e mercados financeiros, sobretudo ainda para a primeira metade do século XIX<sup>141</sup>.

Dessa forma, como chama atenção Ângelo Carrara, esses instrumentos foram mais importantes no interior dinâmico que na capital, pois, precisamente na praça do Rio de Janeiro,

---

<sup>139</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. A princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei(1831-1888). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1998. PP. 123-124

<sup>140</sup> FRANK, Zaphyr. Opt Cit. Pp. 28

<sup>141</sup> CARRARA, Ângelo. Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais. (1674- 1807). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. PP.

o dinheiro em espécie, os bancos e as operações financeiras eram mais abundantes<sup>142</sup>. Entretanto, seria um grande erro afirmar que essa incipiente economia monetária da Vila de Lavras significasse que o mercado em si fosse fraco e baseado no escambo e subsistência.

Uma outra forma de observar a distribuição de riqueza dessa região parte da análise dos monte-mor de cada inventário *post-mortem* para o período em questão. Essa forma de olhar a riqueza foi utilizada por Katia Mattoso ao estudar a composição da riqueza Baiana, classificando seus indivíduos por faixas de valores dos seus montes-mores e, desse modo, percebendo a distribuição das propriedades dentro do seu universo.

Chamamos atenção, aqui, de que não é nosso objetivo comparar uma pequena vila produtora de alimento com a realidade baiana, em virtude das extremas diferenças de realidades entre as duas localidades, mas buscamos, através das categorias de riqueza, entendermos melhor como era distribuída a riqueza em Lavras, por meio de dados que nos permitem atentar para os critérios de definição do que consideramos ser uma “elite local” da vila, e posteriormente compararmos com outras localidades mais próximas.

**Quadro 6: Distribuição de inventários por tamanho de monte-mor 1832 – 1848**

Faixa de riqueza por monte mor	1832-1838		1840-1848		Total de Riqueza por valor de monte-mor	
<b>Até 1:000\$000</b>	6	17%	12	26%	8:682\$000	2%
<b>De 1:000\$001 até 5:000\$000</b>	22	63%	24	52%	116:910\$026	21%
<b>De 5:000\$001 até 10:000\$000</b>	4	11%	2	4%	40:030\$368	7%
<b>De 10:000\$001 até 20:000\$000</b>	1	3%	1	2%	28:435\$504	5%
<b>De 20:000\$001 até 40:00\$000</b>	0	0%	4	9%	112:611\$377	20%
<b>Acima de 40:00\$001</b>	2	6%	3	7%	249:583\$767	45%
<b>Total</b>	35	100%	46	100%	556:253\$042	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1848.

<sup>142</sup> CARRARA, Ângelo. Opt Cit. PP.

O quadro 6 foi elaborado com os dados dos inventários agrupados por categoria de valor de monte-mor. Temos, assim, seis categorias de riqueza, iniciando com montantes de baixo valor, até um conto de réis; em seguida temos a categoria com montantes acima de um conto até cinco contos de réis; maiores de cinco contos até dez contos; de dez a vinte contos; maiores de vinte contos até quarenta e, por último, aquelas fortunas de quantidades acima de quarenta contos de réis.

Para o primeiro grupo de riqueza, daqueles indivíduos com um patrimônio avaliado em até um conto de réis para todo o período, foram registrados 22% dos inventários com o equivalente a baixíssimos 2% da riqueza total da amostragem. Nesse grupo, nos chama atenção que treze dos dezoito inventariados aparecem sem o registro de escravos. Dos cinco restantes – proprietários de escravos – quatro deles possuem somente um cativo, e somente Domingos Machado possuía duas escravas, a africana Feliciano de 30 anos de idade e sua filha Eva crioula de 9 anos. O valor das duas representava a quantidade de 78% do valor dos seus bens, enquanto uma casa de morada bastante simples coberta de sapé nas proximidades da vila, outros 19%, e por algumas mobílias, os 3% restantes.

Em comum a esses cinco pequenos proprietários de escravos, temos que a maior parte da composição de suas riquezas provinha do valor de seus escravos – com porcentagens acima dos 65%. Aqueles mais paupérrimos – em relação a esse tipo de fonte, e não à sociedade como um todo – que nem mesmo registraram a posse de cativos, possuíam diferentes composições de riquezas sem grandes expressividades, como alguns animais; pequena casa de morada, ou mesmo uma porção de terras.

Na categoria seguinte, com os montantes que podemos considerar como riquezas “médias baixas”, com os valores entre 1:000\$000 até 5:000\$000, encontramos a maior parte dos inventários com 57%, e detentores da segunda maior parcela de riqueza da amostragem, 21%. Já entre as riquezas médias, que variam entre 5:000\$000 e 10:000\$000 contos de réis, foram inventariados 8% com uma participação da riqueza em 7%. Acima dos dez contos, as demais três categorias de riqueza que podem ser consideradas a partir de “médias grandes”, registraram em conjunto 13% dos inventariados e com expressivos 70% da riqueza .

Analisando os dados do quadro em seus anos separadamente, percebemos que houve, na passagem do primeiro período para o segundo, um aumento do número de inventários na categoria de riqueza com até 1:000\$000, passando dos 17% para os 26%, e diminuindo nas três categorias seguintes, permitindo, assim, o aparecimento de inventários com maiores registros de riqueza.

Para o estudo da Bahia por Kátia Mattoso, a autora aponta que as causas de um enriquecimento da população teria provocado um aumento no número de inventários em outras categorias, ao mesmo tempo em que permite que a população anteriormente empobrecida, tivesse maiores condições de acumular e, com isso, dar abertura nesse tipo de documento<sup>143</sup>.

Para o sudeste, Renato Leite Marcondes encontra também uma grande concentração de riqueza nas posses de um pequeno grupo em Lorena durante 1832 e 1870. Ainda que seja marcado por diferenças, Marcondes encontrou uma distribuição de riqueza por faixas, na qual aqueles inventariados com montes inferiores a 500 libras representavam 50% dos indivíduos, e possuíam 2,1% da riqueza; enquanto aqueles com mais de 2000 libras eram 16,7% dos inventariados com 89,5% da riqueza<sup>144</sup>. Como no caso do termo de Itajubá, estudado por Juliano Custódio Sobrinho, entre 1821 e 1850, 56,5% dos inventariados possuíam montes-mor avaliados em até 5:000\$000 de réis, representando apenas 14,1% do total das fortunas do período, enquanto aqueles com inventários acima dos 10:000\$000 réis, que eram 16,5% da população inventariada detinha um montante de 63,4% da riqueza<sup>145</sup>. Em semelhança com Lorena, os casos de Itajubá e Lavras no Sul de Minas parecem apresentar uma concentração de renda comum a outras várias regiões, independentemente das diferenças estruturais históricas.

Apresentando esses dados acerca da distribuição da riqueza por categorias de valor, não queremos somente reforçar a ideia da exposição da concentração de renda nas mãos de um pequeno grupo de grandes proprietários e a difusão de pequenos patrimônios por outro lado. Mas sim reforçar nosso argumento explicativo de que o crescimento da demanda interna por gêneros de subsistência fortalecesse economicamente as regiões que os produziam ao longo do século XIX.

Apresentamos no primeiro capítulo uma série de trabalhos a respeito de regiões produtoras de alimento – em especial sobre o Sul de Minas – e os argumentos de que a chegada da Corte ao Rio de Janeiro no início dos Oitocentos teria sido a grande responsável pelo aumento da produção mineira de alimentos. Não discordamos aqui de tais conclusões, contudo, a medida que os anos se avançam, e aumentam significativamente as áreas para atender a praça carioca, o argumento de que toda a produção sul mineira se destinava para lá tende a perder força.

Os dados a respeito do crescimento da população mineira, e com isso, a abertura de novos mercados consumidores, são bastante compatíveis com o crescimento das nossas

---

<sup>143</sup> MATTOSO, Katia. Opt Cit. PP. 613

<sup>144</sup> MARCONDES, Renato Leite. Opt Cit. PP. 168-169

<sup>145</sup> SOBRINHO, Juliano. Opt Cit. PP. 118

unidades produtivas. Se comparármos os dados populacionais da vila de Lavras em 1831, cuja soma da população total correspondia a 3857 almas<sup>146</sup>, com os apontados pelo Censo de 1872<sup>147</sup>, onde só a paróquia de Lavras continha 11327 habitantes, percebemos que a população do nosso local de estudo praticamente triplicou ao longo de pouco mais de 40 anos.

Assim, o aumento populacional registrado não só em Lavras, mas também em boa parte do Sul de Minas – com um número cada vez maior de povoações urbanas – poderia ter sido responsável por grande parte da demanda dos produtos agropecuários lavrense. Aliado a isso, aberturas de novas rotas de comércio, acesso a redes de crédito, possibilidade de aquisição mão de obra e disponibilidade de terras, facilitariam o crescimento econômico em meados do século XIX.

João Fragoso apresenta várias interpretações revisionistas a respeito do crescimento interno e da amplitude do avanço econômico no Sudeste brasileiro. Em particular, o autor argumenta que, na primeira metade do século XIX, emergia, no Rio de Janeiro, uma elite mercantilista, que teria sido associada, sobretudo, à "acumulação endógena" - um ponto bastante pertinente para a presente análise. Para Fragoso, esta terminologia significa que a elite se engajava naquilo denominado, em termos marxistas, como a extração de excedentes, dentro de um contexto que permanecia essencialmente pré-capitalista. O argumento fundamental é o de que a emergência de uma elite mercantilista local e a expansão do mercado interno conduziram ao crescimento econômico ao longo da primeira metade dos Oitocentos<sup>148</sup>. As pesquisas do autor sobre o comércio de cabotagem colocam em questão a antiga concepção do Brasil como uma série de enclaves orientados para a exportação e cercado por um mar de produção voltada exclusivamente para a subsistência. Com efeito, os achados do autor indicam que o comércio com outras cidades litorâneas constituía a maior parte dos negócios conduzidos pelos mais importantes mercadores da praça do Rio de Janeiro<sup>149</sup>. Esta revelação claramente demonstra que a importância do "motor" da exportação internacional era bem menor para o processo de crescimento interno do que se pensava<sup>150</sup>.

---

<sup>146</sup> COSTA, Ana Caroline de Rezende. Fugas de escravos na comarca do rio das mortes, primeira metade do século XIX. Dissertação de Mestrado, UFSJ. 2013. Pp. 168. Diferente dos dados apresentados no quadro 2, a autora conseguiu ter acesso as listas nominativas de cada um dos distritos que formavam o Termo de Lavras, possibilitando uma comparação direta com o Censo de 1872.

<sup>147</sup> Apesar da datação de tal documento não fazer parte do nosso período de estudos, utilizamo-os como forma de comprovação do aumento populacional.

<sup>148</sup> FRAGOSO, João Luis R. Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. PP. 27-28 e 147

<sup>149</sup> FRAGOSO, João Luis R. Opt. Cit. PP. capítulo 13

<sup>150</sup> FRANK, Zaphyr. Opt Cit. Pp. Pp 23

No interior do país, especialmente onde a cafeicultura foi de pouca importância ou chegou tardiamente, este tipo de crescimento é fundamental para uma explicação das taxas de acumulação de riqueza. Na verdade, uma vez que boa parte da história de "Brasil estagnado" se centrou na natureza tardia do *boom* exportador, é o lado interno da equação de crescimento que precisa ser enfatizado. É nosso argumento aqui, portanto, que algumas áreas do Sudeste brasileiro tinham uma capacidade substancial para crescimento econômico interno e para acumulação de riqueza, sem ter recurso da inovação tecnológica ou de grandes aumentos de capitais.

Contudo, chamamos atenção para outros pontos explicativos que se aliam à noção dos impulsos gerados pelo crescimento interno. Dentre esses fatores de explicação para o processo de acumulações de riqueza durante o nosso período, há de ser levada em conta a parcela do aumento do comércio internacional associado à revolução dos transportes e à integração cada vez maior dos mercados mundiais. Frank, ao citar o trabalho de Leff, argumenta que o comércio pode ter tido consequências substanciais tanto para as taxas agregadas de crescimento econômico, quanto para as estruturas sociais. O aumento das exportações – presumivelmente tendo seu efeito maior em conjunto com o primeiro grande sobressalto na década de 1850 – resultou na expansão do setor da economia denominada “avançado”<sup>151</sup>

Neste sentido, Jeffery Williamson argumenta que a "economia atlântica" dos oitocentos engendrou poderosas transformações nas estruturas sociais, tanto nas sociedades ricas em mão de obra quanto nas ricas em terras. A desigualdade recuou nas sociedades ricas em mão de obra graças ao aumento do comércio e à imigração. Em contraste, nas sociedades ricas em terras, a desigualdade tendia a aumentar na medida em que os bens imóveis de um reduzido grupo de grandes proprietários se valorizaram muito mais rapidamente do que outras formas de riqueza<sup>152</sup>.

Assim, as relações entre atividades voltadas para o abastecimento interno e as de exportação têm de ser vistas numa perspectiva mais ampla e compreendida aqui não só no que diz respeito aos produtos direcionados à praça carioca ou ao mercado internacional. Essas atividades estavam articuladas e faziam parte de um complexo agroexportador, como que tinha

---

<sup>151</sup> LEFF, Nathaniel. *Underdevelopment and Development in Brazil: Economic Structure and Change, 1822-1947*, vol. 1, London: Allen & Unwin, 1982. Pp. 63

<sup>152</sup> O ' ROURKE, Kevin; WILLIAMSON, Jeffery. *Globalization and History: The Evolution of a Nineteenth-Century Atlantic Economy*, Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology Press, 1999.

efeito multiplicadores nas economias local e regional, e garantia a reprodução e a ampliação do sistema, como diria Robert Slenes<sup>153</sup>.

## 2.5 - Produção rural, agricultura e pecuária

Diante da apresentação de dados que remeteram ao acúmulo de riquezas de alguns habitantes da vila de Lavras na passagem da década de 1830 para 1840 – ocasionado, sobretudo, pela capacidade de acumulação gerada pelas atividades de produção de gêneros alimentícios –, procuramos analisar também como tais atividades agropecuárias se estruturavam no uso de suas terras e criações de seus animais. Devemos salientar novamente que os documentos utilizados para a elaboração desses dados representam uma parte do universo social daqueles privilegiados por terem em seus inventários um patrimônio a ser deixado a seus herdeiros.

Trazemos, primeiramente, algumas considerações a respeito da importância adquirida pelo universo rural e urbano das minas oitocentistas ao elaborar os dados do quadro 7 abaixo.

**Quadro 7: Relação dos tipos de propriedade como urbanos ou rurais**

<b>Tipo de propriedade</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>
<b>Propriedade exclusivamente urbana</b>	17	20%
<b>Propriedade exclusivamente rural</b>	17	20%
<b>Propriedade rural com menção de casas</b>	39	49%
<b>Sem nenhuma das duas</b>	9	11%
<b>Total</b>	82	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1848.

Com os mesmos 20% de propriedades registradas exclusivamente como urbanas e rurais, os dados sobre o tipo de vocação das propriedades nos inventários da Vila de Lavras reforçam tanto as noções da importância do desempenho das atividades agropecuárias no ambiente rural, quanto o importante papel da vila.

Juliano Sobrinho já chamava atenção para as dificuldades no trato desses dois espaços para a freguesia de Itajubá, ao apontar como os espaços denominados entre “rural” e “urbano”

<sup>153</sup> SLENES, Robert. Os Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Campinas: Cadernos IFCH/Unicamp, nº17, jun. 1985. Pp 65

se confundiam durante os finais do século XVIII e XIX, dificultando em muitos momentos vislumbrarmos com mais precisão os lugares que poderiam receber uma classificação ou outra<sup>154</sup>.

Diante desses dados, outras informações precisam ser levadas em conta, já que, ao consultar os bens de raiz de cada inventariado, percebemos que esses espaços entre “rural” e “urbano” poderiam se relacionar de diversas formas. Por exemplo, muitos de nossos inventariados que residiam em áreas rurais citavam ter casas dentro da freguesia. De 68% dos proprietários rurais, 39 deles afirmaram possuir ao menos uma casa dentro do vilarejo.

José de Anchieta Pereira, falecido em 1846, inventariado por seu testamenteiro Manoel Simões do Prado, uma vez que, casado com a então falecida Albina Maria de Jesus, não deixaram herdeiros, apresentaram nos seus bens tanto propriedades urbanas, quantas rurais. A Fazenda do Couro era composta por uma roça de milho e uma roça de feijão já plantados, mais vinte e quatro alqueires de arroz e dezessete alqueires de campos de criar. Com seus quatos escravos, criavam, além das plantações, alguns porcos e gado e possuíam, segundo os louvados, uma casa muito arrumada na vila, toda coberta de telhas e com quintal<sup>155</sup>.

Nesse sentido, fica evidente que uma boa parte desses proprietários investiu em casas dentro da vila, o que simbolizava não apenas mais um bem arrolado, mas uma extensão do espaço de atuação desses homens. Isso porque essas casas urbanas poderiam ter a função de receber seu dono com toda a sua família em ocasiões diversas, quando se deslocavam até a sede da freguesia - como acentuam os viajantes que percorrem Minas no começo do Dezenove. Em sua grande maioria, esses muitos vilarejos do período só adquirem vida nos finais de semana, sendo quase de todo abandonados nos outros dias.

Ainda sobre a questão das diferenciações desses espaços, temos o trabalho Alexandre Mendes Cunha que trata da ruralização de Minas Gerais. Esta não deve ser percebida somente como resultado de um campo com relativa autonomia aos circuitos econômicos, mas também como fruto de uma relação nova e específica com os espaços urbanos – que expandem em números cada vez maiores a partir do início do século XIX – sobretudo nas áreas mais dinâmicas da economia de base agropecuária. Tal fenômeno, portanto, cumpre não só a função de provir gêneros de consumo, mas serve também de entrepostos e centros de serviços que articulariam a teia econômica<sup>156</sup>.

---

<sup>154</sup> SOBRINHO, Juliano Custódio. Opt Cit. PP. 121

<sup>155</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de José de Anchieta Pereira, cx. n° 72. (1846)

<sup>156</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. Tese de Doutorado, UFF, 2007. PP.98

Ao utilizar a noção do espaço rural, é preciso reforçar também o sentido de urbanização do autor, que aponta que, mesmo com taxas de crescimento em Minas nas primeiras décadas do Dezenove, situa-se distante do que ocorria no século anterior. Trata-se do crescimento do número de núcleos citadinos, que, por sua vez, tanto não concentrariam o mesmo tipo de vida urbana que se qualificou para a segunda metade do século XVIII, quanto responderiam pela complexificação do espaço circundante; são, antes, e este é o dado significativo, resultados desse espaço do rural que ganha graus de autonomia e significância econômica e que demanda centralidades para que se organizem os fluxos.

Este é o sentido preciso do que Cunha trata por ruralização, a mudança no eixo de produção do espaço, do urbano que dá existência ao rural, para o rural que produz a centralidade citadina. A referida urbanização no período não é, desta forma, fenômeno inconciliável com o movimento apontado de ruralização que, com ritmos diversos no interior do território, vai desde o final do século XVIII, tomando a frente na dinâmica da produção dos espaços nas Minas, mas sim é antes o resultado disto. O urbano seria, assim, responsável, a partir das centralidades criadas no século XVIII, por deflagrar ou no mínimo acentuar a especialização das atividades econômica, e nisto a diferenciação espacial entre rural e urbano<sup>157</sup>.

Apontadas essas noções a respeito do importante papel exercido pelo ambiente rural dos contornos da nossa localidade, buscamos entender como essas unidades se estruturavam, uma vez que constituíam um dos principais ativos encontrados nos inventários – ficando atrás somente dos investimentos em escravos – o uso dessas terras merece uma análise bastante atenta.

Vale ressaltar que, como mencionado anteriormente na apresentação dos ativos, a descrição dos imóveis rurais nem sempre foi precisa, impedindo, em alguns casos, os apontamentos específicos de tipos de cultura, ainda que possam ser mantidas as observações sobre seus usos para a produção voltada para o autoconsumo, mercado ou mesmo para atender a demanda pecuarista.

A significativa expansão das atividades agropecuárias na região do Sul de Minas seria a garantia de sobrevivência de grande parte da população, seja dos pequenos proprietários e

---

<sup>157</sup> A diferenciação desses espaços apontadas para o autor está ligada ao processo tratado anteriormente de rearticulação populacional em Minas Gerais do século XVIII e XIX. Para o autor, trata-se de um processo espacial particular, fruto da complexificação da base econômica, produzindo novas relações de centralidade e entrelaçando rural e urbano, que culminaria com o fenômeno de migração da população das áreas mineradoras para a comarca do Rio das Mortes.

sitiantes, bem como permitia que alguns fazendeiros registrassem em seus inventários grandes quantidades de “terras de culturas e campos de criar” de fazer fortuna.

Rita Felícia de Andrade, viúva do Capitão Diogo Garcia de Andrada, residente na Vila de Lavras e falecida em 1848, pode ser considerada uma dessas grandes fazendeiras. Pelo seu inventário, possuía um grande plantel de 102 escravos, dentre os quais a maioria devia estar ocupada nas atividades de cultivos de terras ou criação de animais. Sua maior fazenda, Cachoeirinha da Lage, possuía mais de 250 alqueires de campos de criar, e 230 alqueires de terras de cultura, além de paiol, senzala, casa de formas e despejos e engenho de farinha. Dona Rita registrou também a posses de mais duas valiosas extensões de terras em diferentes propriedades – uma na Fazenda Rio Acima na aplicação de Madre Deus e no sítio denominado Caeté na aplicação de Ponte Nova – com plantios de arroz, feijão e milho. Sua criação de animais também era valiosa e extensa, contendo 34 bois de carro, 44 vacas “solteiras”, 13 vacas com cria, 13 bezerros com até um ano, 17 bezerros, 35 novilhos, 15 garrotes, 3 touros, 4 cavalos novos e mais 4 cavalos velhos, 4 potros, 16 éguas 50 porcos e 130 carneiros<sup>158</sup>.

A importância que as atividades agrárias adquiriram na região pode ser constada não só pelo número de proprietários qualificados como agricultores, pecuaristas ou agropecuaristas, mas também pela produção de alimentos como demonstra o quadro 8 adiante. Para Marcos Andrade, o traço marcante é que todas as unidades produtivas – escravistas ou não – estavam ligadas ao plantio e a colheita de alimentos e/ou criação de animais<sup>159</sup>. Por exemplo, o inventário de Manoel Justino de Andrade, aberto em 1836 por seu genro José Lamas de Carvalho, coloca-o como um pequeno proprietário, dono de 4 escravos e proprietário de um pequeno sítio com culturas e capoeiras. Possuía também 6 bois novos, 2 vacas com bezerro, 2 cavalos e 10 cabeças de porco.

A atividade agropecuária também estava disseminada entre a população com poucos recursos. Aqueles que não tinham nenhum cativo, mas que possuíam alguma parte de terra, sítio, fazenda ou até mesmo nenhuma dessas posses, vivendo talvez como agregados de alguma propriedade, criavam alguns poucos animais. Como no caso de Ana Francisca de Castro, por exemplo: foi inventariada em 1838 e era dona de uma pequena fazenda denominada Santa Ana, contendo uma casa com quintal e paiol e alguns alqueires de mata virgem e pasto. Mesmo sem escravos, criava 4 bois de carros, mais 2 bois novos, possuía 1 cavalo e 5 porcos capados<sup>160</sup>.

---

<sup>158</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Rita Felícia de Andrade, cx. nº 81. (1846)

<sup>159</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro, Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Pp 43

<sup>160</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Ana Francisca de Castro, cx. nº 40. (1838)

**Quadro 8: Vocação produtiva por tamanho de plantel escravista**

<b>Tipo de Unidade Produtiva</b>	<b>S/E</b>	<b>1-5</b>	<b>6-10</b>	<b>11-20</b>	<b>21-40</b>	<b>+40</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
<b>Agrícola</b>	1	3	3	-	-	-	7	9%
<b>Pecuária</b>	2	8	1	-	1	-	12	15%
<b>Agropecuária</b>	6	15	15	3	5	3	47	58%
<b>Não Identificada</b>	6	8	1	-	-	-	15	18%
<b>Total</b>	15	35	20	3	6	3	82	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1848.

Percebemos que a maioria dos proprietários inventariados em Lavras se dedicava à produção agrícola e/ou pecuarista. Dos 82 documentos consultados, somente em 15 processos não conseguimos identificar a atividade realizada. A expressiva maioria das propriedades foi classificada na categoria agropecuária, com 58% - 47- do total.

Para o termo de Campanha, Marcos de Andrade constatou que 31% dos inventários tiveram as propriedades classificadas como de agropecuária. O número de propriedades que se dedicavam à pecuária também foi expressivo no levantamento do autor, com 45% do total<sup>161</sup>.

Juliano Custódio reitera que, nas unidades rurais de Itajubá, mesmo que evidente uma atividade produtiva de destaque, a grande maioria das propriedades - independente da existência ou da quantidade de cativos, ou mesmo de uma produção de subsistência ou voltada para o mercado – desenvolvia atividades consorciadas. Assim, segundo o autor, um pequeno ou um grande proprietário poderiam se dedicar a diversas atividades ao mesmo tempo, como as terras de culturas, a criação de animais, a extração da mineração ou até mesmo realizar comércio nas porteiras de suas fazendas ou se dedicarem ao comércio de loja ou ao comércio de tropa<sup>162</sup>. Para a freguesia de Itajubá, os dados de Sobrinho demonstram que 11,2% (14) das propriedades foram classificadas como pecuarista e 13,6%(17) como agrícola. Mesmo não trazendo informações mais claras sobre a produção de alimentos no momento em que o inventário foi redigido, uma propriedade classificada como pecuarista poderia, possivelmente, apresentar alguma produção de alimentos, ainda que fosse para o consumo interno da unidade<sup>163</sup>.

<sup>161</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. Opt Cit. PP. 40-41

<sup>162</sup> SOBRINHO, Juliano Custódio. Opt Cit. PP. 127

<sup>163</sup> Ibidem pp. 128

A fazenda da Barra, apresentada por Francisco José de Barros após o falecimento de sua esposa Francisca Cândida de Jesus em 1846, era um claro exemplo de propriedade dedicada às atividades agropecuárias. Contida na descrição de seus bens imóveis, a fazenda era composta de terras de culturas com plantios dos alimentos arroz e feijão e milho para atender os animais, bem como campos de criar. Seus cinco escravos provavelmente se dedicavam tanto aos cuidados das plantações quanto ao trato das suas vinte e oito cabeças de gados – em diferentes idades – e seus seis equinos – entre cavalos e éguas<sup>164</sup>.

O exemplo acima demonstra uma característica marcante não só de Lavras, como de outras regiões do Sul de Minas. Percebemos que o perfil das fazendas e outras propriedades rurais foi definitivamente marcado pela predominância das atividades ligadas à agropecuária e pelo consórcio de atividades. Além disso, podemos pensar que a prática da diversificação de atividades poderia ser uma forma de assegurar o sustento das unidades produtivas, seja para satisfazer as necessidades de consumo de seus integrantes, seja uma maneira de ampliar a renda do proprietário para cobrir os gastos da fazenda ou até mesmo expandir o patrimônio da família.

Giovanni Levi observou, na busca pela diversificação de técnicas e de cultivos, uma forma de enfrentar períodos de crise alimentícia. Em seu estudo sobre Santena, uma pequena localidade do Piemonte, o autor constata que a introdução do cultivo do milho e da amoreira para a criação do bicho-da-seda coincidiu com períodos de crise e foi muito importante, pois deu novo impulso à economia camponesa, atuando como suplementação dos rendimentos. O autor também é de opinião de que a busca pela diversificação demonstra que uma sociedade em crise é mais aberta a inovações de cultivo e de tecnologias. Além desta diversificação das atividades como forma de enfrentar as crises, o autor também conclui que uma diversificação das profissões entre os membros da família permite que ela seja mais independente dos grandes senhores<sup>165</sup>.

O inventário de Tellis Francisco Lima é um de nossos exemplos de unidade diversificada não só entre a agricultura e pecuária, mas também em prestação de serviços. Aberto por sua viúva Margarida Gonçalves de Santa Ana, em 1840, seus bens eram compostos de uma roça de milho, uma de arroz, pastos e quarenta e quatro alqueires de terra de cultura; além de nove cabeças de gado, dezesseis carneiros e dois cavalos. Contava com um plantel de treze escravos, distribuídos tanto na propriedade rural, quanto na vila, uma vez que sua casa de

---

<sup>164</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Francisca Cândida de Jesus, cx. nº 71. (1846)

<sup>165</sup> LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.PP. 92-95

morada possuía uma senzala ao fundo. Exercia, além das atividades agropecuárias, a ocupação de ferreiro junto a dois de seus escravos, que receberiam a alforria na hora de sua morte, segundo o testamento do finado Tellis<sup>166</sup>. Assim, esse caso se apresenta como uma alternativa a mais às incertezas do cotidiano, com uma estratégia de atuação em áreas diversificadas, podendo maximizar alguns de seus ganhos e sofrer menos com determinadas crises.

Além de apresentar o tipo de vocação econômica de cada unidade produtiva, podemos observar nos inventários outras formas de registros das terras. Ainda que apresentadas para variados tipos de usos do solo, pode-se afirmar que estavam diretamente ligadas aos tipos de produções voltadas para plantio ou criação, de maneira direta ou complementar.

Dessa forma, elaboramos o quadro 9 abaixo para verificar como foram registrados os tipos de terras e suas utilizações no interior das unidades produtivas rurais<sup>167</sup>.

**Quadro 9: Menções aos tipos de propriedades e terrenos nos inventários**

Fazenda	29	Pasto	8
Roça	15	Matas Virgens	7
Cultura	34	Capoeiras	11
Campos de Criar	27	Benfeitorias	16

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1848.

O quadro nos apresenta como a denominação mais comum, e mais frequente nos inventários o termo “fazenda”. Presente em 29 ocorrências do total da nossa amostragem de inventários, as “fazendas” foram apresentadas com valores bastante diferentes em cada caso, não permitindo, assim, que o critério de tamanho ou valor da propriedade fosse um diferencial para o uso do seu termo no momento da produção do documento. Tanto em pequenas propriedades, com poucos escravos e pequeno valor de monte-mor, quanto em grandes unidades escravistas, as fazendas foram presentes.

Vale ressaltar que as ocorrências de registros de imóveis rurais como as “terras de cultura” e as “roças”, ou “fazendas” com “campos de criar” e “matas virgens” não excluía uma das outras; assim, em vários dos inventários, mais de um tipo de solo foi registrado, como por exemplo fazenda com roças plantadas e campos de criar. E estas todas com as benfeitorias, que eram importantes para o trabalho em fazendas e roças, o que também nos dá indícios sobre os tipos de produção agropecuária das unidades.

<sup>166</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Tellis Francisco Lima, cx. nº 49. (1840)

<sup>167</sup> Por hora, a entrada do ativo terra se apresenta enquanto forma de vocação produtiva. Faz parte da nossa intenção no capítulo seguinte trabalhar o debate a respeito da legitimação das suas posses na forma legal, e entender de que forma a própria Lei de Terras de 1850 permite que se discuta sobre os conflitos, na tentativa de consolidar ou alterar determinada situação de posse.

Sobre os outros tipos de entradas de terras nos inventários citados na quadro, a menção a “matas virgens” deixa em evidência a possibilidade de extensão do uso da terra, seja para cultivo ou criação de animais. Na verdade, era um recurso que poderia ser utilizado pelo proprietário para expandir suas produções, além do fato de essas terras poderem oferecer uma reserva de comida para os animais, água, madeira e outros nutrientes para a propriedade.

Já a denominação “capoeiras” demonstrava que naquelas terras crescia uma vegetação, onde antes havia terras virgens que tinham sido derrubadas. Isso pode ter ligação direta com a menção a terras “de cultura e de criar” mencionadas nos inventários, já que poderia ser uma prática derrubar matas virgens para o plantio ou criação de animais. E, posteriormente ao uso dessa terra, deveria-se utilizar outra porção da propriedade para que a anterior pudesse “descansar” e recuperar os nutrientes do solo e a vegetação.

Segundo Carla Almeida, as matas virgens eram derrubadas e após queimar a madeira, as cinzas eram feitas de fertilizante. Em seguida, se cavava os buracos onde se lançavam as sementes. Em muitas propriedades se praticava o sistema de “pousio”, que consistia em “descansar” a terra logo após a sua utilização por duas colheitas consecutivas, num período aproximado de cinco a sete anos. Isso permitiria à vegetação local se recuperar, sendo conhecida essa mata como “capoeira”. Mais tarde, essa mesma vegetação seria novamente derrubada para novos plantios e essa rotatividade aconteceria até o esgotamento do solo nessa área. Essa prática parece ter sido utilizada em grande parte do território mineiro<sup>168</sup>.

Assim, a partir da análise quadros 8 e 9, foi possível perceber que o universo rural era o espaço de maior concentração dos indivíduos na documentação estudada, o que nos permite afirmar o quanto as terras da vila e da região eram bens valiosos e importantes para os inventariados, levando-se em conta que, a partir de sua posse, era possível manter o sustento básico da unidade, com o plantio e a criação de animais.

Por fim, concluímos que, apesar de certas limitações das nossas fontes, as informações presentes nos inventários são bastante esclarecedoras em relação à dinâmica econômica voltada para abastecer o mercado interno e vêm reforçar muitos dos argumentos apresentados pela historiografia – que tratamos no primeiro capítulo – acerca da potencialidade desse setor.

## **2.6 - Mão de obra escrava**

---

<sup>168</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994. Pp 167

Como já mencionamos, a utilização do trabalho escravo estava bastante acessível a uma determinada parte da população, nesse caso, a alguns inventariados privilegiados de bens, e o uso de suas forças completamente vinculadas àquilo que era produzido na região.

Tratamos no primeiro capítulo sobre o debate acerca da possibilidade dos usos dessa forma de trabalho em unidades produtoras de alimento voltadas para abastecimento interno e autoconsumo, que foram recentemente estudadas e deram início a uma série de novos trabalhos a respeito da possibilidade de acumulação de capital e seus reinvestimentos na compra de cativos.

Ainda que num primeiro momento se tenha alegado que os escravos deslocados para a região do Sul de Minas tivessem origem da então “decadente” região mineradora, os estudos a partir da década de 1980 demonstraram a capacidade desse setor de competir com demais regiões agroexportadoras e de realizar a compra de escravos em idades produtivas vindos da África<sup>169</sup>.

Assim, trataremos a análise dos cativos com bastante cuidado e atenção, uma vez que um dos nossos argumentos centrais é a importância de suas posses, além dos impactos causados pela lei Eusébio de Queirós após o ano de 1850. Portanto, é de grande importância termos uma análise do papel desempenhado por esses homens, mulheres, adultos, jovens e crianças nos anos anteriores à lei, na intenção de compararmos, em seguida, com os dados encontrados para as duas décadas seguintes a proibição do tráfico africano.

Já apresentamos no primeiro capítulo algumas considerações a respeito das hipóteses explicativas para o grande número de escravos nos plantéis mineiros – levantadas sobretudo por Roberto Borges Martins e Robert Slenes e outros - e as capacidades da província de importar cativos ou utilizar da reprodução natural para a manutenção da sua mão de obra. Buscamos aqui reforçar o importante papel exercido por essa força de trabalho, que continuava a ser o eixo central da economia mineira do século XIX, ainda que o trabalho livre registrasse grande aumento<sup>170</sup>.

Aproveitando dos dados obtidos por João Fragoso, ao estudar os “registros de saída de tropeiros”, afirmando que entre 1825 e 1832 Minas Gerais absorveu cerca de 48,3% do total dos africanos que deram entrada no porto do Rio de Janeiro. Número bastante expressivo se

---

<sup>169</sup>São clássicas as afirmações de Celso Furtado a este respeito: FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 15a ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1977; para um levantamento da historiografia que privilegia este tipo de abordagem ver: MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 181-209, jan./abr. 1983.

<sup>170</sup> Para mais detalhes a respeito da demografia populacional mineira do século mineiro, ver quadros 1 e 2 desse capítulo.

levado em conta que, para o mesmo período, as regiões agroexportadoras do Vale do Paraíba e do Norte Fluminense realizaram juntas a compra de 38,4% desses cativos<sup>171</sup>. A hipótese do autor que justificaria tais números é de que a agropecuária mineira articulada ao mercado interno, com capacidade de acumulação endógena, sustentou parte expressiva dos negócios negreiros da praça carioca. Além disso, segundo Fragoso, esses números insinuam que os pequenos proprietários de escravos (donos de até 5 cativos) da agropecuária de abastecimentos de Minas absorviam mais escravos que o próprio escravismo colonial<sup>172</sup>.

As análises de Fabio Pinheiro a respeito das relações do tráfico atlântico de escravos com a formação dos plantéis mineiros reforçam os dados apresentados por Fragoso. Segundo Pinheiro, os motivos que o levaram a pensar tal relação para o período de estudo entre 1809 e 1832, sintetizam em dois pontos. Em primeiro lugar, por ser um período incomum de desembarques de africanos no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, que teria sido estimulado, em grande parte, pela abertura dos portos em 1810 e pelo processo de extinção do tráfico atlântico na década de 1820, onde se registrou um despejo anual de cerca de 29.000 almas, em média. Em segundo lugar, a província de Minas Gerais estaria intimamente envolvida neste processo. Como é de conhecimento da historiografia mineira, a província teria se destacado como uma das principais importadoras de escravos vendidos na praça mercantil carioca, absorvendo de 40% a 60% dos cativos remetidos deste local na segunda metade da década de 1820<sup>173</sup>.

Assim, a análise dos cativos arrolados na nossa documentação dos indivíduos da Vila de Lavras vem demonstrar a importância exercida pelo trabalho dos escravos, sendo esses trazidos da África ou nascidos aqui. Apresentamos o quadro 10 com as origens dos escravos para as décadas de 1830- 1840 em números absolutos e suas porcentagens.

**Quadro 10: Origens dos escravos nos inventários de 1832-1848**

<b>Origem</b>	<b>1832-1838</b>		<b>1840-1848</b>	
<b>Africanos</b>	119	51%	123	28%
<b>Crioulos</b>	106	46%	313	68%
<b>Indefinidos</b>	8	3%	24	5%

<sup>171</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, pp. 144- 146.

<sup>172</sup> Ibidem. Pp. 123-134

<sup>173</sup> FLORENTINO, Manolo. Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Pp.38

<b>Total</b>	233	100%	460	100%
--------------	-----	------	-----	------

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1848.

Antes de analisarmos o quadro, chamamos atenção a respeito das varias nomeclaturas atribuídas aos escravos presentes na documentação. Enquanto a categoria “branco” não deixa dúvidas de que trata-se de pessoas livres, os designativos dos escravos e seus descendentes é um assunto não consensual entre historiadores. Parece-nos importante reunir algumas notas sobre o significado desses termos, uma vez que eles apontavam para a organização da hierarquia social na sociedade escravista, na qual a cor e a origem dos sujeitos era um aspecto central. Conhecer se as designações de cor referiam-se à posição social, procedência ou apresentação fenotípica dos indivíduos ajuda a entender a dinâmica de fenômenos que possuem segmentação por cor/origem, como a alforria ou o matrimônio.

Para o caso dos escravos nascidos no âmbito colonial, Mary Karasch afirma que no Rio de Janeiro do XIX as principais “nações brasileiras” seriam a crioula, a parda e a cabra. A autora destaca ainda que os termos também dependeriam da auto-afirmação. Karasch afirma que os designativos *crioulo* e *parido* seriam motivo de orgulho por quem os utilizava, pois os diferenciariam dos “negros” vindos da África. Os *pardos* seriam mulatos, filhos de brancos europeus e africanos. Somente o termo *cabra* teria uma conotação negativa, em que o sujeito seria fruto de uma raça mista sem ser possível precisar nenhuma ancestralidade<sup>174</sup>.

Para Sheila Faria, *preto* é um designativo para africanos, os quais teriam filhos *crioulos* que, por sua vez, se tornariam pais de *pardos*<sup>175</sup>. Da mesma forma, Mariza Soares afirma que o termo *crioulo* só é aplicado para descendentes de escravos de primeira geração tratando-se, portanto, de uma “condição provisória”<sup>176</sup>.

O termo *parido* é considerado por alguns autores mais como uma designação de lugar social do que como cor da pele. Dessa forma, Hebe Mattos afirma que

*“parido foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência européia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não mais era cabível a classificação de preto ou de crioulo, na medida em que estas tendiam a*

<sup>174</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro...* op. cit., pp. 37-39.

<sup>175</sup> FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...* op. cit., p.103.

<sup>176</sup> SOARES, Mariza De Carvalho. *Devotos da cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.100.

*congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo*<sup>177</sup>.”

Douglas Libby, em estudo sobre a Vila de São José durante os séculos XVIII e XIX, traça um quadro em que tais representações foram mais complexas e que não se pode descartar a presença de uma persistente conotação “proto-racial” que simbolizaria alguma ascendência escrava<sup>178</sup>. Mais enfaticamente do que Hebe Mattos, Douglas Libby depreende que para as Minas da segunda metade do século XVIII em diante, os designativos utilizados para apontar descendentes de escravos nascidos no Brasil referiam-se, principalmente, às diferentes gradações da pele ou a diversos graus de miscigenação. No entanto, não descarta a possibilidade da ligação com as hierarquias sociais, uma vez que a cor da pele era um dentre vários outros critérios que localizavam o sujeito na hierarquia da sociedade escravista. Em sua análise, o autor demonstra que o termo *pardo* era bastante amplo podendo englobar diferentes tonalidades da pele, contudo haveria aí algum grau de miscigenação (e, portanto, algum vínculo ancestral ao cativo). Quanto ao termo *crioulo*, Libby afirma que em Minas Gerais, referia-se a negros nascidos no Brasil, independente da origem dos pais (africana, nativa ou ambas) e da condição legal. Já os *cabras* seriam filhos de pais de origens mistas: um pardo (ou, talvez mais precisamente, um mulato) e o outro crioulo ou africano<sup>179</sup>.

Roberto Guedes nos apresenta em seus estudos para Porto Feliz, como os diferentes tipos de termos utilizados para se referir aos escravos indicam muito mais do que somente a aparência da pele. Segundo o autor, no universo marcado pela escravidão, a cor – ou qualidade como muitas vezes aparecem na documentação – expressava uma hierarquia, e suas formas de classificação sugerem negociações diferentes entre com cada grupo social<sup>180</sup>. Exemplo disso foram os registros de mudança de cor apresentados por Guedes, considerando que o enriquecimento, aliado às relações familiares e comunitárias traçadas pelo sujeito, eram fatores da mudança de cor, e do *status* a ela relacionado<sup>181</sup>. Nesse sentido, a mudança na representação identitária era feita a partir da assimilação/aproximação da identidade dominante (no caso, a

---

<sup>177</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. – 2ª edição -. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p.17. Ver também MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio...* op. cit., p.98

<sup>178</sup> LIBBY, D. C.. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: Paiva, E. F.; Ivo, I. P.; Martins, I. C.. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010.

<sup>179</sup> LIBBY, Douglas. A empiria e as cores... op. cit., pp.49-50.

<sup>180</sup> Guedes, Roberto. *Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX)*. In *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, pp 494.

<sup>181</sup> GUEDES, Roberto. *Sociedade escravista e mudança de cor, Porto Feliz, São Paulo, século XIX*. In FRAGOSO, João R. L. *et. alli.* (orgs). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006, pp.447-488; GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo...* op. cit., pp.93-102.

cor branca na sociedade escravista) e afastamento dos atributos do estigma (no caso, a cor parda ou negra que sinalizava para o passado escravista).

Utilizando das listas nominativas do final do século XVIII e início do século XIX, Cacilda Machado afirma como a cor “reforçava” socialmente a condição dos escravos no Paraná. Isso porque, segundo a autora, boa parte da população livre do lugar tinha exatamente a cor (parda) como ponto em comum com cerca de 1/3 da escravaria (os cativos pardos). Por um lado, isso pode sugerir que parte da população livre era vista “com um pé na escravidão”, e/ou que parte da população escrava, aos olhos dos recenseadores, tinha “um pé no mundo dos livres”<sup>182</sup>.

Outro ponto levantado por Cacilda Machado, que também nos é bastante pertinente, foi o questionamento de como as idades e os gêneros dos escravos seriam um fator condicionante para as atribuições de cor. A hipótese da autora para a própria questão foi a de que na sua região de estudo – São José dos Pinhais, Paraná - tendia-se a identificar os nascidos no lugar como pardos (até porque muitos deveriam ter a pele mais clara, posto que descendentes também de indígenas e/ou de brancos), e como negros, os cativos comprados no mercado externo ao vilarejo. E, porque no grupo dos escravos nascidos nas localidades em que estavam estabelecidos quando recenseados certamente existia proporcionalmente mais mulheres e mais crianças, isso pode levar à ideia de que ser homem e ser idoso pudesse ser fonte de discriminação social<sup>183</sup>.

Assim, utilizamos as designações de cor anotadas por Silvia Lara – muito semelhante às registradas em Lavras – para termos referência quanto as origens dos escravos. Para a autora, os termos "negro", "cabra", "pardo" e até mesmo a de "crioulo", indicam a existência de outros níveis de diferenciação social que iam muito além das simples distinções de livres, forros e escravos<sup>184</sup>.

Voltando aos dados do quadro, o primeiro ponto a nos chamar atenção foi o crescimento no número escravos registrados nos inventários. Ao longo dá década de 1840 o número de cativos mais do que dobra em relação à década anterior, passando de 230 escravos registrados para 463, totalizando para todo o período do nosso universo amostral 693 cativos.

Em seguida, temos dois grupos de cativos, aqueles trazidos da África via tráfico – no qual foram muitas vezes designados pelos seus locais de embarque, como Cassange, Congo,

---

<sup>182</sup> MACHADO, Cacilda. Cor e Hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. In\_ Topoi, v. 9, n. 17, jul.-dez. 2008, p. 52

<sup>183</sup> MACHADO, Cacilda. Opt cit. Pp. 53

<sup>184</sup> LARA, Silvia Hunold. Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 350.

Angola, Moçambique, Rebollo e por nós agrupados como africanos – e aqueles já arrolados como nascidos no Brasil – nesse caso, apesar de apresentarmos no próprio quadro com distinção entre crioulos, pardos e cabras, nos interessa como naturais da terra e não mais originários via tráfico atlântico.

Temos para a década de 1832 números bastante equilibrados em relação às origens dos cativos. Os valores de 50% para escravos adquiridos via tráfico e outros 50% de cativos nascidos no Brasil vêm confirmar algumas considerações a respeito da historiografia que apontava a capacidade de proprietários, mesmo que donos de pequenos plantéis, em adquirir seus trabalhadores vindos de além-mar; como também o peso significativo daqueles escravos originários via reprodução natural.

Contudo, é necessário ressaltar que retiramos da contagem o plantel pertencente a Dona Rita Felicia de Andrade, uma vez que seu plantel com 101 escravos, e somente 5 deles registrados como africanos poderia distorcer os valores correspondentes aos demais proprietários. Assim, apresentamos o caso da Fazenda Cachoeirinha da Lage, de Dona Rita como um estudo a parte.

Inventariada em 1848 por seu genro, Joaquim Tavares Coimbra, Dona Rita de Andrade era viúva do então falecido Capitão Diogo Garcia de Andrade. Como grandes proprietários agropecuários, tinham em seus bens a já mencionada Fazenda da Cachoeirinha da Lage, com alqueires de cultura e campos de criar, bem como parte de terras em várias outras propriedades. O que nos chamou atenção para seu inventário, além da posse de suas terras e animais foi a presença do maior plantel de escravos em todos os inventários pesquisados, e não só isso, a grande quantidade de crioulos arrolados<sup>185</sup>.

Como já mencionamos, somente 5, dos seus 101 escravos possuíam origem africana, os demais 96 foram registrados como crioulos. Dos seus africanos, todos eram homens, casados ou viúvos e adultos, sendo que dois deles já mais velhos – José Congo com 66 anos e Manoel Congo com 76. Dos seus 96 escravos crioulos, 54 cativos apareceram com idades inferiores aos 13 anos, o que representaria uma porcentagem de 53% do seu plantel em idade bastante jovem<sup>186</sup>. Mais adiante será analisado a questão da relação da idade dos planteis e seu sexo.

O inventário de Dona Rita, abre outra questão já bastante discutida nos últimos anos pela historiografia a respeito do importante papel das famílias escravas no interior dos plantéis e o papel da reprodução natural para a reposição de mão-de-obra. Dos seus 101 escravos, identificamos a formação de 11 casais e 5 viúvos(as), e desses um número considerável de 54

---

<sup>185</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Rita Felicia de Andrade, cx. nº 81. (1848)

<sup>186</sup> *Ibidem*.

filhos(as) diretamente ligados a essas uniões. Esse caso ajuda a demonstrar o peso da presença dos escravos registrados como crioulos, e de que assim como Dona Rita, muito outros proprietários optaram pela estratégia de manutenção de seus planteis via a reprodução natural de seus escravos como alternativa a compra via tráfico. Chamamos atenção aqui, de que mesmo utilizando desse exemplo não é um dos objetivos desse trabalho realizar um estudo sobre as famílias escravas. A respeito desse tema para a região da Comarca do Rio das Mortes uma série de novos estudos vem sendo realizados a partir dos avanços dos Programas de Pós-Graduação.

Já entre os casos que compõem o quadro acima, temos o pequeno proprietário Domingos Ferreira de Carvalho, que optou por buscar no tráfico atlântico sua mão de obra para o trabalho na Fazenda da Caixacina, registrando no ano de 1838 dois escravos de origem africana no seu inventário. O cativo Thomas, embarcado em Moçambique de 25 anos, e o africano Joaquim de 38 anos. Mesmo não tendo muitas posses (seu inventário contava apenas com a dita fazenda de treze alqueires de terra de cultura e mais uma mata virgem, avaliadas em 769\$000 réis, seus dois cavalos e vinte cabeças de porcos, no valor de 103\$000 réis), Domingos foi capaz de gerar ganhos suficientes para realizar a compra dos seus dois cativos africanos<sup>187</sup>.

Já no inventário do Capitão Peregrino Marques Viana, aberto em 1842, vemos a opção por um plantel misto entre escravos de origem africana e de crioulos nascidos no Brasil. Para trabalhar na sua grande fazenda de cultura e de criação de animais, Peregrino contava com o trabalho de vinte e um escravos. Desses, dez foram registrados como escravos africanos – sendo sete Monjolos e tres denominados africanos – e os outros onze cativos apareceram como crioulos. Dos seus escravos vindos de África, sete eram homens já em idade adultas – todos com mais de 30 anos – e as três mulheres com 21 anos. Dos seus escravos crioulos, sete eram homens e cinco mulheres, todos em idades na faixa dos 20 a 40 anos, sendo somente a pequena crioula Mariana com 1 ano de idade<sup>188</sup>.

Tais exemplos, portanto, ajudam a reforçar a importância do papel desempenhado pelo tráfico e a possibilidade de acesso aos circuitos mercantis mesmo por pequenos proprietários, como também da opção pela reprodução natural de reposição de plantel com escravos nascidos no Brasil.

Para os anos entre 1840 e 1848 começamos a verificar uma alteração importante em relação as origens do escravos lavrense. Com um significativo aumento do número de escravos

---

<sup>187</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Domingos Ferreira de Carvalho, cx. nº 40. (1838)

<sup>188</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Peregrino Marques Viana, cx. nº 59. (1842)

crioulos – praticamente triplicando seu valor absoluto – passaram de 46% dos cativos para expressivos 68% do total de escravos arrolados. Tais dados demonstram que a partir da década de 1840, a reprodução natural passaria a ser a opção mais utilizada pelos proprietários de escravos. Ao diminuírem a participação africana nos seus planteis, passavam a contar com um número mais equilibrado entre os sexos masculinos e feminino e uma maior quantidade de crianças – como veremos mais adiante. Mas sobretudo, dariam início a uma dependência cada vez menor ao tráfico atlântico e sofrendo menos com o impacto do seu fim, como veremos no capítulo seguinte.

Contudo, ainda que percentualmente esse número de africanos tenha registrado um decréscimo na passagem da terceira década do século XIX para a quarta, sua presença ainda reitera a hipótese levantada por Monica Oliveira. Em seu estudo para as unidades produtivas de Barbacena, a autora demonstrou que a capacidade de comprá-los estava diretamente relacionada à possibilidade de acumulação, indicando que essas unidades estavam envolvidas com o mercado, através da produção, transporte e venda de mercadorias aos centros consumidores<sup>189</sup>.

Passamos a análise seguinte para demonstrar até que ponto o tráfico e a reprodução natural determinaram a composição demográfica das escravarias lavrense. Traçando as razões de masculinidade entre os cativos dos planteis em foco, elaboramos o quadro 11 apresentando as quantidades de escravos por sexo para nosso período de estudo.

**Quadro 11: Sexo dos escravos nos inventários entre 1832-1848**

Sexo	1832-1838		1840-1848		Razão de Masculinidade
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Masculino	144	62%	269	58%	150
Feminino	88	38%	187	41%	
Indefinidos	1	0%	4	1%	
Total	233	100%	460	100%	

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1848.

Para os dois períodos, a quantidade de homens foi bem superior à metade de todos os cativos, numa porcentagem próxima aos 60% dos escravos. Segundo Florentino, uma região na qual se constata um alto grau de integração no mercado e obedecendo, deste modo, a uma

<sup>189</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Opt cit. Pp 142

lógica empresarial escravista, a tendência estrutural é a superioridade numérica dos homens em relação às mulheres<sup>190</sup>.

Comparadas as cifras encontradas por Florentino e Góes para a região agrofluminense, entre 59% e 60% para pequenos e grandes plantéis<sup>191</sup>, os valores por nós apresentados foram bastante semelhantes. Para Stuart Schwartz, esse desequilíbrio sexual a favor dos homens seria um dos efeitos do tráfico de escravos na estrutura demográfica de determinadas populações escravas<sup>192</sup>. Os dados do autor, mesmo analisando períodos anteriores ao nosso – 1710 a 1827 – indicam uma taxa de masculinidade geral de 66,2%, comprovando o peso exercido pela importação de escravos da África nas áreas agroexportadoras<sup>193</sup>.

Os nossos valores, em relação aos encontrados para outras regiões da comarca do Rio das Mortes, não parecem demonstrar grandes distinções. Para a freguesia de São José no ano de 1831, Carlos Malaquias encontrou um percentual próximo a 2/3 dos escravos do sexo masculino, com uma maior participação desses cativos nos maiores plantéis. O autor chama atenção para o fato de que mesmo em menor número, o emprego da mão de obra feminina nas pequenas posses aponta uma estratégia produtiva que visava, dada a dificuldade de acesso ao cativo novo e masculino, complementar o trabalho da família com uma mão de obra auxiliar o mais polivalente possível<sup>194</sup>. Carlos Bacellar avalia que a alta presença de mulheres escravas nos domicílios sorocabanos era resultado do seu baixo preço em relação ao escravo masculino e de uma maior versatilidade de seu uso. De acordo com ele, “muito provavelmente, as cativas eram utilizadas de forma complementar seja na lavoura, seja nas atividades de ganho, dentro de um ambiente doméstico onde a falta de recursos não permitiria a alocação de um escravo em uma única esfera do trabalho”<sup>195</sup>.

O que elevou enormemente a razão de masculinidade geral da população cativa foi a preferência quase absoluta por importar africanos homens, que permaneceu uma constante em todo o período. Embora essa fosse uma tendência dos sistemas escravistas americanos, em Minas Gerais ela foi levada ao limite. Carla Almeida apontou, na região de Mariana de 1750 a 1850, médias de 85% dos africanos do sexo masculino<sup>196</sup>.

---

<sup>190</sup> FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p. 50 a p. 60.

<sup>191</sup> FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. Opt Cit.

<sup>192</sup> O autor trabalha esta idéia em relação à dependência da Bahia com o tráfico transatlântico de escravos. SCHWARTZ, Stuart B. Op. cit., pp. 286-290.

<sup>193</sup> SCHWARTZ, Stuart B. Op. cit., p. 290.

<sup>194</sup> MALAQUIAS, Carlos. Pp. 81

<sup>195</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, p.147.

<sup>196</sup> ALMEIDA, Carla. Opt cit. Pp 118

Analisando as diferenças de sexos entre os cativos de origem africana e crioula, elaboramos os quadros 12 e 13.

**Quadro 12: Sexo dos escravos de origem Africana nos inventários**

<b>Sexo</b>	<b>1832-1838</b>		<b>1840-1848</b>	
<b>Masculino</b>	88	74%	93	75%
<b>Feminino</b>	31	26%	30	25%
<b>Total</b>	119	100%	123	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1848.

**Quadro 13: Sexo dos escravos crioulos nos inventários**

<b>Sexo</b>	<b>1832-1838</b>		<b>1840-1848</b>	
<b>Masculino</b>	52	50%	165	53%
<b>Feminino</b>	53	50%	146	47%
<b>Total</b>	105	100%	311	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1848.

Em relação aos cativos africanos, temos para Lavras porcentagens semelhantes às que Carla Almeida apresentou para as Minas, com tendências desde o século XVIII e constante ainda até a metade do século XIX, com uma disparidade muito maior no número de homens do que o de mulheres. Para Mariana, a autora apresentou taxas de masculinidade de 85%, mais alta do que para Bahia e Rio de Janeiro<sup>197</sup> e mesmo do que para a nossa, apesar de indicar a preferência por escravos do sexo masculino. Conclusões semelhantes a que chegou Roberto Guedes para Porto Feliz, de que o tráfico atlântico trazia desequilíbrios demográficos ao optar pelos homens negros em idade adulta, ainda que a reprodução natural tenha prevalecido até 1829, só sendo superada pelos africanos após essa data<sup>198</sup>.

<sup>197</sup> ALMEIDA, Carla. Opt cit. PP 118.

<sup>198</sup> FERREIRA, Roberto Guedes. Opt Cit. PP. 499

Muito mais equilibrada foi a diferença entre sexos para os cativos já nascidos no Brasil. O já apresentado crescimento da quantidade de escravos crioulos registrados na passagem da década de 1832 para 1840 reforça o papel da capacidade de taxas positivas de reprodução natural, do equilíbrio entre os sexos é um fator importantíssimo. Diferente dos dados apresentados para os africanos, a razão de masculinidade entre os crioulos foi de 136, o que acabou por deixar muito menos acentuada a diferença do número de presença de escravos do sexo masculino em relação ao feminino para o número total de escravos.

Em relação a essa reprodução natural do número de cativos, ocasionada, sobretudo, pela maior quantidade de escravos crioulos, pode ser melhor percebida ao analisarmos os dados referentes às idades dos escravos.

**Quadro 14: Idade dos escravos nos inventários de Lavras 1832-1848**

Idade	1832-1838		1840-1848	
	<b>0-13</b>	47	20%	137
<b>14-29</b>	76	33%	143	31%
<b>30-55</b>	92	40%	146	31%
<b>+56</b>	13	5%	26	6%
<b>Indefinidos</b>	5	2%	8	2%
<b>Total</b>	233	100%	460	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1848.

A partir do quadro 14, podemos perceber, nos dois subperíodos, uma significativa porcentagem de crianças até os 13 anos, com 27%, e uma alta concentração de escravos jovens adultos, com mais de 14 anos e até os 55 anos, no qual somadas atingem 66% do total dos cativos. Isso implica numa grande quantidade de mão de obra cativa numa faixa etária em maiores condições físicas para o trabalho compulsório. O número de escravos em idades mais avançadas, com mais de 56 anos, representando somente 5%, contribui por afastar de vez a antiga ideia de plantéis mais envelhecidos e provenientes da então “decadente” região mineradora.

**Quadro 15: Idade dos africanos registrados nos inventários**

<b>Idade</b>	<b>1832-1838</b>		<b>1840-1848</b>	
<b>0-13</b>	4	3%	2	2%
<b>14-29</b>	36	31%	28	23%
<b>30-55</b>	67	57%	75	62%
<b>+56</b>	11	9%	16	13%
<b>Total</b>	118	100%	121	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1848.

#### **Quadro 16: Idade dos crioulos registrados nos inventários**

<b>Idade</b>	<b>1832-1838</b>		<b>1840-1848</b>	
<b>0-13</b>	43	41%	138	44%
<b>14-29</b>	35	33%	109	35%
<b>30-55</b>	25	24%	60	20%
<b>+56</b>	2	2%	3	1%
<b>Total</b>	106	100%	313	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1848.

Em relação aos africanos, o quadro 15 demonstra a grande presença desses agentes na faixa etária de adultos jovens, com mais de 55% do total, no primeiro subperíodo, tendendo a aumentar no segundo, com 74,9%.

Com isso, concluímos que a aquisição de africanos, via mercado, foi crescente na freguesia e, quando a compra desses cativos era feita, a predileção era por indivíduos que possuíam mais condições físicas para o trabalho, garantindo retorno ao proprietário diante dos investimentos depositados nessa escravaria. E, ao verificamos a faixa de africanos acima dos 30 anos, ainda no quadro 16, as porcentagens revelam o maior índice entre todos da escravaria, nos dois subperíodos analisados. Podemos especular, a partir disso, que a expressiva presença de africanos acima dessa faixa etária representaria a ligação das unidades produtivas da freguesia com a aquisição desses agentes, pelo menos até meados do século XIX, quando muitos deles eram adultos e estariam em plena força física para o trabalho.

Para a região de Mariana, Carla Almeida argumenta como explicação para a preferência de escravos do sexo masculino e em idades mais avançadas, que, em momentos de acomodação, mesmo que se importem menos escravos, a preferência pelos homens é quase total. Compram-se poucos, mas compram-se os mais capazes. Ou seja, há uma propensão a tentar maximizar os lucros dos poucos investimentos possíveis<sup>199</sup>. A autora também encontrou uma grande presença de adultos jovens entre os africanos, que tendeu a aumentar no decorrer do período, o que evidencia que estes eram produto de compra recente, confirmando ainda mais a tendência de maximizar a taxa de lucro do investimento<sup>200</sup>.

Em relação ao crescimento natural da população cativa, os dados apresentados colocam em evidência o considerável aumento dos crioulos nos dois subperíodos. De acordo com o quadro 16, a predominância de crioulos entre a faixa etária de 0 a 13 anos é vigente, com mais de 43% nos dois subperíodos. Isso vem a demonstrar a capacidade da freguesia em repor a mão de obra escrava, a partir da reprodução natural entre os agentes das próprias unidades produtivas.

Em relação a idade e reprodução dos escravos crioulos, Carla Almeida demonstra que só sendo capaz de reproduzir positivamente (ou repor internamente), parte da sua força de trabalho escrava, Minas Gerais, ou pelo menos a região estudada pela autora – assim como a nossa - foi muito menos dependente do tráfico negreiro do que as províncias da Bahia ou do Rio de Janeiro. Uma vez que esses dados confirmam certas tendências de Minas Gerais para substituição de importações ou para a auto-suficiência. Foi com esse recurso, expresso também na questão da mão de obra, que a economia mineira conseguiu se manter dinâmica mesmo em fase de rendimentos decrescentes<sup>201</sup>.

Assim, em relação à reposição e ao crescimento das escravarias para atender o ritmo da expansão das atividades agrárias, Roberto Guedes afirma que somente a compra de cativos em idades adultas, ou mesmo crianças, não seria suficiente, sendo necessário, então, um maior equilíbrio entre os sexos nas escravarias que fosse capaz de engendrar esse crescimento<sup>202</sup>. Não é o que ocorre para Porto Feliz, localidade estudada pelo autor, mas foi o que tendeu a ocorrer para nossa região, na qual encontramos, pelo menos entre os crioulos, uma proximidade entre os sexos e alta quantidade de crianças nascidas sobretudos dessas relações.

## 2.6 - Dívidas e Créditos

---

<sup>199</sup> ALMEIDA, Carla. Opt cit. PP. 119

<sup>200</sup> IBDEM, PP. 119

<sup>201</sup> ALMEIDA, Carla. PP.

<sup>202</sup> GUEDES, Roberto. Estrutura de Posse e Demografia Escrava em Porto Feliz (São Paulo, 1798-1843). PP. 16

Por ultimo, será o ponto central da nossa análise a questão das dívidas. Segundo os dados do quadro 5, as dívidas ativas estiveram presentes em grande parte dos inventários e foram responsáveis pelo valor de 12% do total das riquezas inventariadas. Diante de significativas cifras, é importante tentar entender o papel desempenhado por tal categoria de investimento, não muito significativa.

Do total de inventários analisados para o período, conseguimos localizar a presença de dívidas ativas em somente 27 documentos, o que representaria 33% da população amostrada. Por outro lado, a quantidade de indivíduos que apresentaram ter contraído algum tipo de obrigação foi de 43%.

Desde o início das nossas análises, os habitantes da vila de Lavras tem demonstrado uma forte ligação as atividades rurais, como plantio e criação e poucas aparições em atividades comerciais – fora alguns casos de pequenos estabelecimentos comerciais – nenhum grande comerciante, muito mais presente em outras localidades da Comarca do Rio das Mortes, como São João del Rei, São José, Barbacena e Campanha. Distantes das grandes vias de mercado, nossos dados aparentam relações de empréstimos e obtenção de créditos com uma atuação muito mais tímida e local, ainda que essa categoria seja a terceira maior inversão nos documentos.

Mesmo com uma atuação muito inferior àquelas encontradas para as regiões vizinhas, o fornecimento de crédito local não deve ser percebido como menos importante, uma vez que as relações entre credores e devedores estão muito além do que simples negociações de transações monetárias. Como marca de uma sociedade não capitalista e escassa circulação monetária, as praticas reiteradas de endividamento, denotavam, acima de tudo, um momento específico no processo de reprodução e expansão do sistema agrário. Assim, tal pratica de endividamento permitiu o custeio e expansão da vida da fazenda e tornou-se mais um elemento estrutural, parte da lógica de sistemas agrários exportadores<sup>203</sup>.

P. Servais, ao se debruçar sobre a função do credito, dentro da organização e do funcionamento das sociedades de Antigo Regime, analisou as motivações do endividamento e do credito como forma de investimento. O autor percebeu dois laços profundamente identificados: o mundo complexo das relações familiares de um lado e, de outro, a função de

---

<sup>203</sup> FRAGOSO. João Luis Ribeiro. Opt Cit. PP. 370

investimentos imobiliário para o credor, ou seja, as propriedades que ele presumivelmente ganharia como garantia dos negócios firmados<sup>204</sup>.

Tendo em mente que os estudos sobre o sistema de crédito não podem ser desassociados das relações sociais, nosso trabalho – devido a falta de tempo hábil e impossibilidade de coleta de tais fontes – não permite que possamos mapear toda essa rede relacional dos agente envolvidos no fornecimento/obtenção de empréstimos. Focaremos nossa atenção no levantamento de passivos e ativos dos inventários, que muitas vezes representavam sub-registros de outros instrumentos mais formais, como por exemplo as escrituras de hipotecas.

São bastantes comuns para o estudo desse sistema de crédito os testamentos, inventários, recenseamentos demográficos, escrituras de hipotecas, bem como os vastos registros de cartório de notas. Tais dados poderiam conjuntamente fornecer *dossies* individuais, no mercado de crédito, a participação de homens e mulheres, a duração dos débitos, dentre outros<sup>205</sup>.

Dessa forma, ao utilizarmos dos inventários, conseguimos dar conta das questões mais genéricas levantadas, além de ter sinalizado que, para estas décadas em estudo, as escrituras de hipotecas ainda não haviam se tornado um instrumento acessível a todos, prevalecendo os contratos verbais entre credores e devedores. Esses dados encontrava-se claramente perceptível na nossa documentação, em que os acertos de contas faziam-se, na maior parte, por meio de recibos informais<sup>206</sup>.

Contudo, antes de avançar na análise dos dados dessa documentação, ainda é necessário apresentar algumas considerações a respeito da relação sociais e dívidas. Chamamos atenção para a importante correlação entre esses dois pontos, e mesmo não sendo nosso foco aqui mapear essas redes, é necessário fortalecer ainda mais seu papel.

Em uma sociedade capitalista, na qual a economia, o mercado, a produção e a distribuição de bens efetuavam-se através de um sistema de preços regulados pelas leis de oferta e demanda, motivados pelo desejo de ganho monetários, os homens dela integrantes não precisavam se unir por vínculos de sangue, obrigações legais e fidelidade. Mas, ao nos depararmos com sociedades pré-capitalistas, como a que apresentamos, percebemos que as motivações individuais derivavam de eixos extra econômicos. Portanto, o sistema de crédito, próprio desse contexto, passou a ser movido por um conjunto de interesses de ordem não-

---

<sup>204</sup> SERVAIS, P. De la rente au credit hypothecaire en période de transition industrielle. Stratégies familiales en region leégeoise au XVIII siècle. Annales HSS, n 6, nov/dec 1994, pp 1400

<sup>205</sup> OLIVEIRA, Monica.. Opt Cit. Pp 220

<sup>206</sup> Ibidem. Pp 221

econômicos, fazendo que atitudes de reciprocidade e redistribuição tivessem um peso significativo. Por outro lado, esse sistema não se baseava em interesse meramente altruístas. As atitudes acima referidas objetivavam assegurar a ordem da produção em benefício da família, do status e da propriedade<sup>207</sup>. L. Fontaine destaca a importância do crédito não apenas como mecanismo de transferência de propriedade, mas também como vínculo social e cultural, além de importante instrumento político<sup>208</sup>. O devedor tendia a considerar seu credor como um benfeitor, á medida que diante da morte do contratante da dívida esta poderia ser renegociada, ás vezes, por gerações e, principalmente, á medida que a existência da dívida em si não representava insolvência da empresa devedora.

Ângela Xavier e A. M. Hespanha acentua que as relações entre credores e devedores nas sociedades de Antigo Regime baseavam-se em relações assimétricas de amizade e levavam a criação de relações de tipo clientela, estruturadas em sólidas alianças políticas. O polo superior – aquele que oferecia o crédito – mantinha uma vantagem sobre quem estava em falta – aquele que recebia – que poderia, traduzir-se, futuramente em diversos tipos de retribuição<sup>209</sup>.

Na nossa relação de credores foram encontrados os já mencionados 27 inventários, dos quais a maior parte deles realizaram empréstimos de pequenos valores, enquanto alguns poucos foram responsáveis pela grande difusão de crédito local.

**Quadro 17: Relação dos credores por categorias de valores de empréstimos**

<b>Valor Emprestado</b>	<b>Quantidade de credores</b>	<b>% do número de credores</b>	<b>Quantidade de valor emprestado</b>	<b>% da parcela do total das dívidas ativas por categoria</b>
<b>Até 1:000\$000</b>	19	70%	3:530\$567	5%
<b>De 1:000\$001 até 5:000\$000</b>	5	19%	8:680\$496	13%
<b>De 5:000\$001 até 10:000\$000</b>	1	4%	7:836\$767	11%

<sup>207</sup> POLANY, K.; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. Comércio y mercado en los Impérios antigos. Barcelona: Labor Universitária, 1976 pp 11.

<sup>208</sup> FONTAINE, Laurence. Espaces et dynamiques de la dette dans les hautes vallées dauphinoises (XVII-XVIII siècles). Annales HSS, n.6, p.1384-1386, nov/dec. 1994

<sup>209</sup> XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Org.) História de Portugal: O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998. P.382.

<b>Acima de 10:000\$001</b>	2	7%	48:987\$784	71%
<b>Total</b>	27	100%	69:035\$614	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1848.

O quadro 17 apresta uma divisão dos montantes oferecidos em quatro categorias de valor, sendo a de empréstimos com quantias que não ultrapassam 1:000\$000 encontradas em 70% dos credores locais. Pela razão de suas baixas cifras, o fornecimento de crédito de tal parcela é irrisório, responsável por somente 5% de todo o montante de crédito oferecido para o período. Dados esses que ajudam a demonstrar como certas obrigações se situam mais em termos de relação pessoal, através de amizade/solidariedade, do que visando efetivamente um ganho financeiro por parte dos credores.

Contrariamente, temos na junção das categorias com credores com mais de 5:000\$000 e acima dos 10:000\$000 três indivíduos - que analisaremos com mais atenção a seguir -, que representam pouco mais de 10% dos inventariados com dívidas ativas e fornecem em conjunto 82% de todo o crédito para um número variado de pessoas. Assim, se levarmos em conta o importante papel dessas relações não econômicas no próprio processo de fornecimento de crédito, temos para os credores da vila de Lavras, dado a própria posição secundária na hierarquia sócio econômica da região, uma menor capacidade de financiamento familiar e, portanto, procuravam diluir seus empréstimos a um grande número de pequenos e médios devedores.

Mônica Oliveira ao estudar o sistema de crédito que financiou a agricultura de exportação da Zona da Mata, identificou dois tipos de distintos de fornecimento de crédito diretamente ligados ao status dos credores e dos devedores. Um sistema submetido a esse jogo familiar e de prestígio, profundamente identificado com as regras de convivência, reciprocidade e redistribuição entre famílias de elite, mutuamente interligadas pela rede de benefícios que auferiam de suas relações econômico-familiares. Empréstimo a um membro da parentela, seja ele ligado por laços consangüíneos ou, meramente, por parentesco ritual, bem como, tecer sólidas relações com membros do mesmo estrato social, com base em critérios de amizade e prestígio, resultava numa série de benefícios, como a conservação do patrimônio no interior da mesma família extensa, ou mesmo a proteção proporcionada pela submissão a um grande chefe político local. A posse da terra e a propriedade de cativos, combinadas a uma linhagem de prestígio, conferiam direitos ao domínio local e, possivelmente, o controle da vida

política. A utilização da descendência de um grupo de parentesco para justificação de autoridade política é um outro aspecto q a autora deixa em aberto para novos estudos<sup>210</sup>.

O outro tipo de sistema de financiamento que Oliveira apresenta é o de crédito de menor porte - que se interpunha ao anterior -, disseminado em uma série de pequenos empréstimos destinados a pequenos e médios proprietários. Em que pese o ganho de ordem usurária desse tipo de crédito, para a autora ele não excluía a sua importância social, cultural e política na constituição da vida da comunidade, levando-nos a considerar que os espaços de créditos eram múltiplos, superpunham-se e interpenetravam-se nas sociedades, em função de conjunturas e interesses particulares<sup>211</sup>.

Para além disso, a pulverização do sistema de crédito e endividamento expressa o comportamento cultural dos grupos sociais brasileiros, pelo pelo qual as prestações materiais se realizavam em troca de submissão política e na construção de redes clientelares.

Como mencionado, a ausência de um número maior de fontes capazes de serem cruzadas aos nossos inventários impossibilita a montagem de tais redes familiares de crédito. Além de não permitir com clareza a análise das origens de tais investimentos, principalmente o crédito externo, fosse do interior da própria província ou mesmo adquiridos de regiões mais distantes do império como a própria praça carioca.

Diante de tais dificuldades, optamos por realizar uma análise dentro do que nossas fontes nos permitam. Passamos o olhar sobre as dívidas ativas, do qual levantamos os principais credores, com maior porcentagem de dívida ativa sobre o total da riqueza apresentada e maiores valores oferecidos. Destes dados, infere-se que uma reduzida parcela da população de apenas 4 grandes credores, para as duas décadas de análises, que praticamente monopolizavam o crédito, detendo em suas mãos 82% do total de todo o crédito ativo. Sobre o total de montes foi encontrado nas posses desses indivíduos uma média de 37,5% de dívidas ativas, reunidas no total de 776 empréstimos – dos quais 701 foram realizados por uma única credora -, para unidades produtivas de diferentes portes, não formalizadas por hipotecas.

#### **Quadro 18: Principais credores de acordo com valor**

<b>Credores</b>	<b>Quantidade de empréstimos realizados</b>	<b>Montante total emprestado</b>	<b>Percentual das dívidas ativas sobre o monte-mor</b>
-----------------	---------------------------------------------	----------------------------------	--------------------------------------------------------

<sup>210</sup> OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. Opt cit. Pp 245

<sup>211</sup> OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. Opt cit. Pp 246

<b>Maria Esmeria Candida Teixeira</b>	701	36:302\$000	55%
<b>José Antonio Da Silveira</b>	43	12:685\$784	72%
<b>Francisca De Paula Maria Da Anunciação</b>	21	7:836\$767	10%
<b>Peregrino Marques Viana (Capitão)</b>	11	3:223\$000	13%

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1848.

Observa-se que dos quatro maiores credores, o menor valor total de bens segundo o monte-mor foi o do Capitão José Antônio da Silvéria, com 17:501\$524 réis. Em seguida, o também Capitão Peregrino Marques Viana com 24:725\$025 réis; Maria Esméria Candida Teixeira com 65:6812\$000 réis e Dona Francisca de Paula Maria da Anunciação com 76:134\$552 réis. Todos esses valores se enquadram no que já classificamos como grandes fortunas da vila de acordo com o quadro apresentada anteriormente. Contudo, podemos perceber através dos casos desses quatro indivíduos, que nem sempre aquele com o maior valor total de bens foi necessariamente o maior credor.

Outro dado que também nos ficou bastante claro foi a existência de um claro predomínio da atividade agrária nas origens da maior parte das rendas dos credores. Três entre os quatro maiores fornecedores de créditos locais podem ser identificados como fazendeiros, ainda que as dívidas ativas ocupassem 55% do total de riqueza de Maria Esméria, seu inventário registrou uma grande fazenda com terras de culturas, uma extensa criação de animais e 53 escravos trabalhando em sua posse. Caso semelhante aos de Dona Francisca e o do Capitão Peregrino Marques Viana, mesmo que a participação das dívidas em 10% e 13% respectivamente, os dois eram proprietários de grandes fazendas, muitos animais e escravos, a primeira com um plantel de 40 escravos e o segundo com 21 cativos.

Por último, o Capitão José Antônio da Silvéria, cujo registro das dívidas ativas foi o maior componente de riqueza do seu inventário, ocupando 72% do total de sua riqueza, parece ser pouco provável que atuasse realizando a função de um capitalista e garantindo seu sustento apenas das cobranças de juros dos seus empréstimos. Seus 43 credores – assim como a maior parte daqueles que recorrerem aos empréstimos na vila, e nesse caso não se limitando a buscar as cifras somente nas mãos desses quatro indivíduos que citamos, já que além deles outros 23

também realizavam a prática de empréstimos – foi marcado sobretudo por baixíssimos valores, sendo somente alguns casos de quantias mais volumosas.

Tais exemplos reforçam o que Oliveira citou anteriormente, de que a grande marca do fornecimento de crédito, registrados como dívidas ativas nos inventários, fugia de modelo de crédito familiar marcado por uma série de obrigações simétricas, mas sim de relações não capitalistas, não necessariamente altruístas, do qual pequenos montantes para um grande número de pessoas pode fortalecer certas personalidades locais devido a seus papéis secundários no mercado financeiro.

### **CAPÍTULO 3: FIM DO TRÁFICO E AS TERRAS DO SUL DE MINAS**

Seguindo uma perspectiva de estudo de longa duração, tratamos nesse capítulo os dados a respeito das estruturas sócio-econômicas da região de Lavras durante as décadas de 1850 e 1860.

Buscamos agora perceber como se comportam as estruturas sócio-econômicas num contexto marcado pelo fim do tráfico de escravos, pela criação da lei de terras, bem como pelo aumento populacional e desenvolvimento econômico interno. Dessa forma, elaboramos uma apresentação da discussão teórica que permeia a temática dos efeitos da criação da Lei Eusébio de Queiroz e Lei de Terras, com o intuito de percebermos as problemáticas apontadas por esses estudos.

Por termos essas duas leis como norteadoras dos capítulos, procuramos focar de forma mais atenta as questões ligadas ao uso do trabalho escravo nas unidades produtivas e o papel que as terras passam a adquirir.

Utilizando 98 inventários *post-mortem* como principal fonte, procuramos demonstrar como estavam compostas a riqueza desse período e compará-las com os dados obtidos das décadas anteriores. Esse procedimento também será realizado com a análise dos dados relativos a população escravas, visando uma melhor compreensão de como se estruturava essa força de trabalho nos quesitos origem, sexo e idade.

No que diz respeito as terras, temos 556 registros paroquiais para auxiliar nos estudos relativos a valorização e usos do solo. Atentos para o fato de considerarmos tais documentos como um mapa da ocupação fundiária da região.

Dessa forma, antes de iniciar a apresentação dos nossos dados, é necessário que tenhamos de forma bastante clara um bom esclarecimento a respeito das duas leis promulgadas no ano de 1850: Eusébio de Queiroz e Lei Geral de Terras. Começemos pela primeira:

#### **3.1 O Fim do Tráfico Africano para o Brasil (perspectiva historiográfica)**

Os motivos que levaram a promulgação da lei Eusébio de Queiroz estiveram presentes nas abordagens dos historiadores, tanto nacionais como estrangeiros durante décadas. Em meados do século XX deu-se início ao debate sobre o contexto anterior a tal lei, e suas consequências para o sistema de trabalho escravista, com debates acerca das causas para a proibição do tráfico de escravos africanos para o Brasil – sejam de ordem econômica, política ou cultural. Muito mais intenso, foi o debate acerca do papel desempenhado por força externas

à vontade nacional, como a pressão inglesa para acabar com a escravidão nas Américas, assim como as funções exercidas pelos atores internos ao cenário nacional. É com esse debate que daremos nosso ponto de partida para entendermos melhor os motivos da criação dessa lei e, conseqüentemente, compreendermos de forma clara como a interrupção de mão de obra foi sentida pelos produtores de alimentos do Sudeste brasileiro.

Os primeiros passos para a abolição do tráfico foram dados ainda quando o Brasil era colônia de Portugal. Aproveitando-se da fragilidade portuguesa ante a invasão napoleônica na Península Ibérica em 1807, seguida da transferência da família real para o Brasil sob proteção de uma frota inglesa no ano seguinte, o governo britânico conseguiu assinatura de vários tratados comerciais que lhe davam enormes vantagens econômicas<sup>212</sup>.

No tocante ao tráfico, pelo disposto no artigo décimo do Tratado de Aliança e Amizade (1810), o príncipe regente concordava em cooperar com a Grã-Bretanha, adotando as medidas mais eficazes para propiciar a abolição gradual do tráfico de escravos em todos os seus domínios, bem como não permitindo que o tráfico fosse restabelecido nas regiões em que, outrora, os Estados e nações da Europa comerciavam. Os súditos portugueses, porém, conservavam o direito de traficar com escravos dentro dos domínios africanos da coroa de Portugal. Ressalta-se que, nesse instante, já estava posta a ideia de que qualquer forma de abolição do tráfico e da escravidão deveria ser encaminhada de forma gradual, de modo a não causar grandes abalos nas relações comerciais e sociais estabelecidas.

A aprovação desse tratado não deixou de causar apreensão aos traficantes brasileiros, visto que a marinha britânica começou a fazer-se presente na costa africana, realizando apreensões que nem sempre respeitavam o acordo firmado, como noticiou a gazeta *Idade d'Ouro do Brasil*, em maio de 1812, ao tratar do aprisionamento de uma embarcação pertencente a um negociante baiano:

*Jacob Leandro da Silva, que saíra deste porto para a Costa da Mina, de piloto no bergantim Lindeza, de José Cardoso Marques, foi tomado no porto de Oaim, e juntamente o brigue Prazeres, e a sumaca Flor do Porto. A tomadia foi feita por uma fragata inglesa, cujo comandante se denominava Frederico Paulo Irbi, que conduziu presas, em virtude do tratado, que mostraram ao tal Jacob, perguntando-lhe se*

---

<sup>212</sup> Sobre a transmigração da família real para o Brasil e suas conseqüências, ver MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; NORTON, Luís. *A Corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1979.

*tinha alguma coisa a dizer. Depois disto ele Jacob comprou a mesma embarcação por 400 pesos duros; e chegando aqui apresentou-se na sala de Palácio, dando entrada como Mestre e Dono; e apresentou o artigo do tratado a respeito da negociação entre escravos*<sup>213</sup>.

Incidentes como esse foram responsáveis pelo surgimento de fortes hostilidades entre ingleses e brasileiros, as quais perduraram e até cresceram ao longo do tempo, à medida que as pressões pelo fim do tráfico e o crescimento da participação inglesa no comércio brasileiro se acentuavam<sup>214</sup>.

Cinco anos mais tarde, por ocasião do Congresso de Viena (1815), e de novo sob coerção, os portugueses assinaram um novo tratado, comprometendo-se a acabar com o tráfico ao norte do Equador e, em 1817, através de uma Convenção Adicional a este, D. João VI anuiu a que os navios britânicos exercessem o direito de busca e vistoria sobre as embarcações que estivessem fora dos portos e ancoradouros portugueses autorizados a fazer o tráfico<sup>215</sup>.

Mas ainda que tais medidas limitassem ou dificultassem o tráfico, elas não impediram a sua continuidade. Nesse sentido, Leslie Bethell aponta que apenas parte do tráfico de escravos para o Brasil – e, a essa altura, a parte menos substancial, destinada à Bahia, Pernambuco e Maranhão – provinha do litoral africano ao norte do Equador. O tratado permitia expressamente que súditos portugueses transportassem escravos dos territórios lusos na África, situados ao sul do Equador para o Brasil<sup>216</sup>.

A independência política do Brasil, em 1822, propiciou novas condições para que a Grã-Bretanha voltasse a reivindicar o fim do “infame comércio”, termo pelo qual também era referido. A necessidade de reconhecimento da nova condição pelas principais nações europeias - da qual a Inglaterra era a mais importante - colocava o Brasil numa situação defensiva, já que

---

<sup>213</sup> *Idade d'Ouro do Brasil*, 1812, nº 42. Apud: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira Gazeta da Bahia: a Idade d'Ouro do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 71. O caso foi prontamente solucionado pelas autoridades britânicas, que procuraram tranquilizar as autoridades brasileiras quanto à validade do tratado de 1810. Segundo Luiz Henrique Dias Tavares, não foram poucos os casos de reclamações e queixas (até nos tribunais ingleses) em que apareceram comerciantes de escravos da Bahia, do Rio de Janeiro, de Pernambuco e do Maranhão – as quatro praças negreiras do Brasil colônia daqueles inícios do século XIX. Ver TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos...* Op. cit., p. 16-17. Nesta obra, o autor também analisa o impacto e os prejuízos causados pela intervenção britânica nas praças negreiras do Brasil.

<sup>214</sup> SILVA, Ricardo Tadeu Caires. Fim do tráfico atlântico de escravos e a política de alforrias no Brasil. In Anais do VI Seminário do Trabalho. Unesp, 2008. Pp. 7

<sup>215</sup> Rodrigues, Jaime. *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1808-1850)*. Campinas, SP: Unicamp/Cecult, 2000 p. 98.

<sup>216</sup> BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos para o Brasil*. Tradução de Vera Nunes Neves Pedroso. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. p. 26.

pouco podia oferecer em troca de tal medida. Dessa forma, o pronto reconhecimento e apoio da Inglaterra, “cuja marinha comandava o Atlântico, cujo capital e comércio sustentavam o novo império e que, além do mais, exercia grande influência sobre Lisboa, seria nitidamente decisivo”<sup>217</sup>.

Ciente de tal situação, os britânicos impuseram o fim do tráfico como condição *sine qua non* para aceitação da nação brasileira. As negociações foram demoradas e só em 1826 o governo brasileiro finalmente concordou em realizar um novo acordo. Este tratado, que referendava os termos dos tratados de 1815 e 1817, foi praticamente imposto ao governo brasileiro e “tornou a participação brasileira no comércio internacional de escravos inteiramente ilegal três anos depois da data da ratificação do tratado (13 de março de 1827), com tal tráfico em escravos ‘considerado e tratado de Pirataria’”<sup>218</sup>. Em 1827, os ingleses também conseguiram renovar o tratado comercial que garantia a tarifa máxima de 15% sobre as mercadorias importadas da Inglaterra, reforçando ainda mais sua preeminência sobre a economia brasileira. Assim, em troca do reconhecimento da independência e do empréstimo fornecido ao Brasil para indenizar Portugal, a Grã-Bretanha obtinha a consolidação de uma posição econômica altamente privilegiada no Brasil, juntamente com o compromisso, do governo brasileiro, de abolir o tráfico de escravos a partir de 1830<sup>219</sup>.

Pelo acordo firmado com os ingleses o tráfico cessaria em 13 de março de 1830. Foi para evitar o constrangimento de novas pressões que o governo brasileiro tratou de formular uma lei para por fim a esta velha questão. A aprovação da lei de 7 de novembro de 1831 foi facilitada pelo clima político liberal e reformista vigente no Brasil desde a forçada abdicação de D. Pedro I e, mais importante ainda, por uma temporária queda na procura de escravos motivada pelo aumento das importações que se seguiram ao tratado aprovado em 1826<sup>220</sup>.

Elaborada por Felisberto Caldeira Brant (Marquês de Barbacena), que por ocasião do reconhecimento da independência já havia sido intermediário nas negociações para a supressão do tráfico, a lei declarava taxativamente, em seu artigo primeiro, que todos os escravos

---

<sup>217</sup> Idem, Op. cit. p. 51.

<sup>218</sup> CONRAD, Robert E. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 32. / CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sobras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 294.

<sup>219</sup> Entre os anos de 1821 e 1829, 22 embarcações da Bahia foram detidas pela Inglaterra, sendo que, entre 1824 e 1830, 43 navios da praça da Bahia foram leiloados em Freetwon. Ver VIANNA FILHO, Luiz. *O negro na Bahia*. 2ª ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1976, p. 68 e 71.

<sup>220</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 47.

africanos que entrassem no Brasil após aquela data seriam livres<sup>221</sup>. Estipulava ainda que os culpados pela importação de escravos seriam punidos conforme o Código Criminal (1830) pelo crime de reduzir pessoa livre à escravidão e impunha multas de 200 mil réis por cada escravo importado ilegalmente, mais o custo de seu embarque de volta à África.

Contudo, a aprovação da lei de 1831 não significou o fim da abolição do tráfico, pois a sociedade brasileira ainda apoiava firmemente a escravidão. A economia cafeeira, em expansão, dependia cada vez mais do braço escravo. Além disso, conforme defende o historiador Luís Henrique Dias Tavares, a continuidade do tráfico estava intimamente associada aos “interesses capitalistas” que lucravam com a existência de tal atividade comercial<sup>222</sup>. Mas o que talvez tenha mais contribuído para a sua manutenção era a situação de instabilidade política do período regencial, pois se por um lado o ambiente liberal experimentado naquele momento corroborou para a aprovação da lei, por outro, o enfraquecimento do poder central, fruto da descentralização política experimentada no período, impediu que medidas mais enérgicas fossem tomadas para a punição aos traficantes - o que, na prática, legitimava a continuidade do tráfico<sup>223</sup>.

Assim, ao invés de coibir o tráfico, o que se viu foi o seu incremento. Conforme assinalou o Marquês de Barbacena em discurso proferido no Senado em 1837, a queda nas importações de cativos nos dois primeiros anos posteriores à proibição legal só ocorreu porque:

*“ainda não haviam sido descobertos os meios de burlar a investigação nos portos de chegada e partida; também não haviam sido estabelecidos os vários depósitos para recepção dos escravos e ensino do português; também não havia uma multiplicidade de agentes empregados na condução dos escravos para cada propriedade com o objetivo de seduzir a inocência dos plantadores”*<sup>224</sup>.

Após essa curta fase de reestruturação das operações negreiras, o que se viu foi a retomada das importações em níveis cada vez maiores. Na verdade, a vigência do tráfico era

---

<sup>221</sup> Ver *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831*, Primeira Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p.182-184.

<sup>222</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos...* Op. cit., p. 27.

<sup>223</sup> Para uma breve visão acerca do momento político brasileiro no período regencial ver MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003; Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sobras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>224</sup> Anais do Senado (1837, p. 175-181). Apud: CONRAD, Robert. *Tumbeiros...* Op. cit., p. 111.

uma questão por demais imbricada na política exterior brasileira, e nela sempre pairava o temor da ingerência britânica. Por isso, na iminência de vê-lo brevemente fechado, os traficantes não vacilavam em incrementar as importações. Além disso, o preço dos escravos no mercado africano era extremamente baixo e oferecia possibilidades de lucros muito altos para estes, mesmo para os que realizavam operações mais simples. Somado a tudo isso, havia ainda o envolvimento das autoridades encarregadas de fiscalizar o contrabando. Estas, em vez de fazer cumprir o que determinava a lei, deixavam-se facilmente corromper pelos subornos oferecidos pelos traficantes<sup>225</sup>.

Dessa forma, embora muitos soubessem da sua ilegalidade, naquele contexto dos anos 1830 e início dos anos 1840 a proibição ao tráfico não vingou e pouco se fez para que os africanos ilegalmente traficados tivessem suas liberdades restituídas.

No capítulo anterior, ao analisarmos as décadas de 30 e 40 do século XIX - ou seja, período de já vigência de tal lei - encontramos uma quantidade considerável de crianças africanas nos plantéis lavrenses, demonstrando pouca ou nenhuma preocupação em valer tal lei pelos senhores de escravos de Lavras, bem como do restante do Brasil<sup>226</sup>.

Os ingleses, contudo, nunca deixaram de cobrar o cumprimento da lei de 1831 e dos demais acordos anteriormente celebrados e em várias ocasiões apreendiam navios negreiros brasileiros, causando sérios atritos diplomáticos. Entretanto, até aquele momento, as limitações da frota britânica e as restrições legais provenientes dos tratados internacionais com os outros países dificultavam a punição dos traficantes brasileiros. Cabe frisar que, até então, a marinha britânica não possuía o direito de revistar - e ainda menos capturar - a maior parte dos navios que se dedicavam ao tráfico de escravos para o Brasil ao sul do Equador, protegidos como eram pela bandeira portuguesa; nem podiam deter os que estivessem ao norte do Equador, a menos que estivessem transportando escravos<sup>227</sup>.

Faltavam aos ingleses maiores poderes para intervir diretamente no litoral brasileiro, de onde os barcos negreiros, travestidos com bandeiras de outras nacionalidades, zarpavam livremente rumo à África para depois retornarem carregados de escravos a bordo. As autoridades britânicas e principalmente os oficiais da marinha tinham plena consciência disso e constantemente se queixavam que só uma intervenção mais direta no litoral brasileiro seria capaz de pôr fim ao tráfico. O Parlamento britânico só aceitou esta estratégia em agosto de

---

<sup>225</sup> Rodrigues, Jaime. Op. cit, p. 142-152.

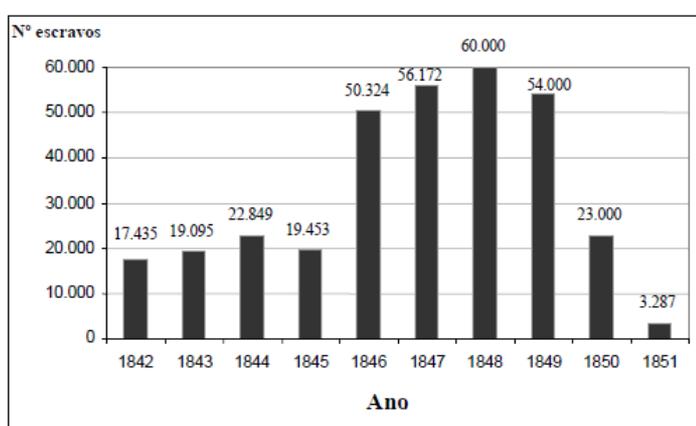
<sup>226</sup> Ver quadro 26 do capítulo 2.

<sup>227</sup> BEHTELL, Leslie. Op. cit, p. 150. Somente no final de agosto de 1839 o governo britânico aprovou um projeto autorizando os oficiais da marinha britânica a vistoriar, capturar e julgar todos os navios negreiros de bandeira portuguesa empregados no tráfico.

1845, ao aprovar o *Bill Aberdeen*. Por meio desse decreto unilateral, o governo inglês concedia a seus próprios navios o direito de capturar os navios brasileiros que tomassem parte no tráfico africano de escravos, mesmo que isso ocorresse em águas brasileiras. A base para esta decisão estava presumivelmente ancorada no tratado de 1826, que em seu artigo primeiro declarava que o tráfico de cativos era pirataria e que a marinha britânica tinha todo o direito de aprisionar e julgar os navios equipados para o tráfico onde quer que estivessem<sup>228</sup>.

Porém, de imediato, a aprovação do *Bill Aberdeen* não provocou a diminuição do tráfico. Como ocorrido nas proibições anteriores, o que se viu foi um fabuloso incremento do número de escravos traficados.

**Gráfico 2: Número de escravos nos anos anteriores a lei de fim do tráfico**



Fonte: APUD: GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Martins, 1949, p. 249-263.

Como nos mostra o gráfico acima, diante da certeza cada vez maior de que o tráfico estava com os dias contados, os traficantes incrementaram suas transações e, em razão disso, cinquenta mil escravos, em média, entravam a cada ano nos portos brasileiros entre os anos de 1845 e 1850. Novamente, o que se viu foi a importação maciça de homens, mulheres e crianças africanas, abarrotando os mercados escravistas em todo o país<sup>229</sup>.

Foi então que os ingleses decidiram radicalizar as ações até então efetuadas, pondo em prática as ameaças de invasão aos portos brasileiros. Segundo Emília Viotti da Costa, a partir de então, os navios nacionais, com carga nacional, tripulação nacional e que se dedicavam à navegação costeira, eram apreendidos sem nenhuma consideração e enviados para Santa

<sup>228</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p.134; BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico...* Op. cit., p. 270.

<sup>229</sup> BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico...* op. cit., p. 270.

Helena, mesmo que não fossem encontrados sinais evidentes de traficância de escravos. De 1849 a 1851 foram tomadas, condenadas e destruídas pelo cruzeiro inglês, na forma do citado Bill, 90 embarcações suspeitas de tráfico<sup>230</sup>.

A partir desse momento, segundo Robert Conrad, os traficantes de escravos foram completamente humilhados pelas incursões britânicas nos portos do Império e a captura e a destruição de navios negreiros brasileiros até mesmo em águas territoriais nacionais. Enfrentando ameaças à navegação legal do Império, com conflitos militares e mesmo um bloqueio nos portos brasileiros, o governo do Império foi obrigado, em julho de 1850, a ceder ante as exigências britânicas, em troca da promessa de se suspenderem os ataques navais<sup>231</sup>.

Após duas décadas de vistas grossas e de tácita solidariedade aos traficantes de escravos e com um mercado relativamente abastecido, o clima de tensão internacional e certa comoção interna levaram, finalmente, a alguma ação do governo brasileiro.

A aprovação da lei Eusébio de Queiroz, em 1850, finalmente viria a encerrar um comércio que durou mais de três séculos e que foi responsável pelo transporte de cerca de 3,6 milhões de africanos para o Brasil. Concebida de modo a dotar o estado imperial de meios para executar a lei de 7 de novembro de 1831, a nova lei declarava em seu artigo 1º que:

*As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela lei de 7 de novembro de 1831, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos<sup>232</sup>.*

Contudo, a lei também trazia inovações. A mais importante delas talvez tenha sido o fato de o tráfico ter sido juridicamente equiparado à pirataria e os traficantes terem sido colocados sob jurisdição de um tribunal especial, a cargo da Marinha, ficando sujeitos à pena de prisão e pagamento de despesas de reexportação dos africanos eventualmente embarcados de volta à África. Alguns até foram expulsos do Brasil. Os senhores de escravos que

---

<sup>230</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia...* Op. cit., p. 82.

<sup>231</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura...* Op. cit., p. 34.

<sup>232</sup> *Coleção das Leis do Império do Brasil (1852)*. “Lei Eusébio de Queiroz”, nº 581, de 4 de setembro de 1850, Tomo II, parte I, p. 203-205. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852.

comprassem africanos, entretanto, passariam a ser julgados em outra categoria penal, a justiça comum<sup>233</sup>.

Segundo Jaime Rodrigues, a separação dos interesses senhoriais e dos traficantes é um dado importante para entendermos a eficácia dessa lei, quando comparada à de 1831, e ajuda a explicar a necessidade de uma segunda determinação legal proibindo o tráfico<sup>234</sup>. Ou seja, ao isentar os proprietários do crime de contrabando e pirataria, a nova lei isolava os traficantes como os principais responsáveis pelo comércio ilícito, bem como legava aos mesmos todos os riscos da transação. De fato, sem apoio legal e moral, a imagem dos contrabandistas mudou substancialmente após 1850.

A intervenção inglesa (externa), apontada, sobretudo por Leslie Bethell, como o principal fator de contenção do tráfico de africanos para o Brasil, tem sido muitas vezes questionada pela historiografia que chama a atenção para a presença de outros fatores, notadamente aqueles ligados aos acontecimentos internos, como causas importantes no referido processo.

Destaca-se que o próprio Bethell aponta alguns desses fatores em sua obra, como a preocupação do governo com as proporções que o tráfico negreiro alcançara nos primeiros anos da década de 1830 e também em fins dos anos 1840. Segundo ele, tais importações maciças “constituíam uma ameaça para os interesses econômicos – a longo termo – do país, para o seu equilíbrio racial e sua estabilidade interna – além de encorajar o desprezo geral pelas leis”<sup>235</sup>.

Sidney Chalhoub, por exemplo, embora não negue que as pressões britânicas foram decisivas para que o governo brasileiro tivesse a vontade política de dar fim ao tráfico, faz questão de ressaltar o temor que as autoridades policiais e políticas da Corte sentiram diante da alta concentração de africanos no seio da população escrava fluminense<sup>236</sup>.

O historiador americano Dale Graden defende que a resistência dos escravos e os temores que geravam na classe dos senhores foram fatores muito importantes na rápida mudança da maré política para uma posição favorável à extinção do tráfico. Aliadas às fortes epidemias que assolaram as principais cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro e Salvador,

---

<sup>233</sup> Conforme o parágrafo 3º: “São autores do crime de importação de escravos, ou de tentativa dessa importação, o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação e o sobrecarga. São cúmplices a equipagem e os que coadunarem o desembarque de escravos no território brasileiro ou que concorrerem para os ocultar ao conhecimento da autoridade, ou para subtrair à apreensão no mar, ou em ato de desembarque, sendo perseguidos.” Ver *Coleção das Leis do Império do Brasil...* Op. cit.

<sup>234</sup> RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio...* Op. cit., p.118.

<sup>235</sup> BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico...* Op. cit., p. 78 e 259.

<sup>236</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 186-198.

entre 1848 e 1855, as ações dos escravos - dentre as quais a revolta dos Malês foi a mais expressiva - impuseram às elites um constante medo de sublevações da ordem, levando finalmente que estas adotassem uma postura firme na repressão aos traficantes. Segundo Graden, a resistência dos escravos prosseguiu em todo o império entre 1851 e 1855, impedindo que o tráfico recrudescesse<sup>237</sup>.

Outro autor que também reforça o peso dos “fatores internos” na supressão do “infame comércio” é Jaime Rodrigues. Questionando o fim do tráfico como parte integrante de um projeto consensual de abolição gradual da escravatura no Brasil, Rodrigues procura evidenciar a diversidade das propostas elaboradas pelos parlamentares brasileiros, com vistas a resolver esta importante questão, e defende que a ideia de abolição definitiva do tráfico ocorreu não em função de um plano premeditado pelas elites, mas porque diversas motivações concorreram para a sua efetivação, tais como a maior coesão das parcelas da elite política; o esgotamento do projeto de construção do mercado de mão de obra, baseado exclusivamente no escravo como alicerce da produção; o vínculo estreito entre “corrupção dos costumes” e escravidão; a manutenção do direito sobre a propriedade existente; a pressão inglesa e a necessidade de garantir a soberania perante ela<sup>238</sup>.

Por detrás das pressões britânicas, estava a consciência da forte dependência do escravismo brasileiro em relação à importação de africanos. Sem esta, a escravidão com força preponderante de trabalho no Brasil estaria com os seus dias contados. Segundo o próprio Bethell, “o corte no fornecimento farto de escravos baratos, oriundos da África, iria produzir uma séria falta de braços no Brasil e desferir grande golpe no sistema escravista”; já para Robert Conrad, “não era segredo, por exemplo, que a baixa taxa de natalidade e a alta mortalidade entre os escravos tornavam difíceis a manutenção ou expansão da força de trabalho de uma plantagem sem o acesso a fontes estrangeiras”<sup>239</sup>.

### **3.2 Historiografia e o debate sobre a legislação de terras.**

A mudança de atitude com relação à questão da terra foi de que esta passava de um período no qual era concebida como domínio da Coroa, doada principalmente como serviços

---

<sup>237</sup> SILVA, Ricardo. Opt cit. apud\_ Dale T. Graden. “Uma lei... até de segurança pública”: resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil (1835-1856)”. *Estudos afro-asiáticos* (30), 1996, p. 113- 149; *From slavery to freedom in Brazil. Bahia, 1835-1900*. Albuquerque: University of New Jersey Press, 2006. p. 17-49.

<sup>238</sup> RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio...* Op. cit., p.118.

<sup>239</sup> BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico...* Op. cit., p. 354; Conrad, Robert. *Tumbeiros...* Op. cit., p. 189.

prestados ao rei, para um novo momento em que a terra se tornou de domínio público, acessível apenas àqueles que poderiam explorá-la lucrativamente, representando uma valiosa mercadoria<sup>240</sup>.

A Lei de Terras decretada no Brasil em 1850 proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e doações da Coroa. Tanto os que obtiveram propriedades ilegalmente, por meio da ocupação, nos anos precedentes à lei, quanto os que receberam doações mas nunca preencheram as exigências para a legitimação de suas propriedades, puderam registrá-las e validar seus títulos após demarcarem seus limites e pagarem as taxas – isso se tivessem realmente ocupado e explorado a terra.

Como indicação da Lei, a única maneira de se adquirir terra era comprando-a do governo, o qual atuaria como mediador entre o domínio público e o provável proprietário. A relação pessoal que anteriormente existia entre o rei e o pretendente transformou-se numa relação impessoal entre o Estado e o pretendente. Em vez de ser uma dádiva pessoal concedida pelo rei segundo as qualidades pessoais do indivíduo, a terra podia ser obtida por qualquer pessoa com capital suficiente.

Ao analisar a política de terras no Brasil, Emília da Costa Viotti demonstrou que, até a metade do século XIX, a propriedade da terra conferia prestígio social, pois implicava o reconhecimento pela Coroa dos méritos do beneficiário. Já a partir metade seguinte, a propriedade da terra representa prestígio social porque implica poder econômico<sup>241</sup>.

Durante esse processo de mudança, a autora apresenta algumas oposições teóricas, que, segundo ela, foram frequentemente obscurecidas pela realidade concreta; coexistiram atitudes contraditórias ante a terra e o trabalho. A terra, por exemplo, era concedida àqueles que serviam à Coroa, mas, ao mesmo tempo, a Coroa exigia que ela fosse doada somente àqueles que tinham capital para explorá-la. Durante o período colonial, a propriedade rural significava prestígio social, mas também poder econômico; mais tarde, no século XIX, a terra passou a significar, essencialmente, poder econômico - poder econômico este que, no entanto, poderia eventualmente trazer prestígio social.

A origem da política de terras no Brasil remete à política de doação de terras vigente em Portugal, que surgiu nos fins do século XIV visando solucionar o problema de abastecimento do país. O objetivo da legislação era o de não permitir que as terras permanecessem incultas, impondo a obrigatoriedade do aproveitamento do solo.

---

<sup>240</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 171.

<sup>241</sup> Ibidem, p. 172.

Na colônia brasileira, a intenção da legislação também foi a de promover o cultivo das terras, e se relacionou à necessidade de colonizar o novo mundo descoberto. Assim, a implementação do sistema de sesmarias significou, portanto, que cabia à Coroa Portuguesa doar terras aos pleiteantes, contanto que estes estivessem em condições de cumprir com a exigência do cultivo<sup>242</sup>.

Em 1548, Tomé de Souza declarava que as terras recebidas da Coroa para a construção de engenhos de açúcar podia ser doada a qualquer pessoa que pudesse ter recursos para explorá-la e construir fortificações. Contudo, algum tempo depois, esse ponto foi alterado mediante claras intenções da Coroa em evitar as concentrações de terra nas mãos de poucos, para impedir a criação na colônia de uma nova ordem feudal. As terras não poderiam mais ser doadas indiscriminadamente para qualquer pessoa que pudesse utilizá-la, limitando-se a um lote por pessoa<sup>243</sup>.

Por maior que fossem muitas as tentativas da Coroa em regularizar o sistema de sesmarias, principalmente a partir das últimas décadas do século XVII, restringindo, por exemplo, a extensão máxima das áreas a serem concedidas por sesmarias, foram em vão. As disposições acerca da obrigatoriedade do cultivo, um dos principais itens da Carta Régia de 1695, foram também inócuas. Da mesma forma, os esforços sobre a fixação dos limites, ou seja, a demarcação das datas concedidas também não pôde deter, à revelia da lei, o processo de expansão territorial praticado pelos fazendeiros e por uma ampla camada de posseiros<sup>244</sup>.

Em virtude de não ser toda a terra utilizada para fins comerciais, o proprietário podia manter um certo número de arrendatários e meeiros, que moravam nas áreas menos férteis de sua propriedade, dedicando-se à economia de subsistência, caçando, pescando e eventualmente trabalhando na *plantation*. O costume de permitir que arrendatários e meeiros morassem nas fazendas criou uma rede de relações pessoais nas quais o proprietário funcionava como mediador entre os arrendatários, os meeiros e a Coroa, com a propriedade da terra sendo a base de seu poder<sup>245</sup>.

O poder que o proprietário tinha sobre seus escravos e sobre os homens livres que viviam na periferia da grande fazenda era o que lhe conferia prestígio social. Assim, apesar de ser o lucro o motivo principal da economia, o controle sobre os homens e sobre a terra era mais importante para definir o status social do proprietário do que a acumulação de capital.

---

<sup>242</sup> MOTTA, Márcia Mendes. Nas fronteiras do poder: conflito de Terra e direito agrário no Brasil demeados do século XIX. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1996. p.157.

<sup>243</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op. cit. p. 119.

<sup>244</sup> MOTTA, Márcia Mendes. Op. cit. p. 158.

<sup>245</sup> Ibidem, p. 174.

Desse modo, durante o período colonial, a terra podia ser adquirida tanto por meio da ocupação como por doação real. Os proprietários de engenho, os fazendeiros e todos os outros envolvidos na economia comercial estavam interessados em adquirir direitos sobre a terra e, geralmente, recorriam às doações. Ainda que fosse uma prática bastante comum de sesmeiros ocuparem grandes extensões de terras através do apossamento das terras litiformes a suas sesmarias, ou mesmo de outras áreas, distantes espacialmente das suas concessões – o que, em muitas ocasiões, acabava por confundir sesmeiros e posseiros numa única pessoa<sup>246</sup>.

À revelia do então estabelecido em lei, o processo de apossamento corroía o que restava do sistema de sesmarias, tornando-se uma prática recorrente nos diversos processos de interiorização do território. Mais típica do colono, com um menor acesso a capital e prestígio social, capaz de solicitar à Coroa pedidos de sesmarias, a ocupação permitia a esses indivíduos a construção de engenhos e participação na economia comercial. Como consequência, grandes extensões de terras se tornaram acessíveis àqueles que não tinham condições de participar da economia comercial, permitindo-lhes sobreviver no âmbito da economia de subsistência<sup>247</sup>.

Esse sistema de relações sociais que emergiu do poder dos grandes proprietários rurais sobre os homens livres e os escravos e a importância da economia de subsistência explicam a sobrevivência das concepções tradicionais da terra<sup>248</sup>.

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808 trouxe consigo um esforço da Coroa em retomar a condução da política de terras, buscando, sobretudo, “remediar o abuso de se confirmarem as Sesmarias sem proceder a necessária mediação, contrárias aos decretos de 1753”<sup>249</sup>.

Já em 1821, José Bonifácio elaborou uma série de propostas – ainda que não tivessem sido levadas adiante –, uma vez que considerava fundamental uma nova legislação sobre a sesmaria. Afirmava que as terras concedidas por sesmaria, mas não cultivadas, deveriam retornar ao patrimônio nacional, deixando-se aos donos meia légua quadrada, quando muito, sob a condição de logo cultivá-las. Defendia também a regularização das terras adquiridas por posse, argumentando que seus donos deveriam perdê-las caso não as cultivassem dentro de um prazo fixo determinado. Além disso, incluía uma política de venda de terras e a proibição de novas doações, a não ser em casos específicos. Tratava-se de um projeto de intervenção

---

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 161.

<sup>247</sup> *Ibidem*, p. 161.

<sup>248</sup> *Ibidem*, p. 175.

<sup>249</sup> Alvará de 25 de janeiro de 1809. Ordenações Filipinas, Livro IV, Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, s/d. p. 1028.

pública na distribuição de terras e, portanto, limitava o poder dos senhores e possuidores de terras, que estariam submetidos aos interesses mais gerais da Coroa<sup>250</sup>.

A suspensão de concessões de Sesmarias, em 17 de julho de 1822, durante a regência de D. Pedro, visava atender aos interesses daqueles que de fato se preocupavam com o cultivo da terra para a efetivação da ocupação, em detrimento da importância do título de concessão. O fim do sistema de Sesmarias consagrou, na prática, a importância social da figura do posseiro, pois a resolução o reconhecia como parte integrante no desenvolvimento da agricultura.

A partir da independência, quando a doação de lotes, característica da política de terras coloniais, foi abolida até 1850, tendo sido decretada a Lei de Terras, a ocupação tornou-se a única forma de obter terra, à exceção de compra ou herança. Assim, as “posses”, resultantes da ocupação, aumentaram de forma incontrolável, e os posseiros acumularam grandes extensões de terra. Apesar dessas propriedades não possuírem estatuto legal, elas eram compradas, vendidas e avaliadas à vontade. A cada ano, novas áreas foram ocupadas pelos fazendeiros de café, que sentiam agudamente a necessidade de legalizar a propriedade da terra e de obter cada vez mais força de trabalho.

Na tentativa de rever as formas de acesso à terra, a Lei de Terras de 1850 expressou os interesses desses grupos e representou uma tentativa de regularizar a propriedade rural e o fornecimento de trabalho, de acordo com as novas necessidades e possibilidades da época<sup>251</sup>. Como já mencionamos, toda terra que não estivesse apropriadamente utilizada ou ocupada deveria voltar ao Estado como terras públicas. Essas terras seriam vendidas por um preço suficientemente alto para dificultar a compra de terras pelos recém-chegados. Com o dinheiro acumulado pela venda das terras, o governo poderia subsidiar a imigração, trazendo europeus para o Brasil para substituir os escravos nas fazendas<sup>252</sup>.

Emilia Viotti, ao analisar os discursos em torno do projeto de lei de Terras, apresentou duas perspectivas bastante diferentes uma da outra, discutindo não só a respeito da legislação da terra, mas também da relação desta com a questão da mão de obra. Assim, aqueles que falavam a favor do projeto insistiam, em primeiro lugar, que o sistema tradicional de ocupação e “posse” do solo, bastante comum durante praticamente toda a primeira metade do século XIX, permitia que os imigrantes<sup>253</sup> comprassem terras a preços baixos, o que seria algo mau

---

<sup>250</sup> GADELHA, Regina Marta d'Aquino Fonseca. A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. R. História, São Paulo. 120, jan/jul. 1989. Pp. 153-162.

<sup>251</sup> COSTA, Emília Viotti. Op. cit. p.176.

<sup>252</sup> Ibidem, Pp. 177.

<sup>253</sup> Nesse caso, a autora trata daqueles indivíduos que teriam vindo de outros países como uma alternativa à substituição do trabalho escravo nas lavouras de café, garantindo, assim, que o fim do tráfico não interrompesse com os ciclos de trabalhos.

para o proprietário rural. Além disso, defendiam que a venda a alto preço das terras públicas forneceria fundos para o governo fomentar a colonização<sup>254</sup>. A lei também colocaria um fim em outro “vício” que corrompia a economia e a sociedade: qual seja, o grande número de arrendatários que moravam na periferia das grandes fazendas à custa do proprietário.

Todos os defensores do projeto insistiam que, subjacente a esses argumentos particulares, estava o fato de que a lei criaria condições para que o fazendeiro obtivesse trabalho livre para substituir os escravos, cujo fornecimento estava ameaçado pela iminente interrupção do tráfico negreiro.

Para a autora, ficava claro que o grupo que defendia a nova política de terras tinha também como um de seus objetivos resolver problema da força de trabalho. Mesmo que a maioria dos produtores/proprietários de terras ainda acreditassem que a escravidão era a melhor forma de trabalho numa sociedade de *plantations*, eram pessimistas quanto à possibilidade de substituir escravos por imigrantes livres.

Do outro lado do debate, para os opositores da lei, o governo não era visto como um proprietário, mas como um representante do povo, de quem derivava seu poder para controlar a terra e o trabalho. De acordo com as modernas ideias de lucro e produtividade, os legisladores procuraram forçar o proprietário rural a usar a terra de uma maneira mais racional. Além disso, consideravam um absurdo dificultar o acesso à terra num país onde a maioria da terra ainda devia ser ocupada.

Alguns deles recomendaram a adoção de uma política oposta: doação de terra para imigrantes como um meio de atraí-los<sup>255</sup>. Suas perspectivas em relação ao problema da imigração diferiam das perspectivas dos defensores do projeto. Para os oponentes, a questão não era suprir os fazendeiros de trabalho, mas colonizar o país. Conscientes da necessidade de um novo tipo de trabalho para substituir o escravo, eles viam os imigrantes como agentes da civilização, capazes de se tornarem proprietários rurais em vez de trabalharem nas fazendas, o que, de acordo com o projeto, conforme era compreendido, parecia obstruir justamente esse processo.

Diferente das preposições intencionais da Lei de Terras, as questões práticas divergiram bastante daquilo que foi discutido e pensado ao ser aplicado. A partir da aprovação da lei, criou-se a Repartição Geral das Terras Públicas, órgão responsável por dirigir a medição,

---

<sup>254</sup> COSTA, Emília Viotti. Op. cit. p. 178.

<sup>255</sup> Idem, p. 179.

dividir e descrever as terras devolutas e prover sua conservação, bem como dar conta das inúmeras situações relacionadas à ocupação das terras<sup>256</sup>.

Tais registros, chamados de Registro Paroquiais da Terra, tornaram-se obrigatórios para “todos os possuidores de terras”, qualquer que seja o título de sua propriedade ou posse. Cada declaração deveria ter duas cópias iguais, contendo “o nome do possuidor; a designação da Freguesia em que estão situadas; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão; e seus limites”<sup>257</sup>. Eram importantes e eficazes instrumentos para discriminar o domínio público do privado, uma vez que a lei havia sido feita para promover a colonização de uma “população laboriosa”<sup>258</sup>.

Além dos problemas referentes à existência de terrenos devolutos, havia a necessidade de acompanhar o processo de legitimação das posses e revalidações das sesmarias. O que acabou por gerar a crença de que a Repartição Geral de Terras Públicas teria sérias dificuldades em se firmar como o órgão responsável pela discriminação das terras públicas das particulares<sup>259</sup>.

Esse pessimismo quanto à execução da lei aumentava cada vez mais diante das inúmeras dificuldades em dar conta de situações tão variadas no país, além de uma escassez de recursos, que também seria apontado como outra das razões possíveis para o não cumprimento das exigências da regulamentação<sup>260</sup>. Aliadas a isso, as ações dos grandes fazendeiros, enquanto representantes políticos, não faziam nada além do que impedir a regularização da estrutura fundiária, que limitaria de alguma forma seus poderes<sup>261</sup>.

Dessa forma, o fracasso da proposta de reestruturação fundiária não era devido a uma única razão, nem tão pouco era decorrente da escassez de recursos e/ou do “veto dos Barões”. Não somente havia razões diversas e complementares entre si, como tais razões estavam intimamente ligadas à dinâmica de cada localidade.

Por utilizarmos os registros paroquiais de terras no avançar desse capítulo, fez-se necessário aproveitar a discussão em torno da criação da lei, bem como do debate em torno do projeto e dos principais pontos que impossibilitaram sua “efetiva aplicação prática”. Atentos a esses pontos, chamamos atenção para as formas como os Registros de Terras foram produzidos, e quais eram suas finalidades para o uso local.

---

<sup>256</sup> MOTTA, Márcia Mendes. Op. cit. p. 210.

<sup>257</sup> Idem, p. 211.

<sup>258</sup> Ibidem, p. 212.

<sup>259</sup> Ibidem, p. 213.

<sup>260</sup> Ibidem, p. 217.

<sup>261</sup> Ibidem, p. 221.

O primeiro ponto que Márcia Motta chama atenção sobre a produção desse documento é a necessidade de estarmos bastante atentos para as ambiguidades no próprio registro de terras<sup>262</sup>. Por se preocuparem em mostrar as terras efetivamente ocupadas e as devolutas, a primeira etapa da produção dessa fonte consistia em realizar o cadastro dos proprietários, e posteriormente a medição e a demarcação. Assim, os registros paroquiais inauguravam o processo de legitimação das posses e revalidação das sesmarias em situação de com isso, além de permitirem que todos os posseiros, independente da extensão, pudessem registrá-las.

Para Motta, seria bastante simplista afirmar que o registro “tinha pouco efeito prático para conferir a legitimidade pública às terras privadas”, uma vez que em determinados momentos o registro serviu como instrumento de poder. Nesse sentido, ele podia ser usado ou não para conferir legitimidade pública aos interesses dos proprietários de terra em cada região, dependendo da decisão de fazendeiros e lavradores de considerá-lo um eficaz instrumento na manutenção ou imposição de seus domínios sobre as terras de outrem ou sobre seus dependentes.

Expressando seus interesses no jogo das tensas relações de reciprocidade e dependência entre senhores de terras e/ou lavradores, registrar implicava dar um primeiro passo para conseguir a legitimação e/ou revalidação das próprias terras por terceiros. Assim sendo, muitas vezes a decisão pelo registro podia significar abrir brecha para o questionamento dos limites de sua terra, pelo simples fato de outrem, ao registrar suas terras, não reconhecê-lo como seu confrontante, ignorando a lei<sup>263</sup>.

A dúvida sobre registrar ou não a terra ocupada não era privilégio dos grandes fazendeiros. Para os lavradores, a decisão também implicava o reconhecimento dos confrontantes para a legitimação de sua terra. Se, por um lado, a Lei de Terras permitia que alguns libertos viessem a registrar terras ocupadas por posse ou recebidas por doação de seus respectivos senhores, por outro, a manutenção da posse e a expectativa de vê-la transformada em propriedade dependiam do reconhecimento dos confrontantes, na legitimação de sua terra e no sucesso de transformação do Registro Paroquial em prova de domínio. No entanto, os pequenos lavradores livres ou libertos pareciam encarar o Registro Paroquial como uma possibilidade de regularizar o seu acesso à terra e, enquanto puderam, aproveitaram-na<sup>264</sup>.

Era ainda mais difícil se o registro de terras deveria ou não ser utilizado como documento a ser apresentado nos processos de embargo. Assim, se a lei de terras viera para tão

---

<sup>262</sup> Ibidem, p. 234.

<sup>263</sup> Ibidem, pp. 236.

<sup>264</sup> Ibidem, pp. 243.

somente salvaguardar os interesses dos grandes fazendeiros, seria de se esperar que seus artigos e os próprios registros de terras dela oriundos aparecessem nos processos de embargo<sup>265</sup>.

Registrar ou não sua terra, contar ou não com o reconhecimento de seus confrontantes era, em suma, uma questão difícil e estava relacionada à existência ou não de uma teia de relações pessoais já consolidada, capaz de legitimar os limites territoriais declarados. Para alguns fazendeiros e lavradores, talvez tivesse sido mais fácil registrar a sua terra, vê-la reconhecida pelos seus vizinhos de divisa e, por conta disso, ser otimista em relação às consequências de tal ato. Para eles, os registros seriam o primeiro passo para a regularização de sua propriedade, tal como previa a Lei de Terras e seu regulamento. Para outros, o registro representava uma ameaça, uma possibilidade real de contestação, por outrem, dos limites de sua terra. Era preferível, então, registrá-la apenas no essencial, resumindo-se em declarar o lugar onde ela se encontrava e sua extensão. Para outros, ainda, era preferível nem sequer registrá-la, apostar no fracasso dos procedimentos legais e manter a posse de suas terras pela força de seu prestígio e poder ou das alianças que conseguissem tecer ou preservar<sup>266</sup>.

Havia ainda outros cujo desejo de registrar uma parcela de terra era impedido pelo poder de outrem. Neste caso, restavam-lhes questionar a extensão de suas terras ou da de terceiros, impor ou ao menos tentar impor a redefinição da extensão dos limites alegados e lutar pelo reconhecimento de um quinhão que afirmava pertencer-lhe. Para estes indivíduos, a luta poderia expressar-se também numa interpretação sobre o sentido da Lei de Terras, com significados estranhos àqueles defendidos pelos grandes fazendeiros<sup>267</sup>.

Dessa forma, é necessário que tratemos o registro paroquial não como um retrato da estrutura fundiária de cada região. Tampouco seus dados são meros reflexos de uma realidade estatística. É preciso considerá-lo como resultado de um processo bastante complexo<sup>268</sup>.

M. Yedda Linhares e F. Carlos Teixeira apontam que o tratamento técnico do registro é muito problemático. Ainda assim, muito dos historiadores optaram por quantificar os dados de uma região pesquisada, o que os levou a conclusões, se não invalidadas, muito pouco expressivas da dinâmica do acesso a terra<sup>269</sup>.

---

<sup>265</sup> MOTTA, Márcia Mendes. Op. cit. pp. 244.

<sup>266</sup> Idem, pp. 249.

<sup>267</sup> Ibidem, Pp. 250

<sup>268</sup> Ibidem, Pp. 224

<sup>269</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História da Agricultura Brasileira - Combates e Controvérsias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

Uma das principais questões acerca desse tipo de fonte e sua validade para a análise da estrutura fundiária é: todos os fazendeiros registravam suas terras? Por não estarem acostumados a seguir qualquer determinação legal, muitos dos senhores se negavam a seguir as determinações legais, só o fazendo quando considerassem ser importante o registro, para evitar casos de conflitos de terras. Assim, dada a existência dessas disputas legais em torno das terras, alguns até se inclinavam a registrar, mostrando-se mais dispostos a se submeterem às exigências do governo, na expectativa de que isso viesse a garantir o seu domínio, potencialmente ameaçado pela presença de invasores.

Mas como muitos outros não consideravam isso importante, talvez por entenderem que registrar a terra significava limitar seu poder, aumentam-se os questionamentos sobre as validades das conclusões dos historiadores, ao tentarem generalizar seus dados de uma determinada região.

Contudo, Hebe Mattos destaca que, mesmo diante de todos os problemas apresentados acerca dos registros paroquiais, ainda assim é possível utilizá-los para demonstrar certos processos de concentração fundiária, sendo possível encontrar as maiores fazendas do local em tela, a relação entre o número de fazendas e outras de apropriação, como sítios e chácaras<sup>270</sup>.

Além da questão do tamanho das propriedades, outra informação que pode ser percebida por essa fonte seria suas formas de aquisição. As diversas formas possíveis de obtenção de terras, seja pela “revalidação” da carta de Sesmaria, seja pela ocupação, mas também via herança ou mesmo compra, revelam uma estrutura bastante dinâmica<sup>271</sup>.

Portanto, é no sentido de observarmos um determinado momento da ocupação do solo da Vila de Lavras, o tamanho de suas propriedades e as variadas formas de obtenção, que pretendemos utilizar os mais de 500 registros de terras da Vila de Lavras, sem deixarmos de esquecer que os registros paroquiais não demonstram o modelo definitivo da estrutura fundiária da região, nem representam a totalidade da população que estava inserida na terra, mas que se mantiam às margens da lei.

### **3.3 Uma comprovação necessária: a perspectiva das fontes**

Apresentados alguns pontos a respeito do contexto histórico que permeou o debate e a criação dessas duas leis nacionais<sup>272</sup> em meados do século XIX, passamos agora a uma análise

---

<sup>270</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Pp. 128.

<sup>271</sup> Idem, Pp. 132.

<sup>272</sup> Lei Eusébio de Queiroz e Lei de Geral de Terras, ambas de 1850.

bem mais focada nos desdobramentos de ambas e suas possíveis repercussões para aquelas regiões voltadas à produção de gêneros alimentícios com distintos vínculos ao mercado.

Primeiramente, voltamos a chamar atenção para a intrínseca associação entre a questão do trabalho e da terra, e é a partir daí que começamos a analisar nosso objeto de estudo: a forma como os pequenos, médios e grandes proprietários rurais se comportaram, uma vez que a mão de obra não poderia mais ser obtida via África. Busca-se analisar como os então senhores de escravos vão responder a uma concorrência muito maior pelo trabalho cativo das zonas agroexportadoras – se é que chegou a haver tal tipo de concorrência – num momento onde a exigência pela terra cultivada passou a ser muito maior – logo, com a necessidade de mais trabalho.

Num primeiro momento, se seguirmos as linhas interpretativas de uma série de historiadores sociais, que buscaram compreender de forma bastante generalizante os aspectos demográficos, sobretudo da população cativa, partiríamos de uma interpretação bastante errônea. Se observássemos apenas as cifras demográficas das escravarias, teríamos aqui uma sociedade cuja produção econômica estaria em declínio, sendo incapaz de competir com a regiões agroexportadoras – sobretudo aquelas produtoras de café – na compra de escravos, e também por não conseguirem manter seus escravos afastados do tráfico intraprovincial/interprovincial.

Os altos valores atingidos pelos escravos nos anos seguintes ao fim do tráfico atlântico seriam apontados por muitos como o fator responsável por esse desequilíbrio na posse de mão de obra cativa, restrita às mãos de poucos fazendeiros voltados ao comércio internacional. É diante desse quadro, de ausência de trabalhos de caráter regional sobre o período pós fim do tráfico, que nosso estudo pretende ampliar - para muito além dessa localidade - as questões acerca da estrutura produtiva do Sudeste brasileiro durante o século XIX.

Ao trabalharmos com uma perspectiva de estudo de longo prazo, conseguimos apresentar alguns pontos que não puderam ser observados pelos estudos acima citados. Ao optarmos pela análise de quatro décadas, foi possível observar uma série de tendências, principalmente de ordem demográfica ou na questão da composição de riqueza, que remetem a uma continuidade iniciada ainda na primeira metade de século XIX.

São novos dados, como os que vamos apresentar, que contribuem para o avanço do entendimento não só do papel socioeconômico das minas oitocentistas, mas também que relativiza um suposto impacto do fim do tráfico de africanos, que afetaria a "toda" população cativa e livre do período.

Retomamos nossa análise dos inventários da vila de Lavras, agora para as décadas de 1850 e 1860 – correspondente a 98 inventários – a fim de compararmos com os dados do nosso capítulo anterior – 82 inventários – e tentarmos perceber quais foram as opções de investimentos mais recorrentes ao longo da segunda metade do século XIX.

O primeiro ponto que ressaltamos aqui é a permanência da alta concentração de renda de alguns poucos indivíduos, frente à riqueza total dos inventários. Bastante característico de momentos pré-capitalistas, tal concentração era marcante em áreas rurais e contribuía para um aprofundamento das diferenciações sociais e controle das possibilidades de acumulação de riqueza nas mãos de um pequeno grupo de pessoas.

Por estarmos mencionando as “continuidades”, significa aqui, que, as citadas leis de fim do tráfico e de terras tiveram um papel nas transformações do cotidiano dos habitantes dessa localidade, muito embora uma série de elementos se mantivessem inalterados. Uma das principais características dessa permanência, por exemplo, foi o sistema agropecuário escravista como o principal motor econômico da vila de Lavras. Para além das altas concentrações de riquezas fruto dessa estrutura econômica, o papel do escravo ainda se mantinha como primordial – ainda que a Lei Eusébio de Queirós começasse a dar sinais contrários ao uso da mão de obra escrava como única forma de trabalho – e o papel que as terras cultivadas passam a adquirir.

Os quadros apresentados a seguir foram montados com o intuito de nos ajudar na compreensão da evolução do sistema agrário lavrense. Assim sendo, optamos por manter, nas mesmas, os itens que já havíamos apresentados em dados anteriores, por consideramos como os mais importantes para este tipo de análise compreensão.

Tendo em vista o caráter extensivo da agricultura local nesse período, o investimento em escravos e terras aparecia sempre como os mais importantes em participação nas fortunas inventariadas, justamente por estarem diretamente ligados à própria manutenção do sistema agrário.

**Quadro 19: Principais ativos de riqueza, 1850 a 1860**

Ativos	1850-1858		1860-1868	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
<b>Imóveis</b>	9:864\$000	<b>2%</b>	34:663\$000	<b>2%</b>
<b>Terras</b>	159:805\$000	<b>32%</b>	558:227\$565	<b>38%</b>
<b>Dinheiro</b>	1:180\$000	<b>0%</b>	13:892\$000	<b>1%</b>
<b>Animais</b>	26:287\$000	<b>5%</b>	70:358\$000	<b>5%</b>

<b>Escravos</b>	247:6678\$000	<b>49%</b>	644:779\$000	<b>44%</b>
<b>Dívidas Ativas</b>	61:121\$000	<b>12%</b>	141:528\$000	<b>10%</b>
<b>Total</b>	505:935\$000	<b>100%</b>	1463:447\$565	<b>100%</b>

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1850-1868.

Comparar momentos distintos, num contexto tão “instável” de preços, principalmente com a alta do valor dos escravos pós 1850, torna nossa análise bastante delicada. Uma das metodologias para tentar diminuir as imprecisões dos valores dos nossos ativos seria a conversão para a Libra Esterlina, procedendo com a correção do valor da inflação do período. Contudo, por não estarmos trabalhando com as cifras de valores de cada tipo de investimento em riqueza, mas sim com suas porcentagens – ou seja, a participação desse tipo de ativo no montante de riqueza – optamos por manter os dados em Réis, e proceder com os comparações de suas porcentagens.

Ainda que não tenhamos optado pela transformação dos valores, é de fundamental importância termos em mente que preços de escravos e terras sofreram, sim, um aumento, sobretudo a partir da década de 60’, o que poderia significar que plantéis não mais tão numerosos pudessem ter valores muito superiores a posses de grandes senhores escravistas de momentos anteriores. Mesmo com essa incorreção, o papel do escravo como um importante tipo de ativo se mantinha como preferência de investimento, o que justificaria os valores de tamanha porcentagem.

Como já mencionamos, notamos primeiramente a preferência de investimentos entre escravos e terras como os dois principais componentes de riqueza. Para as duas décadas em questão, os investimentos em cativos correspondiam a 45% do total de riqueza, enquanto as terras ficavam com outros 36%. Somados, as duas categorias correspondiam a 81% do total de riqueza dos 98 inventários consultados, aproximando-se dos dados apresentados por João Fragoso, ao analisar os investimentos feitos por potentados agrários da região Fluminense. Mesmo que os dados do autor tenham sido usados para demonstrar a composição de fortunas dos grandes produtores rurais do Rio, encontramos a semelhança cujas fatias em terra e escravos correspondiam a 70% da riqueza desses produtores<sup>273</sup>.

Ainda que os valores em escravos representassem os principais investimentos de capital, nossos dados vêm demonstrar outro aspecto já levantado pela historiografia: uma certa

<sup>273</sup> FRAGOSO, João Luis R. Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Cap 5 e 6.

diminuição da atração desse tipo de investimento sobretudo a partir da década de 1860. A mudança de 49% do total de riqueza para 44% não pode ser pensada como um mero acaso, ainda mais quando os capitais em terras passam de 32% para 38%. A queda de 5% de escravos, com o aumento em 6% na participação de terras, confirma certos pontos levantados anteriormente, como o de que o fim do tráfico atlântico poderia abrir novas formas de investimentos e que, nesse caso, seria necessária uma política de valorização da terra. Trataremos melhor dessa questão mais adiante, quando compararmos os dados encontrados para a primeira e a segunda metade do século XIX.

Outra questão no que diz respeito aos valores dos escravos apresentados no quadro 19 é de que tem por base todos os escravos presentes nos inventários, sem distinção de origem, sexo ou idade, o que não nos permite perceber as variações ocorridas na composição dos plantéis. Adiante, quando analisarmos os dados referentes aos escravos, poderemos fazer essa análise de forma mais clara.

O terceiro componente de riqueza ficou a cargo das dívidas ativas, correspondendo a 10% do total das fortunas, seguida pelos investimentos em criações de animais com 5%, e bens imóveis com 2% – lembrando que se trata de casas urbanas, ou mesmo casa na própria fazenda, quando sua descrição vem separada do valor das terras e dos plantios. Por último, o valor do dinheiro em espécie ou objetos de metais de valor, não ultrapassando o montante de 1% das fortunas.

O fato de este último componente apresentar uma porcentagem tão baixa reforça a ideia do papel exclusivamente agrário e uma completa ausência no que se refere a outros tipos de investimentos, desvinculados do universo propriamente rural, como os ligados às ações e dívidas públicas – que foram inexistentes na nossa documentação. Assim, ao adentrar na segunda metade do século XIX com o mesmo padrão de comportamento das décadas anteriores, a vocação econômica lavrense se mantinha muito semelhante a outras regiões de produção agrárias, que pouco se utilizavam do mercado como instrumento de acumulação após a montagem de suas unidades produtivas, limitando-se praticamente a vender sua produção e comprar novos cativos.

Ao compararmos os dados da vila de Lavras com outras regiões, encontramos um padrão de investimento muito semelhante, ainda que o principal setor econômico fosse diferente. Os municípios cafeeiros do interior paulista, já com seu setor produtivo voltado para atender o mercado internacional, apresentam porcentagens semelhantes às nossas. Em Ribeirão Preto, para a década de 60 do século XIX, Luciana Lopez encontrou a quase totalidade das riquezas inventariadas em Escravos – 40%, Imóveis – 47% e Dívidas Ativas –

12%. Os animais, ainda que em porcentagem bem mais baixa que aquelas, 2%, também serviam como alternativa de investimento em virtude da diminuição da participação dos escravos nas décadas seguintes, o que, segundo a autora, foi fruto do movimento e da pressão dos abolicionistas<sup>274</sup>.

Já para a região de Franca, cuja economia era baseada na criação de gado, Oliveira encontrou o patrimônio concentrado em escravos e bens imóveis e semoventes. O total imobilizado em escravos foi 37,1%, em bens imóveis 33,0% e em semoventes 13,7%. As dívidas ativas responderam por 10,2%<sup>275</sup>.

Outra forma de analisar a composição de riqueza do período posterior a 1850 foi observando como os diferentes tipos de proprietários – pequenos, médios e grandes – optavam por alocar seus investimentos. Seguimos a definição, proposta no capítulo anterior, de categorias de proprietários conforme o tamanho de seus plantéis, para demonstrar como suas fortunas foram compostas nos 98 inventários consultados.

**Quadro 20: Distribuição de riqueza por categorias de plantel 1850 a 1868**

Tipo de Unidade Produtiva	S/E*	1-5	6-10	11-20	21-40	+40	TOTAL em %
Casas	5%	2%	4%	3%	2%	1%	2%
Terras	11%	22%	28%	23%	47%	43%	36%
Dinheiro	1%	1%	2%	1%	1%	0%	3%
Animais	2%	6%	5%	4%	3%	6%	4%
Escravos	0%	65%	51%	55%	36%	46%	45%
Dívidas Ativas	81%	4%	10%	14%	11%	4%	10%
Monte-Mor	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1850-1868.

\*S/E: Sem escravos

<sup>274</sup> LOPES, Luciana Suarez. Um estudo sobre a composição da riqueza em Ribeirão Preto com base nos inventários *post-mortem* (1866-1888). Anais do XIII ANPUH-MG. 2012. Pp8-12.

<sup>275</sup> OLIVEIRA, L. L. de O. *Economia e História. Franca – século XIX*. Franca: UNESP, 1997. p. 47.

Novamente, o primeiro ponto a ser destacado é o papel de escravos e terras. Contudo, o quadro 20 nos mostra como os indivíduos de cada categoria optavam por priorizar seus ativos na forma de maximizarem os ganhos. Sobre o primeiro grupo, foram registrados oito inventários que não possuíam escravos arrolados. Para estes, ainda que em valores muito pequenos, as dívidas apresentaram as maiores participações, visto que, na ausência de escravos como fator de distinção social, possuir alguma obrigação poderia ser uma alternativa para a inserção desses indivíduos nessa tão hierarquizada sociedade.

Para nosso maior grupo inventariado, os 39 indivíduos que registraram as posses de 1 a 5 escravos, tiveram nesse ativo seu maior componente de riqueza, com expressivos 65% do valor total das fortunas. Essa opção acaba por não soar estranha, já que, para aqueles com poucos capitais, seria de extrema importância priorizar seus investimentos em mão de obra, ainda que os valores dos escravos tenham se elevado bastante pós fim do tráfico. Além dos cativos, a terra já passa a ter um papel mais expressivo na fortuna, mostrando haver certa valorização desse tipo de bem.

Seguindo o mesmo ritmo dos pequenos, os 12 proprietários com posses de 6 a 10 escravos, bem como os outros 23 cujos plantéis eram superiores a 10 e até 20 cativos, possuíam como principal ativo os escravos e, secundariamente, as terras. Vale ressaltar ainda o papel das dívidas, animais e bens domésticos, uma vez que mesmo não apresentando altas cifras, passaram a estar presentes e demonstram as pequenas alternativas de investimentos em um universo marcado pelas atividades agrárias.

Por último, se analisarmos as categorias com mais de 20 escravos, nesse caso 10 proprietários, juntamente aos 6 indivíduos com plantéis acima dos 40 cativos, percebemos que apenas essas não possuíam investimentos superiores a 50% em algum tipo de específico. A opção em escravos continua bastante marcante, mas as porcentagens de 36% e 46%, para os respectivos grupos, passam a demonstrar o importante papel adquirido pela posse das terras cujos montantes giram em torno de 47% e 43%. Esses dados demonstram mais uma vez o forte apego ao sistema agrário; mesmo que esse grupo tente “dinamizar” seus investimentos para além da posse de escravos, a opção pela terra deixa evidente o apreço pela ligação com o meio rural e suas poucas tentativas de se arriscarem na esfera comercial.

Essa afirmação ganha ainda mais força quando observamos que o que tende a ser a categoria de maior prestígio social – aquela de grandes proprietários de escravos e terras – foi também uma das que menos “cedeu” capitais para empréstimos. Os baixíssimos 4% de

fortunas alocadas em dívidas ativas demonstram que esse grupo pouco procurou que essas dívidas servissem para ampliar suas fortunas.

Ao estudar as estruturas socioeconômicas de Magé, Antonio Carlos Jucá identificou um perfil bastante semelhante ao nosso. Hierarquizados em três grupos pelo autor, a sociedade mageense operava em duas lógicas distintas: a primeira como uma empresa escravista mercantil e a segunda de sociedade camponesa, contando apenas, ou principalmente, com seu próprio trabalho para sobreviver.

O grupo de empreendimento agrário escravista, no qual se encontravam os grandes proprietários de terras e escravos, controlavam a maior parte da riqueza inventariada<sup>276</sup>.

A camada de riquezas “médias”, para o autor, era composta por um setor da população que possuía uma parte considerável das fortunas do período, mas que, ao mesmo tempo, não dominava todos os mecanismos de controle e reprodução do sistema agrário como o grupo dos mais ricos. Jucá demonstrou como o perfil de investimento desse grupo era bastante semelhante ao dos grandes proprietários, investindo, sobretudo, em escravos e terras, mas que também exerciam um importante papel ao possuírem significativos investimentos em dívidas ativas. Isso tende a indicar que se tratava de um grupo que buscava ascender socialmente através do uso dos mecanismos de mercado.

Esse perfil de Magé é muito semelhante ao dos nossos senhores de escravos com posses superiores a 6 escravos, sobretudo no grupo cujos plantéis ultrapassam os 20 cativos, uma vez que, mesmo registrando escravos/terras como principais investimentos, foi o grupo – com exceção daqueles que não possuíam escravos – que registrou valores superiores a 10% do total de suas riquezas em dívidas ativas.

O terceiro setor social de Magé seria formado pelos os representantes da pobreza<sup>277</sup> local. Seriam os muitos infortunados que controlavam tão somente uma pequena parcela da riqueza total. A sua principal característica é, sem dúvida, a carência. É o grupo que menos investe em terras, animais, edificações ou escravos. Para aqueles que não dispunham de capital para investimentos, o arrendamento podia tornar-se não o melhor, mas o único meio de acesso a terras. Mesmo assim, esse grupo vai seguir o padrão ditado pela elite local, e também concentrará os seus investimentos em bens de raiz e em escravos. A falta de capital, contudo, não deixará de cobrar seu alto preço. A consequência é que o setor mais pobre dos

---

<sup>276</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimennto (1850 – 1888) Dissertação de Mestrado. UFF, 1994. p. 61.

<sup>277</sup> A questão da “pobreza” foi apresentada por Jucá. Uma vez que entendemos que mesmo aqueles com posses de escravos ou alguns tipos de bens inventariados já possuíam muito mais recursos do que a maior parte da população, esta sim, poderia ser caracterizada como “pobreza da terra”.

inventariados apresenta um grau de endividamento bastante elevado, correspondendo a praticamente a metade de todas as dívidas levantadas, e comprometendo quase 40% de sua fortuna total, um índice sem dúvida elevado, e que aponta para um empobrecimento ainda maior deste grupo em longo prazo<sup>278</sup>.

O inventário de Manoel Antonio da Silveria, datado de 1856 na vila de Lavras, reforça o argumento de pontos semelhantes no setor social entre aquelas localidades que tinham a produção de alimento como principal motor econômico. Com seus 3 filhos, o Sr. Manoel não possuía terras próprias e era arrendatário de parte do campo da Fazenda dos Barbosas. Nesse pequeno espaço a que tinha direito, criava com seus dois escravos algumas cabeças de porcos e mantinha uma pequena plantação de feijão e arroz. A própria situação de arrendatário já predispunha uma série de obrigações sociais para com o senhor Antonio Joaquim Vilella, proprietário da dita fazenda. Mas além dessas, suas muitas dívidas, com variados credores, demonstram seu papel de dependente<sup>279</sup>.

Se, por um lado, os dados da vila de Lavras e Magé apresentam certas semelhanças, por outro, comparados à região de Lorena, no interior paulista, vemos o quão diferente ficam os valores. Renato Marcondes não optou por realizar suas análises de participação dos diversos ativos na totalidade do patrimônio bruto por faixa de tamanho de plantel, mas sim pelo tamanho de fortunas. Ainda que haja essa diferença no trato dos dados, ao propor suas separações entre indivíduos com rendas baixas, médias e grandes, abre-se a possibilidade de uso de tais números como demonstrativos diferenciadores<sup>280</sup>.

As distribuições dos ativos nas fortunas daqueles considerados com pouca renda tiveram seus valores mais elevados em imóveis, com 37,2%, seguidos por escravos, com 27,8%, que juntos correspondiam por 65% do total avaliado. Animais, residência e dívidas ativas registram 4%, 5% e 4%, respectivamente<sup>281</sup>. Se comparados aos nossos dados, os indivíduos de mais baixa renda, considerando-se aqueles com menor plantel escravista, tiveram em escravos e terras quase a totalidade de suas posses, ainda que em Lorena esses dois elementos representassem as maiores somas de investimentos, seus valores foram bastante abaixo em relação aos nossos.

Semelhante aos dados para os indivíduos mais pobres, aqueles com fortunas medianas no interior paulista também tenderam a investir em escravos e terras, com 33% em ambos os

---

<sup>278</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>279</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Manoel Antonio da Silveria, cx. nº 122. (1856).

<sup>280</sup> MARCONDES, Renato Leite. A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: Stiliano, 1988. Pp. 172.

<sup>281</sup> Idem, p. 174.

ativos e 9,5% em dívidas. E, da mesma forma como no grupo anterior, para uma região de produção de alimento voltado para atender o mercado e o autoconsumo, as cifras nesses dois ativos foram muito superiores.

A diferença mais marcante diz respeito àqueles indivíduos com maiores fortunas. Seus 11,3% em imóveis e 10,6% em escravos mostram o quão pouco essa elite local se destinava aos investimentos rurais, e, em contrapartida, direcionava-se aos vínculos com o mercado, o que pode ser demonstrado com 72,4% das fortunas destinadas a empréstimos e financiamentos. Enquanto nos dados de Lavras, as dívidas foram os já mencionados 4% e terras e escravos, 43% e 46%, respectivamente.

Na tentativa de aprofundarmos a análise a respeito das riquezas inventariadas em uma sociedade produtora de alimentos, entendemos que é necessário observar o quão dominante cada grupo social detém de cada ativo apresentado. Com isso, temos a possibilidade de cruzar os dados obtidos no quadro 21, abaixo, com os dados apresentados anteriormente no quadro 20.

**Quadro 21: Participação dos proprietários em cada tipo de ativo**

Ativos	Pequenos Ate 5	Médios 6 a 20	Grandes +20	% total do ativo em relação aos demais	Total
Casas	11%	36%	53%	<b>2%</b>	100%
Terras	5%	20%	75%	<b>37%</b>	100%
Dinheiro	15%	40%	45%	<b>1%</b>	100%
Animais	10%	32%	58%	<b>5%</b>	100%
Escravos	10%	38%	52%	<b>45%</b>	100%
Dívidas Ativas	19%	36%	45%	<b>10%</b>	100%
Total	9%	30%	61%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1850-1868.

Apresentando os valores em porcentagem, e acoplando os diferentes tipos de proprietários pelo tamanho de seus plantéis em pequenos, médios e grandes, podemos perceber qual era a participação de cada grupo nos vários tipos de posse das riquezas.

O que não parece ser nenhuma surpresa é a demonstração de que o grupo considerado de grandes proprietários domina em valor todos os tipos de riqueza inventariadas. Seus investimentos só não são maiores do que 50% nas posses de dinheiro e dívidas, com 45% em cada uma, mas que, por outro lado, praticamente dominam todos os investimentos em terras com 75%.

O que nos chama muita atenção é o valor desempenhado pelas dívidas ativas no grupo dos maiores proprietários. Quando analisamos somente os valores da composição de riqueza dentro de cada grupo, observamos somente uma pequena parcela das riquezas destinadas a empréstimos, num universo onde as preferências de investimentos estavam exclusivamente em escravo/terras. Analisando a parcela de cada grupo investido nas dívidas ativas, os dados demonstram que o empréstimo, mesmo tendo pouca participação no universo dos grandes proprietários – somente 4% –, eles ainda representavam o grupo com maiores valores destinados a concessões, com 45% do total alocado nas dívidas.

O segundo grupo, cujas posses de escravos variam entre 6 a 20 cativos, tinham posses de valores bastante expressivos, com porcentagens médias na casa dos 30%. Dinheiro acabou sendo o ativo com a maior participação desse grupo, com 40%; contudo, ao olharmos atentamente para os valores totais que representam a importância da posse em dinheiro – somente 1% – tornam esses 40% quase inexpressivo. O mesmo ocorre com os 36% de investimentos no bem casa, cujo valor total não ultrapassa os 2%. Por outro lado, os 38% de todo valor em escravos para esse grupo é bastante significativo, uma vez que a maior parte dos investimentos feitos pelos médios proprietários estava nesse ativo, segundo o quadro 20.

Por último, observa-se o grupo dos pequenos proprietários, com participação em média de 10% dos ativos. Atentos para o baixo valor encontrado na posse de terra, somente 5%, o que vem a corroborar com os apontamentos historiográficos a respeito do papel dos arrendatários, que, mesmo possuindo a posse de alguns cativos e animais, muitas vezes não tinham a propriedade e posse da terra de fato. Se cruzarmos essas informações com os quadros anteriores, fica evidente de que esses pequenos proprietários procuravam investir grande parte dos seus rendimentos nas posses dessas terras, ainda que obtivessem um valor muito pequeno comparado ao controle do solo exercido pelos grandes proprietários.

Queremos mostrar com esses dados o papel desempenhado pelos vários grupos de atores dentro da estrutura sócio econômica de Lavras, reforçando a ideia do papel concentrador

de riqueza nas mãos de uns poucos indivíduos que direcionavam o grosso dos seus investimentos na reprodução do sistema agrário. Seguindo o modelo desse grupo de “elite local”<sup>282</sup>, os demais moradores apresentaram em seus inventários *post-mortem* escolhas semelhantes ao optarem na parceria terra-trabalho, ainda que tivessem de dispor de uma quantidade muito maior de fundos para investir e ainda assim não chegavam a assumir os controles dos meios de produção.

### 3.4 Comparações de riqueza

Após apresentarmos os dados a respeito da composição da riqueza encontradas nos 98 inventários de Lavras para a segunda metade do século XIX procuramos agora desenvolver um dos pontos centrais desse trabalho. Ao elegermos o ano de 1850 como uma data marcante no tocante da criação das leis sobre o acesso a escravidão africana e terra, é necessário proceder a uma análise que nos dê conta de todo o período em estudo, e não somente as observações da primeira metade – apresentadas no capítulo anterior -, como também os dados da segunda metade apontados há pouco.

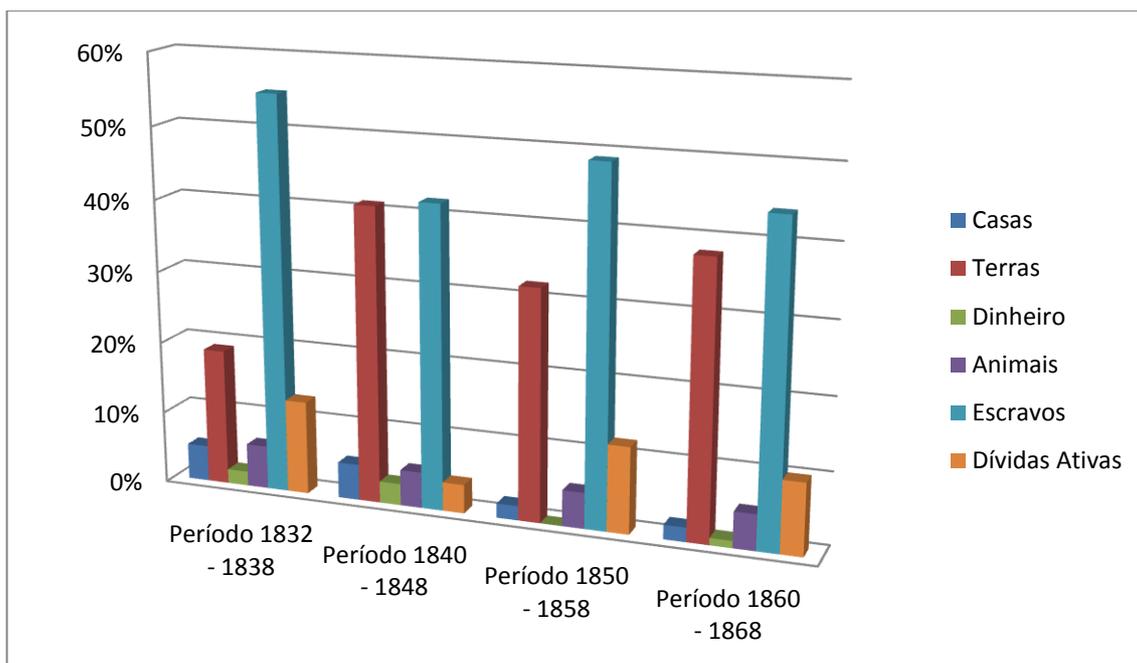
Dessa forma, ao optarmos por utilizar uma perspectiva pautada na longa duração, conseguimos apontar certos processos em relação à utilização do trabalho escravo e à compra de terras, que não se iniciaram a partir da promulgação de tais leis, mas que já faziam parte do cotidiano dos habitantes do vilarejo muito antes dessa data.

Utilizaremos o gráfico abaixo, contendo os dados a respeito dos principais ativos com que já vínhamos utilizando, sem o acréscimo dos valores destinados a “casas”, “dinheiro” e aos bens domésticos correspondentes à cultura material, uma vez que ,por possuírem baixíssimos valores, acabam por não fornecerem dados significativos para essa análise.

#### **Gráfico 3: Principais ativos por décadas 1832 a 1868**

---

<sup>282</sup> Lembrando que o conceito de “elite” vai muito além de questões econômicas e posses de escravos.



Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1868.

Quando observamos os quatro principais ativos de riqueza dos nossos inventários ao longo de todo o período, “casas”, “terras”, “dinheiro”, “animais”, “escravos” e “dívidas ativas”, fica mais uma vez evidente que os investimentos em escravos e terras representavam as maiores porcentagens dentre os demais. Abaixo desses dois ativos, observamos que as categorias de “animais”, “casas” e “dinheiro” não passam por grandes variações ao longo dos anos, mantendo-se sempre presente na riqueza dos inventários. O mesmo ocorre com as “dívidas”, que tirando os anos da década de 1840, onde passam por uma queda brusca – e apresentamos a hipótese no capítulo anterior de que essa diminuição corresponderia ao investimento feito em terras – continuam praticamente correspondendo ao terceiro maior ativo dos inventários.

Focamos então nossas atenções as duas principais categorias de investimento: terras e escravos.

Ainda que os escravos fossem a principal escolha de todos os inventariados entre 1831 e 1868, nem sempre ocorreu o mesmo com a posse da terra. Com índices bastante baixos no primeiro período do gráfico, a terra passa a desempenhar um importante papel na participação da riqueza total documentada. De 14% no período de 1832-1838 para expressivos 39% na década de 1840-1848, é o único ativo que chega a ficar tão próximo dos valores investidos em escravos. Na década seguinte, apesar de sofrer certa queda de participação, 32%, ainda se mantém com valores expressivos. No último período tratado, passa por um novo aumento em relação à década anterior e uma participação de 38% do total da riqueza, muito próxima ao

momento de maior índices registrado para esse ativo. O aumento dos investimentos em terras no longo prazo, ainda que tenha havido certo declínio participativo durante a década de 1850, ajudam a confirmar a importância que o solo passou a adquirir ao longo do século XIX, servindo não só para demonstrar bens de riqueza patrimonial, mas também como forma de fortalecer o status social.

Além do mais, os índices de presença de terras no gráfico nos permite levantar alguns pontos a respeito dos objetivos desse trabalho, ao procurar hipóteses explicativas para a valorização desse bem ao longo das nossas décadas de análise.

O "crescimento", ou expansão, do sistema agropecuário lavrense pode ter uma primeira explicação como resposta ao crescimento populacional registrado ao longo do século XIX. Se analisarmos os gráficos do capítulo anterior, retirados dos censos populacionais sobretudo da década de 1830, e em seguida compararmos com os índices gerais da população apresentados pelo censo de 1872, percebemos um crescimento significativo da população mineira.

O aumento do número de habitantes, e, por isso, uma maior demanda por produtos alimentícios, pode ter sido um dos principais fatores que levaram os produtores lavrenses a optarem por investir seus ganhos em escravos e terras, ampliando a produção e fortalecendo o sistema agrário.

Ainda que esse aumento populacional também servisse para estimular a concorrência com novos agentes produtores, como de regiões de São Paulo ou do Paraná, a produção de alimentos em Minas Gerais, sobretudo na sua parte sulista, tinha plena capacidade de expandir em momentos positivos, ao mesmo tempo em que sofria pouco impacto em momentos de crise.

O debate acerca dos momentos de contração econômica, e seus impactos no setor de produção de alimentos, tende a demonstrar certa capacidade de reprodução ou, ao menos, de manutenção de suas atividades. Segundo a análise de Alencastro, muito pouco foi dito sobre os mecanismos de proteção das atividades voltadas para o abastecimento do mercado interno no período de baixa de preços; ao contrário do que já foi apresentado para o setor das agroexportações, indicando que estas eram custeadas em parte pela apropriação de excedentes do setor de abastecimento nos momentos de crise do mercado externo<sup>283</sup>.

João Fragoso aponta o caráter não capitalista das formas de produção como resistentes a tais crises, em virtude de seu largo uso do trabalho familiar, e da existência de um vasto campesinato operando na produção mercantil de alimentos. Contudo, a marcante presença de unidades produtoras assentadas no amplo uso de braços cativos implica esclarecer estas

---

<sup>283</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. A princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1998. Pp. 199.

resistências às conjunturas adversas, tomando como referência outras formas de produção além do modelo camponês<sup>284</sup>.

A economia camponesa é caracterizada pelo acesso estável à terra, com certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, trabalho predominantemente familiar, sem excluir o recurso da força de trabalho extrafamiliar e da policultura de autossustentação, que pode estar também vinculada ao mercado<sup>285</sup>. O emprego do trabalho familiar e o baixo nível técnico nas unidades camponesas reduziriam o valor da “composição orgânica da produção”, barateando o preço do produto final.

Pela estrutura camponesa também se definem as ligações da economia de subsistência com o mercado. A sua reiteração não se justificaria plenamente pelo caráter mercantil da produção, mas estaria atrelada às necessidades de reprodução do escravismo colonial.

Diante desses pontos a respeito da economia camponesa, baseamo-nos em alguns questionamentos levantados por Afonso de Alencastro ao apontar que esse tipo de modelo campones não pode explicar como as unidades que tinham por base a mão de obra escrava enfrentavam essas oscilações conjunturais do mercado – como a alta ou queda de preços dos produtos<sup>286</sup>.

Como demonstramos no capítulo anterior, as fazendas de lavrenses apresentavam plantéis de tamanhos variados de posses de escravos, e estavam vinculadas ao mercado interno, dependendo da mercantilização de seus produtos para manter e ampliar sua capacidade produtiva. Assim, os baixos preços do mercado, que acarretavam estreitos níveis de acumulação de capitais, desestruturariam estas unidades se mantidos por largos períodos. Além disso, essas empresas escravistas teriam que suportar a concorrência de uma expressiva produção assentada no trabalho familiar de outras áreas da província mineira e de fora dela<sup>287</sup>.

No que diz respeito às fases de expansão da lavoura, os produtores lavrenses, durante o regime escravista, podiam recorrer à contratação de braços adicionais de cativos para o trabalho nas unidades agrícolas, significando custos suplementares nos fatores de produção, mas mais baixos do que a compra de um novo cativo. Tal prática de contratação de trabalhadores livres nos afazeres da lavoura parece ser menos comum, como deixa entrever a resposta a um inquérito sobre as condições da agricultura pela câmara municipal de Lavras em

---

<sup>284</sup> FRAGOSO, João Luis R. Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

<sup>285</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou camponês? O protocamponato negro nas Américas. São Paulo: Ed Brasiliense, 1987.

<sup>286</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. Op. cit. p.119

<sup>287</sup> Ibidem, pp. 200

1858. Nela, a Câmara se queixa do alto preço dos salários que desanimavam os pequenos produtores a empregar jornaleiros livres, que preferiam qualquer outra ocupação aos rudes serviços da lavoura. Também eram acusados de trabalhar pouco, fazer muitas exigências e abandonar os serviços ao menor pretexto<sup>288</sup>.

Dessa forma, os custos operacionais da fazenda escravista de alimentos se identificavam com a da *plantation* agroexportadora, cujo processo reprodutivo do sistema escravista, de ambas, necessitava da incorporação de extensiva dos meios de produção e o aparatamento de controle da mão de obra para seu funcionamento. O fator terra, cuja possibilidade de ampliação da fronteira agrícola na região parecia permitir a anexação de novos solos, e o gasto com força de trabalho perfaziam os principais custos para o empreendimento escravista.

Os registros paroquiais de terras da vila de lavras foram incapazes de apresentar os dados a respeito das formas de aquisição e tamanhos das respectivas propriedades. Contudo, se levarmos em conta as experiências encontradas em outras localidades cuja vocação econômica também era majoritariamente a produção de alimentos, podemos observar como essas se comportavam e aplicarmos ao nosso caso algumas das conclusões.

Os casos de Capivary, Niterói e Magé para a província do Rio de Janeiro, e São João del Rei para Minas Gerais, encontramos informações em comum entre os dados retirados dos registros paroquiais de terras. O primeiro fator entre cada uma dessas seria a presença marcante de uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Segundo Hebe Mattos, 15% dos proprietários de Capivary controlavam 75% da aérea recenseada<sup>289</sup>, enquanto Márcia Motta apresenta uma concentração ainda mais significativa, na qual 3,73% dos proprietários das freguesias rurais de Niterói – São Gonçalo e Itaipú – detinham 47,7% das terras<sup>290</sup>. Os dados de Jucá também apontam grandes semelhanças, com 2,38% de proprietários Magé registrando 72,68% das terras<sup>291</sup>.

Como apresenta Antônio Jucá, esses dados servem-nos para uma primeira aproximação das características das regiões abastecedoras. Mostram-nos que, se nessas áreas não são frequentes as propriedades com milhares de hectares – que surgem aí muito mais como exceção – nem por isso deixamos de ter as suas sociedades transpassadas por diferenciações

---

<sup>288</sup> Ibidem, pp. 200

<sup>289</sup> Castro, Hebe M. de. Ao sul da história. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 11-13.

<sup>290</sup> Motta, Márcia M. Menendes, "Pelas bandas d'além (fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora 1808-1888)". Niterói, UFF, 1989 (Dissertação de mestrado), cap 3.

<sup>291</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Opt cit. Pp. 33

sociais profundas, das quais a estrutura de posse da terra é um dos indicadores mais importantes.

As explicações apontadas por João Fragoso e Manolo Florentino para tal concentração foi o fator geral da sociedade escravista brasileira, hierarquizada e excludente. Esta sociedade, ao gerar mecanismos de exclusão social vinculados às atividades mercantis, não estabelecia uma distinção apenas entre estas atividades e aquelas ligadas à produção, sobretudo agrícola. Gerava também uma diferenciação acentuada no interior de cada atividade, fruto por sua vez de uma acumulação prévia de grande desigualdade, realizada por alguns através do comércio e por outros via trabalho agrícola. O resultado é que em cada região encontramos diferenciações sociais marcantes entre os diversos grupos sociais, mas que vão sempre no sentido de estabelecer um claro controle dos dois principais elementos constitutivos do sistema agrário (terras e escravos) pela elite local<sup>292</sup>.

Assim como ocorreu na análise dos nossos dados a respeito dos proprietários de escravos, no qual alguns poucos senhores possuíam a grande maioria dos cativos arrolados nos inventários, acreditamos que no quesito posse de terra tais dados não apontariam outra estrutura: alguns poucos proprietários possuindo grande parte das terras registradas – ainda que nos Registros Paroquiais de Terras não tenham aparecido os tamanhos das propriedades.

Se tivermos como base os dados relativos a essa mesma concentração para as Minas do século XIX as conclusões se mantiveram. Em São João del Rei, dos 93 registros analisados, 1,38% proprietários registraram a posse de 86,9% das terras<sup>293</sup>.

No que diz respeito às formas de aquisição, compra, herança e posse foram as principais formas registradas. Nesse quesito, áreas de fronteira agrícola fechada e aberta contam com diferenças de uma pra outra. Naquelas fechadas, como Magé, Capivary e mesmo São João del Rei, o esgotamento das matas foi considerado por diversos autores<sup>294</sup> como elemento fundamental no processo de estagnação das lavouras locais, uma vez que tais matas compreendiam a apropriação de áreas extremamente superiores a ocupação efetiva dos empreendimentos agrícolas.

Segundo Alencastro, os preços alcançados por terras com presença de mata virgem registraram altos valores nos Registros de Compra e Venda de São João del Rei, demonstrando o quão escassas estas estavam, e por conseguinte, já apontando sinais de dificuldade da

---

<sup>292</sup> FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

<sup>293</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro.

<sup>294</sup> Sobre esse assunto ver: STEIN, Stanley. Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba. São Paulo, Brasiliense, 1961. COSTA, Emilia Viotte da. Da senzala a colônia.

expansão das fronteiras agrícola através da derrubada de matas<sup>295</sup>. Outro fator que pode ser identificado com o fechamento da fronteira agrícola foram os altos números de aquisição de terras via herança. Para Juca, encontrar 52,5% de terras adquiridas através dessa maneira e mais 27,5% apresentadas por compras nos Registros de Terras de Magé significam que as ocupações de novas áreas já não eram mais tão frequente<sup>296</sup>, enquanto Hebe demonstra que 181 registros de um total de 299 foram apontados como compra/herança<sup>297</sup>.

Ainda que os dados de Lavras apresentem muitos poucos registros indicando o tamanho das propriedades e a maneira como essas foram obtidas, partimos por meio dos casos citados acima, de que tais modelos pudessem estar presentes na nossa região, tanto no quesito concentração de terras, como a ocupação e compra de terras possa ter sido bastante frequente na região.

Ao tomarmos bastante cuidado ao analisarmos tais registros, atentos ao ponto que esse tipo de documentação não pode ser percebido como um “retrato” fiel da estrutura agrária – uma vez que não está preocupada em demonstrar como o solo da região está ocupado; e deixando de fora uma quantidade considerável da população – mas sim, abrir portas para outras conclusões a respeito das formas de utilização de suas terras.

#### **Quadro 22: Formas de aquisição de Terras nos Registros Paroquiais.**

Compra	Hernaça	Sem informações		Terras em comunhão
17%	26%	57%		44%

Fonte: Registros Paroquiais de Terras – Lavras, 1854-1857 – APM, cx

A análise dos 556 registros paroquiais nos mostrou a existência de alguns registros marcados por herança, 26%, indicando a existência de certas ocupações mais antigas na região; e por compra<sup>298</sup>, 17%, apontando para a existência de um mercado de terras antes mesmo da lei

<sup>295</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. Opt cit. PP. 205

<sup>296</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Opt cit. Pp 39.

<sup>297</sup> CASTRO, Hebe M. M. Opt cit. PP 125. É importante ressaltarmos que os dados apresentados para Capivay se localizava dentro dos limites da cafeicultura, na qual a compra de terras poderia refletir uma expansão por meio da plantation escravista, combinada com um grande número de pequenos produtores sitiantes.

<sup>298</sup> Ao falarmos de mercado de terras é importante lembrarmos que se trata de um mercado pré-capitalista de terras, cuja tendência à maximização dos benefícios econômicos podia coexistir com mecanismos que organizassem as transações de terras num sistema de relações de solidariedade, sobrevivência e valores sociais. O estabelecimento do preço, em boa parte, dependia do contexto relacional em que a venda se efetuassee. Foi assim na comunidade piemontesa de Santena, de fins do século XVII, estudada por LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. E também POLANYI, Karl. A ilusão da economia. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.

de 1850. Contudo, o que nos chama atenção, é a maior parte dos registros não informarem sobre como essas terras foram adquiridas. Com 57% de indivíduos não informando suas formas de aquisição, mas dando entrada ao processo para regularização da propriedade, podemos apontar como uma possível hipótese que tais terras sejam fruto de posses de solos desocupados. É marcante o descaso na produção do próprio registro – onde apenas aqueles que apontaram as obtensões através de compra/herança tiveram essas informações escritas – podendo ser do próprio desinteresse do pároco em informar outras opções outra hipótese para a ausência.

Contudo, só de podermos apontar que 43% foram apresentadas como sendo herdadas ou compradas, ficam de fora mais da metade das terras registradas, o que podem evidenciar o papel de sitiante e posseiros, bem como sugerir que esta região ainda permitia que a fronteira agrícola se expandisse com a ocupação de terras em desuso.

Já o outro dado que nos chama atenção, foi a grande quantidade de terras em comunhão com outros indivíduos, sejam eles parentes ou sem laços consangüíneos. Visando uma melhor exploração das unidades produtivas, 44% dos proprietários de terras optaram pelo compartilhamento de terras em comum acordo, demonstrando uma clara tentativa de ampliação das propriedades agrícolas a um número cada vez maior de indivíduos. Ter terras, em uma sociedade escravista, não aumenta somente os ganhos financeiros com a produção, mas conferia também uma força política.

Silveria Maria de Jesus pode ser um caso que exemplifique bem essa tentativa de buscar ganhos econômicos aliados à distinção que a posse da terra oferece. Com entrada em dois Registros Paroquiais, o primeiro como herança das terras de cultura da Fazenda da Serra deixada por seu pai Luis Carvalho Ferreira<sup>299</sup>; e a outra como parte da Fazenda Rio Grande que dividia com seu irmão José Carvalho Ferreira<sup>300</sup>. Ambas as propriedades apareceram em seu inventário aberto por Domingos Carvalho em 1862, como sendo sua a Fazenda da Serra, no valor de 640\$000 e a parte em que tinha direito da Fazenda Rio Grande, com 37 alqueires de terras, a 1:500\$000. Por não possuir nenhum escravo arrolado em seu inventário, dividir terras com parentes e tentar retirar seu sustento dela parecia ser uma alternativa melhor a viver como agregada na casa de outrem<sup>301</sup>.

Por outro lado, a posse de escravos também não tornava a necessidade de se ter a propriedade exclusiva da terra. Teresa Vitoria de Jesus, inventariada em 1858, deixou entre

---

<sup>299</sup> Registro Paroquiais de Terras, APM, Lavras –reg n° 359.

<sup>300</sup> Registro Paroquiais de Terras, APM, Lavras – reg n° 18.

<sup>301</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Silveria Maria de Jesus, cx n° 136. (1862)

seus bens a posse de quatro escravos crioulos, o adulto Theodasio de 50 anos, Luzia de 16 e as crianças Messias e Maria de 5 e 3 anos respectivamente. Sua terra apresentada no Registro Paroquial – o mesmo presente no inventário – era em comunhão com José Antonio Lourenço e composta de algumas poucas terras de cultura e outros campos de criar na Fazenda denominada Cachoeira<sup>302</sup>, onde cuidavam de algumas cabeças de gados e cavalos<sup>303</sup>.

Intimamente ligado ao fato terra, estava a necessidade da apropriação do trabalho escravo para o uso e expansão das empresas agrícolas. Como aponta Hebe Mattos, qualquer inovação técnica não-mecânica ao nível produtivo significaria um aumento do investimento de trabalho necessário à reprodução agrícola<sup>304</sup>. Daí a necessidade e dependência da mão de obra cativa para a reprodução do sistema agrária na longa duração.

No decorrer das quatro décadas pesquisadas, o valor investido na posse de escravos obtiveram as maiores porcentagens entre todos os ativos inventariados. Ainda que não seguisse certo padrão nas mudanças de cada década – registrando 55% para os anos 1830', uma queda na década de 1840' passando a representar 42%, um significativo aumento da sua participação na metade do século com 49% e finalizando o período dos anos 1860' com 44% do total da riqueza inventariada – esses dados nos mostram a importância dos investimentos em mão de obra voltadas para atender o sistema rural escravista.

Além disso, outro ponto que se deve ressaltar é o de que, ao terem os gastos com escravos como principal ativo de riqueza dos inventários lavrenses, fica bastante claro o apego dos habitantes do vilarejo à escravidão, ou mesmo uma imprudência ao não procurarem outras formas de investimentos, como os rendimentos de seus capitais em bens imobiliários ou apólices da dívida pública, que davam a segurança necessária para os tempos incertos, como os últimos anos do escravismo.

A virada do ano de 1850, e o impacto do fim do comércio de africano de escravos para o Brasil, é a explicação mais simples para a meteórica ascensão dos preços dos cativos na década de 1850, o que pode ser uma das causas do aumento das porcentagens de valor de escravos de 42% para 49% da década de 1840 para a de 1850 respectivamente; entretanto, devem-se levar em conta outros fatores que podem ter o mesmo significado e talvez sejam até mais importantes do que o encerramento do comércio escravagista no atlântico.

Devem ser ressaltados alguns pontos apresentados por Laird Bergar, que demonstra como os valores dos escravos tiveram um aumento impressionante de preços em todos os

---

<sup>302</sup> Registro Paroquiais de Terras, APM, Lavras – reg nº 564.

<sup>303</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Teresa Vitoria de Jesus, cx nº 112. (1858)

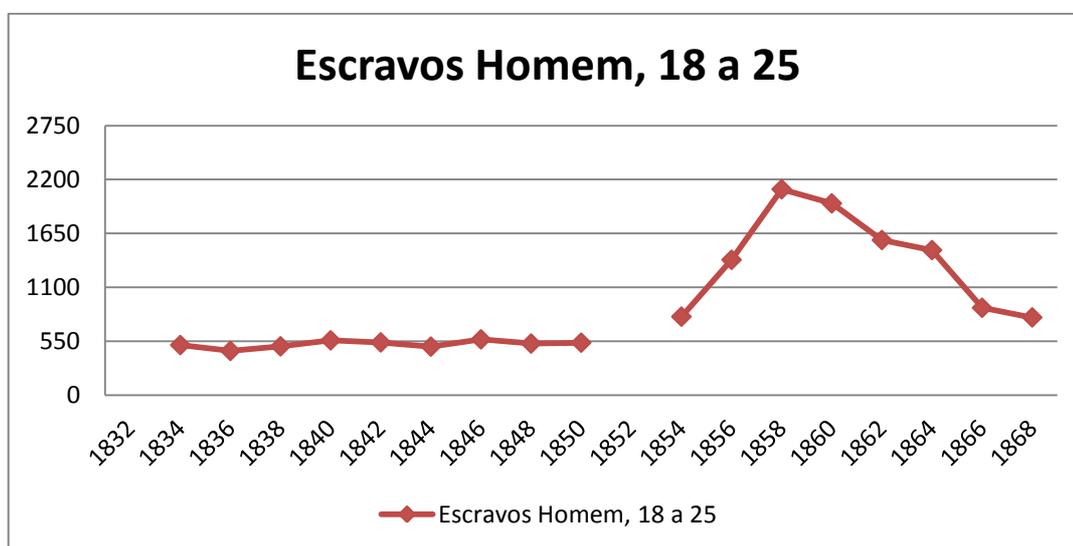
<sup>304</sup> CASTRO, Hebe. Opt cit.

mercados de escravos da América independente da presença do tráfico – como, por exemplo, nos EUA e Cuba. Assim, a tendência dos preços foi bastante semelhante nesses sistemas escravagistas e no Brasil, ainda que as associações entre importações e mercado interno de escravos fossem bastante diferentes, uma vez que a partir de 1850 houve repressão ao comércio no Brasil; em Cuba, as importações aumentaram muito e nos EUA já não existiam desde 1808<sup>305</sup>.

A ausência de índices de preços para o Brasil do século XIX dificulta demonstrar com precisão o choque das pressões inflacionárias sobre o mercado nacional de escravos. Ainda que os inventários não sejam a melhor fonte para realizar estudos dos preços, uma vez que as variações dos seus valores são acrescidas ou diminuídas para prejudicar ou beneficiar os herdeiros ou mesmo pagarem menos impostos, eles são utilizados como tentativa de perceber esse aumento de maneira bem geral.

Dessa forma, realizamos o cálculo do preço médio daqueles que podem ser considerados como “escravos modelos”, ou seja, os cativos do sexo masculino, entre os 18 e 25 anos – por considerarmos a idade onde adquirem seu maior valor – e em boas condições de saúde para elaborarmos o gráfico abaixo.

**Gráfico 4: Preço dos escaços homem por biênio 1832 a 1868**



Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1850-1868.

\*para os anos de 1832 e 1852 não houve escravos registrados do sexo masculino dentro da faixa etária proposta.

<sup>305</sup> BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720 –1888*. Bauru: Edusc, 2004.

O gráfico dos preços dos escravos nos nossos inventários passa a demonstrar alguns pontos do qual a historiografia já havia chamado atenção, como as tendências dos preços dos cativos pós-lei Eusébio de Queiroz. Bastante constante nas décadas de 1830 e 1840, girando na média dos 500\$000 réis, há um considerável aumento dos valores a partir de 1850, atingindo seu pico de valor máximo em 1858, quando os escravos em “melhor” idade para o trabalho atingiram o preço de até 2:100\$000 réis em média.

A partir da década de 1860, a queda dos valores passa a demonstrar uma readequação dos preços dos escravos, passada uma fase considerada de “desespero” dos proprietários frente ao temor de não conseguirem obter mais trabalhadores escravos.

De início, o fim do tráfico em 1850 pode ter sido uma primeira consequência de breve reação ao súbito encerramento do comércio escravagista. Não obstante, as tendências paralelas de aumento desses preços encontradas em outros cantos da América mostram que havia razões de longo prazo para tais aumentos. Uma das possibilidades de tal aumento na década de 1850 pode ter sido ocasionada pela demanda européia dos produtos básicos do Novo Mundo e do aumento na produtividade e lucratividade da mão de obra escrava<sup>306</sup>. Dale Tomich argumenta que a escravidão moderna não foi sempre a mesma entre os séculos XVI e XIX. Na virada do século XVIII para o XIX, um conjunto de acontecimentos e tendências históricos, principalmente o advento da Revolução Industrial na Inglaterra e a hegemonia internacional da Grã-Bretanha, levaram a reconfigurações profundas no mercado mundial.

Houve um crescente desequilíbrio nos preços internacionais entre produtos industrializados e agrícolas; o incremento do consumo de determinados produtos, como o café e o açúcar, demandados pelo aumento da população de trabalhadores e da classe média nas cidades da Inglaterra e da Europa; a procura por novas matérias-primas, como o algodão. Se esse conjunto de transformações afetou determinadas áreas coloniais escravistas, implicando seu declínio, atuou sobre outras áreas escravistas quase que em sentido inverso. Em regiões como Cuba, o Sul dos Estados Unidos e o Brasil, antes em segundo plano, a escravidão “expandiu-se numa escala maciça para atender à crescente demanda mundial de algodão, café e açúcar”<sup>307</sup>.

---

<sup>306</sup> TOMICH, Dale. Pelo prisma da escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

<sup>307</sup> *Ibden*, PP 83

*A escravidão foi refundida em uma nova constelação de forças políticas e econômicas [...] O significado e o caráter sistêmicos da escravidão foram transformados*<sup>308</sup>.

Esses centros emergentes escravistas viram-se cada vez mais integrados e impelidos pela produção industrial.

*Essa ‘segunda escravidão’ se desenvolveu não como uma prémissa histórica do capital produtivo, mas pressupondo sua existência como condição para sua reprodução*<sup>309</sup>.

Dessa forma, se os valores dos escravos subiram demais, pode-se pressupor que a elevação da demanda causou a elevação dos preços, e isso, por sua vez, refletia a maior lucratividade de suas atividades econômicas. Assim, o preço do trabalho escravo subiu na década de 1850 devido não à rápida crise causada pelo fim do tráfico, mas aos fatores econômicos mais essenciais, como o aumento das demandas da produtividade e das mercadorias<sup>310</sup>.

As transformações tecnológicas, como o desenvolvimento de máquina a vapor para a secagem do café e para centrifugar o açúcar, ou a revolução dos transportes, tornaram-se muito mais baratas e rápidas quando as grandes nações da Europa ou os EUA passaram a usar com muito mais intensidade os grandes navios movidos a vapor. Esses fatores foram apontados por Bergard como redutores dos custos de produção ao mesmo tempo em que aumentavam a produtividade da mão de obra livre e escrava.

Se essas melhorias de transporte e tecnologia tiveram como efeito global elevar a eficácia de mão de obra e a valorização do seu trabalho, qual seria o significado disso para uma pequena localidade no interior do Sudeste brasileiro, marcado pela rusticidade e com uma maioria esmagadora da população empobrecida?

---

<sup>308</sup> Ibidem, PP. 87

<sup>309</sup> Ibidem, PP. 87

<sup>310</sup> BERGARD, Laird W. Op. cit. p. 253.

O primeiro ponto que devemos levar em consideração gira em torno do debate a respeito do peso das importações de escravos africanos para Minas Gerais e sua contribuição para o crescimento da população escrava da província<sup>311</sup>.

**Quadro 23: Crescimento da população escrava por província6 1819 e 1872**

Província	1819	1872	% de crescimento*
Bahia	147.263	167.824	+ 14
Corte	55.090	48.939	+ 12
Maranhão	133.334	75.272	+ 43
Minas Gerais	168.543	367.443**	+ 118
Rio de Janeiro	91.070	306.425	+ 237
São Paulo	77.667	156.612	+ 102
Brasil	1.107.389	1.546.880	+ 40

Fonte: MARTINS (1982, p. 12).

\* A tabela original não contém esta coluna, que foi posteriormente acrescentada por nós para melhor visualização dos dados. As porcentagens são aproximadas.

\*\* Dados corrigidos para a província de Minas Gerais. LIBBY (1988, p. 46).

Os estudos demográficos sobre a escravidão mineira têm demonstrado um grande predomínio de escravos nascidos no Brasil, a conferir pelo censo de 1872 que apontava 90% da dos escravos de Minas como nascidos na província.

Como já mostramos no capítulo anterior, a manutenção e o incremento da população escrava lavrense teve na reprodução natural a melhor opção, ainda que os proprietários tivessem acesso ao comércio atlântico. Tal afirmação pode ser comprovada ao compararmos os dados acerca da quantidade de escravos para os períodos anteriores e posteriores à lei de fim do tráfico, atestando-se seu aumento tanto no número total de escravos, como nas médias de cativos por proprietários.

Ao optarem pela preferência na reprodução natural, os senhores de escravos não necessitavam gastar mais capitais na aquisição de mão de obra a partir de 1850, como foi necessário aos proprietários dos distritos cafeeiros, como São Paulo, e em outras regiões voltadas para a exportação, onde os escravos importados de outras localidades do Brasil após 1851 constituíam um importante componente da força de trabalho.

Outro ponto que Bergard destaca é o de que as reservas colaterais na forma de aumento do valor dos escravos podem ter facilitado a aquisição de crédito para os proprietários de escravos. Como não havia necessidade de gastar em mão de obra, o capital estava

<sup>311</sup> Para mais ver: MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais e o apego à escravidão numa economia não exportadora. Estudos Econômicos. São Paulo 1983; SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cadernos IFCH, Campinas, IFCH/Unicamp, n. 17. 1985.

potencialmente livre para ser investido em terras, tecnologias, melhorias do transporte e em uma série de outras despesas que ajudariam a reduzir os custos da produção. Resultou-se assim, um aumento geral da lucratividade e da produtividade do trabalho escravo.

Ainda que tenhamos apontados uma série de dados semelhantes aos encontrados por Bergard, o pensamento do autor chegou a ser bastante criticado ao apontar a reprodução natural como fator determinante para as grandes quantidades de presença da população escrava na província mineira até os anos finais do século XIX, Bergard acaba por desconsiderar o também importante papel desempenhado pelo tráfico atlântico.

Utilizando o que o autor considera como o maior banco de dados jamais elaborado sobre a população escrava nas Américas, Bergard arrolou censos populacionais e inventários *pós-mortem* aliados a outras referências documentais<sup>312</sup>, procurando abarcar desde as primeiras décadas de povoamento da região mineira, o auge e decadência do ouro e a transição das estruturas econômicas para uma economia de abastecimento.

Os pilares fundamentais da construção argumentativa de Laird Bergard são: as mudanças na estrutura econômica de Minas no final do século XVIII; a mercantilização de vários setores da economia mineira desde o início da colonização, destacando o comércio para fora da capitania, intensificado no século XIX; e a participação predominante da reprodução natural na população escrava a partir da última década do setecentos até o fim da escravidão.

A primeira e a segunda não têm implicação inovadora, na medida em que diversos outros trabalhos já haviam encontrado tal perfil – como demonstramos no primeiro capítulo. No entanto, a questão do incremento natural parece ser a principal contribuição da obra. A análise das séries quantitativas dos inventários *pós-mortem* indicam que, pelos menos, a partir da década de 1790, a população cativa crioula ultrapassou a africana, seguindo em um quadro estável de crescimento absoluto e relativo até a década dos anos setenta dos oitocentos.

Os períodos em que o número de africanos, em idade de trabalhar, cresceu mais do que o de brasileiros – principalmente entre 1820 e 1840 – são para Bergard pontuais e irrelevantes no conjunto do crescimento do contingente mancipio.

Essa afirmação é uma das que podem ser bastante criticada, uma vez que mesmo o aumento do número de crioulos tenha sido bastante representativo, não se pode desconsiderar a grande presença de escravos africanos.

Segundo Manolo Florentino,

---

<sup>312</sup> Trabalhou principalmente com as contagens de população dos anos de: 1776, 1786, 1808, 1821, 1833-1835 e 1872. Já os inventários analisados foram 10.028, abrangendo um total de 111.963 escravos nas regiões de Mariana/Ouro Preto, São José/São João Del Rei e Diamantina (BERGAD, 2004.p.30).

*entre a segunda metade da década de 1820 e a primeira da seguinte, Minas Gerais (...) aparecia como pólo de absorção de 40% a 60% dos escravos que saíam do Rio de Janeiro*<sup>313</sup>.

Assim, o desprezo de Bergard pela importação de cativos, ao tentar se contrapor as teses que defendem a reposição externa de escravos pela Província como principal elemento do crescimento demográfico da população cativa, deve ser colocado em questão.

Retomando o pensamento a respeito da demonstração da liguidade do trabalho escravo em Minas, para além dos preços de 1850, é o de que foram poucas as evidências de que a província tenha participado do grande comércio interregional do país. É bastante conhecida a enorme demanda de mão de obra escrava nas regiões em que a produção de café se expandia, como no Rio de Janeiro, na própria Zona da Mata mineira, e em maior intensidade a de São Paulo. Os preços cada vez mais altos para todos os escravos durante a década de 1850 podem ter sido um poderoso incentivo para transformar escravos em um capital líquido, por meio das exportações de Minas para as regiões vizinhas de alta demanda. Contudo, se o uso do trabalho escravo produzia maiores benefícios econômicos do que o capital que seria gerado por sua renda, as exportações de escravos na província para outras teriam ocorrido em escala muito pequena.

Camila Flausino, ao estudar as movimentações de escravos no mercado interprovincial mineiro, aponta que o tráfico de escravos estava diretamente ligado à demanda de mão de obra, para que o regime escravista continuasse a existir como sustentáculo da sociedade brasileira – visto que permanecia a dependência tanto econômica quanto social do trabalho escravo –, restavam aos proprietários duas medidas a partir de então: um maior investimento no tráfico interno de cativos e/ou na reprodução natural<sup>314</sup>.

O primeiro recurso utilizado foi a recorrência, por parte dos fazendeiros com condições financeiras privilegiadas, ao mercado interno de cativos, provocando uma rearticulação interna do escravismo. O tráfico interno tornou-se mais evidente quando as províncias do Norte, em crise devido ao declínio na produção açucareira e às secas prolongadas, começaram a enviar grande número de seus cativos para a região Centro-Sul, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, regiões que passaram a ter uma maior concentração de cativos.

---

<sup>313</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.38

<sup>314</sup> FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana (1850-1886)*. Dissertação de Mestrado, UFJF: Juiz de Fora, 2006.

Como para a lavoura nordestina não havia problema de escassez de oferta de mão de obra, o tráfico interprovincial de escravos mostrou-se uma solução para as províncias do Norte<sup>315</sup>. Era o começo da intensificação dessa nova fase de transferência de escravos, agora interno, praticado entre províncias diferentes (interprovincial) e mesmo dentro dos limites das províncias (intraprovincial) ou local, destinado a atender a demanda por braço escravo, principalmente nas lavouras de café do Sudeste.

O tráfico interno, ao que consta, guardava muitas semelhanças com o tráfico atlântico, principalmente no que se refere à preferência por escravos adultos do sexo masculino em idade produtiva e à sua realidade extremamente violenta, na qual os cativos eram vistos a partir de custos e lucros como muitas outras mercadorias negociadas. Dessa forma, a lógica do lucro parece, então, não admitir qualquer sobreposição, revelando que o mercado interno de escravos, assim como o tráfico atlântico, demandavam números e cifras, o que era regido pela lei da oferta e da procura<sup>316</sup>.

Para os estudos a respeito da movimentação de escravos, uma das principais fontes utilizadas pelos historiadores tem sido os registros de compra e venda de cativos. Para o caso de Lavras, não foi possível encontrar nenhum desses livros, impedindo-nos de visualizar o panorama das transações de escravos que chegavam ou deixavam o vilarejo. Flausino alerta, no entanto, que devemos levar em conta que nem todas as documentações encontram-se devidamente preservadas ou que nem todas as transações podem ter sido registradas. Uma das explicações seria o fato de que os registros oficiais das negociações envolvendo escravos podiam nem chegar a acontecer, isso porque cada registro estava sujeito a um imposto de

---

<sup>315</sup> SILVA, Ana Rosa Clolet da. Tráfico interprovincial de escravos e seus impactos na concentração da população na província de São Paulo: século XIX. Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais Brasília, v.1, 1992, p. 342-343.

<sup>316</sup> FLAUSINO, Camila. Op. cit. p. 63. Nota-se que a maioria dos estudos existentes sobre o tráfico interno de escravos se dedicou às áreas cafeeiras e, portanto, mais ligadas ao setor de exportação, sobretudo as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Nessas regiões, comumente o tráfico interprovincial predominava. Ver: SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci Del Nero da. (org.) *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986; SILVA (1992); MOTTA, José F. & MARCONDES, Renato L. O comércio de escravos no Vale do Paraíba Paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870.. *Estudos Econômicos*. V.30 (2), p. 267-299, abril/jun. 2000; MOTTA, José F. O tráfico de escravos na província de São Paulo: Areias, Silveiras, Guaratinguetá e Casa Branca, 1861-1887. Seminário das Sextas, *Texto para discussão* nº. 21. São Paulo: IPE/USP, 2001; SILVA, Célio A. Alcântara. O comércio de escravos em Piracicaba, província de São Paulo (1861-1887). In: II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. Niterói, ABEPHE, 2004; MOTTA, José F. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá e Constituição, 1861-1869). In: *Anais do VI Congressos Brasileiro de História Econômica*, 2005. Por outro lado, estudando a região de Itapemirim, no Espírito Santo, Vilma Almada concluiu que mais que o tráfico inter e intraprovincial, teriam sido as imigrações de fazendeiros fluminenses e mineiros, juntamente com seus escravos, que povoaram o sul do Espírito Santo. ALMADA, Vilma P. Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

transferência de propriedade<sup>317</sup>. Buscando sonegar esse imposto, compradores e vendedores de escravos lançavam mão de procurações no ato da transação, dando poderes legais ao titular para efetuarem vendas de cativos, sem registrarem a transação nas Coletorias Municipais.

Ainda que seja uma ausência marcante a falta dessa fonte de pesquisa, utilizamos os dados apresentados por outros historiadores sobre Minas Gerais e, com isso, termos uma clara noção do papel desempenhado por outras regiões da província e compará-los ao universo amostral dos nossos inventários. Ainda que esse tipo de documento não seja o ideal, permite-nos observar uma parcela da composição escravista e aferir certas conclusões sobre a manutenção ou a dispersão dos cativos lavrenses.

Por muito tempo, historiadores da corrente tradicionalista acreditaram que teriam ocorrido transferências de mão de obra escrava subutilizada ou redundante das antigas áreas mineradoras para as regiões vizinhas, onde o cultivo do café era desenvolvido<sup>318</sup>.

Roberto Borges Martins foi um dos pioneiros a questionar tal versão, dando início ao que se convencionou chamar de historiografia revisionista. Reunindo algumas evidências empíricas, o autor buscou comprovar que as antigas regiões mineradoras não teriam enviado seus escravos para o setor cafeeiro<sup>319</sup>:

*as ideias de que Minas Gerais tenha fornecido escravos para a decolagem do setor cafeeiro ou de quaisquer exportações consideráveis de cativos da província existem, apenas, na imaginação de alguns historiadores. (...) Ao contrário, queixas sobre o alto preço dos cativos e*

---

<sup>317</sup> A *Meia sisa* era o imposto obrigatório pago nas Coletorias dos municípios no ato da transmissão da propriedade escrava. Em 1855, estabeleceu-se por Lei nº 840 de 15 de dezembro, que o valor pago deveria ser de 40\$000, e não mais de 5% sobre o valor do escravo como era antes. Em 1876, a Lei nº 2314 de 11 de julho, fez com que a taxa subisse para 50\$000. A Lei nº 2716, de 18 de dezembro de 1880, em seu artigo 10º, estabeleceu que a taxa fosse elevada para 2:000\$000 para escravos precedentes de outras províncias. Embora não houvesse um consenso quanto a quem deveria fazer o pagamento desse imposto, geralmente o comprador era quem o fazia. PARREIRA, Nilce Rodrigues. *Comércio de homens em Ouro Preto no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná, 1990. p. 213-218.

<sup>318</sup> Com o fim da atividade de mineração não haveria outro setor capaz de aproveitar o grande número de escravos a não ser esse setor cafeeiro. Nesta linha, ver, por exemplo: MATTOSO, Kátia de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 59; GORENDER (1988, p. 325); COSTA (1989, p. 63, p. 95- 96), dentre outros.

<sup>319</sup> MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais e o apego à escravidão numa economia não exportadora. Estudos Econômicos. São Paulo 1983. p. 20-23. Até porque estudos mais recentes demonstraram que não havia nenhuma produção de café nas primeiras décadas do século XIX naqueles municípios que seriam reconhecidos mais tarde como os pioneiros na produção cafeeira. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1999, p. 189-190.

*sua escassez e referências a importações de cativos são frequentemente encontradas*<sup>320</sup>.

Na tentativa de comprovar seus argumentos, Martins realizou a distribuição da população escrava pela província a fim de comparar quais regiões teriam perdido e e quais teriam ganhado escravos. O autor chama atenção para a necessidade de se levar em conta as taxas de manumissões e de mortalidade, pois, sem isso, essa comparação tem um viés no sentido de exagerar as perdas das zonas exportadoras e de diminuir os ganhos das áreas importadoras. Muitos historiadores, não estando atentos a essa comparação, foram levados a apontar, por exemplo, que os escravos da Zona da Mata mineira tivessem suas origens da antiga região da Metalúrgica, sobre o que Martins insiste na afirmação de que não havia qualquer ligação entre perdas de uma e ganhos de outra<sup>321</sup>.

Uma das explicações mais recorrentes para isso talvez resida no fato de a província mineira possuir uma maior quantidade de mão de obra cativa que as demais províncias; mão de obra essa acumulada ao longo dos anos de escravidão através de importações, segundo Martins, ou crescimento natural positivo, como apresentam Vidal Luna e Wilson Cano<sup>322</sup>.

Ademais, os estudos de caráter regional sobre o tráfico interno de escravos em Minas Gerais passaram a apresentar uma direção contrária ao “grande” deslocamento para áreas agroexportadoras. É nesse ponto que nos interessa entender o peso dessas transações, uma vez que estamos diante de uma região voltada para o mercado interno e que, por muito tempo, foi apontada como fornecedora de mão de obra cativa para aquelas voltadas para o mercado internacional.

De acordo com os dados apresentados por Flausino, o comércio de escravos em Ouro Preto tinha, definitivamente, características locais sem demonstrar qualquer ligação significativa no envio de seus escravos para os municípios cafeeiros, sobretudo da Zona da Mata mineira<sup>323</sup>. Corroborando com essa afirmação, Nilce Rodrigues Parreira, ao estudar a estrutura da população escrava comercializada via tráfico interno também em Ouro Preto durante o século XIX, constatou que os registros de compra e venda de escravos apontavam

---

<sup>320</sup> MARTINS, Roberto Borges. Op. cit. p. 23.

<sup>321</sup> Segundo Martins, os escravos empregados no setor cafeeiro da Zona da Mata mineira eram frutos de importações ocorridas na primeira metade do século XIX. O autor ainda argumenta que a província teria sido um pesado importador líquido [de escravos], mesmo se a sua população tivesse um crescimento natural positivo. MARTINS, Roberto Borges. Op. cit. p. 24 – 25.

<sup>322</sup>Ver: MARTINS, Roberto Borges. Op. cit.; LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. In: Cadernos IFCH-Unicamp, n 10, 1983. Acreditamos que as duas hipóteses estejam relacionadas e contribuiu cada uma a sua maneira, para o crescimento da população escrava mineira no século XIX.

<sup>323</sup> FLAUSINO, Camila. Op. Cit. p. 60-64

para o comércio local, pois a maioria absoluta de vendedores e compradores residia na Comarca de Vila Rica (87,24%), predominando os moradores na própria freguesia de Ouro Preto (68,64%). A autora ressalta ainda que se acrescidas as localidades pertencentes à freguesia de Ouro Preto, esse número subiria para 77,94%<sup>324</sup>.

Por outro lado, ao estudar o município cafeeiro de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, Cláudio Heleno Machado constatou que, mesmo diante de grandes importações de escravos, o maior número de transações de escravos era realizado localmente, voltadas para os próprios limites do município. Segundo o autor, 80,18% dos negócios específicos com o elemento cativo, envolvendo 66,34% dos mesmos, foram concretizados no âmbito do próprio território do município ou da província<sup>325</sup>.

A partir da análise desses autores, e tendo como bases suas conclusões, podemos apontar que as transações de escravos no interior da província de Minas Gerais parecem ter suprido suas necessidades de mão de obra utilizando-se de escravarias locais, não sendo possível afirmar que os escravos empregados na cafeicultura tenham sido adquiridos através de compra dos setores ligados à produção voltada para o autoconsumo e mercado interno.

Dessa forma, parece ficar bastante claro que os proprietários de escravos lavrenses, além de terem conseguido manter suas escravarias durante a segunda metade do século XIX, foram capazes de aumentar o número de escravos em seus plantéis, na medida em que já teriam realizado certos esforços para incentivar a reposição por vias naturais.

A capacidade reprodutiva das populações escravas representa há algum tempo um dos temas mais empolgantes da historiografia. Segundo Herbert Klein e Francisco Vidal Luna, os debates atuais parecem indicar a ocorrência de reproduções naturais da força de trabalho escrava, em determinadas situações e áreas do Brasil, condicionadas à relativa estabilidade da população cativa, sem ingresso quantitativamente importante de novos escravos. A entrada maciça de homens adultos alterava o equilíbrio populacional existente. Destarte, a eventual reprodução natural da população escrava conflitava com a existência de intensa produção voltada para a exportação, pois, neste caso, viabilizava-se o ingresso maciço de novos escravos, que desestabilizava a estrutura da população escrava<sup>326</sup>.

---

<sup>324</sup> PARREIRA, Nilce Rodrigues. *O comércio de homens em Ouro Preto no século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba, UFPR, 1990.

<sup>325</sup> MACHADO, Cláudio Heleno. Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. In: *X Seminário Sobre a Economia Mineira. Diamantina*, 2002.

<sup>326</sup> LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da; KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. 1 ed. São Paulo: Edusp/Imesp, 2009. p. 98.

Segundo os autores, em regiões dedicadas aos cultivos de subsistência, não necessariamente de autoconsumo, ocorria predominantemente a opção pela reprodução natural, o que já vínhamos observando desde os dados apresentados no capítulo anterior, no qual mostramos que a partir da década de 40´os escravos já nascidos no Brasil passam a ser a maioria entre os cativos dos plantéis lavrenses.

Um caso que ilustra bem todo esse processo de “manutenção” e “alteração” das estruturas socioeconômicas, durante essas quatro décadas de estudos, foi a trajetória da família Freire. Através do acompanhamento de duas gerações, Pedro José Freire e seu filho de mesmo nome, conseguimos encontrar os dois indivíduos em diferentes documentos durante o período da nossa pesquisa, nos fornecendo importantes indícios as trajetórias de investimento entre gerações de uma família.

A primeira aparição dos dois indivíduos foi registrada na lista nominativa de Perdões – distrito de Lavras – em 1831. Pedro José Pedro, pai, já tinha nessa época 61 anos de idade, e era casado com Dona Mariana Isabel, de 57 anos com quem dividiam a casa com seus outros três filhos. Ao lado da morada dos pais, Pedro José Freire, filho, vivia com sua esposa D. Balbina, que seria sua inventariante no futuro, sem nenhuma de suas filhas nascidas até então.

Ambos os Pedros aparecem registrados com a ocupação de lavrador, e mesmo o pai possuindo uma fazenda de maiores proporções, seu filho também já parecia trabalhar em terras próprias seguindo os passos de seu velho. A fazenda do Serrado, que Pedro pai ergeu e trabalhou por longos anos, foi descrita contendo uma grande casa de vivenda coberta de telhas e um quintal com cercas de madeira e um grande pasto com cerca de espinhos. A fazenda ainda possuía um engenho de cana, moinho todo coberto de telhas, monjolo e senzalas de capim. Suas terras perfaziam um total de 173 alqueires de cultura plantada, um canavial e 73 alqueires de terras nuas. Sua criação de animais não era muita estença, com apenas alguns cavalos e pouco mais de 20 bois de carros.

Para tomar conta e ajudar no trabalho, Pedro José Freire, pai, contava com um plantel de 15 escravos, sendo a maioria de origem africana – 12 deles – e do sexo masculino – 11 homens e somente 4 mulheres. Mesmo com o aparecimento de dois casais registrados em seu plantel, não houve a presença de nenhuma criança, o que nos leva a entender que este sempre optou pela compra de escravos para garantir sua força de trabalho<sup>327</sup>.

Como dissemos, o primeiro registro de Pedro José Freire foi na lista nominativa de 1831, e logo no ano seguinte foi dado a abertura do seu inventário, não demonstrando nenhuma nova aquisição de escravo entre o período rodução dos dois documentos.

---

<sup>327</sup> Arquivo Público Mineiro – Lista Nominativa de Perdões, 1831.

Inventariado por sua esposa em 1832, apresentou em seu testamento seus outros filhos e herdeiros, e enfatizou o trabalho de seu Pedro.

*“Eu Pedro Jose Freire, filho legitimo de Francisco Jose Freire e Francisca Felícia, já falecidos, natural e batizado na matriz de São João Del Rei Comarca do Rio das Mortes, morador ou assistindo na Aplicação de Prados freguesia de Lavras termo da vila de São José, estando enfermo e em meu perfeito juízo ordeno o meu testamento na forma seguinte: Declaro que sou casado com Mariana Izabel de Santana de cujo matrimônio temos os filhos seguintes: Joaquina, já falecida, que foi casada com João Alves do Espírito Santo. Maria, casada com Domingos Alves. Francisca, viúva de José Bernardes. Mariana, casada com João Bernardes. Bárbara, casada com Manoel Pereira. Ana, solteira. Miquelina, solteira. Pedro Jose Freire. Joaquim José Freire, casado e Francisco, solteiro, os quais todos são meus legítimos herdeiros da parte que lhes pertence, advertindo que todas as nossas filhas casadas tem sido por nós dotadas (...)*  
*(.....) Declaro que os meus filhos Pedro e Joaquim, alguma coisa que adquiriram até seu casamento foi pela sua agência, sem prejuízo dos meus herdeiros e antes, com o seu trabalho e administração, enquanto estiveram em casa ajudaram a pagar dividas e aumentar o monte (...)*  
*(...) escrito a meu rogo por João José de Paiva e por mim assinado (...)*

*São João, 20 de Janeiro de 1831*

*Pedro Jose Freire* <sup>328</sup>

Como parte de sua herança, deixou a Fazenda do Serrado e uma casa no arraial de Perdões para sua esposa viver com os demais filhos e o pedaço de terra de 15 alqueires em que seu filho Pedro já vivia com a esposa, localizado além do Ribeirão nas proximidades de Lavras. Dos escravos, a maioria ficou em posse da viuva Dona Mariana, mas Pedro recebeu parte dos valores de dois escravos, e a integral do africano Miguel para ser adicionado ao seu plantel<sup>329</sup>.

Pedro José Freire, filho, foi quem mais deixou registros em sua trajetória. Também presente na lista nominativa de 1831 de Perdões, apareceu vivendo nas ditas terras deixadas por seu pai na companhia de sua esposa alguns agregados. Se dedicando aos trabalhos na roça, possuía um plantel um pouco menor que do seu pai para a ocasião, com 10 cativos no total, e com características um pouco diferentes. Ao contrário de seu pai, que privilegiou escravos de

---

<sup>328</sup> Arquivo do IPHAN, São João Del Rei. Inv. de Pedro José Freire, cx nº 495. (1832)

<sup>329</sup> Ibidem.

origem africana, Pedro possuía a metade dos seus cativos já nascidos no Brasil e a outra metade adquiridos via tráfico atlântico. Outra mudança é o número mais equilibrado entre homens e mulheres – com 6 homens e 4 mulheres registrados – e suas idades, bem mais novos do que em relação ao seu pai, uma vez que seu escravo mais velho possuía somente 25 – enquanto do pai, grande parte estava na faixa acima dos 30<sup>330</sup>.

Os dados da lista nominativa nesses dois casos, e o inventário de Pedro pai, reforça o papel apresentado no capítulo anterior, cuja presença de africanos homens era notável, e se começava a adotar medidas para estimular a reprodução natural – como a aquisição de um número maior de mulheres mais jovens.

Após a morte de seu pai, em 1832, Pedro recebeu um dos escravos de que tinha direito e parece ter ficado com a parte do valor dos outros, uma vez que estes não apareceram arrolados no seu futuro inventário.

Seguindo o padrão de investimentos de bens que demonstramos ao longo deste trabalho, Pedro passou a investir ao longo dos anos parte de seus recursos na aquisição de novas terras e em novos braços de trabalho. Já em 1856, com idade de 52 anos, foi até a paróquia de Lavras para cumprir a primeira etapa de validação de suas terras propostas pela Lei de Terras de 1850. Apresentou no ato de registro uma fazenda dividida em três partes: a primeira delas contendo 92 alqueires de terras de cultura; a segunda, composta de 15 alqueires de campos e pastos; e a terceira uma parte de terras de plantio que tinha em comunhão com seu irmão<sup>331</sup>.

Novamente, o caso segue exemplificando as opções de investimento da região. Inicialmente como proprietário de uma pequena porção de terras, e um plantel de tamanho médio, Pedro conseguiu através da produção de gêneros alimentícios gerar ganhos capazes de serem reinvestidos na aquisição de novas porções de terras. A disponibilidade destas terras, adquiridas por muitos outros proprietários via ocupação ou compra, foi um fator fundamental para o crescimento da produção. Essa possibilidade de aumentar os ganhos financeiros por sua vez, acabou por fortalecer a atração de novos moradores<sup>332</sup> estimulando assim a comercialização dos produtos nas áreas urbanas.

Por fim, temos seu falecimento em 1862, com 58 anos e a abertura do seu inventário leavado por sua esposa D. Balbina. Dentre os seus bens arrolados, percebemos que Pedro manteve como ocupação a atividade de lavrador, e pode expandir sua propriedade em tamanho

---

<sup>330</sup> Arquivo Público Mineiro – Lista Nominativa de Perdões, 1831.

<sup>331</sup> Arquivo Público Mineiro - Registro paroquial de Terras, Lavras, 1854-1856.

<sup>332</sup> Demonstramos esse avanço populacional no capítulo 2, ao apresentarmos o quadro 2 e a evolução do número de habitantes registrados nas listas nominativas de 1831 e as registradas no Censo de 1872.

como em número de escravos. Sua Fazenda do Ribeirão, apresentada em partes nos registros paroquiais de terras, apresentou um ligeiro crescimento de sua área produtiva, passando de 97 alqueiros para 118. Apesar de não ser uma quantidade grande de terras, demonstra que a região mantinha a possibilidade de expansão de suas terras de cultura, seja na derrubada de matas virgens ou na compra de propriedades de outros fazendeiros e sitiantes vizinhos.

Além da dita fazenda, contava também com parte de um canavial na Fazenda do Distrito e campos de criar animais – onde matinha mais de 30 cabeças de gado, alguns cavalos e porcos. Recebeu de herança após a morte de sua também uma parte da Fazenda do Serrado, contendo mais alguns alqueires de terras de culturas e campos e um parte da casa de vivenda no Arraial de Perdões. Além da sua própria casa na vila de Lavras, onde viviam sua esposa com três de suas filhas.

No que diz respeito aos seus escravos, alguns dos que foram listados em 1831 já não faziam mais parte do seu plantel, nos deixando sem saber se por conta de falecimento ou mesmo venda para terceiros, mas mesmo assim, o número de cativos em sua posse cresceu em relação a lista, passando dos 10 escravos no início da década de 1830 para 22 na década de 1860. Registrando um crescimento de mais de 100%, percebemos que muito disso ocorreu devido a opção no investimento em reprodução natural, uma vez que arrolados em seu plantel encontramos 4 escravos africanos – todos com mais de 45 anos – e o restante de crioulos. Destes nascidos no Brasil, encontramos a formação de dois casais, com dois filhos cada – três menores de 10 anos, e um já com 16 anos. Os demais, todos em idades produtivas<sup>333</sup>.

Com a apresentação desse caso, que chega a ser um exemplo do comportamento comum de muito dos proprietários de escravos lavrenses, que a partir da década de 1840 passaram a procurar na reprodução natural uma alternativa a reprodução de mão de obra. Dessa forma, mesmo após a proibição do tráfico de africanos, e conseqüentemente de uma dificuldade maior em acesso a própria escravidão, os donos de cativos preferiram manter seus escravos e utilizá-los na produção à vendê-los durante o período em que os preços e a demanda aumentaram significativamente.

### **3.5 Quatro décadas de escravidão**

Diante do quadro até aqui exposto, verificamos a necessidade de estudos empíricos com enfoque regional, sobretudo nas regiões não ligadas ao setor de exportação, pois acreditamos

---

<sup>333</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Pedro José Freire, cx nº 132. (1862)

estar aí a chave para o melhor esclarecimento do papel escravista que Minas desempenhou na estrutura produtiva voltada para atender o mercado interno. Essa constatação é válida principalmente quando observamos os resultados obtidos pelos poucos estudos regionais existentes sobre as composições dos plantéis escravistas e as suas unidades a partir da segunda metade do século XIX.

No capítulo anterior, demonstramos que, de acordo com nossos dados e estudos realizados nos últimos anos acerca da estrutura de posse de escravos nos mais diversos locais e períodos, de maneira constante essa posse era bem mais difundida entre a população livre do que se podia imaginar. Consequentemente, a própria noção de que a escravidão interessava apenas a uma elite restrita foi sendo gradativamente abandonada em favor da percepção de um consenso, na parcela livre desta sociedade, segundo o qual a instituição escravista era não só natural, inerente a esta mesma sociedade, como necessária.

O marco inicial deste capítulo, o ano de 1850, foi um momento de grande importância na definição dos rumos da escravidão no país. Findo o tráfico atlântico e, conseqüentemente, das maciças importações de africanos, os senhores se viram preocupados com a demanda por mão de obra, que não cessou simplesmente com o fim do tráfico internacional, visto que o sistema ainda continuava a ser escravista. Se antes de 1850 não havia tanta preocupação por parte dos senhores e dos traficantes com a questão da reposição da força de trabalho, uma vez que a África se encarregava de fornecê-los, agora a história era bem outra.

Também já apontados anteriormente, as saídas encontradas para contornar uma possível escassez de mão de obra nas áreas produtoras – valendo para aquelas voltadas tanto para atender o mercado internacional como o interno – era o favorecimento da reprodução natural entre os escravos, ou a compra e venda de cativos no mercado interprovincial/intraprovincial. Dessa forma, ao analisarmos os dados quantitativos a respeito da composição dos plantéis escravistas das unidades produtivas da vila de Lavras, podemos apresentar uma análise clara de como essas estratégias de manutenção da força de trabalho escrava foi utilizada no longo prazo.

Os dados a respeito dos plantéis na primeira metade do século XIX<sup>334</sup>, indicam que a opção pela reprodução natural foi a principal maneira de acesso a mão de obra cativa dos produtores rurais lavrenses. Contudo, ainda que em quantidades menores, o tráfico atlântico de escravo também foi recorrente, sobretudo na aquisição de cativos do sexo masculino e já em idades adultas, prontas para o trabalho no campo. Visto que, a partir de 1850, recorrer aos

---

<sup>334</sup> Ver capítulo 2 dessa dissertação.

escravos africanos não seria mais uma opção, fica claro que a reprodução natural ampliaria seu papel na região.

Ao optarem por investir na reprodução natural, os senhores de escravos acabam por gerar algumas alterações significativas no interior dos plantéis, como a diminuição das razões de masculinidade e africanidades da população mancípa, bem como uma possível diminuição das faixas etárias dos plantéis, em virtude do possível aumento do número de nascimentos.

Temos, para o caso do Sul de Minas Gerais, à primeira metade do século XIX, através de vários dados coligidos pelos historiadores para as regiões voltadas para a produção de alimentos, uma estrutura de posse em que a maioria dos proprietários possuíam majoritariamente escravarias na faixa entre um e cinco cativos<sup>335</sup>. Em contrapartida, o percentual de escravos, embora com a presença marcante nos pequenos plantéis, tende a se concentrar nas mãos de um número reduzido de grandes proprietários.

Feito alguns apontamentos a respeito da composição dos plantéis na primeira metade do século XIX, comecemos a analisar os proprietários de escravos e seus plantéis, para o segundo período da nossa pesquisa. Para a elaboração do quadro 23 retiramos da amostragem 8 inventários que não continham a presença de escravos entre os anos de 1850 a 1868, sendo 4 inventários para cada uma das décadas.

**Quadro 24: Estrutura de posse de escravos de Lavras durante os anos de 1850 a 1868**

Faixa proprietários	1850 – 1858				1860 - 1868			
	Proprietários		Escravarias		Proprietários		Escravarias	
1-5	16	<b>52%</b>	48	<b>14%</b>	23	<b>38%</b>	56	<b>7%</b>
6-10	4	<b>13%</b>	25	<b>8%</b>	8	<b>14%</b>	61	<b>8%</b>
11-20	7	<b>23%</b>	101	<b>32%</b>	16	<b>27%</b>	227	<b>31%</b>

<sup>335</sup> Ver por exemplo: LUNA, F. Vidal, e Costa, Iraci. Op. cit.; LIBBY, Douglas C. Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo, Brasiliense, 1988; SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

21 - 40	2	<b>6%</b>	57	<b>18%</b>	8	<b>14%</b>	212	<b>29%</b>
+40	2	<b>6%</b>	89	<b>28%</b>	4	<b>7%</b>	185	<b>25%</b>
Total	35	<b>100%</b>	320	<b>100%</b>	63	<b>100%</b>	741	<b>100%</b>

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1850-1868.

Devemos ressaltar, em primeiro lugar, o crescimento da população escrava, verificado entre as décadas de 50 e 60. O incremento de 320 escravos para 741 cativos representa um crescimento bastante significativo, de 132%. Isso porque a segunda metade do século XIX é marcada, como sabemos, por uma queda constante do número de escravos em todo o Brasil. Apenas as áreas economicamente mais dinâmicas, sobretudo aquelas vinculadas à produção voltadas para o mercado internacional, registraram tanto aumento no mesmo período. Por consequência disso, muitos historiadores passaram a vincular uma evolução positiva da população escrava a atividades agroexportadoras que passassem por conjunturas favoráveis, sobretudo em relação ao preço de seus produtos.

Como já vimos, o trabalho dos irmãos Martins veio negar tal vínculo, mostrando claramente que a província de Minas Gerais, apesar de não estar, em sua maior parte, ligada a atividades de exportação, apresentou uma variação positiva da população escrava neste mesmo período<sup>336</sup>. Seja como for, o fato é que, na maioria das regiões, sobretudo naquelas ligadas ao abastecimento interno, a população escrava se reduziu substancialmente no período.

Hebe Castro, ao analisar as médias de escravos por proprietários em Paraíba do Sul, afirma que o decréscimo expressivo dos estoques de escravos no município refletia a impossibilidade desses lavradores de empreenderem uma expansão das lavouras que tivessem a mínima correspondência com os ambiciosos planos de expansão revelados pelos registros paroquiais de terras. Entre 1856 e 1872, a população escrava, encontrada pela autora nos recenseamentos, diminuiu cerca de 40%, passando de um total de escravos de 5999 para 3903<sup>337</sup>.

Segundo Antonio Carlos Jucá, a visão mais recorrente relaciona as diferentes estruturas de posse de escravos a regiões de produção de alimento voltadas para o mercado interno, o que seria explicado pelo (suposto) grau de mercantilização de sua cultura principal. Assim, as

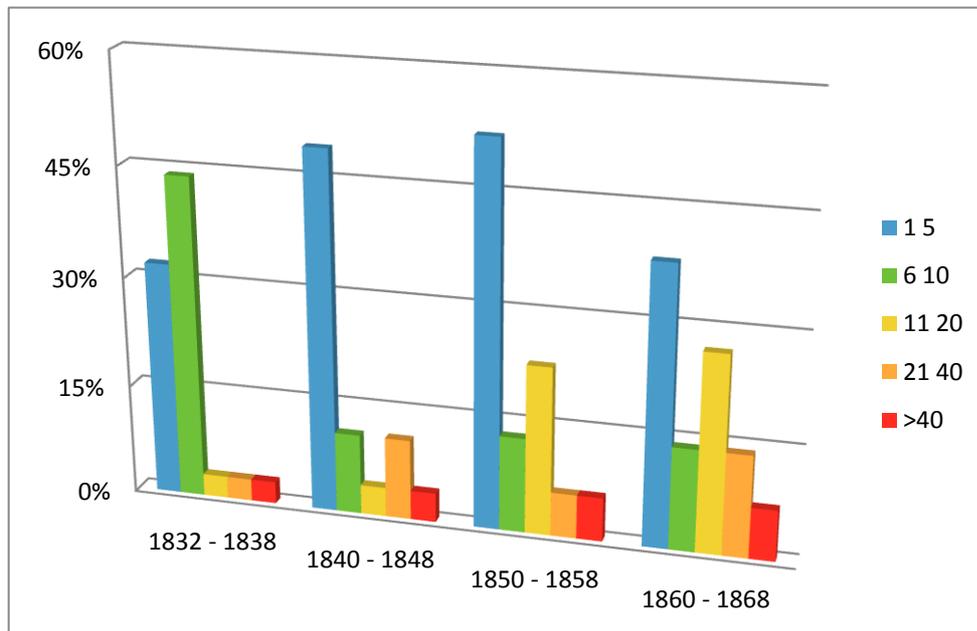
<sup>336</sup> Ver: MARTINS, Roberto B. Op. Cit.

<sup>337</sup> CASTRO, Hebe Mattos. Op. cit. p. 41.

regiões que produziam alimentos seriam dominadas pelos pequenos proprietários de escravos, uma vez que esses produtos tinham um baixo grau de mercantilização (afinal, para a maioria de nossa historiografia, trata-se de uma "agricultura de subsistência"), e só o excedente de produção (que teria um caráter eventual) era comercializado<sup>338</sup>.

Para o autor, não se trata, na verdade, da existência de diferentes graus de mercantilização das diversas produções agrícolas, mas sim de graus distintos de lucratividade. Em outras palavras, produtos mais "nobres" como o açúcar e, mais tarde, o café possibilitavam uma lucratividade mais elevada para aqueles que neles investissem do que outros, como a farinha de mandioca e os alimentos em geral, e por isso aqueles atraíam vultosos capitais, o que em geral não ocorria com estes últimos. Além disso, com uma lucratividade menor, a acumulação endógena de capitais também se dava em escala muito limitada nas áreas abastecedoras. O resultado disso era que aqueles que se dispunham a investir na produção de alimentos eram geralmente os que tinham menor disponibilidade de capitais. O que não é uma regra de ouro: vemos que havia grandes plantéis nestas áreas, assim como muitos agricultores modestos tinham suas plantações de cana e/ou café<sup>339</sup>.

**Gráfico 5: Proprietários de escravos por tamanho de plantel 1832 a 1868**



Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1868.

A respeito dos dados dos proprietários de escravos e suas escravarias, as décadas posteriores a 1850 apresentaram um padrão que remete a continuidade da estrutura de posse

<sup>338</sup> SAMPÁIO, Antonio Carlos Jucá. Op. cit. p. 123.

<sup>339</sup> Ibidem. p. 124.

das décadas da primeira metade do XIX. Mantendo-se a maioria dos senhores de escravos como proprietários de pequenos plantéis, entre 1 e 5 escravos, estes representavam 44% dos indivíduos inventariados entre 1850 a 1868. Para as categorias intermediárias de proprietários, daqueles com 6 a 10 cativos, suas porcentagens se mantêm bastante semelhantes nas duas décadas, com valores de 13% e 14% de todos os senhores respectivamente. A categoria seguinte, com proprietários possuidores de 11 cativos até 20, foi o segundo maior grupo participativo, com 23% na década de 50' e um ligeiro aumento na década de 1860, com 24% do total de senhores. A faixa de proprietários de 21 a 40 cativos, que podem ser considerados como grandes senhores locais, foi a que apresentou maior aumento na passagem da década de 1850 para a de 1860, de 6% para 14%, respectivamente. Por último, a categoria de senhores muito grandes, daqueles cujos plantéis ultrapassavam os 40 escravos, registraram 6% e 7% para as respectivas décadas.

Ao analisarmos essa estrutura na longa duração, podemos perceber uma transformação lenta, ainda que se mantenha aquele certo padrão de maior número de proprietários donos de pequenos plantéis. Durante as quatro décadas de estudos, os dados apontam para um estreitamento entre faixas nas extremidades dos proprietários de escravos, demonstrando que, com o passar dos anos, houve um importante aumento dos planteis dos médios/grandes senhores – com maiores capitais para a manutenção e investimentos em escravos. Esses dados nos ajudam a reforçar a relação entre o aumento da produção rural e a necessidade de um número maior de mão de obra, uma vez que aumentaram o número de proprietários com mais de 10 escravos, juntamente com o crescimento do investimento em terras – apresentado no gráfico 3. Esses dados ajudam a colocar em cheque que essa economia só teria sido dinâmica durante a primeira metade do século XIX, e que a junção entre um número maior de escravos, de terras e de produção, deixa claro que tais grupos de proprietários não sentiriam tão afundo a concorrência de novas regiões produtoras de alimentos, dos quais os centros consumidores procuravam sobretudo o Sul de Minas.

Por outro lado, os pequenos proprietários continuam como o maior grupo de senhores de escravos, ainda que tal percentual tenha sofrido uma diminuição na década de 1860 após atingirem seu auge na década anterior. Uma das explicações para a diminuição da participação desses pequenos proprietários na última década pode ser a de que os altos preços atingidos pelos escravos dificultassem a manutenção de suas posses, ou mesmo os impediam de competir com os grandes proprietários locais na compra de novos trabalhadores.

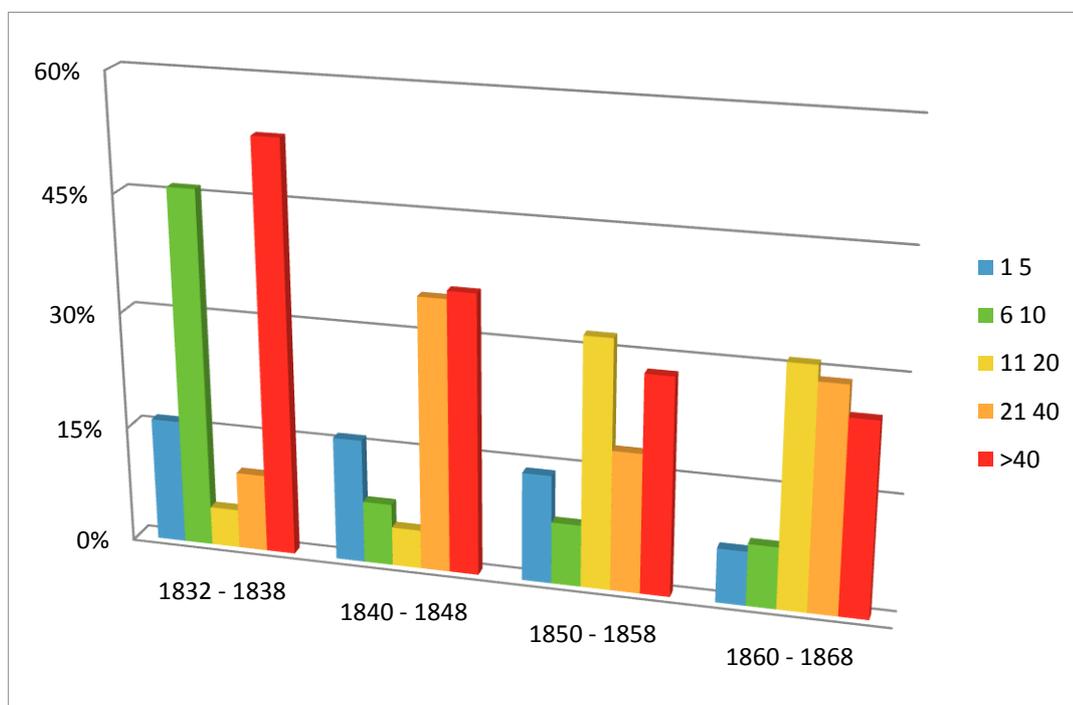
Outro ponto que podemos destacar remete à característica apontada por Camila Flausino ao estudar o tráfico interno de escravos, de que a maior parte das transações de

cativos registradas em Minas se deu através da compra e venda no mercado local. Isso justificaria o aumento do número de cativos no vilarejo, bem como uma possível transferência da posse dos pequenos proprietários para aqueles com maiores capitais.

Seja como for, os pequenos proprietários, por já estarem mais vinculados a uma produção mais local ainda, e mais voltada para o auto consumo, não seriam afetados por essa concorrência, não sentiriam tão fortemente o impacto do fim do tráfico, podendo com uma nova legislação sobre a venda de terras, investirem o pouco que adquirem nesse outro tipo de ativo econômico.

Sobre as escravarias, temos o gráfico abaixo que apresenta a quantidade de cativos inventariados distribuídos por faixas de plantéis.

**Gráfico 6: Total de escravos por tamanho de plantel 1832 a 1868**



Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1868.

Temos, para a década de 1850 e 1860, uma redistribuição nas posses de escravos. Diferentemente do que ocorria nas décadas anteriores, nas quais a maior parte dos escravos estava nas mãos dos proprietários com mais de 40 cativos, na segunda metade do XIX estes perderam papel participativo.

Vemos que a maior parte dos cativos passou a compor os plantéis de tamanhos medianos, o que pode ser explicado ao levarmos em consideração os dados do gráfico anterior, que traz evidências de que o maior crescimento dos proprietários foi justamente dessas

categorias. Dessa forma, podemos ter como hipótese que a maior parte número de escravos em plantéis acima de 11 escravos seria explicado pelos crescimentos desses grupos.

Assim, o padrão de posse de escravos encontrada para o caso do Sul de Minas vem demonstrar uma estrutura consolidada desde o século XVIII, tendo-se iniciada com a finalidade de abastecer a região mineradora. Direcionando sua produção para o mercado Carioca, principalmente após a vinda da família real no início do XIX, podemos perceber sua manutenção na segunda metade do século, quando o desenvolvimento dos mercados locais e o aumento populacional da província mantiveram a demanda da empresa escravista.

Vemos, dessa forma, que a estrutura de posse de escravos em cada região considerada é fruto de uma evolução que lhe é própria, e não apenas de seu perfil produtivo. Somente através do estudo desta evolução podemos, portanto, compreendê-la de uma maneira mais profunda<sup>340</sup>.

### **3.6 O Perfil dos Escravos:**

Tratamos anteriormente de relativizar o papel do fim do tráfico africano como um dos únicos fatores responsáveis pelo aumento do preço dos escravos, e, com isso, desconstruir a hipótese de que sem o comércio atlântico, várias regiões - sobretudo aquelas não ligadas à produção de gêneros de alto valor para atender o mercado internacional - não seriam capazes de adquirir nem manter a mão de obra escrava. E que por sua vez, passariam a incentivar e a se apoiarem cada vez mais no papel desempenhado pela reprodução natural dos escravos como forma de obtenção de novos trabalhadores.

Contudo, ainda que a lei Eusébio de Queiroz não tenha desempenhado tal protagonismo, sua implementação marca o início de um “lento” processo do fim do uso do trabalho cativo, e, por conseguinte, de alterações significativas no perfil das propriedades escravistas.

#### **Escravidão por origem**

O primeiro ponto a ser analisado diz respeito à origem declarada nos inventários de 1850 a 1868 de todos aqueles que foram registrados.

#### **Quadro 25: Escravos por origem 1850 a 1868**

---

<sup>340</sup> Ibidem, p. 127.

<b>Origem</b>	<b>1850-1858</b>		<b>1860-1868</b>	
<b>Africanos</b>	76	<b>24%</b>	173	<b>23%</b>
<b>Crioulos</b>	243	<b>76%</b>	526	<b>74%</b>
<b>Indefinidos</b>	0	<b>0%</b>	23	<b>3%</b>
<b>Total</b>	319	<b>100%</b>	741	<b>100%</b>

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1850-1868.

\*Consiste naqueles escravos classificados como: Crioulos, Pardos e Cabras.

Ressaltamos o fato de que todos aqueles escravos adquiridos via tráfico atlântico passaram a receber somente o registro de “africanos”, diferentemente do que ocorria na primeira metade do século XIX, no qual as descrições de origem remetiam à localidade de embarque no continente africano de cada um dos escravos. Já o registro de um escravo como crioulo, diz-nos mais a respeito do que ele não é – ou seja, africano – do que aquilo que ele realmente é. Crioulo era tanto o escravo nascido na cidade do Rio de Janeiro como aquele que tinha sua origem no sertão nordestino, por exemplo<sup>341</sup>.

Ademais, aqueles que até a primeira metade do século XIX eram registrados somente como “crioulos”, ou seja, já nascidos em território brasileiro, agora passaram a ter outras denominações. Já dissemos, no capítulo anterior, que é muito pouco provável que essas descrições tenham sido feitas levando-se em consideração somente a tonalidade da cor da pele de cada escravo. Para muito além disso, passa a demonstrar a complexidade da sociedade escravista, e a criação de mecanismos de distinção social, ainda que dentro do próprio cativeiro, passíveis da necessidade de se atribuir outras denominações para seus membros – como Pardo e Cabra – que aparecerem algumas vezes na documentação.

Sobre os dados, o primeiro ponto a chamar atenção foi a já esperada superioridade do número de escravos crioulos em relação aos cativos africanos. Com porcentagens de 76% e 74% de escravos nascidos no Brasil para as décadas de 1850 e 1860 respectivamente, sobre os 24% e 23% de africanos registrados no mesmo período, reforça as constatações da historiografia sobre Minas, dos papéis desempenhado pelo tráfico e reprodução natural.

---

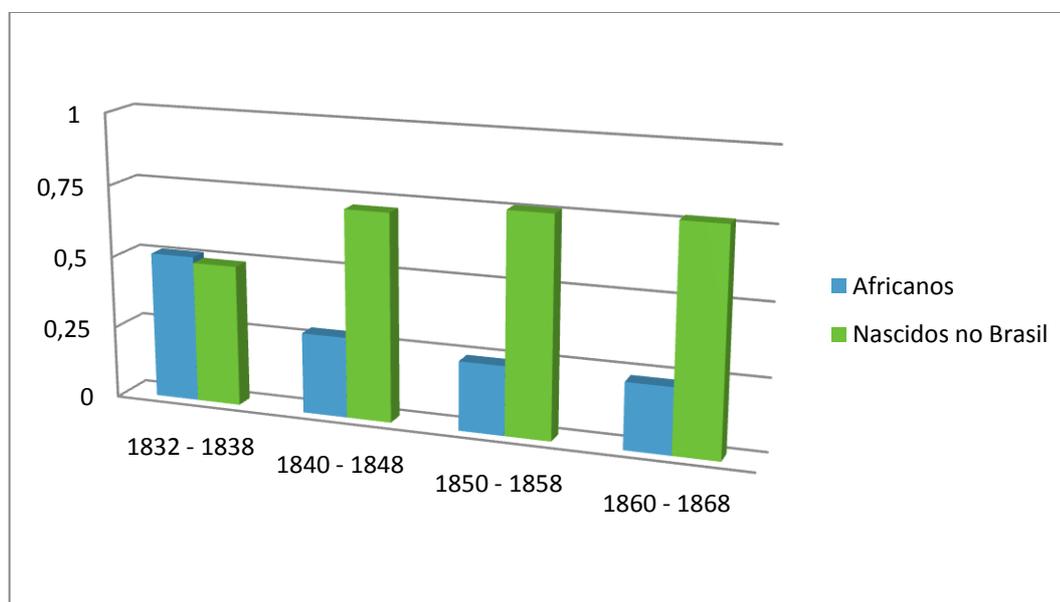
<sup>341</sup> Ibidem, p. 148.

Douglas Libby já indicava que as pesquisas deveriam “procurar aproximar-se da importância de *ambas* as tendências demográficas na composição do contingente mancipio”<sup>342</sup>. Esta constatação já era esperada pela historiografia, pois, com o fim do tráfico transatlântico – e com ele as maciças entradas de escravos africanos – era presumível que o número de crioulos dentre a população escrava crescesse através da reprodução natural e que a população de escravos africanos envelheceria com o tempo; afinal, não poderia mais se renovar através de importações.

Heloísa Teixeira também encontrou maioria absoluta de crioulos nos inventários *post-mortem* ao longo de todas as décadas da segunda metade do século XIX, com média geral de 69,1%, enquanto que os cativos africanos representavam apenas 11,1% da população total de sua amostragem<sup>343</sup>.

Contudo, tais apontamentos podem parecer não tão precisos se não levarmos em consideração uma análise a longa-duração. Se compararmos os dados da segunda metade do século XIX, com os da metade anterior, verificamos que esse processo de “crioulização” já vinha ocorrendo desde a primeira metade do século XIX.

**Gráfico 7: Origens dos escravos entre 1832-1868**



Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1868.

<sup>342</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 61.

<sup>343</sup> TEIXEIRA, Heloísa. Op. cit. p. 65. Os outros 19,8 que perfazem a soma de 100% são de indivíduos que não tiveram a origem identificada.

Passada nossa primeira década de análise, em que os escravos africanos eram a maioria nos plantéis lavrenses, nas três décadas posteriores estes mesmos não atingiam mais do que um terço dos escravos do vilarejo.

Vemos, assim, que, diante do apego à escravidão demonstrado pelos proprietários rurais, recorrer à reprodução natural foi a opção que mais permeou a reposição de mão de obra local. Assim como apontado pela historiografia a respeito de uma preferência pela reprodução natural em Minas<sup>344</sup>, vemos que isso ocorre anos antes da proibição do tráfico atlântico. tal constatação fortalece a hipótese de que a interrupção deste, mesmo mudando a composição no interior do plantéis, não chegou a ameaçar os produtores com a ausência de trabalhadores. Pelo contrário, pode ter sido devido a essa opção que manteve tão alta a taxa de crescimento de escravos para a segunda metade.

Isso fica ainda mais evidente ao compararmos os dados de origem de Lavras, com regiões também produtoras de alimento, mas que tinham na reprodução via tráfico a maneira de abastecer seus plantéis. Essa “crioulização” da população escrava, embora seja um processo recorrente em todas as regiões brasileiras após 1850, dificilmente ganhava contornos tão radicais como os apresentados por Jucá para Magé. Entre os anos de 1856 e 1872, os africanos acabam por sofrer um enorme recuo na sua população, passando de uma posição majoritária no primeiro ano, para outro fracamente minoritária no último, quando apenas um em cada dez cativos inventariados era africano<sup>345</sup>. Segundo o autor, as razões para tal discrepância parecem estar no tráfico interno, que colocava a venda no mercado grande parte dos seus africanos – uma vez que a maioria da população masculina tinha essa origem. É o início de um investimento na reprodução endógena, que passa a ganhar maior significado somente a partir de 1850, e seria responsável pelo crescimento de apenas 7% da população escrava de Magé.

Diferente da situação fluminense que passou a adotar a reprodução natural nos momentos posteriores ao fechamento do tráfico negreiro, nossa região já o vinha fazendo desde a década de 1840, como demonstrou como apresentado no gráfico 6. A escravaria de Manoel Joaquim da Silva exemplifica bem esta situação. Este senhor possuía 14 escravos em seu poder no ano de sua morte em 1854, na região de Lavras. Sua escravaria se conformava em uma divisão sexual bastante próxima, oito homens e seis mulheres. O que chama a atenção é o fato de que somente tres destes escravos eram adultos, dois homens e apenas uma mulher. Esta era mãe declarada de duas das onze crianças presentes no inventário. Embora cinco tenham quatro anos ou

---

<sup>344</sup> Para mais ver: MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais e o apego à escravidão numa economia não exportadora. Estudos Econômicos. São Paulo 1983; SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH*, Campinas, IFCH/Unicamp, n. 17. 1985.

<sup>345</sup> SAMPAIO, Antonio C. Juca. Op. cit. p. 147.

menos, não temos informações sobre os pais destas crianças. Vendidas ou falecidas, as mães destas crianças foram responsáveis por altos índices de natalidade dentro desta escravaria, demonstrando que mesmo pequenas escravarias poderiam crescer com base apenas na reprodução natural dos cativos<sup>346</sup>.

### **Sexo:**

Outro ponto importante é tratarmos da questão do sexo. Como apontamos anteriormente, o mercado de escravos tinha uma natureza seletiva por excelência: havia a preferência por escravos adultos do sexo masculino, na faixa etária de 10 a 39 anos de idade. Desse modo, quando os proprietários recorriam ao mercado de negros, havia preferência por homens adultos, mais resistentes e prontos para trabalhar, em detrimento de mulheres e crianças. Há pelo menos duas explicações para essa preferência por escravos do sexo masculino: uma diz respeito ao fato de que os homens eram mais aptos à lide diária à qual os escravos eram submetidos, além de serem mais baratos no mercado africano; por outro lado, na África, a venda de mulheres para os próprios africanos era uma prática comum, reduzindo a oferta de mulheres no comércio Atlântico, como destacou Herbert Klein:

*Havia na África grande demanda local por mulheres tanto livres quanto escrava e é esta contrademanda que explica porque menos mulheres entravam no tráfico negreiro do Atlântico. Em algumas sociedades africanas as mulheres eram altamente valorizadas, porque eram um meio de aquisição de status, parentesco e família. (...) Ainda mais importante era a difusão, na África ocidental, do uso das mulheres como principal mão de obra agrícola. Por todas essas razões as mulheres tinham o preço mais alto que os homens no mercado interno local africano<sup>347</sup>.*

---

<sup>346</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Manoel Joaquim da Silva, cx nº 105. (1854)

<sup>347</sup> KLEIN, Herbert S. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. Revista de História. São Paulo: USP, n. 120, jan./jul. 1989, p. 16. Acrescente-se o fato de que as mulheres escravas ao engravidarem, ficavam impossibilitadas de trabalhar durante parte da gestação e após o parto; com isso, deixavam de ser interessantes para os proprietários, ao menos até o fim do tráfico internacional, quando se observa mudança significativa. A partir daí, a responsabilidade da reposição da mão de obra recai sobre os escravos através da reprodução natural, fazendo com que as cativas se tornassem mais valorizadas devido à demanda. As crianças também só passaram a interessar os senhores de escravos após a cessação do tráfico internacional, pois significavam investimento a médio e longo prazo, além de incerto, visto estarem mais sujeitas à mortalidade e requererem maiores cuidados.

Todo esse cenário acima descrito acabou gerando um desequilíbrio entre os sexos, dificultando a reprodução desses cativos, ao menos nos primeiros tempos de escravidão no Brasil, isto porque a relação entre o número de homens e mulheres exercia influência direta no comportamento reprodutivo dos cativos<sup>348</sup>.

Assim, o fim do tráfico atlântico de escravos foi apontado por muitos historiadores como o momento em que se verificaria um maior equilíbrio entre os sexos, favorecendo o crescimento dos índices de reprodução natural entre os cativos<sup>349</sup>.

Para observarmos como se compunha as distribuições de sexo dos escravos, elaboramos abaixo o quadro 25, contendo os registros de sexo para cada origem dos cativos inventariados entre os anos de 1850 a 1868.

**Quadro 26: Relação entre sexo e origem dos escravos 1850 a 1868**

Sexo	1850-1858		1860-1868	
	M	F	M	F
<b>Africanos</b>	18%	<b>6%</b>	18%	<b>6%</b>
<b>Crioulos</b>	36%	<b>40%</b>	41%	<b>33%</b>
<b>Indefinidos</b>	0	<b>0</b>	1%	<b>1%</b>
<b>Total (1050)</b>	54%	46%	60%	40%

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1850-1868.

\*Consiste naqueles escravos classificados como: Crioulos, Pardos e Cabras.

Observamos nesses dados que, apesar de um pouco mais equilibrada, a população masculina ainda era predominante entre toda a população escrava. Como era de se esperar, entre os africanos, a disparidade do número de homens foi muito maior que o de mulheres, vide as razões apontadas acima. E a de crioulo muito mais próximas, o que até mesmo acabou por gerar um número maior de mulheres entre o período de 1850 a 1858 do que o de homens, invertendo-se na década posterior de 1860 a 1868.

Esses dados nos são importantes para questionarmos mais uma vez o peso exercido pelo tráfico e o impacto do seu fim nessa pequena região produtora de alimentos. Vimos que na questão da origem, a diminuição do número de africanos ocorreu de forma bastante lenta e

<sup>348</sup> FALUSINO, Camila. Op. cit. p. 53.

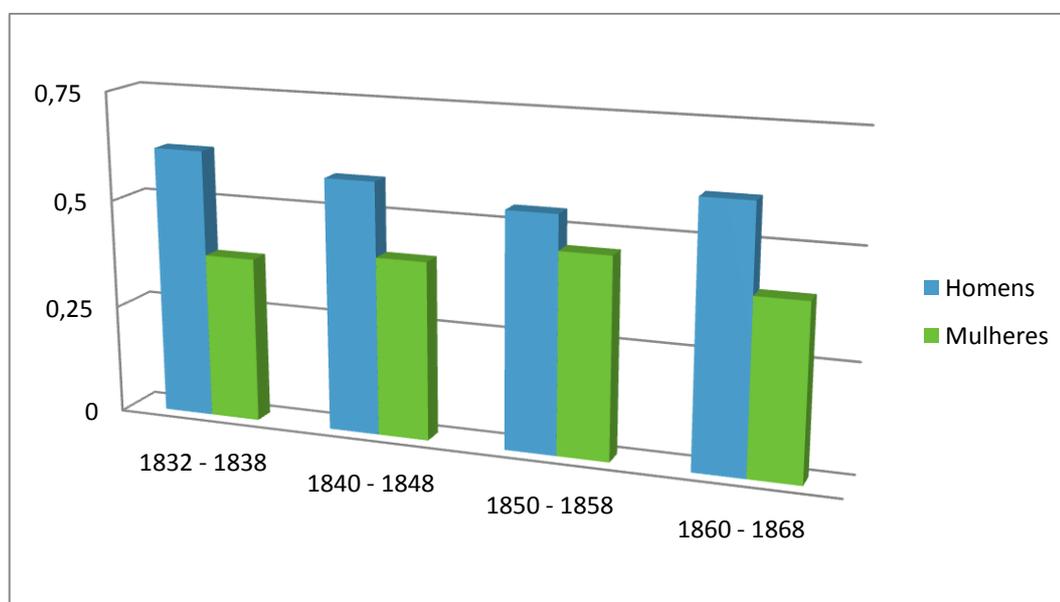
<sup>349</sup> Ibidem, Pp. 55.

gradual, uma vez que a opção pela reprodução endógena já vinha sendo preferida muito antes da proibição de importação. O mesmo ocorre em relação aos sexos dos cativos.

Se compararmos com o período de 1831 a 1848, os homens representavam 60% da população escrava, enquanto para a segunda metade esse valor diminuiu para 58%, entre 1850 a 1868. Ainda que não deixe de representar uma ligeira queda, os valores chegam a ser muito pouco significativos para apontar que a lei Eusébio de Queiroz tenha surtido efeitos tão marcantes e imediatos que fossem capazes de gerar profundas alterações entre a composição de gêneros dos cativos.

Mais uma importante variável a ser trabalhada, por ser causa e consequência dessas estruturas demográficas, é a razão de masculinidade. Temos pela historiografia que razões de masculinidade excessivamente altas têm sua origem marcada num padrão de reprodução de caráter exógeno, baseado no tráfico internacional e/ou interno. Esse padrão, sem dúvida, atendia aos interesses da empresa escravista, sobretudo aquela agrícola, para a qual interessava possuir principalmente homens adultos. Já aqueles com índices de masculinidade menores tendem a apresentar um equilíbrio maior entre os sexos, e, com isso, são muitas vezes atribuídos a reproduções de caráter endógeno.

**Gráfico 8: Sexo dos escravos entre 1832 a 1868**



Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1832-1868.

Novamente, ao compararmos os índices da primeira metade com os da segunda, temos uma diminuição da razão de masculinidade de 158, entre 1831 a 1848, para 140, entre 1850 a 1868. Muito mais próxima dos padrões encontrados para regiões agroexportadoras, os índices

do primeiro momento caíram significativamente, mas se mantiveram muito acima de outros índices encontrados para regiões de produção de alimento, como no caso de Capivary, estudado por Hebe Mattos com 120 ou mesmo Magé, estudada por Jucá, que passou de 165 homens, em 1850, para 112, em 1872.

Esses dados nos levam a discutir alguns pontos bastante importantes para a compreensão da estrutura produtiva da vila de Lavras durante essas quatro décadas de estudos. Analisando numa perspectiva de longo prazo, podemos perceber, desde os apontamentos do capítulo anterior, que o crescimento populacional da região do Sul do Minas<sup>350</sup> e sua demanda por produtos de gêneros alimentícios mantiveram em alta as empresas escravistas rurais e sua vocação econômica na produção de tais gêneros. Mediante isso, observamos que a opção na reprodução natural dos seus escravos permitiu que os proprietários mantivessem o “apego” ao trabalho escravo e sofressem pouco impacto do fim do tráfico atlântico para obterem sua força de trabalho.

A presença de escravos do sexo masculino sendo inventariada nos plantéis lavrenses demonstra a capacidade de manutenção dessa força produtiva, na medida em que os proprietários optavam por não vender seus escravos masculinos mais valorizados para outras áreas de alta demanda. Assim como o tráfico atlântico, aquele produzido internamente seguia a mesma lógica de preferência de escravos do sexo masculino e em idades ativas para o trabalho. Assim, a existência de uma venda maciça de escravos homens para o mercado interprovincial/intraprovincial, não parece ter acontecido em grande peso. Mantendo os escravos ligados a região lavrense.

Diferente do que ocorre em Magé, por exemplo, onde Jucá constata um aumento do número de escravos após 1850, mas com uma impressionante queda na razão de masculinidade, o que foi explicado pelo autor como a preferência dos proprietários de escravos pela importação de mulheres de outros municípios – pois se fossem compras internas não afetaria a razão de masculinidade global – ou houve uma grande venda de escravos do sexo masculino para fora do município. Seja como for, essa queda, para Jucá, passou a refletir um novo padrão de reprodução desta mesma população, agora de caráter endógeno<sup>351</sup>.

O que nos leva então ao último ponto, a questão das faixas etárias dessa escravaria.

### **Quadro 27: Faixa de idade dos escravos por décadas 1850 a 1868**

---

<sup>350</sup> Observamos esse crescimento ao compararmos os dados censitários coletados dos censos populacionais de 1831 e os de Recenseamento Geral de 1872.

<sup>351</sup> SAMPAIO, Antonio C. Jucá. Op. cit. p. 145.

<b>Idade</b>	<b>1850-1858</b>		<b>1860-1868</b>	
<b>0-13</b>	95	<b>30%</b>	194	<b>26%</b>
<b>14-29</b>	79	<b>25%</b>	177	<b>24%</b>
<b>30-55</b>	107	<b>33%</b>	250	<b>34%</b>
<b>+56</b>	21	<b>6%</b>	77	<b>10%</b>
<b>Indefinidos</b>	18	<b>6%</b>	43	<b>6%</b>
<b>Total</b>	320	<b>100%</b>	741	<b>100%</b>

Fonte: Inventários *post-mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1850-1868.

Pelo gráfico etário, fortalecemos as hipóteses a respeito do papel desempenhado pela reposição natural dos cativos. Com quase 1/3 dos escravos em idades de até 14 anos para a década de 1850 e 26% para a década seguinte, podemos pressupor uma renovação das escravarias pela via dos nascimentos. Escravarias em idades mais jovens seria um dos primeiros reflexos da opção feita no investimento em reprodução natural, garantindo assim acesso ao trabalho escravo por mais alguns anos. O outro ponto seria um equilíbrio muito maior entre os sexos masculinos e femininos, uma vez que a interrupção do tráfico de africanos deixaria de elevar tão bruscamente a quantidade de homens.

O percentual da diminuição entre os escravos em idades infantis na passagem da década de 1850 para 1860 – 4% - foi o mesmo aumento percentual encontrado para os escravos de idade mais avançada, acima de 56 anos, que passaram de 6% para o primeiro período para 10% no segundo.

A passagem dos anos nos sugere certo envelhecimento natural da população escrava lavrense, ainda que todos os esforços tenham sido feitos para manter-se constante a utilização do trabalho escravo. Se analisarmos os dados a partir dos cativos com 30 anos ou mais, percebemos que esses representavam 39% do total da população cativa para os anos de 1850; já na década seguinte, os escravos da mesma faixa etária corresponderam a 44% dos cativos. O fato de esta faixa etária ter o seu percentual aumentado, além de manter uma razão de masculinidade positiva, parece indicar-nos que os senhores, nos seus esforços para manterem seus cativos, acabavam por reter para si aqueles menos valiosos. No entanto, e exatamente por seu menor valor, estes escravos possibilitavam a seus donos a manutenção de um contingente masculino que equilibrasse a participação feminina nas demais faixas de idade.

Acrescente-se a isso outro ponto a respeito desse “envelhecimento”: o de considerá-los como um fator natural do qual estavam sujeitos as composições dos plantéis. Muito mais como

uma questão biológica, do que motivados a fatores “externos”, como o próprio cessar de novos escravos impossibilitado pela Lei Eusébio de Queiroz ou da venda de escravos jovens para outras regiões do Império. Esse argumento pode ser reforçado se voltarmos aos dados a respeito dos gêneros dos cativos, que demonstrou como os escravos do sexo masculino cresceram significativamente na passagem das duas décadas. Ao entendermos que o tráfico interno seguia os mesmos modelos de preferência do tráfico atlântico – escravos homem, em idade ativa para o trabalho – descartamos a possibilidade de uma venda “maciça” para além dos limites locais, como já apontou a historiografia.

Ainda que esses dados possam sugerir um envelhecimento da população cativa num primeiro momento, chamamos atenção para que as idades dos escravos até os 29<sup>352</sup> anos sempre se mostraram como maioria para ambas as décadas – 55% em 1850-1858 e 50% de 1860 a 1868.

Por fim, alguns trabalhos historiográficos apontaram, em relação às idades, a presença em alguns casos do registro de africanos em idade infantil, indicando a importação de escravos após a lei de 1850, quando o tráfico Atlântico de escravos já havia sido proibido. Camila Flausino encontrou registros de compra e venda de escravos africanos com menos de 10 anos sendo vendidos após a década de 1860. A hipótese da autora era a de que esses africanos foram de fato importados ilegalmente via tráfico atlântico; ou a idade dos mesmos teria sido alterada para menos no registro, embora fosse mais comum o contrário, ou seja, o aumento das idades dos africanos importados ilegalmente para encobrir o desrespeito à lei de 1850; ou ainda a indicação da nacionalidade dos mesmos não seria a mencionada nos registros e eles seriam, na realidade, crioulos<sup>353</sup>.

Para o caso de Lavras, não foram encontrados nenhum caso semelhante a esse, uma vez que entre os anos de 1850 a 1860 o escravo africano de menor idade registrada foi de 25, enquanto para 1860 a 1868 essa idade foi de 26 anos. Dessa forma, ainda que algumas localidades tivessem recorrido ao tráfico atlântico após seu fechamento, parece-nos que esse artifício não foi utilizado pelos proprietários escravistas lavrenses, a não ser que tenham sido realizados procedimentos de adulterção dos registros. Seja como for, a fonte por nós trabalhada não nos permite maiores conclusões.

---

<sup>352</sup> Ressalte-se que as categorias de faixa etária divididas nesse modelo partiu de exemplo de outros historiadores sobre o mesmo tema, o que não significa dizer que os escravos acima de 30 anos já sejam considerados velhos ou inaptos para o trabalho, mas somente o fato de que os escravos em idades um pouco abaixo dessas tendem a receber maiores valores.

<sup>353</sup> FLAUSINO, Camila. Op. cit. p. 151.

Para concluir, outro caso que exemplifica bem as condições de origem, sexo e idade na montagem de um plantel, foi o caso do Sr. Manoel Pereira Guimarães, casado com Dona Barbara Maria de Jesus e proprietários de uma fazenda nos arredores do vilarejo. No ano de 1831, Manoel aparece registrado em uma lista nominativa na freguesia de Perdões, distrito de Lavras do Funil, com um plantel de 3 escravos africanos para esta data, dois homens e uma mulher, todos com pouco mais que vinte anos. O trabalho no campo, com culturas de alimento como arroz, feijão, mandioca e milho era complementado pela criação de alguns animais. Sem filhos do sexo masculino para ajudar no trabalho da roça, suas duas filhas se dedicavam a ajudar a mãe nas tarefas domésticas e em alguns momentos na tecelagem. Utilizando do trabalho de seus escravos, e do seu próprio esforço, Manoel pode juntar rendas para aumentar a produção na medida em que reforçava sua força de trabalho. Falecido em 1866 com menos de 70 anos, deixou um total de 12 escravos. Dos seus 3 africanos registrados em 1831, um não fazia mais parte do plantel, enquanto o escravo Damião aparecia com 80 anos. A africana Joaquina, de 45 anos, casou-se com Mateus, 45 anos, um dos novos escravos africanos que Manoel comprou ao longo de sua vida, e tiveram dois filhos, Rita e Luiz, ambos com menos de 5 anos. Além dessa família de africanos, com seus dois filhos crioulos, e o mencionado africano idoso, contavam com outro africano do sexo masculino e mais 3 crioulos; além de uma parda com pouco mais de 20 anos<sup>354</sup>.

Assim como muitos outros, o caso de Manoel se mostra um bom exemplo de como muitas outras propriedades escravistas se estruturavam. Utilizando do trabalho de africanos, geralmente em concentrações maiores de homens, passaram a adquirir algumas outras mulheres na tentativa de equilibrar os sexos nos planteis e permitirem a formação de famílias. Sem deixar de recorrer ao tráfico de atlântico antes do fim da lei, serviram-se desse para complementar a força de trabalho com outros mancípios nascidos no Brasil. Após a proibição de importação de africanos, as crianças e seus outros crioulos em idade jovens garantiriam a manutenção das atividades da propriedade.

---

<sup>354</sup> Centro de Memória do Sul de Minas, CEMEC. Inv. de Manoel Pereira Guimarães, cx nº 153. (1866)

## Conclusão

Concluindo nosso trabalho, tentamos apresentar nas páginas que se seguiram uma exposição das estruturas socioeconômicas da região de Lavras durante os meados do século XIX. Contudo, ao elegermos essa localidade como objeto de estudo, não procuramos trabalhar com a idéia de desenvolver uma história local. Muito pelo contrario, tentamos ao longo de todo o texto apresentar nossos argumentos comparando com outras regiões mineiras e também de outras províncias, buscando sempre apresentar dados novos e que possam servir como pano de fundo para outras regiões que ainda não tiveram seus dados pesquisados.

Dessa forma, tentamos tornar esse trabalho uma análise dos aspectos da escravidão, nos momentos anteriores e posteriores ao fim do tráfico atlântico, tendo Lavras como ponto de partida.

Por se apresentar como uma típica região produtora de alimento, com uma produção agropecuária voltada para abastecer os mercados locais, percebemos como seria importante realizar um estudo que não estivesse mais focado na ideia de demonstrar a “sobrevivência” da economia mineira após o fim do ouro. Diferente de muito outros trabalho sobre o Sul de Minas, partimos da noção em que tal questão já foi superada pela própria historiografia, o valor atribuído ao papel do mercado interno já foi reconhecido e comprovado que a partir do final do século XVIII a economia mineira se rearticula. Ao avançarmos ao longo do século XIX, conseguimos identificar novas questões que esses estudos não o fizeram.

Ao demonstrarmos como se estruturavam as unidades produtivas nos anos anteriores a Lei Eusébio de Queiroz, no que diz respeito aos seus investimentos, ou o perfil demográficos de seus escravos, identificamos os principais itens de valores ativos registrados nos inventários, a fim de identificar o peso que cada uma dessas representava em distintos momentos do século XIX.

Num primeiro momento, para as décadas anteriores a 1850, encontramos uma estrutura econômica que privilegiava o maciço investimento na compra de escravos – sobretudo os de origem africana – seguidos pelos investimentos em compra/acesso a porções de terras, e dívidas ativas. Assim como a maior parte das localidades voltadas para o abastecimento interno desse período, os valores em escravos/terras representavam quase a maioria das fortunas inventariadas.

Seguindo a mesma lógica de apontar os principais componentes de riqueza, procuramos demonstrar como estes passaram a ser registrados nas datas pós fim do tráfico e criação da Lei de Terras.

Nesse ponto, identificamos que os valores gastos em terras começaram a ganhar cada vez mais peso, ao tempo em que os proprietários passaram a optar cada vez mais pela reprodução natural dos seus cativos a recorrerem ao tráfico. Tal opção mostrou sinais a partir da década de 1850, na qual as terras se valorizaram ainda mais, motivadas não só pela criação da Lei de Terras, mas também pelos capitais livres que não mais eram investidos na compra de escravos.

Passamos então a nos perguntar como uma localidade, com baixas quantidades de capital conseguiria competir com grandes áreas voltadas para a exportação na obtenção de trabalho escravo após 1850. E foi justamente pela opção no “investimento” da reprodução natural, iniciada a partir da década de 1840, que garantiu a manutenção e mesmo a ampliação dos planteis escravistas no momento de alta procura pelo trabalho escravo. Permitindo assim que o vilarejo de Lavras, bem como muitas outras localidades do Sul de Minas, sofressem pouco impacto do fim do tráfico, sem a necessidade de colocarem seus cativos a venda no mercado interno.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial; 1500-1800. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976

ABREU, João Capistrano de. Ensaio e estudos (crítica e História). 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976;

AGUIRRE, C. Agentes de su propia libertad. Los esclavos de Lima y la desintegración de la esclavitud. 1821-1854. Lima, PUCP, Fondo Editorial, 1995.

ALMEIDA, Carla M. C. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994. p. 34 e 77.

ALMICO, Rita de Cássia da S. Fortunas em Movimento: Um Estudo Sobre as Transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora/1870 – 1914. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia/Unicamp, 2001. PP 23

ANDRADE, Francisco E. A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

CHAVES, Claudia Maria das Graças. Perfeitos Negociantes. Mercadores das Minas Setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

Andrade, Leandro Braga de. Senhor ou camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, 2007.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro, Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

Araújo, Maria Lucília Viveiros de. Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006, pp. 63-65

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, p.147.

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. História de Minas. vol. 1. Belo Horizonte: Ed. Comunicações. Pp. 234.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- BARROS, José D'Assunção. O Campo da História. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- BERGARD, Laird W. Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720 – 1888. Bauru: Edusc, 2004.
- BETHELL, Leslie. A abolição do tráfico de escravos para o Brasil. Tradução de Vera Nunes Neves Pedroso. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. p. 26.
- BROWN, Larissa V. Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterlands (1790-1822).
- Campos, Leonardo França. “Escravidão E Família Escrava Em Uma Economia De Abastecimento” Termo De Barbacena, Século XIX. Dissertação De Mestrado. Juiz De Fora, 2011.
- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 2a ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983, p. 17.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Ed Brasiliense, 1987.
- CARRARA, Ângelo. Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais. (1674- 1807). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. PP.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987. Pp. 128.
- CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 186-198.
- CONRAD, Robert E. Os últimos anos da escravatura no Brasil. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975,

- COSTA, Ana Carolina de Resende da. Fuga dos Escravos Na Comarca Do Rio Das Mortes, Primeira Metade Do Século Xix. Dissertação de mestrado. São João del rei, 2013.
- COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. 3ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- CUNHA, Alexandre Mendes. Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. Tese de Doutorado. Niteroi, 2007.
- DAUMARD, Adeline. Os burgueses e a burguesia na França. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DELFINO, Leonara Lacerda. Demografia e escravidão no Sul de Minas: Aspectos precedentes à família escrava. Freguesia de São Bom Jesus de Mártires (1810-1873). Tese de mestrado. Juiz de Fora, 2009.
- FLAUSINO, Camila Carolina. Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana (1850-1886). Dissertação de Mestrado, UFJF: Juiz de Fora, 2006.
- FLORENTINO, Manolo & GÓES. José Roberto. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1997.
- FLORENTINO, Manolo. Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997,
- FONTAINE, Laurence. Espaces, usages et dynamiques de la dette dans les hautes vallées dauphinoises (XVII-XVIII siècles). Annales HSS, n.6, p.1384-1386, nov/dec. 1994
- FRADKIN, Raúl; GELMAN, Jorge. Recorridos y desafíos de una historiografía. Escalas de observación y fuentes en la historia rural rioplatense. In. BRAGONI, Beatriz. Microanalysis: ensayos de historiografía argentina. Buenos Aires: Prometeus Libros. 2004. Pp. 31
- FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.
- FRAGOSO, João Luis R. Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRANK, Zapher. Padrões de riqueza no sudeste do Brasil, 1815-1860. In\_ história econômica & história de empresas IX. Volume 2, 2006. Pp 8
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

- GADELHA, Regina Marta d'Aquino Fonseca. A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. R. História, São Paulo. 120, jan/jul. 1989.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro, 1670-. 1770. In: Ensaios II. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1968.
- GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. A princesa do oeste e o mito da decadência de MG – São João Del Rei (1831- 1888). São Paulo: Annablume, 2002.
- GUEDES, Roberto. Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX). In\_ Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007,
- GUEDES, Roberto. Sociedade escravista e mudança de cor, Porto Feliz, São Paulo, século XIX. In FRAGOSO, João R. L. et. all. (orgs). Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006,
- GUIMARÃES, Carlos M. & REIS, Liana M. “Minas Gerais: agricultura e escravidão (1700-1750).” In: Anais do IV Encontro Estadual de História,
- GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). Revista do Departamento de história. Belo Horizonte, n.2, jun.1986.
- KLEIN, Herbert S. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. Revista de História. São Paulo: USP, n. 120, jan./jul. 1989,
- LARA, Silvia Hunold. Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 350.
- LEFF, Nathaniel. Underdevelopment and Development in Brazil: Economic Structure and Change, 1822-1947, vol. 1, London: Allen & Unwin, 1982. Pp. 63
- LENHARO, Alcir. As tropas da moderação. A obra foi publicada originalmente em 1979 pela Editora Símbolo e em 1993 foi reeditada pela Biblioteca Carioca.
- LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. PP. 92-95
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. Usos e abusos da história oral. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais do século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Jacy de Souza. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Carrancas e sua história. São Paulo, Ed. Loyola. 1968.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História da Agricultura Brasileira - Combates e Controvérsias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LOPES, Luciana Suarez. Um estudo sobre a composição da riqueza em Ribeirão Preto com base nos inventários post-mortem (1866-1888). Anais do XIII ANPUH-MG. 2012. Pp8-12.

LUNA, F. Vidal, e Costa, Iraci. Op. cit.; LIBBY, Douglas C. Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo, Brasiliense, 1988; SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

LUNA, Francisco V.; CANO, Wilson. “A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (séculoXIX) – uma hipótese”. In: Economia Escravista em Minas Gerais. Cadernos IFCH/UNICAMP nº 10, outubro/1983. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1983.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 138.

LUNA, Francisco Vidal. “Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804)”. In: COSTA, Iraci del Nero da (org). Brasil: História Econômica e Demográfica. São Paulo: IPE-USP, 1986,

MACHADO, Cacilda. Cor e Hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. In\_ Topoi, v. 9, n. 17, jul.-dez. 2008,

MACHADO, Cláudio Heleno. Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. In: X Seminário Sobre a Economia Mineira. Diamantina, 2002.

MARCONDES, Renato Leite. A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: Stiliano, 1988.

MARTINS FILHO, Amilcar & MARTINS, Roberto B. “Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited”. In: Hispanic American Historical Review,

MARTINS, Maria do Carmo Salazer. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas C. (org). 20 anos do Seminário sobre economia mineira 1982-2000; coletânea de trabalhos. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MARTINS, Roberto Boges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais e o apego à escravidão numa economia não exportadora. Estudos Econômicos. São Paulo 1983.

MATEO, Jose. Poblacion, parentesco y red social en la frontera. Lobos en el siglo XIX. Mar del Plata, GIHRR, UNMdP, 2001.

MATTOS, Hebe M. Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo, p. 18-20 e 53-57. Ver também da mesma autora “Mercado interno, trabalho livre e escravidão: a agricultura de alimentos na Província Fluminense na segunda metade do século XIX.” In: Revista Rio de Janeiro,

MATTOS, Hebe Maria. Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico. – 2ª edição -. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 2004, p.17. Ver também MATTOS, Hebe Maria. Das Cores do Silêncio... op. cit., p.98

MATTOSO, Kátia de Q. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 59; GORENDER (1988, p. 325); COSTA (1989, p. 63, p. 95- 96), dentre outros.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. Bahia, século XIX. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. PP. 603

MAXWELL, Kenneth R. A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal. 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de, Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895, São Paulo: Hucitec, 1982.

MOTTA, José F. & MARCONDES, Renato L. O comércio de escravos no Vale do Paraíba Paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. Estudos Econômicos. V.30 (2), p. 267-299, abril/jun. 2000

Motta, Márcia M. Menendes, "Pelos bandas d'além (fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora 1808-1888)". Niterói, UFF, 1989 (Dissertação de mestrado), cap 3.

MOTTA, Márcia Mendes. Nas fronteiras do poder: conflito de Terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1996.

NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1984.

O ' ROURKE, Kevin; WILLIAMSON, Jeffery. Globalization and History: The Evolution of a Nineteenth-Century Atlantic Economy, Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology Press, 1999.

OLIVEIRA, L. L. de O. Economia e História. Franca – século XIX. Franca: UNESP, 1997. p. 47.

OLIVEIRA, Monica R. Senhores, roceiros e camponeses: apontamentos para uma história das comunidades rurais dos setecentos coloniais.. In: ECHEVERRI, Adriana. A. M. ; FLORENTINO, Manolo; VALENCIA, Eduardo.C.. (Org.). Impérios Ibéricos en Comarcas Americanas: Estudios Regionales de Historia Colonial Brasileira y Neograndina. 1ed. Bogotá: Universidad Del Rosario Editorial, 2008

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

PAIVA, Clotilde A. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. 1996. Tese (Doutorado de História) USP, São Paulo, 1996. Pp. 8

PARREIRA, Nilce Rodrigues. O comércio de homens em Ouro Preto no século XIX. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba, UFPR, 1990.

PERRI, G. L. Los esclavos en el Buenos Aires tardocolonial. Una aproximación através de los expedientes judiciales. In AAVV. La fuente judicial en la construcción de la memoria. Buenos Aires, UNMdP, 1999.

PINTO, Fábio Carlos Vieira. Família Escrava Em São José Del Rei: Aspectos Demográficos E Identitários (1830-1850). Dissertação de Mestrado. São João del rei, 2010.

POLANY, K.; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. Comércio y mercado en los Impérios antigos. Barcelona: Labor Universitária, 1976 pp 11.

Rodrigues, Jaime. O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1808-1850). Campinas, SP: Unicamp/Cecult, 2000 p. 98.

RODRIGUES, João Lucas. Serra dos pretos:Trajetórias de famílias entre o Cativo e a Liberdade no Sul de Minas (1811 -1960). Dissertação de mestrado. São João del rei. 2013.

RUSSEL-WOOD, A. J. R O Governo Local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. In: Revista de História, ano XXVIII, volume LV, São Paulo, 1977. pp. 34

SAGUIER, E. La naturaleza da la esclavitud urbana colonial. El caso de Buenos Aires en el siglo XVIII. Revista Paraguaya de Sociologia, 1985. Pp. 45-54

SAMARA, Eni de Mesquita. A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860). São Paulo, 1980. Tese (Doutorado em História).

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de aliemnto (1850 – 1888) Dissertação de Mestrado. UFF, 1994.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835), p. 357-373.

SCOTT, R. Definig the boundaries of freedom in the world of cane: Cuba, Brazil anda Louisiana after emancipations. American Historical Review, 99, 1, 1994. Pp 70-102

SERVAIS, P. De la rente au credit hypothecaire en période de trasition industrielle. Stratégies familiales en region leégeoise au XVIII siècle. Annales HSS, n 6, nov/dec 1994, pp 1400

SILVA, Ana Rosa Clocllet da. Tráfico interprovincial de escravos e seus impactos na concentração da população na província de São Paulo: século XIX. Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais Brasília, v.1, 1992, p. 342-343.

SILVA, Flávio Marcus da. SUBSISTÊNCIA E PODER: A política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Pp. 132

SILVA, Francisco C. T. da. A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia. (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-17 90), p. 59, 122-275.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. Fim do tráfico atlântico de escravos e a política de alforrias no Brasil. In Anais do VI Seminário do Trabalho. Unesp, 2008.

SIMONSEN, Roberto. História Econômica do Brasil. 7ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília:INL, 1977. p.294.

SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci Del Nero da. (org.) Brasil: História econômica e demográfica. São Paulo: IPE/USP, 1986; SILVA (1992);

SLENES, Robert. Os Multiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Campinas: Cadernos IFCH/Unicamp, nº17, jun. 1985.

SOARES, Mariza De Carvalho. Devotos da cor. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.100.

SOBRINHO, Juliano Custódio. Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850. Tese de mestrado. Juiz de Fora, 2009.

SOUZA, Sônia Maria. ALÉM DOS CAFEZAIS: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora - Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado: UFF, 1998

STEIN, Stanley. Grandeza e Decadencia do café no Vale do Paraíba. São Paulo, Brasiliense, 1961.

TEIXEIRA COELHO, José João. Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais. p. 246.

TOMICH, Dale. Pelo prisma da escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

VASCONCELOS, Diogo. História média de Minas Gerais. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974

VIANNA FILHO, Luiz. O negro na Bahia. 2ª ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1976, p. 68 e 71.

VILELA, Moacir Salviano. A formação histórica dos Campos de Sant'Ana das Lavras do Funil. Lavras. Editora Indi, 2007. Pp. 32

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Org.) História de Portugal: O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998. P.382.

ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951.